

JOYCE LEE MALCOLM

VIOLÊNCIA E ARMAS

A EXPERIÊNCIA INGLESA

apresentação de Bene Barbosa



VIDE EDITORIAL

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.

JOYCE LEE MALCOLM

**VIOLÊNCIA
E ARMAS**

A EXPERIÊNCIA INGLESA

apresentação de Bene Barbosa

Tradução de Flavio Quintela



VIDE EDITORIAL

SUMÁRIO

Capa

Folha de Rosto

Apresentação

Dedicatória

Agradecimentos

Introdução

1. A Idade Média: leis, bandidos e crimes de violência

Desordem ou civilidade: a visão longa

Homicídio, roubo e lei

Guerra, escassez e a taxa de assassinatos

2. Os séculos Tudor-Stuart: revolução na Igreja, estado e armamentos

Armas de fogo no início da Inglaterra moderna

O impacto das armas no crime

3. O século dezoito: “frutífero nas invenções de maldades”

A Lei do Tumulto

A Lei Negra

O impacto da guerra e da economia no crime

Armas de Fogo, a Lei e o Crime Armado

4. O século dezanove: “uma era de raro sucesso”

Medo da desordem conforme o século se inicia

O crime violento e a reforma da legislação criminal

As forças de ordem: a nova polícia

Armas e o crime violento

O fim de uma era mais civil

5. 1900-1953: o governo toma o controle

Restringindo armas de fogo

A lei das armas de fogo de 1920

Entre as Guerras

A Segunda Guerra Mundial

Paz e desarmamento

6. 1953-2000: somente os criminosos possuem as armas

A escalada da taxa de criminalidade

Lei, desordem e segurança pública

Desarmando as pessoas

Tratando os infratores juvenis com leniência

Reduzindo sentenças e polícia

O uso das armas em crimes

Atrocidades com armas de fogo provocam restrições às armas

O arsenal ilegal

As leis severas sobre armamento baixaram os índices de crimes violentos?

7. Mais armas mais crime ou mais armas menos crime? O caso americano

Uma breve história das armas de fogo na América

As comparações internacionais sobre crimes são sólidas?

As variáveis por detrás das estatísticas

O cenário social e econômico

Proprietários de armas

Uma arma é um risco à saúde?

Cidadãos armados detêm ou aumentam o crime?

8. A equação correta

Apêndice: licenças de armas de fogo na Inglaterra e no País de Gales

Notas

Sobre a obra

Sobre a autora

Créditos

APRESENTAÇÃO

Inglaterra, século XIX:

A época foi amaldiçoada com todos os tipos de males sociais como sendo causa da criminalidade – pobreza dolorosa ao lado de prosperidade crescente, favelas abundantes, crescimento e deslocamento rápido da população, urbanização, a quebra da família trabalhadora, policiamento problemático e, é claro, a vasta propriedade de armas.

A partir dessa descrição, que consta neste livro, como se pode explicar que foi exatamente neste século que a Inglaterra teve suas menores taxas criminais? Afinal, não estamos acostumados ao discurso fácil – e falacioso – que se estabelece dizendo ser o conjunto dos males elencados acima o grande problema de uma sociedade violenta?

É o que veremos nas próximas páginas, onde a competentíssima historiadora e constitucionalista americana Joyce Lee Malcolm, a partir de uma profunda pesquisa histórica sobre a Inglaterra, indo da época medieval até nossos dias, vai nos mostrando como, passo a passo, lei após lei, fatia por fatia, o Estado retirou dos Ingleses o direito de possuir e portar armas e – ainda mais importante – quais foram os reflexos dessas políticas desarmamentistas nos índices de criminalidade e violência.

Ao contrário do que muitos acreditam, ou melhor, são levados a acreditar, os cidadãos ingleses estão em sua maioria descontentes com as atuais restrições e a crescente criminalidade. *The Telegraph*, conceituado jornal inglês, realizou uma enquete no início deste ano (2014) sobre qual lei precisaria ser rediscutida. A mais votada, com cerca de 25 mil votos, ou quase 90%, é a revogação da proibição do posse e porte de armas para defesa. Um dos leitores do periódico indagou: “Afinal de contas, por que é permitido somente aos criminosos possuir armas e atirar em pessoas desarmadas, cidadãos indefesos e em policiais?”.

É impossível ao leitor mais atento não traçar um paralelo claro e inequívoco entre a experiência inglesa e a brasileira, onde o extremo controle de armas nas mãos dos civis vem sendo usado e implementado desde o

nosso descobrimento, não para a redução da criminalidade e violência, mas apenas para o controle social. Enquanto colônia de Portugal, a simples fabricação de uma arma de fogo no Brasil poderia ser apenada com a morte. Durante o Império, foram proibidas as milícias e foi criada uma força nacional estatal para garantir a integridade do reino. Na década de 20, o governo central promoveu o desarmamento no sertão nordestino para inviabilizar o coronelismo. Após a revolução constitucionalista de 1932, Getúlio Vargas aprendeu rapidamente a lição de que não era interessante manter forças policiais estaduais e cidadãos com acesso a qualquer tipo de armamento. Em 1997 a posse e o porte ilegais foram transformados em crimes. Em 2003, o golpe quase fatal: a aprovação do malfadado Estatuto do Desarmamento, que prometia retirar o Brasil do rol dos países com mais homicídios no mundo. O resultado? Fechamos 2012 com mais de 56 mil assassinatos – isso, claro, falando-se em números oficiais...

Da mesma forma que no Brasil, a restrição às armas de fogo na Inglaterra sempre foi pautada no controle social e político, ora desarmando os católicos, ora desarmando os mais pobres, mas sempre com o objetivo claro de manter certas classes sob o domínio de outras e, ao final das contas, o domínio do próprio Estado exercido sobre todos.

Embora o livro não aborde diretamente a questão *liberais* (esquerda) *versus conservadores* (direita), resta claro que o desarmamento em vigor na Inglaterra veio pelas mãos dos liberais, ou seja, pelas mãos dos políticos e partidos de esquerda. Coincidências? Não! Como esperar que um ideologia absolutamente estatizante e coletivista respeite os direitos e as liberdades individuais? Só com muita ingenuidade.

Em suma, este livro agrega vasto conteúdo para um assunto tão discutido e atual em nosso país. Não se vence uma guerra sem munição, e aqui encontramos um verdadeiro arsenal de informações, dados e estatísticas para aqueles que não se rendem ao “achismo”, aos sociólogos de botequim e aos desarmamentistas hipócritas dentro de seus carros blindados, que teimam em, de forma ideológica, desarmar o cidadão, enquanto os criminosos, não poucas vezes aliados do próprio Estado, colocam a sociedade de joelhos.

Boa leitura!

Bene Barbosa
Presidente do Movimento Viva Brasil

À minha família

AGRADECIMENTOS

É um prazer ter a oportunidade de agradecer àqueles que contribuíram para esta iniciativa com seu suporte, conselho, perguntas, entusiasmo e amizade. David Wootton é talvez o maior responsável por este livro. A sua revisão de meu estudo anterior, *Manter e Portar Armas: As Origens de um Direito Anglo-Americano*, mostrou a necessidade de uma pesquisa sobre o impacto da propriedade privada de armas nos índices de criminalidade da Inglaterra, e o fato enigmático de que a era Vitoriana conseguiu manter uma taxa invejavelmente baixa de crimes violentos, apesar dos numerosos problemas sociais e de nenhum controle sobre as armas. Nós tivemos muitas discussões desde então, conforme eu trabalhava por entre as questões e materiais. Obrigado, David.

Henry Neuburger, um economista distinto, estatístico e membro do serviço civil Britânico, pesquisou com entusiasmo os números do primeiro ato Inglês sobre a licença de armas de fogo e construiu uma análise regressiva da propriedade de armas na Inglaterra. Tristemente, Henry faleceu antes que este livro estivesse completado, mas o Professor Gary Mauser, da Universidade Simon Frasier, generosamente analisou os gráficos de Henry e nos presenteou com um comentário sobre eles. Muito obrigado também a Martin Wiener e Colin Greenwood, que leram diversos capítulos e com muito tato me resgataram de meus erros. O próprio livro de Colin Greenwood serviu como um trabalho pioneiro nesta área. Eu também agradeço a Robert Cottrol, Don B. Kates Jr. e C. B. Kates, R. A. I. Munday, e à faculdade e aos colegas do Programa de Estudos de Segurança do MIT, acima de tudo ao seu diretor, Harvey Sapolsky, por me receber em seu meio, me apontar materiais importantes e levantar suas questões habitualmente desafiadoras. Devo também muitos agradecimentos aos leitores anônimos cujas excelentes sugestões e correções têm fortalecido este livro. Eu tenho sorte de ter Kathleen McDermott e Ann Hawthorn, excelentes editoras. Minha dívida com os muitos estudiosos cujo trabalho me serviu de base está

claramente aparente nas notas deste livro. As falhas e erros que permaneceram são somente meus.

Muitas instituições também forneceram auxílio inestimável. O Bentley College me premiou com um período sabático que me permitiu realizar a pesquisa inicial; o Robinson College, em Cambridge, me recebeu calorosamente durante minhas viagens de pesquisa; a Fundação Earhart me deu uma ajuda generosa para minha pesquisa; e o Liberty Fund me nomeou como estudiosa visitante nos seis meses cruciais necessários para completar o texto do livro. Aida Donald, ex-editora-chefe da Harvard University Press, tem sido uma amiga e patrona que jamais hesitou em acreditar que assuntos controversos merecem apoio. Um obrigado especial à minha querida família por suportar minhas preocupações com graça incansável e amor

INTRODUÇÃO

Desencoraje o esforço pessoal, e indivíduos leais se tornam escravos de bandidos. Estimule demais a arrogância e você substituirá o arbitramento das cortes pela decisão da espada ou do revólver.

A. V. Dicey, *Introduction to the Study of the Law of the Constitution*

Por trás do debate impetuoso sobre o controle das armas e o crime à mão armada estão suposições não testadas sobre a conexão entre armas de fogo e violência. A sabedoria convencional equaciona o número de armas nas mãos das pessoas com a frequência de crimes à mão armada.[1] As causas contribuintes – pobreza, desemprego, e ambiente social instável – são reconhecidas, mas as armas são vistas como um fator importante, se não o mais importante de todos. Na verdade alguns estudiosos alegam que “o efeito das armas no comportamento agressivo está bem estabelecido” – ou seja, a mera presença ou visão de uma arma provoca uma ação hostil.[2] A remoção da posse individual de armas parece então ser o meio mais fácil de se reduzir a violência. Esta lógica fortalece as políticas de armas de fogo da Grã-Bretanha e da maioria dos países desenvolvidos. Mais do que isso, ela presume que a legislação é capaz de reduzir a quantidade de armas disponíveis àqueles indivíduos que provavelmente cometerão crimes.

A crença de que estatutos podem realmente privar os criminosos das armas de fogo tem sido há muito questionada. Mas, recentemente, a questão mais profunda – a relação entre o número de armas e o número de crimes à mão armada – tem sido também vigorosamente desafiada. Um forte argumento vira essa equação de cabeça para baixo, alegando que mais armas nas mãos das pessoas acaba diminuindo a criminalidade. De acordo com esse argumento os criminosos são lógicos; portanto, quando pesam o custo-benefício de cometer um crime, eles hesitarão em cometer um crime contra indivíduos que estejam armados. Assim, se muitas pessoas estiverem armadas, haverá um declínio dos crimes violentos. Baseados nessa teoria, trinta e três estados Americanos têm estatutos que permitem o porte oculto de armas a cidadãos obedientes à lei. Há uma terceira possibilidade, é claro:

que o número de armas disponíveis ao público possa não ter um impacto considerável na taxa de crimes violentos, e a solução, qualquer que seja, está em algum outro lugar. Essas abordagens alternativas merecem um exame mais minucioso.

A história nos oferece a oportunidade de testar sua validade, e este livro o faz por meio da análise do impacto das armas de fogo e das políticas de armamento sobre as taxas de crimes violentos na Inglaterra. Há razões sólidas para focarmos o estudo no caso Inglês. A Inglaterra tem atualmente as leis mais rigorosas de controle de armas do mundo, e certamente as mais rigorosas de qualquer democracia. Ela também teve, até recentemente, uma taxa baixa de crimes violentos. Essa combinação tem feito da Inglaterra o modelo mais alardeado como prova de que remover as armas das mãos das pessoas reduz a quantidade de crimes violentos. Do ponto de vista dos historiadores o exemplo da Inglaterra tem várias vantagens adicionais. Os arquivos governamentais sobre crimes mais sérios remontam às épocas medievais.[3] E por mais de um século o governo Inglês tem compilado estatísticas nacionais sobre crimes e sobre os números de armas de fogo registradas. Esses dois conjuntos de números fornecem dados de cinquenta anos antes da imposição do controle de armas até mais de oitenta anos após. Este livro tem como foco a Inglaterra e o País de Gales, cujas estatísticas governamentais têm se emparelhado consistentemente, mas não inclui a Escócia, onde um dos conjuntos de dados tem início antes da formação do Reino Unido e, mais importante, a Escócia tem seu sistema legal próprio. Ainda que essas estatísticas oficiais tenham falhas sérias, elas podem ao menos indicar tendências. Além disso, no último quarto de século, talvez por conta da preocupação crescente com a criminalidade, houve um número sem precedentes de estudiosos interessados na história do crime na Inglaterra. O corpo impressionante de pesquisas resultantes desses estudos cobre os últimos seiscentos anos e inclui estudos amplos dos padrões nacionais de violência a longo prazo, investigações detalhadas dos crimes e dos procedimentos criminais, em regiões e épocas particulares, e exames profundos da natureza, das causas, e da prevenção do crime.[4]

As comparações também podem ser instrutivas. Este livro combina o tratamento histórico de um país, a Inglaterra, com a experiência moderna de outro, os Estados Unidos. Não há duas políticas nacionais para armas de

fogo tão em desacordo, ou tão freqüentemente comparadas por seus povos. A Inglaterra possui um controle estrito de armas e uma reputação de baixos índices de crimes violentos. Os Estados Unidos têm leis de armamento permissivas e uma reputação de altos índices de crimes violentos.[5] A maioria das comparações começa e termina com essa correspondência interessante porém não examinada. Ainda assim, mesmo uma breve investigação da história de cada uma dessas nações torna a comparação ainda mais intrigante e instrutiva. Até 1920 os povos Inglês e Americano compartilharam um legado semelhante ao da segunda teoria descrita acima: o uso de um público armado para prevenir os crimes violentos. A confiança Inglesa na capacidade das pessoas comuns protegerem suas comunidades e elas mesmas era uma relíquia dos tempos medievais.[6] Em 1689 a Carta de Direitos Inglesa elevou essa tarefa habitual “de possuir armas para sua defesa” a direito para a grande maioria dos ingleses. Na época da Revolução Americana, juristas ingleses como William Blackstone também passaram a ver esse direito como um dispositivo constitucional pelo qual as pessoas, *in extremis*, poderiam proteger todos os seus outros direitos.

Os Ingleses trouxeram consigo ao Novo Mundo seu hábito de confiar nos civis para a manutenção da paz e o direito destes de possuírem armas. Na verdade, essa prática parecia tão crucial para a sobrevivência dos colonos na vastidão na nova terra que a maioria dos Americanos ainda crê que a tão difundida dependência das armas de fogo foi uma inovação colonial.[7] Quando os fundadores da república Americana esboçaram sua própria Carta de Direitos eles incorporaram o direito de possuir armas juntamente com outros escolhidos da Carta de Direitos Inglesa. A Segunda Emenda Americana, no entanto, ampliou a letra da garantia Inglesa, que restringia o direito ao armamento aos Protestantes e sugeria que alguma regulamentação fosse admissível. A letra Americana assegura plenamente que “o direito das pessoas de possuírem e portarem armas não deve ser violado.”[8]

Na prática, o direito de ambos os povos era similar. Quaisquer outras diferenças que a Inglaterra e os Estados Unidos tivessem, por três séculos eles concordaram sobre a importância da propriedade privada de armas para defesa própria, para a manutenção da paz pública, e para a estabilidade constitucional. Somente em nosso século ocorreu uma forte divergência de política e de atitude. O direito dos Ingleses de “possuir armas para defesa

própria” tem sido efetivamente demolido por uma série de estatutos parlamentares e regulamentos burocráticos cada vez mais restritivos. Estes culminaram em um regulamento confidencial de 1969, do Ministério do Interior, que barrou a posse de armas de fogo para proteção pessoal; o controle mais rígido estabelecido pela Lei das Armas de Fogo de 1988 sobre o uso da espingarda, a última das armas de fogo que podia ser comprada com uma simples demonstração de aptidão; e a Lei das Armas de Fogo de 1997 praticamente completaram o banimento completo das armas curtas. Armas de fogo à parte, e lei Inglesa atualmente proíbe civis de carregarem consigo *qualquer* artigo que seja classificado como “defesa privada”. Junto a esta política se encontra um padrão legal muito estreito sobre que tipo de força é aceitável para proteção pessoal.

Em contraste, enquanto as jurisdições Americanas restringem tipos específicos de armas de fogo, e algo em torno de 20.000 regulamentos estaduais e locais controlam o uso das armas, os cidadãos Americanos possuem aproximadamente 200 milhões de armas de fogo. A NRA, Associação Nacional de Rifle, com seus 4 milhões de membros, é o maior grupo de *lobby* dos Estados Unidos, e a maioria dos estados permite atualmente que cidadãos cumpridores da lei carreguem suas armas fora da vista, ou seja, escondidas. Vindo de um legado comum, o contraste entre as práticas Inglesa e Americana não poderia ser mais dramático. A história desta origem comum e desta divergência moderna é educativa. Há, é claro, diferenças culturais e legais importantes a se considerar, mas uma sondagem cuidadosa que vá além das generalidades constantemente repetidas pode aumentar nosso entendimento da relação entre armas e violência.

A tarefa complicada de colocar os arquivos legais e governamentais de ambas as nações em um contexto mais amplo tem sido extremamente facilitada graças ao trabalho de estudiosos de uma gama de disciplinas. Eles têm enfrentado muitos aspectos do problema – estatísticas de taxas internacionais de criminalidade, análises de estatísticas nacionais de criminalidade, estudos sobre as motivações e contextos dos criminosos, as possíveis causas do crime – tudo em busca da chave, ou chaves, para o comportamento criminoso.[9] Surpreendentemente, embora as armas sejam continuamente ligadas às taxas de criminalidade na opinião pública, investigações de estudiosos na Inglaterra raramente consideram a posse

de armas como um fator no nível de violência interpessoal. Em *The Growth of Crime: The International Experience* [i], por exemplo, Sir Leon Radzinowicz e Joan King usam a Inglaterra como ponto de partida mas em nenhum momento apontam as armas de fogo ou qualquer outro tipo de armamento como causa ou solução para a criminalidade. O mesmo é verdade no estudo estatístico fascinante de Paul e Patricia Brantingham, *Patterns in Crime*. [ii] Eles detectam padrões básicos de violência que parecem existir independentemente da disponibilidade de armas de fogo. Entre seus achados mais intrigantes está o de que países com taxas muito altas de crimes contra a propriedade tendem a ter taxas baixas de crimes contra as pessoas, e vice-versa. [10] Eles categorizaram tanto a Inglaterra como os Estados Unidos como países com taxas altas de crimes contra a propriedade e taxas baixas de crimes contra as pessoas. Quando Terence Morris passou do impacto da pobreza, da prosperidade e do desemprego sobre a criminalidade na Inglaterra para o “problema das armas de fogo”, foi apenas para considerar o uso das armas de fogo pelo polícia Inglesa, não como causa da violência, apesar do aumento no uso de armas de fogo em crimes durante o período que ele estudou. [11] Morris e Louis Bom-Cooper, em *A Calendar of Murder: Criminal Homicide in England since 1957* [iii], não dizem nada sobre armas serem um fator que contribui para a criminalidade. [12] O estudo de Robert Sindall sobre a violência nas ruas no século dezenove o levou a apontar o papel da mídia de fomentador da noção de que o crime era um problema sério na época, quando na verdade suas taxas estavam em declínio. [13] Nos esforços de Nigel Walker para explicar os maus comportamentos, ele não menciona armas de fogo, mas descobre que o princípio de Durkheim de “um efeito, uma causa” é algo sem sentido. Walker argumenta que a busca por uma teoria geral “que dará conta de todos os tipos de crimes ou desvios ou comportamentos errados não faz mais sentido do que a busca por uma teoria geral das doenças.” [14] Duas exceções notáveis são Colin Greenwood e Peter Squires. O livro inovador de Greenwood, *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales* [iv], publicado em 1972, rastreia a legislação Inglesa sobre armas de fogo e o impacto destas na criminalidade. Greenwood, então inspetor chefe da Polícia de West Yorkshire, forneceu informações valiosas sobre os controles Ingleses sobre armas de fogo até 1968 e seu impacto até 1969, descobrindo uma pequena correlação direta entre o número de armas

nas mãos privadas e o crime armado. Mais recentemente, em *Gun Culture or Gun Control? Firearms, Violence and Society* [v], Peter Squires, um cientista social Britânico, compara as atitudes Inglesa e Americana para com o que ele chama de “a sociologia da arma”. O título do livro faz uma distinção mais simplista do que o conteúdo do mesmo, que fornece uma breve história de cada país antes de focar em seus embates modernos, culturais e políticos, sobre o controle das armas de fogo. Infelizmente – já que os números de Squires sobre homicídios nos Estados Unidos param em 1994 –, ele parece não estar ciente da queda vertiginosa dos homicídios com arma de fogo nos Estados Unidos desde então, ou do aumento do crime armado na Inglaterra, e conclui que “o momento mais agudo na crise das armas no Reino Unido já passou.” Se as tendências recentes teriam alterado as conclusões de Squires ou não é incerto, pois ele não vê justificativa para uma política de armamento mais permissiva na década de 1980, quando os crimes relacionados a armas de fogo estavam em ascensão, ao mesmo tempo em que o número de registros de armas declinava, e mantém a mesma visão quando o crime armado parecia estar em queda, depois de 1994, ao dizer: “O fato de que os crimes armados pareçam estar em queda não é razão para que reconsideremos a questão da proibição de armas curtas.” [15]

A preocupação Americana com o crime tem sido focada mais freqüentemente na relação entre armas de fogo e violência. Ainda assim, somente em meados da década de 1970 é que esta preocupação sobre armas começou a ser refletida em periódicos “com pretensões científicas”. Desde então houve uma explosão de interesse pelo assunto, com mais artigos publicados sobre armas de fogo e crime entre 1975 e 1985 do que em todos os anos anteriores. [16] Em um campo de estudo tão complexo e tão emocional, alguns autores, levados a publicar por uma convicção profunda de quem deve ter acesso a armas, têm aceitado prerrogativas não comprovadas. Felizmente, os resultados de muitas investigações acadêmicas cuidadosas sobre a criminalidade americana, inglesa e internacional podem fornecer idéias penetrantes, e levar a uma melhor compreensão da relação entre armas e violência.

O que nós não podemos saber, é claro, e o que nenhum trabalho histórico pode estabelecer, é o que aconteceria na ausência de restrições como as impostas pelos regulamentos ingleses modernos sobre armas de fogo. Mas

isso não é razão para desistirmos. As evidências disponíveis nos permitem analisar estas restrições no contexto histórico e, pela comparação de padrões de violência antes e depois de sua aplicação, avaliar se elas atingiram os objetivos previstos. A adoção de uma perspectiva histórica longa torna essa estratégia ainda mais válida.

Eu começo este estudo com um exame do tratamento costumeiro que a lei comum dá à violência e às atitudes populares em relação ao crime e à autodefesa na Idade Média. O primeiro capítulo também fornece um controle classificatório para o restante do material, com o uso de indicadores do nível e do tipo de crimes violentos, na Inglaterra, antes do aparecimento das armas de fogo. O Capítulo 2 foca no aparecimento das armas durante os séculos dezesseis e dezessete, o impacto destas armas nos crimes violentos, e o estabelecimento em 1689 de um direito aos Ingleses Protestantes – naquela época, 90 por cento da população –, o de possuir armas para defesa pessoal. O Capítulo 3 aborda os eventos do “longo século dezoito”, uma era de guerras externas freqüentes, de legislação doméstica draconiana como a Lei Negra, com seus novos 200 a 350 crimes, de forte confiança no transporte de criminosos, e de fácil acesso às armas de fogo. O Capítulo 4 examina a relação entre armas e violência no século dezenove, quando as conseqüências da Revolução Francesa e o aparecimento completo da Revolução Industrial trouxeram novos desafios para a ordem pública. Mesmo quando esse século, repleto com todos aqueles suspeitos habituais da desordem e do crime – pobreza, desorganização, ausência de “redes de segurança”, e armas baratas – chegou ao seu final, a Inglaterra ostentou níveis extraordinariamente baixos de crimes violentos. Os dois capítulos seguintes tratam em detalhes da experiência Inglesa no século vinte, desde a imposição das primeiras restrições gerais à propriedade de armas logo após a Primeira Guerra Mundial até os controles extensos das armas de fogo e de suas imitações, e do porte de qualquer tipo de objeto para defesa própria. O impacto de uma estratégia governamental com o intuito de reduzir o crime pela remoção de qualquer artigo que possa detê-lo é ali examinado cuidadosamente. Por último, o Capítulo 7 examina e avalia o uso de armas nos Estados Unidos, sua multiplicidade de políticas de armas de fogo, e seu impacto nos crimes violentos nos últimos anos.

Um assunto tão complexo envolve necessariamente a consideração de uma variedade de fatores que possam ter afetado as taxas de crimes violentos, entre eles escassez, guerra, desmobilização, mudanças de curto e longo prazo nas leis criminais e na escolha do criminoso pela arma, flutuações nas atitudes culturais em direção ao crime interpessoal e suas punições, e tentativas de dissuasão. Com tudo isso em mente o Capítulo 8 tira conclusões sobre a relação entre armas de fogo e crimes violentos. Esta agenda ambiciosa é necessária para posicionar o problema em seu contexto histórico.

“É difícil analisar o estado do crime,” reclamou o investigador-chefe das prisões da Inglaterra,

porque as estatísticas obtidas pelos servidores civis, e usadas pelos ministros, são quase que invariavelmente enganosas. É fácil sugerir que a criminalidade esteja em alta ou em baixa olhando somente para uma variedade única de crime, ou para uma única localidade, como uma grande cidade... Muitos crimes não são reportados. Muitos crimes, os que não vão a julgamento, são reportados falsamente... É do interesse dos políticos mostrar que suas medidas políticas têm sido efetivas. Eles agitam sua varinha e o crime desaparece.[17]

Aqueles que pesquisam a história do crime admitem rapidamente que sua ciência não é exata. Variáveis numerosas distorcem o quadro. Estas incluem a mudança das definições particulares de crimes e a variação dos métodos de cálculo; hesitação no entusiasmo pela aplicação estrita da lei por parte da polícia, dos promotores, dos juízes, do governo, e do público; crimes numerosos que não são reportados; e uma abundância de causas gerais e particulares para as flutuações nas taxas de crimes violentos. Até mesmo a definição do que constitui uma arma de fogo não é tão clara como parece. Adicione a tudo isso outros elementos que perseguem a análise, abrangendo vários séculos – manutenção inconsistente de dados, mudanças sociais e econômicas, viradas demográficas, impacto de guerras e de códigos legais drasticamente diferentes, mudança de normas comportamentais, habilidades médicas melhoradas – e qualquer estudo histórico parecerá temerário ao extremo. Ainda assim, como V. A. C. Gatrell, um dos mais distintos historiadores do crime, responde aos céticos:

não é realmente necessário saber o tamanho da lacuna entre o crime reportado e a cifra real, por maior que seja. No século dezenove as respostas do público, da polícia e do judiciário a muitos crimes podiam ser, no curto prazo, bem erradas. Mas no longo prazo a influência dominante dos registros de crimes violentos aos quais nos

atentávamos era tamanha que em escala nacional, pelo menos, quando um grande número de casos registrados estava envolvido, tornava a influência destas variáveis instáveis de curto prazo em uma tendência altamente incidental.[18]

De fato, mesmo as estatísticas modernas de criminalidade não são confiáveis. A polícia controla, em grande parte, o que é reportado. Para começar, eles determinam como os crimes são classificados. Num determinado momento da história o Ministério do Interior da Inglaterra insistiu que toda arma de fogo roubada fosse listada como uma arma de fogo “envolvida num crime”. [19] Como resultado disso, o impacto de um furto de uma coleção de dez armas antigas constaria como dez casos adicionais de crimes com armas de fogo no relatório anual da polícia. O tratamento da polícia às vítimas tem também um efeito importante em sua disposição de vir à delegacia. Alguns observadores afirmam que as cifras de criminalidade nos dizem mais sobre as políticas da polícia do que sobre o crime em si. [20] Motivações políticas também parecem se intrometer e podem até mesmo dominar os cálculos da polícia. Em períodos nos quais não havia verbas adicionais para combater a violência, e era politicamente interessante sugerir que tudo estava calmo e sob controle, a polícia Inglesa parece ter deixado de reportar crimes. De fato, Howard Taylor provou o argumento de que as estatísticas do governo para crimes durante os séculos dezenove e vinte, incluindo as de assassinato, refletiram fortemente as “políticas do lado da oferta.” [21] Esta atitude de subnotificar parece ter mudado abruptamente no meio da década de 1960, quando uma onda de crimes coincidiu com um aumento de verbas para áreas de alta criminalidade. Nessas circunstâncias a polícia começou a exagerar em suas estatísticas. [22] A distorção se tornou tão flagrante que o governo começou a fazer consultas diretas à população. O Ministério do Interior conduziu suas próprias pesquisas sobre criminalidade em 1982, 1984, 1988, 1992 e 1998. Os autores de um estudo que compara os relatórios criminais da polícia com pesquisas do Ministério do Interior com vítimas de crimes estavam convencidos de que as estatísticas da polícia “não são um guia confiável tanto para a extensão dos crimes como para suas tendências,” notando que “o aumento dos crimes de violência e vandalismo tem sido amplificado pelas estatísticas da polícia e esta é a fonte principal para o aumento *geral* dos números desde 1981.” [23] Uma década depois as

estatísticas da polícia sobre os crimes eram tão duvidosas que o *Times* de Londres sugeriu duas vezes que eles fossem dispensados de fazê-las.[24]

Apesar de todos esses problemas, a questão da relação entre armas e violência é importante demais para ser ignorada. Historiadores, incluindo esta que vos escreve, descobriram que mesmo evidências com falhas podem despertar descobertas-chave, especialmente quando usadas em conjunto com uma ampla variedade de materiais e colocadas em contexto histórico. E esse contexto é extremamente rico e complexo.

Compreender a relação verdadeira entre armas de fogo e violência é essencial para desenvolver políticas que possam fornecer aos cidadãos cumpridores da lei a segurança pessoal que Blackstone chamou de o primeiro entre os direitos importantes e primários da humanidade. Eu espero que a história que se segue possa contribuir para esse esforço.

i A tradução livre para esse título seria “O Crescimento do Crime: a Experiência Internacional” – NT.

ii A tradução livre para esse título seria “Padrões do Crime” – NT.

iii A tradução livre para esse título seria “Um Calendário do Assassinato: o Homicídio Criminoso na Inglaterra desde 1957” – NT.

iv A tradução livre para esse título seria “Controle das Armas de Fogo: um Estudo sobre o Crime Armado e o Controle de Armas de Fogo na Inglaterra e no País de Gales” – NT.

v A tradução livre para esse título seria “Cultura das Armas ou Controle das Armas? Armas de Fogo, Violência e Sociedade” – NT.

A IDADE MÉDIA: LEIS, BANDIDOS E CRIMES DE VIOLÊNCIA

Toda era desde o século quinze até os nossos dias tem produzido testemunhas ansiosas por atestar a violência e a criminalidade sem precedentes de sua própria geração.

– J. S. Cockburn, “*Patterns of Violence in English Society: Homicide in Kent, 1560-1985*”

As armas causam crimes? Se este for o caso, então um mundo sem armas de fogo privadas deveria ter um nível menor de criminalidade do que um outro onde elas estejam disponíveis. E a propagação das armas deveria ter se manifestado através de taxas crescentes de assassinatos, roubo e outros atos violentos. O uso comum de armas de fogo privadas se iniciou na Inglaterra durante o século dezesseis. Desse modo, é no final da Idade Média, os séculos quatorze e quinze, que nossa investigação deve começar.

Duas versões concorrentes da violência na Inglaterra pré-industrial chegaram até nós. A primeira enxerga essa era como bucólica e quieta, até que a Revolução Industrial destruiu a ordem, a comunidade e a família tradicionais; a outra pinta o período como violento, sem lei, sem polícia, e não civilizado. O primeiro conceito vem dos grandes teóricos sociais do século dezenove e início do vinte. A noção de que a modernização levou ao colapso social, que por sua vez levou ao aumento da criminalidade, foi desenvolvida a partir das teorias de Marx, Tonnies, Durkheim, Weber, e outros. [1] A Inglaterra, como primeira nação a experimentar o impulso completo da Revolução Industrial, parecia ser o paradigma de uma comunidade que experimentou a transformação de uma sociedade plácida para uma moderna, esta sem lei. Enquanto alguns pensadores também apontaram uma mudança no tipo de desvio – de crimes violentos para crimes contra a propriedade – sua premissa básica gerou a visão comum de

que as mudanças drásticas nos padrões de vida e trabalho criaram um ninho para o crime.[2]

O segundo cenário, projetado pelas próprias pessoas da Inglaterra pré-industrial, retrata a Inglaterra medieval como uma sociedade rude e violenta, obrigada a manter a ordem com códigos legais severos e punições aplicadas com uma publicidade intencionalmente cruel. A Inglaterra pode ter evitado a tortura judicial em uso no Continente e ostentado uma longa tradição de julgamentos por júri, mas a comissão de roubos menores trouxe homens e mulheres para as forcas. Os traidores eram enforcados publicamente, afogados e esquartejados, e suas cabeças deixadas para apodrecer em lanças nas extremidades da London Bridge como uma lição objetiva para todos. Indivíduos condenados por crimes menores eram, algumas vezes, marcados com ferro quente ou tinham suas orelhas cortadas.

Os contemporâneos lamentavam os perigos e a depravação de sua era, e freqüentemente recontavam com fascinação e horror os detalhes de crimes particularmente sinistros.[3] As impressoras alimentavam o apetite público por contos de vilania, com panfletos que recontavam os últimos assassinatos, roubos e julgamentos. Os autores e editores do gênero justificavam sua escolha de assunto dizendo que assim ofereciam lições de cautela valiosas. Considere os títulos de dois panfletos principais da época:

Uma Descoberta de Roubos Numerosos, Grandes e Exagerados: o comprometimento tardio com a devassidão e com o mal afetou os soldados [...] desde a recente dispersão do Exército do Norte [...] em que está inclusa a descrição de um combate exagerado, entre 9 Soldados e 6 Assassinos, que se encontraram na estrada, e o que se seguiu. Com diversas outras ofensas e abusos, feitos por eles dentro desta Cidade (1641)

Inquérito sobre Sangue. Sendo uma Relação de diversas Inquisições de todos que Morreram por qualquer tipo de Morte violenta na Cidade de Londres, e Vila de Southwark, começando em 1º de Janeiro de 1669 [...] E também um relato breve daqueles que foram achados Culpados, com menção aos seus Crimes e Punições. Publicado para a Satisfação de alguns, e para prevenir os Erros de outros (1670)

O trabalho de Alexander Smith, de 1711, *The History of the Lives of the Most Noted Highwaymen, Footpads, Shop-lifts and Cheats of Both Sexes, in and about London and Other Places*, [vi] se tornou tão popular que teve cinco edições. Claramente, esse período não era diferente do nosso em sua fascinação pela violência. Na verdade, pelo fato de não ter havido uma polícia profissional até o século dezenove, e estando a responsabilidade por

manter a ordem local nas mãos dos locais, sua preocupação com a atividade criminal é ainda mais compreensível.

Os conflitos entre as pessoas que respeitavam a lei e os criminosos se transformavam em publicações horripilantes, mas que entretiam muitos. Ainda assim, se formos ouvir exclusivamente os críticos contemporâneos ou depender de nossas noções próprias sobre um passado rebelde, corremos o risco de nos esquecermos da tendência, em cada era, de reclamar das condições predominantes. Como observou James Cockburn: “A maioria dos Ingleses do século dezenove estavam convencidos de que a criminalidade crescia como nunca antes na história; comentaristas do século dezoito estavam completamente alarmados por algo que viam como uma onda crescente de criminalidade violenta; e denúncias de um colapso iminente da lei e da ordem pontuaram a Idade Média”[4] J. A. Sharpe sustentou que ainda que os Ingleses discutissem freqüentemente sobre a ilegalidade, eles não viam isso como “um problema.”[5] No entanto, a investigação de Barbara Hanawalt sobre a Inglaterra do século quatorze a convenceu de que “a preocupação com o predomínio da desordem e do crime estava expressa em cada quarteirão e em todas as classes.”

O rei promulgou estatutos contra a ilegalidade, empreendeu reformas administrativas, e tentou se livrar de oficiais corruptos, enquanto que a Câmara dos Comuns pedia uma melhor aplicação das leis e a punição para oficiais corruptos. Os lordes mantinham tropas em suas propriedades para se protegerem contra os bandidos, mas as pessoas da área rural reclamavam que as tropas caseiras dos lordes eram os grandes responsáveis pela violência. Os juízes apontavam que os criminosos os brutalizavam e ameaçavam, de modo que não podiam fazer seu trabalho, enquanto todos acusavam os juízes de vender a justiça como mercadoria e de punir homens que não poderiam pagar por sua absolvição. Jurados camponeses absolviam seus vizinhos depois de atos criminosos repetidos para que, quando fossem eles mesmos capturados, seus vizinhos fizessem o mesmo por eles.

Hanawalt diz que tais reclamações são “parte da tradição ocidental de se queixar socialmente.”[6] Mas Cockburn, em seu estudo sobre o período moderno inicial, encontrou períodos nos quais a comunidade e o Parlamento estavam profundamente perturbados com o crime e tentaram combatê-lo a todo custo.[7] Uma lei de 1362, por exemplo, dizia que “as estradas e vias [...] têm estado, nos últimos tempos, mais infestadas com ladrões e assaltantes do que antigamente” e que os assassinatos e roubos cometidos por estes causavam “a grande desonra das leis deste reino e de seu

governo.” Para encorajar o público a denunciar assaltantes era oferecida uma recompensa de quarenta libras para informações que levassem à captura e condenação de um salteador. Era também prometido ao informante o cavalo do ladrão, suas armas, e qualquer coisa que estivesse em sua posse, desde que fossem de propriedade do bandido.[8]

Se concepções e evidências anedóticas podem distorcer nossa perspectiva, também o podem os documentos. É muito comum estudiosos, mergulhados em arquivos dos tribunais, serem facilmente levados a assumir que uma minoria era acusada por crimes. Os arquivos, as reclamações e a fofoca necessitam ser postos dentro de um contexto. O problema principal, no entanto, não é tanto com os arquivos enviesados, mas sim com os imprecisos e idiossincráticos, especialmente antes de 1805, quando as estatísticas nacionais sobre criminalidade começaram a ser compiladas. Por cinco séculos e meio, de 1250 a 1800, apenas vinte conjuntos de arquivos criminais da Inglaterra sobreviveram, e são de regiões de tamanhos e características variados, e de períodos diferentes.[9] E mesmo esses conjuntos de arquivos são incompletos. Uma série completa de indiciamentos por crimes sérios sobreviveu até o século dezoito. Felizmente, o homicídio, o crime mais pertinente à nossa investigação, está também na categoria com mais probabilidade de ser documentado; mas mesmo alguns homicídios escaparam da documentação legal ou foram arquivados como acidentes, defesa própria, ou como resultado de causas naturais ou “intervenção divina”. [10] Mais ainda, tanto a definição de homicídio como as atitudes a respeito do mesmo mudaram no curso da história. Uma pesquisa sobre a lei e sua evolução, bem como os números de armas de fogo e seu papel no crime, é assim essencial para nossa missão. Mas primeiro precisamos considerar o que já foi descoberto sobre tendências de longo prazo na criminalidade. Sobre a questão chave do impacto das armas de fogo, é notável que nem aqueles que acreditam na existência de uma Inglaterra pré-industrial pacífica nem os que sustentam que era uma sociedade violenta vêm a proliferação das armas como algo que cause uma mudança nas taxas de criminalidade.

Desordem ou civilidade: a visão longa

Os registros históricos Ingleses revelam um padrão constante, no qual os crimes contra a propriedade são muito mais comuns do que os crimes contra

as pessoas.[11] E virtualmente todos os historiadores concordam que os crimes contra as pessoas, especialmente o homicídio, declinaram na Inglaterra desde a Idade Média até o nosso século.[12] A pesquisa de Thomas Green sobre os júris Ingleses medievais mostrou que, embora os homicídios fossem comuns e perfizessem “uma proporção muito grande da agenda da corte”, os números diminuíram entre os séculos treze e dezenove. [13] Lawrence Stone estimou que “as taxas de homicídio na Inglaterra do século treze eram aproximadamente o dobro daquelas dos séculos dezesseis e dezessete, que por sua vez eram de cinco a dez vezes maiores do que as de hoje.”[14] Outros, menos preparados para apresentar porcentagens específicas, concordam de qualquer maneira com a conclusão geral. Cockburn encontrou “uma base forte para a tese de que os quatro séculos após 1560 viram um declínio decisivo na incidência de homicídios na Inglaterra.”[15] Em 1984, James Sharp concordou cautelosamente que, mesmo não sendo um declínio suave, os indícios “dão a impressão de uma mudança em direção a uma sociedade menos brutal.”[16] Já em 1996 ele estava mais seguro. Um grupo de suas amostras sugeria uma taxa “típica” de homicídios para o século treze de 18 a 23 casos por 100.000, diminuindo para 15 por 100.000 no século dezesseis, e caindo “dramaticamente” por volta da metade do século dezessete.[17] Este declínio nos crimes violentos, de acordo com T. R. Gurr, “tem uma plausibilidade *prima facie* porque vai de encontro ao aumento da sensibilização pública e da atenção oficial.”[18] Sharpe devaneia, dizendo que a razão para esse declínio “permanece inexplicável.”[19] O longo declínio nas taxas de criminalidade na maioria dos países ocidentais também permanece inexplicável.[20]

Armas de fogo – mosquetes, espingardas e armas curtas – tornaram-se de uso mais comum no século dezesseis, quando os homicídios já estavam em declínio. De lá até 1920 não houve restrições efetivas à sua posse. As duas tendências se cruzam: os crimes violentos continuaram claramente a declinar ao mesmo tempo em que as armas se tornavam cada vez mais disponíveis.

Esse é o quadro geral, pintado com pinceladas largas. Precisamos examinar cada época mais de perto para ter certeza de nosso embasamento, pois sob as tendências gerais estão variáveis importantes, entre elas as mudanças na disponibilidade das armas de fogo, na prática legal e nas atitudes da

comunidade em relação ao homicídio e ao roubo, esses crimes que William Blackstone via como “de um tom profundo e atroz.”[21] É nestes atos violentos que as armas tinham mais chance de estar envolvidas.

Homicídio, roubo e lei

Os registros históricos são claros. A Inglaterra medieval, sem o benefício das armas de fogo, era de fato, bem como em teoria, violenta e turbulenta. A taxa de homicídios era extraordinariamente alta, aproximadamente 18 a 23 por 100.000 no século treze e na primeira metade do quatorze; e esses números, como veremos, são quase que certamente subestimados.[22] Por comparação, na América, em 1965, apenas 0,4 por cento de todos os crimes eram homicídios. [23] Na primeira metade do século quatorze Londres tinha uma média de dezoito homicídios por ano, comparado a dois homicídios por ano em uma cidade norte-americana, de população similar, em 1965.[24] O sistema de saúde muito mais precário da Idade Média, é claro, resultava em mais ferimentos que levavam à morte, aumentando em certo grau a taxa de homicídios.

A lei criminal medieval era rudimentar mas em evolução. Suas idiossincrasias e seu desenvolvimento tiveram um grande impacto na catalogação e no tratamento, e por conseqüência nos números registrados, dos assassinatos. A Coroa assumiu jurisdição sobre todos os homicídios no século doze sob o raciocínio de que um assassinato não atinge somente a vítima, mas também o rei, cuja paz é quebrada. Havia um motivo mais escuso também, já que a lei requeria o confisco dos objetos associados à morte de um homem. Se fosse confirmado que o acusado agiu em defesa própria ele era perdoado.[25] Ao trazer os crimes mais sérios para debaixo das cortes reais estas tinham sua autoridade fortalecida. O envolvimento real resultou na melhor preservação dos registros e num desenvolvimento legal mais uniforme. Ainda assim, a jurisdição, mesmo para os crimes mais sérios, era ainda um tanto turva devido à tradição do “benefício do clero”, que isentava o clero da autoridade das cortes seculares. Este privilégio acabou sendo estendido a todos aqueles conectados à igreja e mais tarde a todos os “escriturários”, definidos como pessoas que sabiam ler. A maior punição que um membro do clero poderia receber, mesmo se matasse com um tiro um assaltante que lhe desse um soco, era de um ano de prisão mais a marcação do “músculo do polegar.”[26] Este privilégio bastante comum foi

acertadamente repudiado e gradualmente limitado até que, após 1512, não houvesse mais nenhuma exceção para a pena completa por assassinato premeditado. Mas, na Idade Média, o benefício do clero significou que algumas pessoas acusadas de crimes sérios e até mesmo de homicídio não chegaram às mãos das cortes seculares.

As definições legais, mesmo as de homicídio, se alteraram no decorrer do tempo e tiveram assim um impacto sobre a taxa de criminalidade. Escrevendo no século dezessete, Sir Edward Coke explicou que a lei comum dividia as mortes violentas em três tipos: assassinato, homicídio voluntário e homicídio involuntário. Ele definiu assassinato como “matar ilegalmente uma criatura sensata, que vive sob a Paz do Rei, com malícia premeditada expressa ou implícita, sendo a morte ocorrida dentro de um ano e um dia.” [27] Mas este não foi sempre o entendimento sobre o assunto. Antes de 1400 o termo *assassinato* parecia ter sido usado somente para mortes secretas ou acobertadas nas quais o assassino era desconhecido. Demorou para que assassinato viesse a significar uma morte “maliciosa, premeditada ou deliberada”. [28] O “homicídio” de Coke – homicídio voluntário – consistia no assassinato intencional mas sem a premeditação maliciosa. A distinção crucial entre assassinato e homicídio voluntário era um problema para as cortes medievais e foi gradualmente esclarecida por diversos estatutos. “Homicídio involuntário”, a terceira categoria de Coke, envolvia alguém que “matasse casualmente, e por desventura, sem o desejo que traz o dolo ao ato.” Ele incluía tanto as mortes acidentais como os casos de defesa própria durante uma briga, um tumulto ou uma discussão. [29] Em casos de morte acidental a corte considerava se o ato causador da morte era em si mesmo legal e apropriado. Assassinatos cometidos por alguém que estivesse cometendo um delito, mesmo os não intencionais, eram considerados merecedores do tratamento mais severo e eram tratados como premeditados. Em seu texto sobre a história das leis Inglesas, George Crabb usou o seguinte exemplo de tal tipo de assassinato: um homem que desejava roubar um veado atirou no mesmo e acabou matando uma pessoa. Como o ato era ilegal em si, a morte seria julgada como assassinato ou como homicídio voluntário. [30]

As mortes que causavam as maiores divergências durante a Idade Média, e que produziram os padrões da lei comum, tão mal compreendidos

atualmente, eram as mortes por defesa própria. A defesa própria foi há muito tempo reconhecida como não somente *uma*, mas como *a* “lei primária da natureza”. Sobre isso Blackstone explicou: “a lei respeita as paixões da mente humana; e [...] torna legal à pessoa fazer por si mesma a justiça imediata, para a qual seja requerida pela natureza e cujos motivos prudenciais não sejam fortes o suficiente para refreá-la. Ela considera que o processo futuro da lei é de forma alguma um remédio adequado para ferimentos acompanhados por força.” [31]

Era uma política pública sensata a permissão de tal defesa. Blackstone achava que era “impossível dizer a que dimensão arbitrária os ultrajes cruéis desta feita poderiam ser levados à cabo, a não ser que fosse permitido a um homem se opor à violência de outro.” De acordo com isso, ele insistia, o direito à defesa própria não poderia ser tirado pelas leis da sociedade. Ainda que a lei tivesse de ter certeza que aquele que matou foi obrigado a fazê-lo para se proteger de um dano grave, dano que nenhuma ação legal futura poderia possivelmente reparar. Portanto, cercou-se a defesa própria com regras para assegurar, como Blackstone se apressou em adicionar, “que a resistência não exceda os limites da mera defesa e prevenção; caso contrário o defensor se tornaria ele mesmo o agressor.” [32]

Padrões distintos de comportamento foram necessários para circunstâncias distintas. Em uma alegação de defesa própria quando um homicídio acontecia durante uma briga, “com o sangue quente”, o réu tinha que provar que havia fugido tanto quanto possível, ou “até que desse com as costas na parede”, antes de se utilizar de uma força mortal. [33] Esta regra tinha a intenção clara de reduzir as chances de que uma briga se tornasse um confronto mortal. Em um caso de 1369, em Newgate, um capelão alegou que teve que matar em defesa própria. Os jurados explicaram que o homem que havia sido morto havia perseguido o capelão com um bastão e o havia atingido, e que o capelão revidou a agressão e matou seu atacante. O júri foi cuidadoso ao adicionar que o assassino, “se assim desejasse”, poderia ter fugido. Eles sentiram claramente que esse não era um caso válido de defesa própria. A justiça acabou condenando o capelão como culpado, já que “ele tinha a possibilidade de fugir para tão longe quanto pudesse com segurança.” [34]

Hoje alguns acreditam que essa insistência, da necessidade de fugir em tais casos, era o único comportamento que a lei comum permitia. Mas a lei comum reconhecia muitas instâncias nas quais um indivíduo poderia usar uma força letal legitimamente, sem a necessidade de fugir, e essas circunstâncias foram expandidas com o tempo. Por exemplo, mortes ocorridas quando um homem estava atuando como pacificador, ou defendendo a si mesmo, sua família e sua propriedade, eram classificadas como justificáveis ou como desculpáveis.[35] Homicídio justificável, o primeiro desses, cobria uma variedade de circunstâncias nas quais o homicídio era julgado como sem culpa, ou mesmo como um ato valoroso. Matar alguém que estava a cometer um crime era considerado justificável.[36] Esta leniência foi imperativa já que a Coroa esperava que um sujeito comum arcasse com uma ampla variedade de tarefas de manutenção da paz.[37] Estas incluíam fazer turnos para vigiar a cidade ou vila durante a noite, ou montar guarda durante o dia; levantar um “clamor público” quando um crime sério houvesse sido cometido; e, se necessário, acompanhar o policial local ou o xerife na perseguição do culpado “de cidade a cidade, e de condado a condado” sob “pena de uma multa grave.”[38] Os homens eram também obrigados a se juntar ao pelotão do xerife para ajudar a debandar tumultos. Muitas vezes essas obrigações perigosas ameaçavam a vida do pacificador ou obrigavam-no a usar força letal na captura de um suspeito. Ao tomar uma vida nessas condições, o indivíduo estava ajudando a combater o crime. Na verdade, poder-se-ia argumentar que, ao defender a si mesmo de um delito, ele não estava apenas se salvando de um dano grave mas também prevenindo um crime. Um caso de 1221 combina ambos os elementos. Howel “o Marcador”, descrito nos registros como um ladrão errante, e seus homens assaltaram um carreteiro. O carreteiro resistiu e matou Howel, defendeu-se contra o resto da gangue e depois fugiu. O condado de Worcestershire decidiu que, por Howel ser um ladrão, o carreteiro, cuja fuga o havia levado a Jerusalém na ocasião da decisão judicial, estava “livre dali adiante”, e o convidou a “retornar em segurança, livre daquela morte.”[39] Um caso semelhante ocorrido no mesmo ano, *Rex vs. Leonin e Jacob*, envolveu a morte de um larápio. Leonin e seu servo Jacob mataram John de Middleton na floresta real de Kinfare. Os jurados acharam que “no momento da batalha” John veio com muitos outros para a floresta do rei para “praticar ofensas na floresta, como era de seu hábito.” Ele

foi descoberto pelos servos do rei e por habitantes da floresta com uma carcaça inteira de uma corça, mas se defendeu. Durante o processo ele “cortou fora um dedo de um local e por isso foi morto.” Leonin e Jacob foram julgados “livres disso.”[40] O fato de que tais casos surgissem ilustra o quão cuidadosas eram as cortes mesmo em casos de homicídio cometido durante a tentativa de impedir delitos. Green explica que uns dois séculos depois desses casos, o homicídio justificável foi ampliado para remover qualquer dúvida de que fosse algo feito para abrigar assassinos de bandidos pegos em atos de assalto, incêndio criminoso ou roubo.[41]

A expectativa de que cidadãos comuns devem ajudar a manter a paz, e a generosidade da lei em permitir que usem força letal, se necessário, para tal objetivo se tornou mais clara com o passar do tempo. E da mesma forma, a opinião de que alguém atacado por um criminoso não teria necessidade de fugir antes de recorrer ao uso da força letal. Ambos os conceitos foram unidos pela tarefa do indivíduo de prevenir um crime. Olhando para trás, a partir de uma posição avantajada, no final do século dezoito, Blackstone descobriu que “um princípio uniforme” permeava a lei Inglesa “e todas as outras leis”: “onde um crime, sendo ele capital, é levado à tentativa através da força, é legítimo que se rechace esta força através da morte da parte criminosa.”[42] Um século depois A. V. Dicey escreveu que, para um avanço da justiça pública,

todo homem está legalmente justificado, e está freqüentemente obrigado, a usar a força. Por isso um cidadão leal pode interferir legalmente para colocar um fim a uma quebra da paz que acontecer em sua presença, e usar tanta força quanto for razoavelmente necessária para esse propósito. Por isso, também, qualquer pessoa privada que esteja presente quando algum delito for cometido, está obrigada por lei a prender o criminoso, sob pena de multa e prisão caso sua atitude negligente permitir a fuga do mesmo.[43]

Mais à frente Dicey argumenta que a teoria do direito a infligir dano corporal grave ou morte a um malfeitor não foi originada na necessidade de manter a paz do rei, mas na defesa própria, no “direito de todo indivíduo leal de usar os meios necessários para evitar perigos graves à vida ou a um membro do corpo, e interferências sérias à sua liberdade pessoal.”[44] A explicação de Sir Michael Foster também conecta uma defesa própria assertiva com o dever de manter a paz: “Onde há a tentativa de um crime conhecido contra uma pessoa, seja por roubo ou assassinato, a parte

violentada pode repelir a força com força, e mesmo o servo que esteja a seu serviço, ou qualquer outra pessoa presente, pode intervir para evitar prejuízos; e se a morte acontecer, esta intervenção será justificada.”[45] Embora a defesa própria letal não fosse permitida durante uma briga se o assassino conseguisse fugir com segurança, a pretensa vítima do delito não era obrigada a recuar. Na verdade, se o criminoso fugisse ou tivesse ferido alguém gravemente, era dever “de cada homem usar de seus maiores esforços para prevenir uma fuga.” E se, durante a perseguição, o culpado fosse morto, “*caso ele não puder ser alcançado de outra forma*, isto será considerado um homicídio justificado. Pois a perseguição não é apenas justificável; é o que a lei requer, a qual punirá a negligência *intencional* da mesma.”[46] Este princípio foi especialmente crítico na prevenção do crime na era anterior à polícia profissional.[47]

As obrigações com a manutenção da paz se estendiam para além da vila e mesmo do país. Homens com idade entre dezesseis e sessenta estavam obrigados ao serviço soberano nas milícias de cidadãos. A milícia era uma força de defesa encarregada de proteger o reino contra invasões e de suprimir tumultos e desordens locais. Com a exceção dos primeiros anos do reinado Normando, os reis ingleses optaram por confiar armas a seus súditos para que eles pudessem participar da milícia e equipá-la. Por volta de 1252 não apenas os homens livres mas também os servos feudais, e mesmo camponeses que não eram livres foram logo incluídos. “O estado em suas exigências,” escreveu F. W. Maitland, “presta pouca atenção à linha entre liberdade e escravidão, e espera que todos os homens, não apenas os livres, tenham armas.”[48] Esta obrigação da milícia medieval persistiu durante o início da era moderna, embora neste último período os grupos seletos de homens, bandos especialmente treinados, eram os mais freqüentemente chamados em emergências.

Apesar dessas obrigações perigosas, qualquer um que matasse um criminoso em defesa própria, de sua família, ou de sua propriedade teria que ir perante a corte para pedir pelo perdão real. Mortes acidentais ou justificáveis podem nunca ter pretendido atrair a pena de morte, mas o remédio repousa na graça do rei. A garantia de um perdão real em tais casos já havia se tornado *pro forma* em 1278, mas a incerteza permaneceu no que diz respeito à defesa da família de alguém, e somente em 1532 o Parlamento

tornou os perdões desnecessários em casos nos quais pessoas fossem mortas durante tentativas de cometer roubo ou assassinato nas redondezas ou nas estradas, ou nas “mansões.”[49]

Enquanto o homicídio justificável envolvia ajudar a manter a ordem pública, o homicídio perdoável incluía o homicídio acidental, mortes causadas por loucos, e aquelas cometidas em defesa própria durante uma briga, ou passionais. Esta última categoria, os assassinatos cometidos “com o sangue quente”, era o mais controverso, não somente por conta das circunstâncias discutíveis mas por causa das diferenças sobre o que constituía a defesa própria legítima. A opinião legal estava freqüentemente em lados opostos aos valores da comunidade e, de certa forma, continua assim.

O estudo fascinante de Thomas Green sobre os júris medievais revelou a tendência dos jurados em recusar a condenação de indigentes por roubo, e de cidadãos respeitadores da lei por um ato não premeditado de violência. Os jurados tinham o poder de mostrar misericórdia através do uso hábil de seu dever de determinar os fatos. De acordo com Green, “a discricção do júri era mais comum em casos de homicídios repentinos, não planejados, e em roubos que não incluíssem violência física ou invasão domiciliar. Nesses casos [...] os jurados manipulavam freqüentemente o processo de levantamento dos fatos para evitar a imposição da pena capital.”[50] A insistência da lei na pena de morte para o crime de roubo, a categoria mais comum de crime medieval, parecia muito severa para a comunidade, e os jurados simplesmente se recusavam a condenar. Como resultado, de dois terços a três quartos dos acusados de roubo eram eventualmente inocentados.[51]

Em casos de homicídios repentinos e não planejados e discricção do júri “refletia uma oposição não somente ao nível da sanção, a pena de morte, mas também às regras da lei substantiva mesma.” Seu papel de descobridores de fatos tornava seu poder de determinar o destino dos réus absoluto. Como dito anteriormente, a lei insistia que um homem que fosse atacado durante uma briga recuasse até que não fosse mais possível, até que suas costas estivessem contra a parede, para somente depois fazer uso da força. “No julgamento,” descobriu Green, “os jurados sempre alegavam tal predicamento, e ainda que algumas vezes fosse verdadeiro, uma comparação

entre os registros do médico legista e os do julgamento mostram que freqüentemente não era, e que um júri insignificante havia alterado os fatos para tornar perdoável o que a lei considerava imperdoável.” Resumindo, a comunidade achava que um homem que fosse atacado deveria poder enfrentar seu atacante e usar da força para se defender, ainda que não estivesse sob perigo de perder sua vida. Além disso, a penalidade rigorosa prescrita – a sentença de morte – algumas vezes induzia os jurados a considerar os réus como inocentes, ou culpados de um crime menor. Pegue o caso de um homicídio de 1363 em Norfolk. O relatório do legista explicava: “William colocou sua mão sobre a faca para sacá-la e atingir Robert. Robert, com medo de que William quisesse matá-lo, atingiu a cabeça do mesmo em defesa própria.”[52] Apesar do fato de que William aparentemente não chegou a sacar sua faca, o júri considerou que Robert o matou em defesa própria. Green descobriu que tanto antes como depois de 1390 os júris condenavam apenas 20 por cento de todos os réus de homicídio.[53] Depois de 1390 as condenações eram obtidas principalmente em casos de assassinato premeditado.[54] As descobertas de Green o convenceram de que durante a Idade Média “as condenações por júri era grandemente limitadas aos homicídios mais dolosos. Réus que haviam cometido homicídios mais simples, de certa forma correspondentes às categorias modernas de homicídio voluntário e homicídio involuntário, recebiam absolvições ou eram considerados como casos de uso de força letal em defesa própria.”[55] O resultado, é claro, era o de minimizar o número de assassinatos que realmente aconteciam.

Os historiadores descobriram não somente como se lidava com os homicídios, mas como e onde eram cometidos. Um estudo sobre os homicídios no século treze descobriu que a maioria dos assassinatos, algo em torno de 67,9 por cento, pareciam envolver um cúmplice e que a maioria dos assassinos eram homens. Apenas 8,6 por cento dos acusados eram mulheres, ainda que fossem responsáveis por 19,5 por cento das vítimas. Sobre a posição social dos assassinos, poucos registros do século treze mostram violência direta entre nobres. Pode ser devido aos nobres contratarem alguém para cometer um assassinato ou porque raramente eram levados a julgamento. Não obstante, J. B. Given, o autor desse estudo, foi persuadido de que os nobres Ingleses eram uma “classe dominante

geralmente não violenta,” ao menos em contraste com os nobres do Continente.[56] Quanto à arma escolhida, Barbara Hanawalt descobriu que o arco e flecha, uma arma que os homens eram obrigados a possuir, era “surpreendentemente impopular” em homicídios medievais.[57] O arco parecia ser uma arma tentadora, já que podia matar a uma certa distância, e ao contrário de seu sucessor, a arma de fogo, era silencioso. Mas tanto Janawalt como Given descobriram que a maioria dos homicídios acontecia durante uma discussão ou uma briga e que o arco, uma arma de emboscada, raramente aparecia nesses casos. As evidências dos tipos de armas usadas no século treze são escassas, mas Given informa que para 455 dos 2.434 assassinatos para os quais uma arma foi listada, 29,9 por cento envolviam facas, seguidas de perto por bastões e machadinhas, com pedras e forquilhas bem atrás.[58] A pesquisa de Hanawalt descobriu que as armas mais comuns nos assassinatos da Idade Média, responsáveis por algo em torno de 73 por cento das mortes, eram as armas brancas.[59] Destas, facas causavam 42 por cento das mortes. Elas eram seguidas, com 27 por cento, por outro artigo freqüentemente carregado, a lança curta. As armas usadas em mortes ocorridos no calor do momento eram freqüentemente itens próximos às mãos – ferramentas, pedras e bastões, ou simplesmente as mãos e os pés.

Nós sabemos agora não somente como os homens medievais eram mortos mas também onde. Given descobriu uma taxa de homicídios maior na área rural do que nas áreas urbanas.[60] Hanawalt descobriu que aproximadamente um terço dos homicídios rurais ocorriam dentro de uma casa, enquanto que apenas um quarto dos homicídios urbanos ocorriam em áreas internas.[61] A maioria dos assassinatos acontecia no domingo.[62] Contrário à premissa de que o consumo de álcool tinha um papel importante, as brigas em tavernas apareciam em apenas 7 por cento dos assassinatos medievais. Os roubos contribuíam com quase todas as mortes ocorridas nas matas e com uma parte das ocorridas em estradas, embora uma grande parte das vítimas fatais em roubos fossem mortas dentro de casa, com mulheres e crianças formando um número desproporcional de vítimas. A maioria de tais vítimas eram camponeses.[63] Mesmo assim, Given descobriu que menos de 10 por cento dos homicídios eram cometidos durante um assalto. Na verdade a proporção verdadeira pode ser

até menor se, como ele sugeriu, esta estatística mascarasse alguns suicídios.[64] Nesses casos os jurados podem ter desejado proteger a família do falecido, já que a lei daquela época punia o suicídio com o confisco dos bens imóveis da pessoa pelo rei.

Por mais que os registros mostrassem alta a taxa de homicídios na Idade Média, ela era com certeza muito mais alta ainda, pois a leniência popular para com a defesa própria e a definição legal muito ampla de homicídio justificável minimizavam as condenações.

Guerra, escassez e a taxa de assassinatos

Homens impulsivos e policiamento *ad hoc* tiveram um papel preponderante na alta taxa de crimes violentos durante a Idade Média, mas fatores como a guerra e o suprimento de comida podem também ter afetado a taxa de criminalidade. Há visões diferentes sobre a influência das guerras. Muitos observadores do século quatorze acreditavam que as guerras, mesmo as ocorridas no exterior, causavam um aumento nos crimes, com mais violência no interior do país. A guerra dentro de casa certamente tinha esse efeito. Quando um exército real estava em Yorkshire lutando contra os Escoceses houve um aumento nos crimes violentos, embora neste caso incursões Escocesas podem bem ter rompido o sistema judicial.[65] Mas os soldados são freqüentemente acusados de crimes contra civis, e a desordem causada pela guerra provavelmente encorajava indivíduos sem lei a agir de forma mais acintosa. Historiadores modernos dizem geralmente que guerras no exterior diminuem as taxas de violência doméstica porque muitos encenqueiros acabam saindo do reino nesse período. Soldados em retorno, por sua vez, geralmente aumentam os níveis de violência. Estranhamente, durante a Guerra dos Cem Anos parece ter ocorrido o contrário. A criminalidade era na verdade mais alta durante 1342-1347, quando o exército real se encontrava na França.[66] Não houve aumento nos crimes durante as tréguas, quando os veteranos podiam retornar à Inglaterra. Contemporâneos culpam a rapidez do rei em perdoar criminosos que concordassem em se juntar a seu exército pelo grande número de homicídios na Inglaterra. Além da guerra havia a agitação política durante o mesmo período, mas Hanawalt achou poucas evidências de que os números da criminalidade tivessem sido afetados por isso.[67]

Uma outra causa possível para a violência daqueles dias até hoje é a dureza econômica. Economistas e historiadores têm testado essa hipótese através da comparação de padrões de criminalidade com dados sobre colheitas afetadas e anos de escassez. Para a primeira metade do século quatorze, quando uma grande parcela da população fez pressão por suprimentos de comida, parece haver uma correlação entre períodos de escassez e taxas mais altas de criminalidade.[68] Tanto a guerra como o declínio econômico, especialmente a falta de comida, tiveram um impacto nos crimes violentos da era anterior às armas de fogo, ainda que de uma forma não tão direta como se pudesse esperar.

A Inglaterra medieval era tempestuosa e violenta, mais do que os arquivos das cortes revelam. Muitos crimes que seriam contados como homicídio eram perdoados como casos de defesa própria ou de homicídio justificável, e muitos roubos não eram registrados ou seus autores eram absolvidos. A maioria dos homicídios eram impulsivos, “no calor do momento” ou em defesa própria, como era definido pelos jurados. Este nível alto de homicídios e crimes violentos existia quando poucas armas de fogo se encontravam em circulação.

^{vi} A tradução livre para este título seria “A História das Vidas dos Mais Notáveis Salteadores, Bandoleiros, Ladrões e Trapaceiros de Ambos os Sexos, em e ao redor de Londres e Outros Lugares” – NT.

OS SÉCULOS TUDOR-STUART: REVOLUÇÃO NA IGREJA, ESTADO E ARMAMENTOS

As armas [...] [são] não apenas para a defesa contra estrangeiros, mas para vigiar e reencaminhar, para atender o clamor público, e de outra maneira para manter a paz dentro do reino, e para a execução da justiça, assistindo o xerife quando ele tiver a ocasião para usar o *Posse Comitatus*, e de outra maneira [...]. E sendo o uso de armas mais geral, também o é para a mais imediata defesa.

– “*Proceedings in the case of Ship-Money between the King and John Hampden*” (1637)

A Inglaterra na Era dos Tudors e Stuarts era única em muitos aspectos. Foram tempos turbulentos. As trocas dramáticas de religião durante o século dezesseis – de Católico Romano a Protestante sob Eduardo VI, de volta a Católico sob Maria Tudor, para Protestante novamente sob Elizabeth I –, agitaram as consciências do corpo político e adicionaram uma nova dimensão que complicou e colocou em perigo a estabilidade interna do reino e seu posicionamento internacional. Em 1588 a Espanha, a maior potência europeia da época, despachou sua Armada Gloriosa para conquistar o reino insular de Elizabeth, mas graças, como diziam os homens, a um “vento Protestante” milagroso, a Inglaterra emergiu triunfante. Quarenta anos mais tarde, no entanto, no meio do século dezessete, o reino foi rasgado pela agonia peculiar da guerra civil e da revolução; em 1660 ele experimentou uma contra-revolução, e em 1688-89 foi rompido novamente, se não violentamente, pela Revolução Gloriosa. Não obstante tudo isso, este período ainda foi, em sua maior parte, próspero e brilhante. Londres cresceu de 60 mil pessoas em 1520 para o dobro disso em 1582, e quase o dobro novamente em 1605.[1] Na esfera mais silenciosa das cortes, a lei do homicídio tornou-se mais sofisticada, e a definição de assassinato foi tanto ampliada como endurecida.

As armas de fogo teriam sua primeira popularização de uso. Pela metade do século dezesseis elas se tornaram comuns, junto a leis que procuravam governar como e por quem elas seriam usadas. Antes do final do reino de Henrique VIII elas faziam parte do equipamento comum das milícias. Durante o final do século dezessete foi feito um esforço concentrado para restringir o acesso a essas armas de acordo com classificações políticas e de classe. Isto, junto às outras ameaças de Tiago II às liberdades política e religiosa, produziu tamanha repercussão que acabou por destronar Tiago, na Revolução Gloriosa, entrando em seu lugar um novo rei e uma nova rainha, William de Orange e Maria Stuart, que juraram manter a nova Carta de Direitos. Dentro desse documento estava o direito às pessoas de possuírem armas de fogo para sua defesa própria. Alguém poderia apostar que essa combinação de eventos produziria um nível mais alto de homicídios e de crimes violentos. Essa pessoa estaria errada. Durante o início da era moderna, em particular no final desse período, tanto os homicídios como os crimes violentos começaram um declínio longo e íngreme em direção ao século vinte.

Em um período de tantas mudanças, havia uma continuidade impressionante nos padrões de crime da Inglaterra. O modelo medieval em geral se manteve, com os crimes contra a propriedade sendo muito mais numerosos do que os crimes contra as pessoas. Em Cheshire os crimes contra a propriedade contabilizavam entre dois terços e três quartos de todos os delitos levados a julgamento.[2] Em Essex, de 1559 a 1602 nada menos que 84 por cento dos crimes eram crimes contra a propriedade; em Sussex e Hertfordshire, de 1559 a 1625, os crimes contra a propriedade perfaziam 74 e 86 por cento, respectivamente, do total de crimes violentos.[3] Apesar de sua população abarrotada e tempestuosa, 92,5 por cento das 7.736 pessoas indiciadas por crimes no condado de Middlesex, entre 1550 e 1625, foram acusadas de crimes contra a propriedade, comparado a apenas quatro por cento acusados de assassinato e homicídio.[4] Embora as áreas fronteiriças tendessem a ser mais violentas do que o restante do país, um estudo inicial de indiciamentos criminais do final do século dezessete, em Northumberland, mostrou um padrão similar aos que prevaleciam em todos os outros lugares.[5] Como apontou J. A. Sharpe, “Aqueles que buscam relatar a mudança de padrões de crimes sérios com alguma noção

preconcebida de mudança econômica devem [...] confrontar o problema de que os padrões de crimes sérios não parecem ter mudado muito entre o século quatorze e 1800.”[6]

Os homicídios como um todo flutuaram mais do que os assassinatos e, como no passado, a maioria deles ainda era cometida “no calor do momento.” De 364 mortes investigadas nos inquéritos judiciais de Kent entre 1559 e 1625, por exemplo, a vasta maioria era espontânea, freqüentemente resultando de fortes bebedeiras.[7] Não somente eram poucos os homicídios premeditados, mas poucos eram cometidos durante o curso de um outro crime. Aparentemente, “mesmo os criminosos habituais deste período não eram nem muito brutais e nem muito violentos.”[8] Um estudo dos homicídios de Somerset de um século depois descobriu as mesmas verdades para esse condado.[9]

Nem todos os padrões antigos se mantiveram. A mudança mais significativa foi no número de homicídios. Estes na verdade declinaram fortemente, especialmente na aproximação do final do século dezessete. Lawrence Stone estimou que as taxas de homicídio na Inglaterra do século treze eram aproximadamente o dobro daquelas dos séculos dezesseis e dezessete.[10] No século treze a taxa estimada de homicídios era de 18 a 23 casos para cada 100.000 habitantes, mas no século dezesseis essa taxa, em Nottinghamshire era menor que 14,8 para cada 100.000, enquanto que em Middlesex era de aproximadamente 6,3.[11] Embora houvesse variações de curto prazo, os indiciamentos por homicídio nos séculos dezesseis e dezessete nos condados de Essex, Hertfordshire e Sussex revelam um padrão distinto das reclamações contemporâneas de violência e brutalidade crescentes.[12] A última parte do início da era moderna vivenciou um declínio ainda maior na violência. Entre 1660 e 1800 houve uma queda de dois terços na taxa de homicídios.[13]

Desenvolvimentos legais podem ter tido um impacto pequeno nesta tendência afortunada. Por um lado, novos estatutos e interpretações ampliaram e enrijeceram as regras contra o assassinato; por outro lado expandiram os tipos de mortes que poderiam ser consideradas como permissíveis por questão de defesa própria ou como homicídio justificável. Entre os delitos adicionais classificados como homicídio estavam dois relacionados a brigas espontâneas – a causa primária para mortes violentas.

O estatuto do esfaqueamento de 1604 foi criado para refrear as brigas ferozes entre Escoceses e Ingleses que haviam se tornado muito comuns, à medida em que os dois povos se acotovelavam para pedir favores à corte de Tiago I.[14] Agora se um homem esfaqueasse um outro que não tivesse sacado uma arma, ou que não tivesse primeiramente atacado o esfaqueador, e a pessoa esfaqueada morresse nos seis meses seguintes, o esfaqueador seria culpado de assassinato. Uma outra lei tornou em assassinato o ato de matar um oficial da lei ou um magistrado, na execução normal de seus ofícios, ainda que a morte não houvesse sido premeditada.[15] Ainda assim, os juízes davam um valor considerável à premeditação, ou seja, ao dolo, que distinguiu legalmente o assassinato do homicídio. Na definição de Sir Edward Coke, o assassinato envolvia “matar ilegalmente uma criatura sensata, que vive e está sob a Paz do Rei, com dolo expresso ou implícito, sendo a morte ocorrida dentro do período de um ano e um dia.” Para Coke o dolo significava “intenção de causar a morte, ou de infligir um dano corporal grave que provavelmente causará a morte, da pessoa morta *ou de qualquer outra pessoa*; ou a intenção de cometer *qualquer delito*, ao menos se envolver em um ato, tal como um incêndio intencional, sabidamente perigoso à vida humana.”[16] No entanto, os juízes se sentiam livres para torcer a definição de dolo para adequá-la a crimes que eles particularmente gostariam de punir, tais como a morte de um juiz ou de um oficial de justiça, mesmo quando esta não era intencional. Através da interpretação judicial, a definição legal do termo tornou-se tão artificial que acabou sendo descrita como “um símbolo arbitrário” que se afastou “do significado natural das palavras”, pois “o dolo pode ter em si nada malicioso, e não precisa realmente ser premeditado.” Outro endurecimento da lei de homicídios ocorreu em 1536, quando a maioria dos juízes concordou que se uma pessoa fosse morta, mesmo acidentalmente, por um membro de uma gangue ocupada com atos criminosos, todos os membros da gangue poderiam ser culpados por assassinato.[17] Em ambos estes casos, a morte de um oficial de justiça e um crime em curso durante a ocorrência de uma morte, a intenção da lei era deter o uso desnecessário da força no cometimento de um crime.

O conceito de assassinato foi estendido ainda mais durante o século dezessete pela ampliação da lei do infanticídio, a morte de uma criança com

até um ano de idade por sua mãe. Um exame das atitudes e do tratamento dado ao infanticídio demonstra as dificuldades em se confiar acriticamente nos registros. Um “aumento do infanticídio” verdadeiro parece ter se iniciado na segunda metade do século dezesseis, continuou durante o século dezessete, e declinou no dezoito. Esse padrão persuadiu Sharpe de que o infanticídio era um crime tão distintivo no período como a bruxaria.[18] É difícil ter certeza se este ciclo realmente indicou um aumento real no infanticídio ou somente uma determinação maior em investigá-lo e puni-lo. [19] O que é certo é que a maioria daquelas julgadas pelo crime eram jovens, solteiras e pobres. A vergonha e a penalidade financeira decorrentes de dar à luz a um filho ilegítimo eram enormes. A mãe quase que certamente perderia seu emprego e teria dificuldade em encontrar um trabalho decente novamente. Com tanto em jogo não é surpreendente que esse crime pareça ter sido bastante comum à época. No final do século dezessete havia tantos indiciamentos por infanticídio quanto a soma de todos os outros tipos de homicídio.[20] O horror da comunidade a esse crime fica claro ao se ver as altas taxas de condenação e execução, incomuns à época. Ainda assim, as atitudes em relação ao infanticídio variaram ao longo dos anos. Uma lei severa aprovada em 1624 tornou o ato de ocultar a morte de um recém-nascido ilegítimo em crime capital. Este estatuto reverteu a presunção tradicional de inocência para a culpa presumida a não ser que a mãe tivesse uma testemunha que atestasse que o bebê já havia nascido morto.[21] Conforme o século avançava a lei de 1624 parece ter sido aplicada de forma menos rigorosa. No final do século dezoito Blackstone descobriu que ela era aplicada com leniência. Isto não acontecia, aparentemente, por causa da piedade das pessoas para com as mulheres envolvidas, mas pelo descontentamento com a presunção de culpa que o estatuto impunha, que soava como algo não-Inglês.[22] Em *Commentaries on the Laws of England* [vii] Blackstone escreveu o seguinte sobre a lei de 1624:

esta lei, que tem um gosto muito forte de severidade, ao tornar a ocultação da morte praticamente prova conclusiva de que a criança foi assassinada por sua mãe, não obstante encontra leis similares em códigos criminais de muitas outras nações da Europa [...] mas eu percebo que nos últimos anos tem sido comum entre nós, na Inglaterra, em julgamentos desse tipo de delito, requerer algum tipo de evidência presumível de que a criança nasceu com vida, antes que a outra presunção, esta quase

que forçada (de que a criança, cuja morte foi ocultada, foi na verdade morta por sua mãe), seja admitida para condenar o réu.[23]

Quando, depois de dois séculos, o estatuto de 1624 foi revogado, o preâmbulo da nova lei admitiu que o estatuto havia sido inexecutável por algum tempo.[24]

Uma vez que as estatísticas do governo começaram a ser publicadas, o infanticídio foi incluído com outros homicídios, onde geralmente igualava ou ultrapassava o total do restante. Esta pode ter sido a razão pela qual ele foi retirado, em 1879, da categoria geral de homicídios e colocado em uma categoria distinta.[25] Claramente, o modo em que esse homicídio comum era calculado, junto à sua subnotificação, teve um efeito marcante na tabulação do total de homicídios.

O homicídio era, e ainda é, o crime mais precisamente registrado de todos. A prontidão com que todas as classes recorriam à força letal para assegurar seus direitos ou para vingar-se de algum insulto, real ou imaginário, deram às cortes do início dos tempos modernos oportunidades abundantes para refinar as distinções legais entre os diversos tipos de homicídio, em particular entre o assassinato e o homicídio involuntário. Por exemplo, em 1553 uma corte julgou que se A atacasse B com intenção de matá-lo e C interviesse no combate e também atacasse B, com B vindo a morrer, seria um assassinato para A mas somente um homicídio não intencional para C. Porém, se palavras ofensivas levassem as duas partes a brigar, e um matasse o outro, seria algo a ser tratado como homicídio involuntário, “pois é um combate entre duas partes no calor repentino do momento.”[26] Mas a situação era complexa. Um caso de 1600 em que um cliente provocou um proprietário de uma loja, que então revidou com uma pancada, matando-o acidentalmente, foi primeiramente julgado como homicídio involuntário. Durante a apelação ele foi mudado para assassinato porque “não havia causa suficiente para iniciar tal discussão.” J. H. Baker descobriu que, como resultado, a doutrina do dolo desapareceu e a condição para homicídio involuntário veio a ser “não o calor do momento, mas a presença ou ausência de ‘provocação’.”[27]

A provocação era a fonte do duelo, o qual, opostamente a meras brigas espontâneas, se tornou mais comum nos séculos dezesseis e dezessete. Neste caso as armas de fogo desempenhavam um certo papel, como um dos vários

instrumentos que os duelistas podiam escolher. O duelo é uma forma de vingança, mesmo que apenas de certa forma camuflada, e por isso a lei tinha uma resposta clara. Como argumentou Clarke, a essência da ordem legal significava que a vingança “pertencia ao magistrado.”[28] A lembrança de Coke, não obstante, é de que a inclinação pelo duelo acabou sendo muito difícil de se suprimir. As chamadas classes governantes eram especialmente inclinadas ao uso desse método e no caso de uma questão de honra não se mostravam desejosos ou capazes de levar suas disputas às cortes. A lei, no entanto, simplesmente encaixou o duelo em sua visão existente de homicídio. A não ser que o duelo fosse travado “no calor do momento”, de acordo com William Holdsworth, o homem que matava seu oponente era culpado de assassinato. Todos aqueles que ajudassem no duelo, os defensores, eram considerados cúmplices. Se uma terceira pessoa tentasse parar a briga e fosse morta, ambos os duelistas eram culpados de seu assassinato. Se um ou ambos os duelistas fossem feridos, ambos seriam culpados de ataque ou tumulto. Se nenhum dos dois saísse ferido ambos seriam culpados de tumulto. O ponto complicado era como intervir para deter um duelo antes que o mesmo começasse. As proclamações reais e a própria Star Chamber[viii] tentaram fazê-lo ao tornar a preparação para um duelo um crime em si, punível com multa e prisão.

Em casos de homicídios comuns, a lei lidava de uma maneira mais severa com os casos em que armas mais letais estavam envolvidas. Em 1612 os juízes julgaram que um homem, se provocado, no calor do momento, batesse em outro com uma arma *improvável de causar morte*, mas acabasse o matando, ele seria culpado apenas de homicídio involuntário. Por outro lado, em 1666 as cortes decidiram que se o acusado houvesse usado uma arma *provável de causar morte*, o homicídio, embora cometido sob circunstâncias semelhantes, seria julgado como assassinato.[29] De acordo com essas regras qualquer crime cometido com uma arma de fogo deveria ser tratado com mais rigor.

Um crime seriamente subnotificado que envolvia armas de fogo era o assalto em estradas. A falha na notificação dos crimes era provavelmente devida ao fato de que poucos assaltos ou assassinatos violentos eram cometidos durante o andamento do roubo. A penalidade severa prescrita para roubo – o enforcamento – juntava-se ao fato de que as vítimas eram

reembolsadas pela comunidade local por uma grande parte de suas perdas para acalmar o ultraje inicial. Era provavelmente com a intenção de desencorajar a notificação que os salteadores eram, com freqüência, ostensivamente educados para com suas vítimas e as deixavam com desejos calorosos de melhoras e com algum dinheiro para a viagem de retorno para casa. Para as pessoas daquela época os salteadores de estrada possuíam uma aparência glamorosa que outros criminosos não tinham. Suas façanhas e proezas abundam em cartas e diários contemporâneos.[30] Até mesmo um Inglês do século dezessete “sensato e prosaico” como John Verney, ao recontar as façanhas de uma dupla de salteadores, observou sobre sua captura, “É uma pena que tais homens devam ser enforcados.”[31] Quando um ladrão era enforcado ele era geralmente acompanhado ao local de execução por milhares de pessoas que torciam por ele e ofereciam encorajamento. Em 1664 John Evelyn pagou um xelim por um lugar bom para assistir a um enforcamento desse tipo, embora tenha reclamado que a multidão, que ele estimou entre doze e quatorze mil pessoas, atrapalhava sua visão.[32]

As fileiras de salteadores eram inchadas com soldados desempregados, filhos caçulas de pouca sorte, e batedores de carteiras que almejavam lucros maiores – todos preparados para arriscar suas vidas pelo rico espólio dos viajantes. Homens sensatos viajavam em grupos armados. Os ladrões eram tão numerosos que um provérbio de Buckinghamshire daquela época dizia, “Aqui, se você bater num arbusto, é bem provável que atinja um ladrão.”[33] Embora alguns vigias fossem colocados ao longo das estradas, particularmente em locais de crimes recentes, os ladrões os localizavam com facilidade e escapavam deles. Muitos homens colocados para vigiar estavam tão pouco interessados em achar os ladrões como estes em serem descobertos. Mas os salteadores de estrada perderam muito da simpatia do público quando o número de roubos atingiu proporções epidêmicas durante as décadas de 1650 e 1660. Por volta de 1677 os ladrões se tornaram tão descarados que um deles apanhou o cetro do chanceler de sua cama enquanto ele dormia, e teria roubado o Grande Selo da Inglaterra “se este não estivesse debaixo do travesseiro do chanceler.”[34] Em 1683, como diz a história, o Juiz Holt fez uma visita a um amigo preso, o qual ele havia acabado de sentenciar. Quando o juiz perguntou pelos antigos amigos de

faculdade o prisioneiro respondeu: “Ah, meu senhor, eles foram todos enforcados, exceto por mim e por vossa Senhoria.”[35]

Onde havia simpatia e pouco incentivo para denunciar o crime, muitos assaltos à mão armada não eram reportados. O fato de que o processo judicial e suas despesas eram deixados quase que completamente nas mãos dos indivíduos afetados deve ter dissuadido muitas vítimas. Bem como acontecia com os casos de infanticídio, os números totais para assaltos em estradas podem ter sido acentuadamente minimizados. Não obstante, um roubo que resultasse em ferimentos ou morte acabaria normalmente como notícia pública.

Como regra geral os atos de violência que não resultavam em morte eram punidos de forma bastante inadequada durante esse período. Mas um ultraje a um de seus próprios membros fez com que o Parlamento agisse prontamente. Em dezembro de 1670 a Câmara dos Comuns estava organizando uma audiência sobre a possibilidade de se taxar os donos de teatros. O rei, Carlos II, era um entusiasta do teatro e seus bajuladores compareceram diante do comitê para argumentar contra a taxa com base em que “os Atores eram servos do Rei, e faziam parte de seu prazer.”[36] Sir John Coventry, um membro do comitê, perguntou se “o prazer do Rei estava nos Atores ou nas Atrizes.” Essa pergunta sarcástica chegou à Corte, e naquela noite, em seu caminho para casa, Coventry foi emboscado por vinte e cinco guardas reais, que quebraram seu nariz. Seus colegas, ultrajados, aproveitaram a primeira oportunidade para passar uma lei que tornava certas formas de desfiguração intencional em crime.[37] Esta lei de 1671 foi a única do período que lidava com assalto com agravante.

As regras que governavam a atividade criminal e sua supressão nos séculos dezesseis e dezessete preocupavam de perto o homem comum, que, como na Idade Média, continuava a ter um papel principal na manutenção da paz local. Ele era justificado ao tomar todas as medidas razoáveis para impedir um crime cometido em sua presença e era de fato obrigado a fazê-lo.[38] Olhar para o outro lado não era tolerado. Um homem era culpável se deixasse de intervir ou de responder a uma convocação de um oficial da lei para ajudar a dispersar um tumulto ou uma assembléia ilegal, enquanto que o oficial da lei poderia também ser culpável se aquele negligenciasse sua

tarefa.[39] Se um delito não houvesse sido cometido, apenas uma força “razoável” poderia ser utilizada, mas se um delito tivesse acontecido – e todos os agitadores eram culpados de delito – todos os indivíduos tinham o dever de prendê-los. De acordo com Holdsworth, se um agitador fosse morto ao resistir à prisão, o homicídio era justificável. Claramente, era vital para o homem comum entender estas distinções e saber manusear suas armas.

Tanto essa tarefa civil como a necessidade de defesa pessoal criaram as formalidades legais nebulosas que ainda acompanharam uma acusação pesada e onerosa de defesa própria. No século dezesseis essa situação levou a um esclarecimento legal essencial para a lei do homicídio no estatuto de Henrique VIII, “Que um Homem matando um Ladrão em sua Defesa, não poderia confiscar seus Bens.”[40] Esta lei estendeu a categoria de homicídio justificável, isto é, o homicídio que merecia absolvição. Uma vez que os reis ingleses haviam se envolvido nos casos de assassinato de seu reino, aqueles culpados de morte, mesmo em defesa própria, poderiam ser punidos com o confisco de seus bens até que o caso fosse resolvido, e aqueles julgados como homicidas em defesa própria recebiam o que viria a ser um perdão de rotina. Não é claro a frequência com que tal confisco ainda ocorria em 1532, mas sua eliminação específica foi um benefício para os súditos de Henrique. A opinião pública sobre as decisões de julgamento por júri eram rastreáveis desde o século doze, quando a imposição da pena de morte para todos os homicídios criminosos foi de encontro a muitas atitudes diferentes da comunidade. Embora não haja nenhum estudo que explique o momento desta generosidade da parte de Henrique, a data, 1532, quando o chamado Parlamento da Reforma estava profundamente envolvido numa série de movimentos que por fim levariam à separação da igreja Inglesa da igreja de Roma, é sugestiva. O estatuto pode muito bem ter sido uma espécie de *quid pro quo*, uma jogada de baixo custo da parte do rei para agradar aqueles membros do Parlamento e as pessoas de seu reino de quem ele estava exigindo e esperando tanto. O preâmbulo do estatuto se referia à “Questão e Ambigüidade” que existiam quando qualquer pessoa ou pessoas “dispostas ao mal” eram mortas durante uma tentativa de roubo ou assassinato de outra pessoa ou pessoas “em ou perto de uma Estrada, Rua, Caminho, ou Trilha, ou em suas Mansões, Casas ou locais de Habitação, ou que de modo

criminoso tentassem invadir qualquer Residência no período Noturno.” A partir daí qualquer pessoa ou pessoas indiciadas ou condenadas pela morte de qualquer pessoa ou pessoas durante uma tentativa de assassinato, roubo, “ou de invadir Mansões para roubar” não seriam “multadas nem perderiam quaisquer Terras, Imóveis, Bens, ou Propriedades, pois a Morte de qualquer Pessoa maliciosamente disposta é de alguma Forma um assassinato, mas devem ser [...] totalmente inocentadas e liberadas, de maneira semelhante à de que a mesma Pessoa ou Pessoas deveriam ser se ele ou eles fossem legalmente absolvidos pela Morte da dita Pessoa ou Pessoas maliciosamente dispostas.”

Esta lei estendeu assim a categoria de homicídio justificável, ou sem culpa, para incluir aqueles que defendiam a si mesmos de qualquer um que tentasse roubá-los ou matá-los em, ou próximo a, uma estrada o caminho público ou em suas casas durante a noite. Embora a incerteza existente e o perdão *pro forma* possam não ter constituído um problema grande, grandes comentaristas legais desde Edward Coke e William Blackstone até William Holdsworth e T. A. Green destacaram esse estatuto como sendo de importância crucial. Blackstone o via como algo que traria a lei Inglesa à conformidade com a lei da natureza e com a prática legal predominante, enquanto Green a apontava como “o estágio final de um longo processo pelo qual a lei comum se adaptou à visão social sobre o delito capital.”[41] O desfecho foi que as mortes de pretensos ladrões, salteadores ou outros assaltantes por suas vítimas eram agora justificáveis, não apenas perdoáveis. A questão da possibilidade ou não do homicida conseguir escapar e assim evitar o derramamento de sangue se tornou irrelevante.

Porém, apesar desta inclusão ampliadora do homicídio justificável por um lado, e de categorias adicionais de assassinato do outro, apesar das alterações nas sensibilidades e nas distinções legais, apesar dos levantes principais desses dois séculos, o crime violento estava em declínio.

Armas de fogo no início da Inglaterra moderna

Conforme o número de homicídios declinava, o uso de armas se popularizou pela primeira vez. Homens ingleses comuns eram obrigados a manter armas consigo para suas diversas tarefas de manutenção da paz, para contribuir com as milícias e serem treinados para isso. As armas se tornaram populares nesses tipos de tarefa durante o século dezesseis. Ainda que caras,

imprecisas e pesadas, a nova tecnologia era incrivelmente popular. Os avisos de Sir John Smythe e de outros especialistas a “jovens mal orientados que achavam que as armas de fogo eram a arma do futuro” sobre as muitas falhas da nova invenção, especialmente quando comparada à firmeza comprovada e à eficiência do arco longo, foram em vão.[42] O público Inglês começou a comprar mosquetes e armas curtas para defesa própria, manutenção da paz e caça, bem como para roubos em estradas. Uma variedade de armas de fogo entrou em uso juntamente com as primeiras armas curtas. Os reis ingleses demoraram a introduzir os mosquetes em suas milícias. Eles eram um complemento ao arco longo, ao qual Henrique VIII e seus compatriotas atribuíram corretamente muitas vitórias gloriosas. O Parlamento tentou manter os homens ingleses interessados no arco e flecha. Leis foram feitas para fazer que todo homem com idade inferior a sessenta anos mantivesse um arco e praticasse o uso do mesmo, e toda aldeia ou vila era obrigada a manter alvos para o tiro de arco e flecha, para que os habitantes locais pudessem praticar em feriados “e em quaisquer outras épocas convenientes.”[43] Fabricantes de arcos eram obrigados a fabricar arcos baratos para que as famílias tivessem condições de equipar seus filhos a partir dos sete anos de idade. Mas o progresso não seria parado, e manter o uso do arco através de leis do Parlamento se mostrou impossível com o tempo. Como descreveu Cruickshank, “os homens compravam seus arcos para parecer que obedeciam à lei, mas não lançavam uma flecha sequer”.[44] Como os outros monarcas estavam armando suas tropas com armas de fogo, o rei Henrique finalmente cedeu, ainda que ele insistisse em que os garotos fossem armados com um arco e duas flechas e, aos sete anos, ensinados a atirar, sob pena de multa.[45] Uma vez que o mosquete se tornou o equipamento padrão das milícias, milhares de homens ingleses tiveram que ser treinados em seu uso e quando eram convocados tinham a obrigação de trazer uma arma em condições de uso para o exército de cidadãos.[46]

Os homens ingleses tinham condições de comprar armas de fogo? Nós sabemos o custo de armas novas durante o século dezessete, pois, em 1631, Carlos I exigiu que os fabricantes de armas, em troca do monopólio, fixassem seus preços. Um mosquete novo com o equipamento acessório, por exemplo, era vendido por 15 xelins e 6 centavos, e um par de armas curtas

por 2 xelins. Em 1658, durante o Commonwealth[ix], o preço havia caído para 11 xelins por mosquete, e em 1664 o governos considerou oferecer 10 xelins por mosquete para cidadãos que entregassem armas em boas condições de uso. Um indivíduo comum conseguiria pagar 10 xelins? Em 1664 um soldado raso recebia 18 centavos por dia quando estava de serviço, o que o permitia amealhar fundos para um mosquete novo em pouco mais que uma semana. Embora fosse improvável que ele fosse comprometer todo o seu soldo na compra, a soma era acessível. O soldo para ficar de guarda era de 8 centavos por noite, ou seja, era necessário trabalhar uma quinzena para conseguir juntar o valor de uma arma nova. Armas usadas, é claro, eram mais baratas. Em 1628, quando um par de armas curtas novas custava duas libras, uma arma curta roubada era avaliada em apenas 3 xelins. Mas a evidência mais clara da difusão da propriedade de armas vem dos registros das cortes. Indiciamentos pelo mau uso de armas de fogo revelam uma matriz surpreendente de pessoas com ocupações humildes – trabalhadores, lavradores, e servos de ambos os sexos – que apareciam perante as cortes acusados do uso indevido de armas de fogo.[47]

Da mesma forma que acontecia com outros tipos de armas, essas restrições no uso de armas de fogo tinham o intuito de garantir a segurança pública. Entre elas estava o estatuto de 1541 que restringia a posse de dois tipos de armas ocultáveis, populares entre os salteadores de estrada, da arma curta (descrita como qualquer arma com cano menor que uma jarda) e da besta, a pessoas com renda superior a 100 libras anuais.[48] Esta lei é freqüentemente mal compreendida, como se restringisse a propriedade de armas de fogo somente às classes mais altas. Na verdade ela somente restringia o uso daqueles tipos de armamento mais comuns nos crimes. De fato, o estatuto teve o cuidado de explicar que cavalheiros, soldados, serviçais, e habitantes das cidades, vilas, centros mercantes, e aqueles que viviam fora das cidades poderiam “ter e manter em cada uma de suas casas qualquer tipo de arma curta, em qualquer quantidade, com cano de até uma jarda de comprimento.”[49] No reinado do filho de Henrique, Eduardo, o uso de um certo tipo de munição, mais perigosa, demandava uma licença especial.[50] Outras leis governavam o uso apropriado das armas de fogo. Elas não podiam ser brandidas de modo a aterrorizar cidadãos pacíficos, e juntamente com alçapões, arcos e cães, seu uso para a caça era proibido para

a grande maioria das pessoas barradas das diversões aristocráticas.[51] As cortes estavam ansiosas para preservar a distinção entre o uso legal e ilegal das armas, bem como seus tipos, e quando uma arma curta ou uma besta eram confiscadas devido ao uso impróprio, as cortes tinham o cuidado de especificar que a arma em questão “não era um mosquete ou outra usada para a defesa do reino.”[52] Tais casos eram, contudo, incomuns, pois os registros da corte revelam uma relutância em trazer casos que envolvessem o uso exclusivo de armas proibidas, embora haja amplas evidências de que seu uso era bastante difundido. De fato, se formos julgar pelos registros da corte e por outras evidências do século dezessete, as restrições sobre a propriedade de armas curtas e o uso de munição especial parecem ter sido, em geral, evadidas, e essa evasão parece ter sido tolerada.[53] Os juízes ou consideravam seu uso pouco danoso ou achavam as leis impossíveis de serem aplicadas. Quando Sir Peter Leicester, um juiz de Cheshire, estava no circuito durante o período de 1660-1677, ele lembrava os júris populares dos crimes que deveriam tomar conhecimento, tais como a caça ilegal e montar armado com o intuito de aterrorizar as pessoas, mas nem por uma vez sequer mencionou a posse ilegal de uma arma de fogo.[54] E em Nottinghamshire havia tantas reclamações sobre “o grande número de pessoas [...] que mantêm suas Armas e atiram com elas de forma contrária à que mandam as Leis e Estatutos” que os policiais eram acusados de negligência para com suas obrigações.[55] Quanto à lei de 1549 que baniu o uso de munição especial, quando este estatuto foi revogado 150 anos depois, a explicação foi que “ainda que” a lei possa ter sido “útil em sua época”, ela “não tem sido colocada em execução por muitos anos, e se tornou inútil e desnecessária.”[56]

Depois que Henrique separou a Igreja da Inglaterra da igreja Católica, houve limitações religiosas sobre as armas também. Os Católicos não serviam mais nas milícias, e ainda que seu direito de se defender fosse concedido, a insistência do Papa em que eles tentassem derrubar a monarquia Protestante fez com que qualquer Católico que possuísse armas em certa quantidade fosse tratado como um prenúncio para um levante. Mais adiante, em épocas de guerra ou tensão religiosa, súditos Católicos eram geralmente desarmados. Com esses embargos, as armas estavam disponíveis e, como mostram os registros da corte e as análises de custo,

eram populares entre homens e mulheres de todas as classes, exceto a dos mais pobres.[57]

Quando a guerra entre Carlos I e o Parlamento eclodiu em 1642, ambos os lados lutaram para aumentar a produção de mosquetes, armas curtas e munição. Indivíduos e municípios estocaram grandes quantidades de armas. Porém, com o retorno à paz em 1650, os crimes graves não aumentaram em quantidade, nem mesmo com a agitação política que levou à restauração da monarquia em 1660.[58] Em seu retorno à Inglaterra, Carlos II encontrou seus súditos “armados até os dentes”, e muitos esconderijos públicos vieram à tona nos meses que se seguiram.[59] Embora ele e seu novo governo considerassem essencial manter as armas de fogo fora das mãos de todos os oponentes antigos e potenciais, eles assim o faziam por causa da possibilidade de uma revolta ou de uma revolução, e não pelo medo do crime. O novo regime usou os poderes privilegiados da Coroa para esse trabalho e incitou o Parlamento dos Cavaleiros a aprovar uma variedade de medidas para atingir esse objetivo.[60] O exército republicano que havia acolhido Carlos foi cautelosamente pago e dispensado. Uma série de proclamações reais tornaram então ilegal para todos aqueles que alguma vez haviam lutado contra os Stuarts “portar, usar, carregar ou cavalgar com qualquer espada, arma curta ou outras armas.”[61] Uma nova lei das milícias autorizou quaisquer dos delegados tenentes a iniciar a busca e a apreensão de armas em posse de qualquer pessoa que julgassem “perigosa para a Paz do Reino.”[62]

Para controlar as armas de fogo na fonte, fabricantes eram obrigados a produzir um registro de todas as armas que haviam fabricado nos últimos seis meses juntamente com uma lista de seus clientes. Depois disso deveriam enviar ao escritório de artilharia, todos os domingos à noite, o número de armas fabricadas e vendidas naquela semana.[63] Transportadores que atravessavam o reino precisavam de uma licença para transportar armas, e toda a importação das mesmas foi banida.[64]

Essas tentativas de reprimir o uso de armas de fogo pelos inimigos da Coroa teve pouco impacto nas massas de pessoas comuns. Então, em 1671, o Parlamento passou uma lei para prevenir de forma ostensiva a caça ilegal, e pela primeira vez proibiu a posse e o uso de armas de fogo à todas as pessoas desqualificadas para a caça. A última lei que havia abordado o

assunto, a Lei da Caça de 1609, estabeleceu que a renda mínima para poder caçar era de 40 libras anuais, provenientes de terras. No entanto, a lei de 1671 aumentou a qualificação para 100 libras por ano provenientes da terra, ou 150 libras de alugueres, mas incluiu qualquer um que fosse herdeiro de um escudeiro “ou outra pessoa de grau mais alto.”[65] Esse novo padrão significava que a grande maioria da população não poderia mais ter uma arma de fogo. William Blackstone apontaria mais tarde, com surpresa, que a qualificação para caça com base na propriedade era cinquenta vezes mais alta do que a qualificação para votar.[66] A lei de 1671 diferiu das leis de caça anteriores em muitos aspectos importantes. As leis anteriores haviam banido a posse e o uso de armadilhas ou cães de caça, cujo único propósito fosse matar animais de caça, e o uso de armas para a caça, mas nenhuma lei anterior havia banido o uso em si de armas de fogo. Com isso as armas passaram a liderar a lista de dispositivos proibidos. Todos aqueles não qualificados para a caça eram declarados “pessoas, pelas Leis deste Reino, não permitidas a possuir ou manter para si mesmas, ou para qualquer outra pessoa ou pessoas, quaisquer Armas, Arcos, Cães de Caça [...] ou outros Mecanismos” para morte em caça. A lei também estabelecia um sistema de encarregados de caça, um tipo de polícia privada, escolhidos por aristocratas donos de terras para aplicar a Lei da Caça em suas propriedades. Estes encarregados de caça “ou qualquer pessoa ou pessoas autorizadas por mandado de um juizado da paz” poderiam realizar buscas nas casas, em seus entornos, “ou em outros lugares” de pessoas não qualificadas a manter os dispositivos proibidos. Quaisquer armas que eles encontrassem poderiam ser apreendidas e “cortadas em pedaços.” Todos aqueles acusados de violar a nova lei poderiam ser processados perante um juiz único da paz – com frequência o proprietário da terra – com base nas evidências de uma única testemunha, geralmente o encarregado de caça.

Houve tão pouco debate durante e após a aprovação dessa legislação que fica difícil determinar o que os Parlamentares realmente queriam ou qual impacto essa proibição teria nas obrigações individuais de manutenção da paz. O Parlamento alegou estar interessado em proteger a caça e evitar que os desocupados pobres caçassem, mas já havia leis escritas e aprovadas que poderiam fazer o mesmo, e os requisitos financeiros que qualificavam para a caça poderiam ser aumentados sem que houvesse a proibição da posse de

armas de fogo. A lei permitiu que a aristocracia dona de terras compartilhasse a prerrogativa de caça do rei. Blackstone listou quatro bases principais para a aprovação das leis de caça:

1. encorajamento da agricultura e melhoria dos campos;
2. preservação de diversas espécies;
3. prevenção da vagabundagem e sua dissipação nos lavradores;
4. prevenção de insurreições populares e resistência ao governo através do desarmamento da massa popular.

A última, ele acreditava, era “uma razão freqüentemente muito mais implícita do que a declarada pelos legisladores das Leis de Caça.”[67] A primeira de todas as leis a criar uma qualificação com base em propriedade para a caça foi aprovada em 1389 em resposta à Grande Rebelião Camponesa. Seu preâmbulo admitia que ela tinha a intenção de impedir que “artesãos, trabalhadores e servos diversos” se armassem com o pretexto de caçar para conspirar contra seus superiores. Mas essas leis apenas proibiam as pessoas comuns de caçar ou de manter consigo equipamentos construídos com o propósito da caça. Uma arma tinha outros usos sérios e legítimos.

A Lei da Caça de 1671 não parece ter sido aplicada. Sua aplicação foi deixada a cargo de cavalheiros e seus encarregados de caça e, na prática, seria extremamente difícil. Não temos números da proporção de indivíduos qualificados para a caça durante o século dezessete, mas no século dezoito, em Wiltshire, estima-se que menos de 0,5 por cento da população era qualificada, e em todo Staffordshire somente 800 pessoas eram qualificadas.[68] O número muito pequeno de pessoas que se beneficiavam da lei, em oposição ao número muito grande de pessoas armadas atingidas por ela, tornou a aplicação da mesma muito difícil e talvez até algo irreal. É claro que a lei entrou em conflito com as obrigações do povo para com a manutenção da paz. Há poucas evidências para nos basearmos, já que os casos eram ouvidos privativamente, e somente os casos em que houvesse apelação para o tribunal tinham que ser registrados. Mas as armas de fogo constam nos arquivos das sessões trimestrais, na mesma proporção, tanto antes como depois da lei de 1671, e pelos mesmos delitos. Por exemplo, entre 1658 e 1700 não houve um caso sequer nos arquivos das sessões trimestrais de Hertfordshire de alguém acusado de propriedade ilegal de armas de fogo de cano longo. Também não houve nenhum caso de simples posse de arma, no mesmo período, em Lincolnshire, Middlesex ou

Nottinghamshire.[69] Embora Warwickshire, com um número grande de casos de caça ilegal, mostrou um declínio no uso de armas para caça, somente um caso de posse simples de arma de fogo foi registrado.[70] Diversos casos foram levados perante as sessões trimestrais nos quais o réu foi acusado de manter armas ilegalmente junto com outros dispositivos de caça, mas um único caso de um réu acusado somente por “posse de armas” citou o estatuto de Henrique VIII como base para a acusação.[71] Isto não parece ter sido um caso isolado.[72] Está claro que não parece ter havido um esforço amplo para desarmar os homens Ingleses. Os encarregados de caça hesitavam em se indispor com seus vizinhos. De fato, alguns foram acusados de serem coniventes com a caça ilegal e com a venda subsequente de seu produto. Por que então a lei foi aprovada se havia tão pouco interesse ou desejo de aplicá-la? Uma explicação provável é a de que a lei deu aos escudeiros o poder de desarmar seus tenentes se assim desejassem, especialmente quaisquer católicos que pudessem parecer perigosos ou quem a Coroa parecesse relutante em desarmar.

Se essa foi a intenção, a ascensão em 1685 do irmão do Rei Carlos, Tiago, um Católico devoto, aumentou as apostas políticas e religiosas e teve um impacto na posse e propriedade de armas de fogo. Não somente era a intenção de Tiago a de melhorar a posição de seus co-religiosos, mas, mais do que qualquer outro monarca da dinastia Stuart, ele via a possibilidade real de se tornar absoluto. A maioria de seus súditos aceitou sua ascensão silenciosamente, preferindo uma sucessão ordenada. Eles também olharam, ao menos no início, para o lado positivo. Afinal, o novo rei havia prometido “manter o Governo tanto na Igreja como no Estado, como estabelecido pela Lei.”[73] Ademais, mesmo que ele desejasse alterar a religião ou suprimir liberdades anteriores, ele já estava nos seus cinqüenta. Ele e sua esposa Católica, Maria de Modena, não tinham filhos, e suas duas filhas Protestantes de um casamento anterior, Maria e Anne, estavam a postos para sucedê-lo. Mas nem todos eram tão amáveis. A morte de Carlos e a sucessão de Tiago provocaram duas rebeliões, uma pelo Conde Escocês de Argyll, e a segunda, mais perigosa, pelo filho Protestante ilegítimo e popular de Carlos II, Tiago, o Duque de Monmouth. Politicamente, essas rebeliões trabalharam em vantagem para Tiago. Como relatou o embaixador Francês a Luiz XIV, “O rei da Inglaterra está muito feliz de ter a pretensão de

convocar tropas e ele acredita que os esforços do Duke de Monmouth servirão somente para fazê-lo ainda mais senhor de seu país.”[74] No final das contas foi isso mesmo que aconteceu, pois embora essas rebeliões tenham sido suprimidas com folga, a ameaça persuadiu os Parlamntos Inglês e Escocês a aumentar a já ampla receita que haviam votado para o rei. O resultado foi que a renda anual foi orçada em mais de 2 milhões de libras, uma soma que deu a Tiago um grau de independência incomum.[75] As revoltas também permitiram a Tiago mais do que dobrar o tamanho de seu exército, de 9.215 para 18.984. Esta força mais do que dobraria novamente, para 40.117, em outubro de 1688.[76] Mesmo aumentando o tamanho de seu exército, o levante de Monmouth deu a Tiago uma desculpa para denegrir as milícias de cidadãos. Muitos oficiais das milícias estavam em Londres, comparecendo ao Parlamento, quando a rebelião estourou, e em sua ausência os regimentos das milícias do oeste ou se recusaram a lutar contra Monmouth ou desertaram para seu lado. Em todos os outros lugares as milícias lutaram ao lado do rei, mas essas deserções foram suficientes para comprometer todo o grupo. Pouco mais de duas semanas após o fim da rebelião, Tiago ordenou que os senhores tenentes estimassem as verbas necessárias à manutenção dos regimentos de milícia em suas terras com o intuito de desviar essas somas ao seu exército.[77] Esta jogada, junto com seu comentário contundente ao Parlamento de que “não há nada além de uma boa força formada por tropas bem treinadas, com pagamento constante, que possa nos defender,” levantou temores de que ele desejasse governar através de seu exército.[78] Pior, parecia que ele pretendia governar através de um exército Católico. Tiago havia comissionado perto de 100 oficiais Católicos, isentando-os da Lei do Teste, que era contra empregá-los. Ele deixou as milícias no ostracismo e se recusou a ordenar quaisquer convocações ou a permitir que os senhores tenentes o fizessem. As políticas de armas de fogo de Tiago na Irlanda pareciam uma previsão do que ele viria a fazer na Inglaterra. Lá, em dois meses após sua ascensão, ele começou a desarmar os Protestantes e a dispensá-los das milícias, apenas para substituí-los com Católicos.[79]

Deslocar o controle das armas das milícias de cidadãos para um exército profissional era apenas um dos aspectos da agenda de Tiago. Ele também queria reduzir o número de armas nas mãos de seus súditos Ingleses e

Protestantes. Ele começou pelo reforço estrito de regulamentos já existentes para armas de fogo. Ele também ordenou o desarmamento de “pessoas suspeitas”, seus oponentes políticos. Esses esforços incluíram o uso de leis de caça, e mesmo a ressurreição de uma medida de emergência arcaica de 1328, que proibia os homens de cavalgarem armados “em desordem da paz” ou de irem armados “de Noite ou de Dia, a Feiras, Mercados, ou à Presença do Juiz ou outros Ministros, ou a Parte alguma.” Quando um caso importante que envolvia essa lei era rejeitado pela corte, Tiago insistia na imposição da Lei da Caça de 1671 por sua própria iniciativa.[80] Se tivesse sucesso ele poderia ter desarmado a grande maioria de seus súditos. Dada a dimensão da tarefa, a impopularidade de Tiago, e os poucos senhores tenentes que poderiam ter se disposto a seguir com essa campanha, não é surpresa que ela tenha nascido morta. Mas as medidas de Tiago atingiram um resultado significativo. Elas irritaram a “nação política”, aqueles escudeiros Ingleses aprumados cujas famílias serviram à Coroa por gerações, como juizes de paz, e que Tiago estava retirando de seus postos e desarmando. Eles começaram a sentir que, para que as liberdades dos Ingleses sobrevivessem, sua habilidade de possuir armas não poderia ser uma mera tarefa, mas sim um direito.[81] A Revolução Gloriosa logo deu-lhes a oportunidade de fazer essa troca constitucional.

Quando o Parlamento da Convenção foi formado em janeiro de 1689, após a saída precipitada de Tiago do reino, seus membros estavam ansiosos para fortalecer seus direitos, especialmente aqueles que Tiago havia colocado em risco. Apesar da natureza emergencial de seus procedimentos – sem um monarca no trono – antes de reconhecer William de Orange e Maria Stuart eles decidiram “não apenas mudar de mãos, mas mudar as coisas.”[82] A Carta de Direitos que eles prepararam listava os abusos de Tiago sobre as liberdades e a religião de seus súditos e os balanceava com uma lista de supostos direitos “antigos”. A sexta reclamação se referia ao fato de Tiago ter “feito com que diversos bons Súditos, por serem Protestantes, fossem desarmados.”[83] Conforme o documento era escrito, o clamor correspondente pelo direito dos súditos de possuir armas levou a três esboços diferentes. O primeiro afirmava: “É necessário para a Segurança pública que os Súditos, que são Protestantes, devam providenciar e manter Armas para sua Defesa comum; E de que as Armas que tenham sido

confiscadas, e deles tomadas, sejam restauradas.” Isto foi mudado no segundo esboço: “De que os Súditos, que são Protestantes, possam providenciar e manter Armas, para sua Defesa comum.” A insistência de que a segurança pública exigia que os súditos possuíssem armas foi deixada para trás e a declaração de que os Protestantes “devam providenciar e manter armas” foi modificada para “possam providenciar e manter armas.” A versão original implicava em haver um dever de adquirir armas para o bem público, enquanto que a versão modificada tornava a posse de armas um direito legal. O artigo ainda se referia ao uso privado das armas para “sua Defesa comum,” mas a versão reescrita tirou a ênfase da obrigação pública de se manter uma arma e a colocou somente na propriedade de armas como sendo um direito legal. Uma reunião de última hora com os Lordes alterou o artigo pela terceira e última vez. Ele ficou escrito assim: “Que os Súditos, que são Protestantes, possam ter Armas para sua Defesa e que se conformem às suas Condições e dentro do permitido pela Lei.” A frase “possam providenciar e manter armas, para sua defesa comum” foi alterada para “possam ter armas para sua defesa,” e duas novas restrições foram adicionadas no final. A lei foi aprovada na Câmara dos Comuns sem nenhum voto contrário e foi apresentada a William e Maria no dia seguinte. A linguagem final havia deslocado ainda mais o artigo, de um direito à propriedade de armas como obrigação política para o direito de possuir armas para a defesa individual. Para J. R. Western estas mudanças “emascularam” o artigo, já que “A linguagem original implicava que todos tinham o dever de estarem prontos para pegar em armas a qualquer momento em que o estado estivesse sob ameaça. A linguagem revisada sugeria apenas que fosse legal manter uma arma para repelir Ladrões.” [84] Mas J. H. Plumb apontou que, uma vez que as “cláusulas de sanção” da Carta de Direitos especificavam que “não deveria haver um Exército fixo e que os cavalheiros Protestantes deveriam poder possuir armas, o direito à rebelião está implícito.” [85]

Seja qual for o direito potencial de rebelião, a primeira questão é se a nova alegação garante realmente o direito aos Protestantes Ingleses de possuir armas de fogo. As duas cláusulas finais do artigo das armas tinham um potencial de limitar o direito com base na classe social bem como de permitir restrições existentes e futuras. Essas cláusulas podem, como alguns

comentaristas modernos acreditam, ter tornado o direito a ter armas “mais nominal do que real.”[86] Uma busca cuidadosa nos casos subsequentes da corte, na legislação e no uso das armas de fogo, no entanto, mostra claramente que o homem Inglês comum tinha o direito a se armar. À época da aprovação da Carta de Direitos Inglesa alguns dos direitos proclamados ainda não estavam estabelecidos na lei existente. O direito a possuir armas era um desses. A Lei da Caça de 1671, ainda vigente, proibia especificamente que aqueles que não fossem qualificados para a caça – a grande maioria da comunidade – possuísse ou mantivesse uma arma de fogo. Três anos depois da aprovação da Carta de Direitos, o Parlamento preparou-se para reconsiderar toda a matriz de legislações sobre a caça. O resultado foi uma nova lei “pois a Descoberta e Condenação, de tal modo, acabarão por Destruir a Caça neste Reino.” Esta primeira revisão da lei da caça desde 1671 deu a oportunidade de alinhar a lei da caça com o direito dos Protestantes de possuir armas. O estatuto começou com a reclamação corriqueira de que as leis de caça existentes não estavam sendo aplicadas e ordenou a execução estrita de “todo artigo e parte nela contidos, e não alterados ou revogados aqui e por este meio.”[87] A lei alterou ou revogou a proibição contra as armas de fogo? Na lei de 1671 as armas lideravam a lista de dispositivos proibidos; a nova lei não os listava, de forma alguma. As armas poderiam ter sido indiscutivelmente incluídas na proibição pega-tudo do final do texto, contra “outros Instrumentos para a destruição de Peixes, Aves ou outras Caças,” mas se essa era a intenção é difícil de enxergar o porquê das armas terem sido removidas da lista de dispositivos expressamente nomeados. De acordo com a lei do século dezessete sobre esse tipo de omissão, “um estatuto mais recente, contrário a um estatuto anterior, tira a força do primeiro estatuto, sem a necessidade de palavras de negação.”[88] Na verdade, um caso ocorrido mais tarde seguiu esta regra na hora da decisão sobre uma pessoa estar ou não qualificada para caçar sob a nova lei. A corte chegou à conclusão de que “sendo as qualificações mencionadas distintiva e severamente, a omissão de uma é fatal.”[89] E como veremos no próximo capítulo, no século que se seguiu à sua aprovação, especialistas da lei estavam preparados para testemunhar que tal direito não somente existia, mas como sempre havia existido.[90] Mais ainda, eles também estavam preparados para endossar a visão de Whig de que o direito

não existia apenas para a defesa pessoal, mas para permitir que as pessoas protegessem suas liberdades se estas fossem postas em perigo.

O impacto das armas no crime

As armas de fogo primeiramente entraram em circulação e depois se tornaram comuns durante os séculos dezesseis e dezessete. Foi a mesma época em que os homicídios e outros crimes violentos declinaram dramaticamente. Ainda assim, é possível que muitos homicídios tenham sido cometidos com armas de fogo. Foi esse o caso?

As armas eram com certeza o equipamento de uso dos salteadores de estrada, mas a maioria dos homicídios ingleses eram cometidos no calor do momento, não durante o curso de um delito. Muitas mortes violentas da segunda metade do século dezesseis aconteciam devido à popularidade crescente do duelo.[91] Infelizmente não há evidências suficientes para uma análise estatística minuciosa. Alguns poucos estudos para condados específicos são úteis, embora não conclusivos. O estudo de Cockburn sobre Kent revelou que de 1560 a 1660 houve apenas quatorze tiroteios fatais no condado. Seis desses aconteceram com armas curtas, um – um tiro dado por um menino de onze anos de idade – parece ter sido um acidente, enquanto outro aparentemente aconteceu durante um duelo.[92] Apenas um dos quatorze, um tiroteio no qual um trabalhador foi atacado por dois homens em Shooter's Hill, foi associado com o cometimento de um crime. Os oito homicídios com armas restantes foram cometidos com armas de cano longo. Destes um foi acidental. Nem um sequer foi associado a algum crime. O exame feito por J. A. Sharpe nos registros de Essex do século dezessete descobriu que em metade dos homicídios que ocorreram entre 1620 e 1680 as armas usadas foram os pés e as mãos. A segunda categoria na lista de armas mais usadas para um assassinato eram os bastões ou as varas. Esta é uma mudança de evidências em relação à Idade Média, onde as armas afiadas causavam a maioria dos homicídios. Entre os onze tipos de armas que Sharpe lista como comuns em um homicídio, as armas de fogo estavam em quarto lugar.[93] Ele também descobriu que aqueles acusados de matar com facas tinham poucas chances de ser executados. Isto não surpreende, já que os ataques feitos com armas com alta probabilidade de causar a morte eram tratados com muito mais dureza. Mais surpreendente, apesar da regra, é o fato de que um número desproporcional de tiroteios resultava em

absolvição por conta da morte ser acidental.[94] Sharpe atribui esta taxa de acidentes à falta de cuidado e nas falhas em observar as regras de segurança. Devemos adicionar, contudo, que as armas daquela época eram dispositivos freqüentemente perigosos e não confiáveis.

Para concluir, esta época na qual as armas de fogo chegaram e se tornaram comuns na vida diária bem como nas milícias de cidadãos, o século em que o direito dos homens ingleses de possuir “armas para sua defesa” foi proclamado, também foi o que viu um declínio acentuado dos homicídios violentos. Isto é ainda mais extraordinário se considerarmos a turbulência política do período.

vii A tradução livre para este título seria “Comentários sobre as Leis da Inglaterra” – NT.

viii Nome da corte judicial presente no Palácio Real de Westminster desde o final do século quinze até 1641 – NT.

ix O Commonwealth da Inglaterra foi a unidade política que substituiu o Reino da Inglaterra nos períodos de 1649 a 1653, e 1659 a 1660 – NT.

O SÉCULO DEZOITO: “FRUTÍFERO NAS INVENÇÕES DE MALDADES”

Difícilmente há um ato criminoso que não tenha sido coberto pelas provisões do Ato Negro; delitos contra a ordem pública, contra a administração da justiça criminal, contra a propriedade, contra a pessoa, prejuízos maliciosos a propriedades em diversos níveis – tudo ficou debaixo desse estatuto e tudo era punível com a morte.

– Leon Radzinowicz, *A History of English Criminal Law and its Administration* (1750)

A se julgar por suas leis criminais o século dezoito foi a época mais violenta e perversa da história da Inglaterra. Nunca antes ou depois dele foram criados tantos crimes capitais. Em 1715 foi aprovada a Lei do Tumulto, seguida em 1723 pela notória Lei Negra de Waltham, que sozinha adicionou um recorde de 200 a 350 novos delitos; e em 1752 o Parlamento se sentiu obrigado a inventar uma punição literalmente pior do que a morte para deter os assassinos.[1] Tal legislação, Lorde Hardwick insistiu, era absolutamente necessária, dada “a degeneração dos tempos atuais, frutífero nas invenções de perversidades.”[2] Alguns estudiosos modernos concordam que a época foi realmente violenta. Ainda assim, apesar do código legal repressivo, J. M. Beattie descobriu que a sociedade do século dezoito era culpada de uma “alta tolerância para com o comportamento violento” em casas, escolas, tavernas e nas cortes, e ainda que os assassinatos fossem relatados muitas outras formas de violência eram subnotificadas e deixavam de ser indiciadas.[3] Teóricos Franceses argumentaram que com a ascensão do capitalismo no século dezessete e especialmente no dezoito, os crimes contra propriedade excediam os crimes violentos.[4] Contudo, o predomínio e o tratamento para com as armas de fogo parecem estar em conflito com esses relatos. Armas de fogo e armas brancas eram altamente disponíveis, mas nenhuma das muitas leis existentes procurava refrear o comportamento criminoso ou criminalizar os muitos tipos de distúrbios menores de forma restrita à posse de armas de fogo.

É claro que as leis e as paixões que as criam podem ser enganosas, e o século dezoito merece, e teve, uma repercussão mista. No lado positivo, a rebelião Jacobita, a dissensão religiosa prolongada e os tumultos periódicos jamais chegaram ao nível, tanto em tamanho como em amargura, das rebeliões e revoltas dos séculos dezesseis e dezessete. Em vez disso a Inglaterra do século dezoito estava preocupada com guerras estrangeiras quase que contínuas e com a expansão colonial. Industriais da classe média e comerciantes prosperaram com o novo poder imperial Britânico e com os primeiros frutos da Revolução Industrial, ainda que a aristocracia dona de terras continuasse a ocupar o topo da pirâmide social. O homem inglês comum tinha sua parcela de problemas, mas também prosperava. Graças a uma taxa de natalidade crescente e o final de três séculos de visitação pela peste negra a população praticamente dobrou.[5] E apesar da opinião contemporânea e do efeito confuso do novo código legal, uniformemente severo, e apesar da disponibilidade de armas de fogo e de outras armas, a taxa de homicídios caiu em dois terços entre 1660 e 1800.[6] O impacto, se é que houve algum, que as armas ou as leis criminais draconianas tiveram nesta tendência afortunada e inesperada merece um olhar mais próximo. Nós começaremos examinando os novos crimes decretados, e então consideraremos o efeito da guerra, da economia e do transporte de criminosos nas taxas de crimes violentos. Finalmente, com tudo isso em mente, consideraremos o papel das armas de fogo nos crimes violentos.

A Lei do Tumulto

O primeiro dos novos delitos veio com a nova dinastia. Quando a Rainha Anne morreu em 1714 ela foi sucedida por Jorge, Príncipe-Eleitor de Hanôver, cujo direito ao trono foi contestado por uma rebelião em favor do filho de Tiago II, Tiago Eduardo. A rebelião Jacobita se mostrou de vida curta, e a luta se limitou à Escócia, mas o regime, alarmado, estava preparado para o pior. Entre suas primeiras providências estava a promulgação de “Uma Lei para prevenir Tumultos e Assembléias turbulentas, e para a punição mais rápida e efetiva dos Desordeiros,” um estatuto mais conhecido como Lei do Tumulto.[7] De acordo com a nova legislação, qualquer grupo de doze ou mais pessoas “agrupadas ilegalmente de forma tumultuosa e desordeira, para a Perturbação da Paz Pública”, poderia ser ordenado a se dispersar pelo xerife local, pelo sub-xerife, pelo prefeito ou por qualquer

outro oficial que lesse ao grupo o texto da Lei do Tumulto. Se doze ou mais pessoas do grupo permanecessem por mais de uma hora após tal leitura, cada uma delas seria culpada de um delito punível com a morte, “sem o Benefício do Clero.”[8] Os oficiais do governo cujo dever era ler a Lei do Tumulto e prender os que resistiam estavam autorizados a recrutar os serviços de “todos os Súditos de sua Majestade de Idade e Habilidade para assisti-lo em sua tarefa.” Se, no curso da prisão dos desordeiros, algum deles fosse morto, mutilado ou ferido, o oficial e seus assistentes eram considerados inocentes. Como é freqüente em medidas tomadas emergencialmente, a Lei do Tumulto durou muito mais do que as ameaças para as quais foi criado, isto é, os levantes Jacobitas de 1715 e 1745, e permaneceu nos livros de leis por 250 anos. Foi lida pela última vez em 1919 e revogada somente em 1967.[9] Alguns membros destas multidões “tumultuosas” do século dezoito poderiam estar carregando armas de fogo, mas o Parlamento não fez nenhuma menção a limitar seu acesso às mesmas. Muito pelo contrário.

A Lei Negra

Uma lei muito mais significativa, única na história das leis criminais inglesas, foi a Lei Negra de Waltham.[10] Ela foi aprovada com pouco debate em maio de 1723, supostamente para evitar que homens disfarçados e com suas faces cobertas de preto destruíssem a caça, os peixes e as árvores na floresta de Epping, perto de Waltham, em Hampshire.[11] Blackstone acreditava que os chamados negros de Waltham haviam se padronizado em homenagem aos seguidores de Robin Hood, mas E. P. Thompson, em seu excelente estudo sobre a Lei Negra, argumenta que os negros eram líderes da resistência comunitária a uma aplicação rigorosa da lei antiga da floresta.[12] Se o alvo do Parlamento era apenas anular os negros de Waltham, a solução foi muito além do problema. A lei, esboçada livremente, criou um grande número de delitos capitais, ampliou alguns já existentes, e então listou sete grupos distintos de criminosos potenciais, magnificando seu impacto de tal maneira que o número exato de novos delitos é incerto. Estas eram as categorias de criminosos:

- 1.armados com espadas, armas de fogo, ou outras armas de ataque, e com suas faces escurecidas;
- 2.armados e disfarçados de outras maneiras;

- 3.com as faces cobertas de preto;
- 4.disfarçados de outra maneira;
- 5.qualquer pessoa ou pessoas envolvidas;
- 6.mandantes em segundo grau (ajudantes e cúmplices);
- 7.cúmplices depois do ato em alguns casos.

É impressionante que estar armado e disfarçado com a face encoberta, ou simplesmente estar disfarçado, era agora um delito, mas somente aparecer armado não era. A maioria dos novos delitos eram crimes rurais contra propriedades de caça e fazendas, crimes que já eram ilegais mas, ao menos no tocante à caça e sua proteção, sujeitos a penas relativamente modestas.[13] O primeiro e principal, no entanto, era aparecer armado e disfarçado em estradas, descampados, áreas comuns, vales, florestas, parques, cercados, terras fechadas onde veados “estivessem ou fossem geralmente mantidos”, ou em viveiros ou em quaisquer outros lugares “onde lebres ou coelhos estivessem ou fossem geralmente mantidos.” Pouco depois que a lei foi aprovada ela foi estendida de modo a tornar a simples aparição de alguém com a face coberta ou disfarçado em algum desses lugares, mesmo sem nenhum outro crime ser cometido, em um delito capital. Caçar ilegalmente um veado ou um gamo, armado e disfarçado, ou simplesmente caçar um veado com ou sem disfarce e armas na floresta do rei, foram tornados delitos capitais, embora nesses casos os julgamentos eventualmente reduzissem a pena. Entre outros novos crimes capitais estava roubar lebres, coelhos, peixes “fora de rios ou lagos”; destruir dique ou qualquer viveiro de peixes “de modo que os peixes possam ser perdidos ou destruídos”; cortar ou destruir de alguma maneira quaisquer árvores em qualquer avenida, jardim, pomar ou plantação; matar, mutilar ou ferir maliciosamente qualquer gado; enviar uma carta anônima para extorquir dinheiro; resgatar alguém em custódia por conta de delito das mãos de um oficial ou de outra pessoa; e “atirar intencional e maliciosamente em uma pessoa” mesmo se “nem morte e nem mutilação se seguirem.” Este último tinha a consequência perigosa de criar a mesma pena para a tentativa de cometer o crime e para o crime em si. No entanto, nem o tiro acidental e nem o tiro no calor do momento sem dolo – ambos reduzidos na lei comum ao homicídio involuntário – entraram na lista da Lei Negra. Na verdade, um assalto “de qualquer outra maneira” – ou seja, que não fosse intencional nem malicioso – era considerado um delito leve.[14]

Para melhorar as chances de condenação, e sem dúvida como uma precaução contra um júri formado por vizinhos simpaticizantes, a lei estipulava que um crime não precisava ser julgado no mesmo condado em que havia sido cometido. O promotor tinha a opção de iniciar o processo no condado da Inglaterra que lhe parecesse mais apropriado “para um julgamento melhor e mais imparcial de qualquer indiciamento ou informação.”[15] O estatuto de limitação para um crime também foi estendido da limitação de um ano, da Lei da Caça de 1692, para três anos.[16]

A Lei Negra, como a Lei do Tumulto, foi introduzida como temporária, uma medida para três anos, renovada em 1725, 1733, 1737, 1744, 1751, e tornada permanente em 1758. Ela se manteve ativa por mais meio século apesar das dúvidas graves que suscitava na maioria dos especialistas legais e das numerosas tentativas de revogá-la.[17] De fato, a lei foi expandida repetidamente para cobrir novos crimes, até o ponto de não haver praticamente nenhum tipo de delito que não estivesse na abrangência da Lei Negra. Dezenas de adições foram feitas para proteger a propriedade.[18] E para todos os crimes as classes governantes tinham apenas um remédio, a morte.

Antes de avaliar o impacto desta legislação draconiana no uso das armas de fogo e nos crimes violentos, será útil tentar entender como a comunidade política justificou a ordenação deste código severo, o qual, como apontou Leon Radzinowicz, punia com a morte uma grande variedade de delitos contra a ordem, “sem levar em conta a personalidade do criminoso ou as circunstâncias particulares de cada crime” ou mesmo a sua gravidade.[19] Os membros do Parlamento provavelmente concordavam com a visão de Sir Matthew Hale de que o propósito da punição era deter criminosos potenciais

para que eles não cometam crimes, e não sofram com isso, e a atribuição de penas na maioria dos casos é mais para exemplo e para prevenir males, do que para punir. Quando os crimes se tornam maiores, freqüentes, ou perigosos para um reino ou estado, destrutivos ou altamente perniciosos para as sociedades civis, e para a grande falta de segurança ou perigo para o reino e seus habitantes, punições severas, mesmo a morte, devem ser anexadas às leis em muitos casos pela prudência dos legisladores, possivelmente além do demérito único do delito em si simplesmente considerado.[20]

E. P. Thompson via na lei um declínio nos métodos antigos de controle de classe e de disciplina “e sua substituição por um recurso padrão de autoridade; o exemplo do terror. No lugar do poste de açoiteamento e dos controles de estoque senhoriais e corporativos, e da tortura física dos vagabundos, economistas advogavam a disciplina do salário baixo e da fome, e advogados defendiam a pena de morte.”[21] O empobrecimento supremo da lei acontece quando a única solução para todos os crimes é o remédio mais extremo.

A Lei Negra e os muitos outros novos delitos criados são importantes pelo efeito que podem ter tido no crime violento. Por todo o século o crime armado, particularmente o homicídio, declinou acentuadamente. Isso foi um benefício da Lei Negra e de outras medidas repressivas? Parece haver poucas bases para suportar essa visão. Na verdade, o código criminal uniformemente repressivo tinha provavelmente um efeito inverso. Já que um ato criminoso menor tinha a mesma pena de um assassinato, o criminoso tinha poucos incentivos para poupar a vida de uma vítima. Como apontou o Dr. Johnson, “igualar o roubo ao assassinato é reduzir o assassinato ao roubo; é confundir as mentes comuns a respeito da graduação da iniquidade, e incitar o cometimento de um crime maior para prevenir a detecção de um menor.”[22] Ademais, embora agora muitos crimes recebessem a pena de morte, a maneira pela qual as mortes eram tratadas nas cortes não havia mudado. O assassinato não era coberto pela Lei Negra, e as mortes ocorridas em defesa própria, acidentais, no calor do momento ou justificadas permaneciam sujeitas às regras da lei comum tradicional. A única lei que tentou diretamente fazer com que a punição para assassinato fosse mais severa acelerou o tempo de execução de um assassino condenado e ordenou que após a mesma seu corpo fosse entregue ao legista para ser dissecado.[23]

Em segundo lugar, a severidade extrema da Lei Negra levou a uma variedade de estratégias para mitigar seu impacto. Crimes contra as pessoas e outros delitos podem ter sido subnotificados e não indiciados. De fato, em 1811 o Lorde Holland utilizou este argumento ao tentar revogar a pena capital para alguns crimes. Ele reclamou que muitas pessoas “eram dissuadidas a processar um criminoso com receio de que colocariam em perigo a vida de um semelhante, pois o valor era insignificante, de cinco a quarenta xelins.”[24] Em 1819 os membros da classe média de Londres

admitiram francamente que não estavam dispostos a prestar queixa contra larápios e pequenos ladrões com medo de que fossem enforcados como resultado da acusação.[25] No condado de Essex menos de 10 por cento dos criminosos eram indiciados, mesmo por crimes sérios como roubo e assalto.[26] Para o roubo de gado a proporção era ainda menor, com apenas um a cada 20 criminosos indiciados entre 1768 e 1790.[27] Quando os crimes *eram* relatados e indiciados, os jurados do século dezoito, e mesmo os juízes, cometiam o que Blackstone chamou de “um tipo de perjúrio piedoso”, distorcendo os fatos de forma a evitar as penalidade extremas. Uma vez que o furto de um bem no valor de 12 centavos constituía um delito punível com a morte, Blackstone explicou que um júri poderia “definir que o bem furtado estava abaixo do valor de doze centavos, quando na verdade era de valor muito maior.”[28] Lorde Holland descreveu um caso onde a acusação era de um roubo de uma nota de 10 libras. O júri, “na cordialidade de seus sentimentos humanos,” cometeu perjúrio e reduziu o valor em seu veredito para algo abaixo de 40 xelins.[29] Mesmo num caso de “atirar maliciosamente em alguém dentro de sua residência,” um júri prendeu-se a um tecnicismo – o fato de que o indiciamento confundiu os primeiros nomes do acusador e do réu – para dar um veredito de absolvição.[30]

Interpretações e decisões judiciais também suavizavam, com freqüência, ou até mesmo impediam a punição para crimes que possuíam uma pena mais branda anterior à Lei Negra. Por exemplo, os juízes reduziam a pena pela morte de um veado. E com relação à destruição de árvores, as cortes tendiam a se basear em “sutilezas consideráveis” para evitar a imposição da pena.[31] Por exemplo, a expressão “cortar e destruir” era geralmente interpretada com o seguinte significado: se a árvore pudesse ser enxertada após ser cortada, ela não havia realmente sido destruída. Para se enquadrar na definição da lei, uma árvore tinha que ser literalmente arrancada pela raiz. Assim, um homem que, por ressentimento, cortou quinhentas árvores do viveiro de seu senhor não foi condenado dentro da jurisdição da Lei Negra, porque as árvores puderam ser enxertadas.[32] Finalmente, se um criminoso fosse condenado, ainda havia a possibilidade de escapar do enforcamento se ele conseguisse obter um perdão sob a condição de ser

transportado. A forte confiança no transporte de condenados pode ter causado um impacto substancial na taxa de crimes violentos da Inglaterra.

O transporte ou a deportação de criminosos condenados e outros indesejáveis foi empregado pela primeira vez em 1597, quando os juizes das sessões trimestrais dos condados, acostumados a banir vagabundos para outros condados, foram também autorizados a banir trapaceiros, malandros e pedintes saudáveis deste “reino e de todos os domínios dele” ou a mandá-los para as galés para sempre. Os indivíduos expulsos eram transportados às custas do condado. Se voltassem deveriam ser executados. A idéia de que indivíduos sentenciados à morte pudessem, em vez disso, ser transportados para as colônias inglesas, surgiu logo, em 1611, e houve casos em 1622 e 1638 quando prisioneiros em processo de julgamento pediram para serem transportados para a Virgínia. Na década de 1650, como um dos resultados da Guerra Civil Inglesa, foram os prisioneiros de guerra, Católicos Irlandeses, e piratas os que foram transportados. Mas foi após a restauração da monarquia em 1660 que o sistema foi completamente legitimado. Agora um perdão poderia ser concedido a um criminoso condenado, imediatamente após sua condenação, sob a condição de que ele ou ela concordasse com seu transporte para as colônias por um prazo de alguns anos. Anteriormente, aprisionar alguém fora do país era algo ilegal, mas a Lei da Habeas Corpus de 1679, um marco divisório no assunto, excluiu especificamente “qualquer pessoa, ou pessoas, legalmente condenada por qualquer crime, que venha pedir abertamente à corte que seja transportada para além-mar, e a corte deverá escolher entre deixar a pessoa, ou pessoas, na prisão para esse propósito, [em vez de executá-la].”[33] Depois do levante de Monmouth em 1685 e da rebelião Jacobita de 1715, um grande número de rebeldes foram transportados com base no perdão condicional. Alguns problemas surgiram perto do final do século dezessete, no entanto. O gerenciamento do sistema de transporte pelos mercadores ingleses, como um negócio que era, levou a abusos, e colônias previstas para receber condenados começaram a não desejar receber mais nenhum deles. Maryland e Virgínia aprovaram leis contra isso.[34] Mas um conceito que deu ao sistema legal uma alternativa entre uma punição terrível ou a libertação do criminoso era bom demais para ser abandonado. Portanto, com o advento do regime Hanoveriano veio a Lei do Transporte de 1718. Esta lei tornou o

transporte numa punição, em vez de ser uma escolha para certos crimes.[35] Aquelles culpados por crimes menores – crimes normalmente punidos com chibatadas, queimando as mãos ou com trabalho pesado – poderiam ser mandados para a América por sete anos onde, de acordo com o preâmbulo da Lei do Transporte, havia “grande necessidade de servos.” Pessoas condenadas por crimes mais sérios também poderiam ser perdoadas sob a condição de serem transportadas, mas nesses casos era mais provável que o prazo chegasse a quatorze anos. Até a Revolução Americana, as colônias Americanas eram o destino preferido do governo, embora Beattie argumentasse que por volta da metade do século o transporte de presos para a América estava “perdendo sua ferroada” como forma de punição.[36] Criminosos mais jovens, aqueles com idade entre quinze e vinte anos, podiam fazer um acordo para serem transportados por oito anos.[37] Com a erupção da Revolução Americana um destino alternativo era necessário. Como medida emergencial os criminosos foram enviados às galés no Tâmis e empregados na limpeza do rio. Em 1779 o sistema de transporte foi retomado, com alguns condenados sendo enviados à África. Mas de 1788 até 1853 a Austrália substituiu a América como local de banimento e, esperançosamente, de reabilitação. O banimento para o deserto pode parecer uma medida severa, mas era certamente preferível ao enforcamento, a única alternativa para muitos.

A Lei do Transporte alterou a taxa de homicídios e crimes armados na Inglaterra através da remoção de um grande número de assassinos potenciais? Antes que possamos abordar essa questão, duas outras precisam ser resolvidas antes. Primeiro, quantas pessoas foram de fato transportadas durante o século dezoito, e segundo, era provável que essas pessoas cometessem um assassinato se fossem deixadas na Inglaterra? Embora não haja números exatos, um estudo estima o número de transportados até 1776 em 50.000, enquanto V. A. C. Gatrell descobriu que entre 1787 e 1830 outras 41.000 pessoas foram transportadas da Inglaterra e do País de Gales.[38] Aproximadamente um terço deles eram Irlandeses. Na década de 1830 aproximadamente 45.500 homens e 7.700 mulheres, um quarto dos criminosos condenados nos inquéritos judiciais Ingleses e Galeses, foram transportados. O transporte continuaria sendo um fator importante no controle do crime na Inglaterra durante o século dezenove. Um estudo sobre

os enforcamentos Ingleses durante o século dezoito encontrou uma média de sessenta e sete execuções por ano, um número bem maior do que o de outros países Europeus.[39] Ainda assim, de um total impressionante de 35.000 pessoas condenadas à morte na Inglaterra e no País de Gales entre 1770 e 1830, apenas cerca de 7.000 delas foram de fato enforcadas. O fato de que poucas dentre essas 7.000 pessoas foram executadas por crimes constantes na Lei Negra é em si um tributo às estratégias empregadas para evitar o rigor do estatuto. A maioria havia sido condenada por crimes considerados capitais há séculos.[40] Dos 80 por cento de condenados que não eram enforcados, muitos recebiam um adiamento da pena e eram enviados às galés-prisão ou transportados para a Austrália.[41]

Esses milhares de condenados eram assassinos, ou havia uma grande chance de se tornarem caso não tivessem sido transportados? O tipo de crime que resultava nessas deportações forçadas mudava de acordo com cada nova versão do programa de transporte. Os primeiros deportados, os vagabundos e pedintes do século dezesseis, deram lugar no século dezessete aos prisioneiros de guerra, católicos irlandeses e piratas. Com a Restauração, os magistrados de Middlesex, por exemplo, estavam novamente transportando vagabundos e pessoas sem ocupação e desordeiras. Em 1685 elas receberam companhia dos rebeldes de Monmouth. Junto a todos esses, Beattie encontrou uma seleção de salteadores de estrada, ladrões de cavalo e aqueles condenados por crimes para os quais, por causa da regra arcaica do “benefício do clero”, eles poderiam receber apenas uma marca no polegar.[42] No grupo de criminosos transportados como um todo estavam “delinquentes menores incorrigíveis,” não assassinos.[43] De acordo com uma lista oficial de 1795, a grande maioria dos crimes puníveis com o transporte eram crimes contra a propriedade – compra e venda de bens roubados, roubo de chumbo, apropriação indébita, colocar fogo em madeira, roubar lojas navais, roubos de valores abaixo de um xelim, assalto com intenção de roubo, roubar peixes, raízes, árvores, plantas, ou “crianças com suas vestes”, e bigamia.[44] Havia uma tendência de transportar os criminosos mais jovens e menos perigosos. Em qualquer evento, uma vez que o transporte de criminosos envolvia o perdão e os assassinos não poderiam ser perdoados a não ser pelo rei ou pelas cortes, eles não poderiam ser transportados.

Que impacto, então, os novos delitos criados pela Lei Negra e por outros estatutos tiveram nos crimes violentos? As evidências parecem indicar que essas leis, que tinham como objetivo aterrorizar a população, em vez disso induziram a comunidade a evitar o espírito das leis e a invalidar seu impacto. Como resumiu Lorde Holland, “a partir do rigor extremo das leis existentes, a punição real dos criminosos se tornou muito incerta; e assim, em vez de restringir o cometimento de crimes, estes foram na verdade multiplicados.”[45] Por outro lado, aquele antigo crime, o assassinato, continuou recebendo o mesmo tratamento de antes. A possibilidade de que a equalização das penalidades de todos os tipos de crime aumentasse o número de assassinatos não parece ter sido o caso, já que os homicídios declinaram dramaticamente. Quanto ao impacto que o transporte de milhares de criminosos menores pode ter tido, era pouco provável que se tornassem homicidas caso permanecessem na Inglaterra. A grande maioria deles era culpada de crimes contra a propriedade, não contra pessoas. No final das contas, essas leis não parecem ter tido nenhum efeito decisivo nas taxas de homicídio ou de crime armado. Há outros dois aspectos da vida do século dezoito, no entanto, que podem ter influenciado essas taxas, a guerra e a privação econômica.

O impacto da guerra e da economia no crime

O século dezoito foi uma época de guerras quase contínuas no estrangeiro. Visto que a guerra externa tem um impacto no crime doméstico, este parece ser um ponto apropriado a se considerar: o de que impacto foi esse, pois ele influenciaria tanto a taxa de criminalidade como as atitudes do governo em relação às armas privadas no final do século dezanove e em todo o século vinte. Tanto os estudos nacionais como os locais chegaram à mesma conclusão: o crime declinou durante os tempos de guerra e subiu durante os tempos de paz.[46] A guerra removeu milhares de homens jovens do reino, particularmente aqueles trabalhadores pobres.[47] Encrunqueiros locais eram especialmente recrutados. Em seu estudo de Essex, Peter King descobriu que a maioria das comunidades tinha um ou dois jovens indisciplinados que estavam entre os primeiros a serem convocados ou recrutados. De fato, alguns criminosos eram perdoados com a condição de se alistarem.[48] Os crimes mais comuns que esses prisioneiros haviam cometido antes do alistamento eram em sua maioria crimes contra a

propriedade.[49] Os contemporâneos pareciam estar completamente cientes de que o crime declinava durante a guerra e aumentava durante os tempos de paz. Clive Emsley, em seu extenso estudo sobre o crime na Inglaterra, citou uma reportagem da revista *Gentlemen's Magazine* de novembro de 1772, mostrando que nos dois anos finais da última guerra (1759 e 1760) “o número de criminosos condenados em Old Bailey chegou apenas a 29, e os dias em que havia juízes trabalhando foram 46; mas durante os últimos dois anos de paz, 1770 e 1771, o número de criminosos condenados chegou a 252, e os dias em que havia juízes trabalhando subiram para 99.”[50] As taxas de indiciamento em Essex eram um terço maiores em tempos de paz do que em tempos de guerra. “Tão grande número de criminosos,” relatou o *Chelmsford Chronicle*, “não se tem lembrança de ter havido em nossa cadeia, em nenhuma época, uma alta como a dos últimos cinqüenta anos.” Entretanto, uma vez que as guerras contra a França tiveram início, o mesmo jornal anunciou “o menor número [de criminosos] jamais registrado em nossa época.”[51] De fato, durante as guerras Napoleônicas, o *Leicester Journal* encontrou “apenas um prisioneiro a ser julgado” no tribunal de Lincoln, “em Cambridge nenhum; e em Norwich, durante o último ano, apenas seis pessoas.” “Este é ao menos,” eles concluíram, “um benefício proveniente da guerra.”[52] Em 1763 uma carta de Londres, impressa no *Maryland Gazette*, reclamava que desde o fim das guerras da França e da Índia “não passa um dia ou uma noite sequer sem roubos, e os enxames de desonestos que nos tiram a paz crescem diariamente, conforme os navios são pagos.”[53] Em 1783, até mesmo Jorge III expressou o medo de que o corpo de salteadores de estrada, que era pequeno durante a guerra, “irá crescer naturalmente por conta do número de pessoas sem ocupação que esta paz ocasionará.”[54] Os homens ingleses tinham uma grande oportunidade de observar essas flutuações, já que entre 1740 e 1820 houve nada menos que quatro grandes desmobilizações, a maior delas envolveu mais de um terço de milhão de homens. O impacto dessas desmobilizações foi exacerbado pelo fato de que eram feitas da forma mais rápida possível para minimizar as despesas públicas.

Há muitas razões para o aumento da criminalidade que veio com a paz. Muitos novos soldados desmobilizados acabavam sem emprego e andarilhos, muitos criminosos que haviam se alistado estavam em casa

novamente, e é claro que a guerra tinha a tendência de brutalizar os combatentes. Mais além, homens que haviam enfrentado a dureza e o drama da guerra no exterior às vezes não tinham vontade de retornar para o mundo estreito e atencioso que eles haviam deixado para trás, nem procuravam melhorar suas condições dentro dele. Uma inquietação social aparecia com freqüência como resultado da guerra. Como foi colocado por Rudyard Kipling, falando na voz de um soldado desmobilizado:

Eu que tenho sido o que sou
Eu que tenho ido onde fui
Eu que tenho visto o que vi
Como posso jamais aceitar
Com a velha e terrível Inglaterra
E casas dos dois lados da rua
E cercas dos dois lados da terra
E as pessoas e a pequena nobreza
Me tocando quando nos encontramos
Eu que tenho sido o que sou?[55]

Mas são as crises econômicas e as falhas de abastecimento, em vez da guerra, que os historiadores e criminologistas têm já suspeitado bastante – ou assumido – serem as causas do aumento na criminalidade. “Escassez, a escassez horrível”, escreveu William Cobbett em 1821, “é a grande mãe do crime.”[56] No entanto, foi o crime contra a propriedade e não o crime violento que tendeu a flutuar com a economia Inglesa.[57] Em sua pesquisa de Essex, King descobriu indiciamentos por crimes de propriedade afetados pelas colheitas “excepcionalmente ruins” de 1800-1801 e viu uma correlação entre os preços do trigo e os indiciamentos por crime contra propriedade.[58] Tudo isso não é surpresa, mas mesmo a relação entre crime contra propriedade e dureza econômica é menos incisiva do que Cobbett havia assumido. Douglas Hay apontou que em épocas de paz a relação entre o preço do trigo – o esteio do povo mais pobre – e a criminalidade registrada era desprezível.[59] Durante a guerra o estado das operações militares pareceu ter uma influência muito mais decisiva sobre a taxa de criminalidade do que o tamanho da colheita.[60] Os principais picos de criminalidade seguiam ou acompanhavam a desmobilização das tropas e não os períodos de falha na colheita. Com todas as subidas e quedas, e apesar de toda a proteção legislativa, os indiciamentos por crimes contra a propriedade caíram entre o fim do século dezesseis e o começo do

dezoito.[61] Mais importante para nossa investigação: os crimes violentos continuaram seu declínio estável, na verdade dramático, no mesmo período.[62] Lawrence Stone descobriu que por volta do terceiro quarto do século dezoito a taxa de homicídios condenados (reconhecidamente diferente da taxa de homicídios) para Londres e Middlesex estava numa média de apenas quatro por ano. E conforme o século dezoito caminhava para o fim, visitantes estrangeiros em viagem pela Inglaterra comentavam sobre seu nível muito baixo de crimes violentos.[63] Se a escassez era a mãe do crime, não era a mãe do crime violento. Aqueles que tentam relacionar os padrões de mudança de crimes graves “com alguma noção preconcebida de mudança econômica,” avisou Sharpe, devem confrontar o problema de que os padrões de crimes graves não parecem ter mudado muito entre o século quatorze e 1800.[64]

Armas de Fogo, a Lei e o Crime Armado

É difícil manter noções do século vinte afastadas de estudos históricos, especialmente em um tópico controverso como a relação entre armas e violência. Assim como os estudiosos com idéias preconcebidas sobre o impacto da mudança econômica no crime devem considerar o fato estranho de que os padrões Ingleses de crime contra a pessoa e contra a propriedade mudaram pouco no decorrer de quatro séculos, aqueles com concepções sobre o impacto das armas na taxa de crimes violentos são freqüentemente tentados a pular para as conclusões. O estudo de J. S. Cockburn sobre mortes violentas no condado de Kent entre 1720 e 1850 é um caso em questão. De acordo com Cockburn, os números de Kent dão base à tese de que “o homicídio é mais freqüentemente cometido em sociedades onde as armas estão prontamente disponíveis. No início da Inglaterra moderna, tanto a prudência como a moda ditaram o porte de armas.” Mas o que levou Cockburn a essa conclusão? Primeiro ele descobriu que até 1750 cerca de metade dos homicídios em Kent envolviam o uso de “armas curtas, cassetetes ou bastões.”[65] Infelizmente ele não informa – provavelmente porque não sabe – qual proporção dessas mortes foram decorrentes de armas de fogo. Mesmo as provas um tanto esparsas de Kent pressupõem que este era um condado típico, mas no século dezoito esse não era nem de longe o caso. Naquela época contrabandistas infestaram a costa de Kent, protegidos por seus próprios “lutadores” armados. Batalhas armadas aconteceram

ocasionalmente entre os contrabandistas e os agentes do governo. Portanto, mesmo o nível espetacular de homicídios por armas de fogo em Kent pode ter sido muito acima da média. Quanto aos usuários de armas de fogo, tanto os corretos como os criminosos, Cockburn diz que “a maioria esmagadora dos homicídios relacionados a armas de fogo” depois de 1660 foram cometidos por homens descritos como trabalhadores, em circunstâncias que implicam que as mesmas eram prontamente disponíveis a todos, com exceção dos mais pobres entre os homens ingleses, tanto antes como depois de 1660. Ele relata que, na segunda metade do século dezoito, “as armas mais tradicionais” haviam sido “substituídas largamente pelas armas de fogo”, e que isso causou 21 por cento dos homicídios entre 1720 e 1810.[66] Este resultado está alinhado com os achados de Thomas Birch de que 19 por cento dos assassinatos em Londres, durante o século dezoito, foram causados por armas de fogo.[67] Os números de John Marshall sobre os homicídios em Londres com armas são um pouco mais altos. Seu estudo, publicado em 1832, relatou que entre 1690 e 1730 vinte pessoas foram baleadas, trinta e seis foram esfaqueadas, e vinte e duas morreram pela espada.[68] Eric Monkkonen assume que nem todas as mortes por tiroteio consistiam em assassinatos, embora a maior parte dos esfaqueamentos provavelmente fosse. Se estes são números típicos ele conclui que havia “no mínimo três vezes mais assassinatos com instrumentos pontiagudos do que com armas de fogo durante o período.”[69] Na primeira metade do século dezenove, no entanto, Cockburn descobriu que as armas de fogo e as armas brancas, juntas, causaram apenas 13 por cento das mortes violentas, enquanto que 41 por cento das mortes eram resultado de pancadas e/ou chutes. Sobre a evidência de um declínio acentuado nos homicídios por armas de fogo, ele presume que armas laterais de todos os tipos “se tornaram aparentemente menos predominantes durante a primeira metade do século dezenove.” Essa lógica o levou à conclusão de que “portar armas” causa mais violência.

Como temos visto, em vez de aumentar, os crimes violentos e os homicídios declinaram dramaticamente durante o século dezoito, bem quando Cockburn descobre que as armas de fogo substituíram em grande parte as armas tradicionais. Ainda assim, noções preconcebidas são preconcebidas por uma razão: elas parecem lógicas, e o porte de armas

laterais pode ter aumentado os homicídios. É importante procurar por outras evidências para descobrirmos se este foi realmente o caso.

Dada a ansiedade dos Parlamentares do século dezoito em relação à manutenção da ordem e sua inclinação por proclamar novos delitos, era de se esperar que o direito dos Protestantes de se armar fosse restrito a uns poucos privilegiados, e que um plebeu portando uma arma de fogo estivesse cometendo um delito criminoso, algo grave. Mas a história é cheia de surpresas. Os redatores da Carta de Direitos de 1689 e seus sucessores pretendiam aparentemente o que proclamaram, de que os Protestantes pudessem ter “armas para sua defesa.” Ironicamente, foi no século dezoito, tão severo em sua abordagem da ordem, que o direito dos Protestantes de se armar foi estabelecido completamente. De fato, ao final desse século a visão de que essas armas privadas eram um baluarte da constituição e podiam, *in extremis*, proteger ou, se necessário, restaurar as liberdades do povo, foi abraçada pela cultura legal ortodoxa.

De início, no entanto, o efeito prático do direito proclamado não ficou claro. Isto era verdade para muitos dos artigos da Carta de Direitos, pois quando o documento foi elaborado ainda havia leis nos livros que contradiziam ou infringiam alguns dos direitos nela declarados. No caso da propriedade privada de armas de fogo, a Lei da Caça de 1671 ainda proibia explicitamente todos os que não se qualificavam para a caça de possuir ou utilizar tais armas. A revisão parlamentar seguinte da lei da caça, a Lei da Caça de 1692, omitiu as armas de fogo da lista de dispositivos proibidos àqueles não qualificados para a caça, mas deixou o resto da Lei da Caça de 1671 em vigor. Esta jogada foi sugestiva mas não necessariamente conclusiva, e eu não consegui encontrar nenhuma informação sobre a intenção do Parlamento ao omitir as armas. Logo no começo do século dezoito, no entanto, o Parlamento aprovou mais uma lei da caça, novamente omitindo as armas de fogo da lista de dispositivos proibidos aos não qualificados, embora a lista contivesse uma proibição pega-tudo contra “outros Instrumentos para a destruição de Peixes, Aves, ou outras Caças.”[70] Nesta vez tivemos o testemunho de um membro do Parlamento que argumentou em favor de continuar a omitir as armas de fogo da lista de dispositivos proibidos, e uma série de casos da corte que removiam explicitamente todas as dúvidas sobre o significado daquela mudança. A

prova de que a omissão era intencional veio do Lorde Macclesfield, que estava presente da Casa dos Comuns quando foi feito o esboço da lei de 1706 e que disse ao procurador-geral que ele mesmo tinha objeções à inserção da palavra *arma* na lista “pois poderia ser tratada com grande inconveniência.”[71] Como explicou Joseph Chitty, um especialista nas leis de caça, em 1826: “Nós vemos que as armas de fogo, que estavam mencionadas explicitamente nas versões anteriores da lei, foram propositadamente omitidas nesta [lei de 1706] porque poderiam ser tratadas com grande inconveniência, tornando a mera posse de uma arma em evidência *prima facie* de que a mesma é mantida para propósitos ilegais.”[72]

A nova lei foi aprovada antes da posse do primeiro rei Hanoveriano e da erupção de novos delitos que se seguiu. As ansiedades que acompanharam a mudança de dinastia podem ter alterado a boa vontade do governo de proteger um direito perigoso do povo. Novamente os fatos provaram o contrário. Dois casos chave da corte, no final do século, deixam claro que as armas não foram proibidas pela lei de 1706. Em 1739, mais de uma década depois da aprovação da Lei Negra, a Corte do Banco do Rei[x] ouviu o caso de *Rex v. Gardner*. O réu havia sido condenado por um juiz de paz por manter uma arma em contravenção à lei de 1706.[73] Não havia provas de que essa arma havia sido usada ilegalmente, mas um dos argumentos era de que a arma havia sido mencionada na Lei da Caça de 1671 e considerada ali um instrumento para a destruição da caça, e que a lei de 1706, ao usar as palavras generalistas “outros dispositivos”, deveria ser interpretada como se incluísse as armas de fogo. A defesa contestou alegando “que nenhuma arma é mencionada no estatuto [de 1706], e ainda que possa haver muitas coisas pelas quais um homem possa ser condenado, simplesmente por portá-las, ainda assim elas só podem ser desta forma quando usadas para a destruição da caça; já uma arma é necessária para a defesa de uma casa, ou para que um fazendeiro atire em corvos.” A corte concordou com a defesa e concluiu: “Nós somos da opinião de que uma arma difere de cães e redes, que só podem ser mantidos para um propósito errado, e assim essa condenação deve ser revogada.” Quando um caso similar chegou ao Banco do Rei em 1752, um ano após mais uma renovação da Lei Negra, esta decisão foi reafirmada. Em *Wingfield v. Stratford e Osman* o querelante havia recorrido

de sua derrota e do confisco de uma arma e um cão, sendo este um cão de caça e aquela “um mecanismo” para matar durante a caça.[74] Nesta época a corte não só estava certa de que as armas não eram ilegais em si mesmas, mas ficava impressionada que alguém ainda pudesse pensar que eram. A condenação foi derrubada porque ela se baseava em uma questão geral, mas a corte se preocupou em explicar que teria sido ruim em qualquer caso porque não havia sido alegado que a arma foi usada para matar durante a caça:

Não há como imaginar que foi a Intenção da Legislatura, ao fazer a 5 Ann. C. 14 para desarmar todo o Povo da Inglaterra [...] já que as armas não são expressamente mencionadas naquele estatuto, e como uma arma pode ser mantida para a Defesa da Casa de um Homem, e para diversos outros Propósitos, era necessário alegar, para que fosse compreendido dentro do Significado das Palavras “quaisquer outros Mecanismos para matar a Caça,” que a Arma havia sido usada para matar a Caça.

Durante o século dezoito a visão de que os súditos Protestantes tinham o direito de possuir armas se tornou cada vez mais explícita. É ainda mais surpreendente, naquela época de medos e novos delitos, que a visão dos Whig, de que súditos armados eram um remédio contra a tirania, também veio a ser aceita. Foi William Blackstone quem colocou o selo de ortodoxia na necessidade de cidadãos armados para proteger a liberdade inglesa. Em 1765, no primeiro capítulo de *Commentaries on the Laws of England*,[[xi]] Blackstone listou os direitos dos homens ingleses e então reconheceu que “esses direitos seriam declarados, determinados e protegidos pela letra morta das leis, se a constituição não houvesse providenciado nenhum outro método para assegurar seu real gozo. Ela, portanto, estabeleceu alguns outros direitos auxiliares do indivíduo, que servem principalmente como muros ou barreiras para proteger e manter inviolados os três grandes e principais direitos, da segurança pessoal, da liberdade individual, e da propriedade privada.” Blackstone identificou cinco desses direitos, sendo o último deles o direito das pessoas de possuir armas:

O quinto e último direito auxiliar do indivíduo, que eu devo mencionar neste momento, é o de possuir armas para sua defesa, adequadas a sua condição e grau, e na forma permitida pela lei [...] e é, de fato, uma permissão pública sob restrições convenientes, ao direito natural de resistência e autopreservação, quando as sanções da sociedade e as leis se tornam insuficientes para coibir a violência da opressão.[75]

Os assim chamados tumultos de Gordon, que balançaram Londres em junho de 1780, testaram severamente o comprometimento nacional com o

direito de um inglês de estar armado. As ações tomadas e as declarações feitas durante e depois dos tumultos fornecem uma luz penetrante nas atitudes constitucionais da época. Brevemente, a aprovação de uma lei pelo Parlamento, que livrava os Católicos de impedimentos civis que haviam sido impostos no passado, foi a provocação imediata para uma petição de protesto assinada por 120.000 Protestantes.[76] Uma causa mais profunda de descontentamento foi as dificuldades enfrentadas por ingleses da classe trabalhadora. Lideradas pelo Lorde George Gordon, aproximadamente 60.000 pessoas marcharam ao Parlamento para entregar a petição.[77] O que havia começado como um protesto pacífico se tornou violência, e por vários dias os londrinos ficaram à mercê da turbamulta. Até que a ordem fosse restaurada 450 pessoas haviam sido mortas, capelas e casas Católicas foram saqueadas, prisões abertas, e o Banco da Inglaterra e outros prédios públicos atacados. Membros do Parlamento estavam furiosos com a inabilidade do governo em manter a ordem. Entre outras reclamações estava a acusação de que algumas medidas que haviam sido tomadas eram injustificáveis e ilegais. Lorde Jeffrey Amherst, oficial sênior do exército em Londres, foi acusado de impedir o plano do prefeito de “armar todos os habitantes ou caseiros de cada ala,” ordenando, em vez disso, que o tenente-coronel de serviço em Londres desarmasse os residentes da cidade. A ordem de desarmamento de Amherst excetuou apenas os membros da milícia da cidade e aqueles especialmente autorizados pelo rei a possuir armas. Suas cartas a esse respeito, o plano do prefeito, e a Declaração Inglesa de Direitos foram lidos na Casa dos Lordes, e um inquérito formal foi iniciado. O Duque de Richmond, que liderou o protesto entre os Lordes, apontou que as instruções de Amherst foram “uma violação direta de um dos principais artigos do estatuto sagrado e inviolável.” Ele fez moção para que as cartas de Amherst fossem marcadas como “um comando injustificável para privar os súditos Protestantes de sua propriedade legal, e uma tentativa perigosa de violar seu direito sagrado, ‘de ter armas para sua defesa, adequadas às suas condições, e conforme permitido pela lei’.” Os defensores de Amherst desculpavam sua conduta citando as circunstâncias da crise. Eles insistiram que nenhum cidadão “sóbrio” havia sido desarmado e que a carta havia sido mal interpretada. A resolução de Richmond foi derrotada, mas não antes que todos os lados reconhecessem o direito a todos os Protestantes, mesmo os mais pobres, de possuir armas. Fora do Parlamento questões foram

levantadas sobre o uso de associações militares voluntárias na crise, e se o direito de possuir armas incluía o direito de formar grupos armados. O registrador de Londres, conselheiro legal da cidade, foi chamado para dar sua opinião sobre a legitimidade dessas organizações e o fez em julho de 1780. Sua resposta é a soma clara da extensão do direito do indivíduo de possuir armas à época da Revolução Americana e logo após os tumultos de Gordon, e vale a pena ser lida na íntegra:

O direito dos súditos Protestantes de sua majestade, de possuir armas para sua defesa própria, e de usá-las para propósitos legais, é muito claro e inegável. Ele parece, de fato, ser considerado, pelas leis antigas deste reino, não somente um *direito*, mas um *dever*, pois todos os súditos do reino, que sejam aptos a manusear armas, estão convocados à prontidão, em todos os tempos, para ajudar o xerife, e outros magistrados civis, na execução das leis e na preservação da paz pública. E esse direito, que todo Protestante possui da forma mais inquestionável, *individualmente*, pode, e em muitos casos *deve*, ser exercido coletivamente, é também um ponto que eu concebo como claramente estabelecido pela autoridade das decisões judiciais e por leis antigas do parlamento, bem como pela razão e pelo bom senso. [78]

Concluindo, no tempo exato em que o direito individual de possuir armas se tornava bem estabelecido, e em que as armas de fogo substituíram armas mais antigas, a taxa de homicídios continuou seu declínio acentuado. Estudos individuais para condados particulares são testemunhas desta tendência. Os 302 homicídios registrados na Somerset Hanoveriana entre 1720 e 1820 mostram uma queda constante nos indiciamentos por homicídio, de uma média de 2,5 por 100.000 habitantes nos primeiros nove anos do período para 0,7 por 100.000 nos últimos nove anos. Esta taxa baixa segue em acordo com outros condados. Uma diminuição similar foi encontrada nos Circuitos Home e Western. [79] Um estudo sobre Surrey e Sussex mostrou um “declínio consistente no período.” Surrey foi de aproximadamente 6,2 homicídios por 100.000 em 1660-1679 para 0,9 em 1780-1802. A taxa de homicídios em Sussex diminuiu de 2,6 por 100.000 em 1660-1679 para 0,6 em 1780-1802. [80] Em nível nacional, a taxa de homicídios caiu em dois terços entre 1660 e 1800. [81] A grande maioria desses homicídios registrados, como no passado, eram impulsivos e não envolviam armas de fogo. Como concluiu S. C. Pole a partir dos registros de Somerset, “O caráter não premeditado da maioria dos homicídios fica também implícito pelos instrumentos usados.” Em casos em que uma arma era notada, era geralmente “uma pedra, uma ferramenta de trabalho, ou

algum outro instrumento provavelmente disponível às mãos.”[82] Não há nenhum sinal em nenhuma das evidências, nem nos números de homicídios, nem no uso registrado de armas de fogo nos crimes, e nem no tratamento do Parlamento para com os ingleses armados, de que o uso de armas de fogo aumentou o número de homicídios ou a criminalidade em geral. Uma época rápida em apontar o perigo e em criar legislações repressivas não viu razão para restringir a propriedade e o uso de armas de fogo. Pelo contrário, a propriedade privada de armas para defesa pessoal e com propósitos constitucionais foi louvada e protegida.

x No original, *Court of King's Bench*, era uma das cortes inglesas para o julgamento pela lei comum. Originalmente criada como uma corte itinerante que acompanhava o rei em suas viagens, ela fez sua última viagem em 1421, tornando-se a partir daí uma corte fixa – NT.

xi A tradução livre para este título seria “Comentários sobre as Leis da Inglaterra” – NT.

O SÉCULO DEZENOVE: “UMA ERA DE RARO SUCESSO”

Certamente, a retórica da liberdade, justiça e imparcialidade tem sempre sido utilmente virada contra as pretensões de grandiosidade; mas esses valores têm sido comprometidos mais freqüentemente perante os dispositivos de lei mais oportunos, discricionários e prejudiciais conforme colocados em prática por policiais, juízes e políticos. Os historiadores poderiam lembrar lucrativamente a si mesmos que a história do crime é um assunto cruel, não porque seja sobre o crime, mas porque é sobre poder.

– V. A. C. Gatrell, “*Crime, Authority and the Policemen-state*” [xii]

Contra probabilidades prodigiosas o crime violento despencou durante o século dezenove. A partir da primeira metade do século até o Primeira Guerra Mundial o número de assaltos registrados caiu 71 por cento, o de lesões corporais em 20 por cento e o de homicídios em 42 por cento. [1] A respeito do uso de armas de fogo em crimes violentos, em 1890 apenas três pessoas em toda a Inglaterra e País de Gales foram sentenciadas à morte por assassinato cometido com um revólver, em 1891 esse número subiu para quatro, e em 1892 caiu para três novamente. [2] Alguma coisa, ou uma combinação de coisas, aconteceu de forma maravilhosamente correta. O sucesso, se diz, possui muitos pais, mas qual “pai” ou grupo de pais que podem requerer o crédito neste caso é incerto. É verdade que as classes governantes estavam, por boas razões, preocupadas com a ordem – ou, mais precisamente, com a desordem. O arsenal do reino para preservar a paz, conforme era chegado o novo século, incluía a brutal Lei Negra, uma população armada, auto-suficiente, e encarregada de ajudar a manter a ordem, ao mesmo tempo em que era uma ameaça a esta, uma milícia de cidadãos freqüentemente ineficiente, e um exército profissional, mas não confiável. [3] Os desafios para a ordem eram formidáveis. Conforme o século caminhou para seu final a agitação e a violência da Revolução Francesa ainda espalhavam guerra e revolução por toda a Europa. A

Inglaterra estava totalmente ocupada no exterior e temia por levantes dentro de casa. Mas com a derrota de Napoleão vieram ameaças domésticas além daquelas criadas pelo retorno dos soldados desempregados. Uma classe de trabalhadores industriais politicamente autoconscientes havia se tornado bem organizada e demandava reformas. Por vezes os líderes da Inglaterra sentiram o país “balançando a beira da revolução.”[4]

Em um nível mais prosaico, o crime mais comum deveria ter sido galopante, e os contemporâneos tinham freqüentemente a impressão de que esse era o caso.[5] Os ingleses começavam a falar da “classe dos criminosos.” A época foi amaldiçoada com todos os tipos de males sociais como sendo causa da criminalidade – pobreza dolorosa ao lado de prosperidade crescente, favelas abundantes, crescimento e deslocamento rápido da população, urbanização, a quebra da família trabalhadora, policiamento problemático e, é claro, a vasta propriedade de armas. Os governos estavam ansiosos por manter as armas fora das mãos de revolucionários potenciais, mas também dependiam do público para ajudar a preservar a paz, e bem cientes da ligação passional ao direito de possuir armas. Um fato indicativo de quão tênue era a linha sobre a qual o governo caminhava era que enquanto a propriedade de armas privadas permanecia um direito individual muito bem guardado, os ingleses não estavam preparados para estendê-lo à polícia profissional recentemente criada. O cassetete teria que ser suficiente para o policial. Há uma desconexão clara entre a disponibilidade das armas de fogo e o declínio acentuado dos crimes violentos, mas essa é apenas parte da história, pois não obstante todos os problemas do país e as impressões contrárias, os crimes violentos atingiram um nível mínimo recorde. Como exatamente os ingleses foram capazes de chegar a um estado sem precedentes de civilidade interpessoal em condições tão pouco promissoras é um quebra-cabeça. O papel das armas de propriedade privada nesta situação invejável é o objeto deste capítulo. Primeiro nós iremos examinar que impacto as armas de fogo tiveram nos levantes domésticos do século. Depois exploraremos como as armas constaram na reforma das leis criminais, a criação da polícia profissional, e a taxa de criminalidade. Entrelaçadas com todos esses desenvolvimentos

estavam as abordagens de diferentes ministros e as atitudes dos membros do Parlamento com vistas ao público armado.

Medo da desordem conforme o século se inicia

Os temores da violência da massa popular e o controle da violência criminal comum competiam pela atenção do governo e do povo e levou as políticas legislativas por trajetórias bem diferentes. De fato, o movimento para reformar a lei criminal foi frustrado por algum tempo pelo medo das ações das massas. É difícil agora apreciar o medo que a Revolução Francesa incutiu nas classes governantes inglesas. Charles Kingsley, lembrando na metade do século, chamou à memória o terror da violência da multidão: “jovens rapazes acreditavam (e não tão erroneamente) que as massas eram seus inimigos naturais, e que eles poderiam ter que lutar, em qualquer ano ou qualquer dia, pela segurança de suas propriedades e pela honra de suas irmãs.”[6] Para proteger o *status quo*, Crown e o Parlamento começaram a trabalhar para aprovar novas leis de curto prazo. Mesmo um direito aclamado como o de *habeas corpus* foi suspenso em 1794 e novamente em 1798 para qualquer um que fosse suspeito de conspirar para a subversão da constituição Inglesa com o intuito de introduzir “o Sistema de Anarquia e Confusão que tão fatalmente prevaleceu na França.”[7] Conforme reprimia o *habeas corpus*, o Parlamento cuidou de estipular que todos os seus “Direitos e Privilégios antigos” e de seus membros permanecessem inviolados. A suspensão deve ter parecido inadequada, pois no ano seguinte duas medidas adicionais foram aprovadas. A Lei das Práticas Traiçoeiras e Sediciosas deu ao rei e ao Parlamento uma arma contra “as Tentativas contínuas de Pessoas perversas e más” determinadas “a perturbar a Tranqüilidade” do rei e do reino através de publicações, discursos, intimidações, conspirações ou auxílios a inimigos do reino.[8] A Lei das Reuniões e Assembléias Sediciosas tornou crime o ato de realizar uma reunião não autorizada de cinquenta pessoas que abordasse “Petições, Reclamações, Protestos, Declarações ou outras Questões.” O escopo da lei era tão abrangente que foi necessário fazer exceções especiais para permitir que as universidades e escolas continuassem a ensinar “aqueles confiados aos seus cuidados.”[9] Ao contrário da Lei do Tumulto, que permitia às autoridades dispersar uma reunião, esta lei era preventiva.

Embora alguns direitos tenham sido sacrificados em nome da segurança, até 1819 o direito dos indivíduos de possuir armas não estava entre eles. Na verdade as autoridades pareciam encorajá-lo. Conforme o governo reprimia fortemente os direitos dos dissidentes, ele convocava as pessoas respeitáveis para ajudar com a manutenção da paz e com a defesa. Em 1794 foram criados os Yeomanry, um corpo de camponeses independentes para auxiliar contra uma invasão francesa ou em problemas domésticos.[10] O corpo era formado por voluntários armados, em sua maioria fazendeiros, tanto inquilinos como proprietários de terras, liderados por proprietários da pequena nobreza e organizados em unidades montadas que podiam ser chamadas por oficiais locais. Qualquer que fosse a probabilidade de uma invasão francesa, os Yeomanry estavam bem posicionados para entrar em ação contra desordeiros ingleses. Em 1802 o Parlamento também aprovou outra lei militar para consolidar as leis anteriores e tornar a milícia de cidadãos mais efetiva.[11] Em 1803, o *The Times* relatou que, para defender o reino contra uma possível invasão francesa, a milícia tinha sido convocada, uma milícia suplementar incorporada, uma reserva militar em torno de 50.000 adicionada, uma medida adotada “para a convocação e armamento de uma ampla massa de pessoas” em caso de emergência e, à época em que foi escrita, em torno de 300.000 homens se alistaram no Yeomanry e nos corpos de cavalaria.[12]

As guerras revolucionárias francesas foram seguidas pelo retorno de milhares de soldados desempregados à Inglaterra. Sua presença somente agravou o declínio dos salários reais, um declínio ainda pior por conta dos preços altos do pão, resultantes das Leis dos Grãos. Os trabalhadores ingleses se juntaram para protestar contra suas condições terríveis de trabalho, contra seus salários magros, contra as Leis dos Grãos e para pedir reformas no Parlamento. As reuniões levaram a tumultos em Yorkshire e outros distritos industriais e levantaram temores por parte da segurança pública. O martelo da lei desceu sobre os manifestantes, e novas reuniões de protesto foram proibidas. Mas as queixas dos trabalhadores não haviam sido atendidas, e as tensões permaneceram altas. Em agosto de 1819 a ferida purulenta estourou. Uma multidão grande e pacífica de homens e mulheres trabalhadores havia se ajuntado em St. Peter’s Fields, Manchester, para protestar contra as Leis dos Grãos e para exigir reformas no Parlamento. Os

magistrados locais chegaram acompanhados pelos Yeomanry armados e exigiram que a multidão se dispersasse.[13] Eles se recusaram. Os magistrados entraram em pânico e ordenaram aos Yeomanry que atirassem. Quando o tiroteio terminou uma dúzia de pessoas haviam sido mortas e centenas ficaram feridas. Este evento, que ficou rapidamente conhecido como o Massacre de Peterloo, causou um receio e um ultraje públicos bastante abrangentes. Um debate nervoso no Parlamento culminou em seis estatutos que impuseram restrições ainda maiores às liberdades individuais. As Seis Leis foram descritas por John Lord Campbell, à época um advogado, como “as leis mais desagradáveis,” “a última violação da nossa Constituição livre.”[14] Elas incluíram o banimento de reuniões públicas sem licença prévia, taxaço pesada aos jornais para limitar sua circulação, proibição contra grupos praticantes de exercícios militares sem permissão ou que carreguem armas “sob Circunstâncias suspeitas,” e a Lei do Confisco de Armas. Os últimos dois colidem diretamente com nosso tópico.

A primeira das Seis Leis, na verdade a primeira votada naquela sessão do Parlamento, foi uma medida para prevenir qualquer “Treinamento de Pessoas para o Uso de Armas, e para a Prática de Evoluções e Exercícios Militares” que fosse ilegal.[15] A penalidade para os presentes a tais treinamentos e seus instrutores era o transporte por até sete anos, ou a prisão por até dois anos. Qualquer juiz de paz ou policial poderia invadir um grupo desses e prender todos os presentes. O Parlamento não pareceu muito seguro sobre as bases legais para essa medida, ou esperava que ela fosse tratada como temporária, pois o parágrafo final dizia que ela poderia ser revogada no todo ou em parte, ou mesmo emendada durante aquela sessão do Parlamento. E o que acabou acontecendo foi que esse estatuto esboçado apressadamente sobreviveu até o século vinte e teve sua última emenda na década de 1980.

Embora a Lei do Treinamento Ilegal não se intrometesse no direito individual de uma pessoa possuir e carregar armas, a Lei do Confisco de Armas sim.[16] Juízes de paz em “certos Condados perturbados” estavam autorizados a confiscar armas de fogo e outros armamentos que acreditassem ser mantidos para propósitos perigosos à paz pública. A mera posse de armas não deveria ser fato suficiente para iniciar a busca e a apreensão: teria de haver alguma prova, ou ao menos alguma declaração, de

que havia um propósito maléfico por trás da posse. A seriedade da lei foi realçada pelo poder dado aos juizes de paz, com base no testemunho de uma única pessoa, de emitir mandados “para entrar em qualquer lugar, de dia ou de noite”, pela força se necessário, para buscar e confiscar armas mantidas “com um propósito perigoso à paz pública.” Além da posse de armas, qualquer pessoa que as transportasse de uma forma que um juiz de paz achasse suspeita era passível de prisão por mau comportamento. A lei era limitada àquelas áreas que haviam sido afetadas por tumultos, mas poderia ser estendida por proclamação. A lei foi feita para expirar em dois anos.

Apesar de todo o agito a respeito dos tumultos e da natureza temporária e geograficamente limitada da Lei do Confisco de Armas, ela foi contestada com vigor no Parlamento. A autorização para buscar e desarmar era em si muito perturbadora. Lorde Rancliffe notou que estatutos similares na Irlanda haviam servido “apenas para abrir a porta para opressões maiores, e para acirrar as mais ardentes paixões de ódio e vingança. As atrocidades cometidas naquele país sob tal lei como esta”, argumentou ele, “foram tais que nenhum homem poderia contemplá-las sem horror.”[17] T. W. Anson acusou o governo de exagerar sobre as desordens e perigos populares “com o propósito de obter a cooperação do Parlamento em medidas hostis à liberdade, e repugnantes aos sentimentos dos ingleses.” Ele fez uma objeção particular à Lei do Confisco de Armas:

os princípios sobre os quais ela foi fundamentada, e o temperamento no qual foi moldada pareciam para ele algo tão distante do espírito livre de sua constituição tão venerada, e tão contrários àquele direito indubitável que os indivíduos de seu país sempre possuíam – o direito de ter armas para a defesa própria, de suas famílias e de suas propriedades – que ele não podia olhar sem expressar sua desaprovação ou seu arrependimento.

George Bennet se opôs à lei “porque ele acreditava que a diferença distintiva entre um homem livre e um escravo era o direito de possuir armas; não apenas, como já havia sido afirmado, pelos propósitos de defender sua propriedade, como de sua liberdade.” “Ele não poderia fazer nenhum deles”, protestou Bennet, “se fosse privado daquelas armas, no momento do perigo. Era uma violação dos princípios de um governo livre, e completamente repugnante à nossa constituição.” Lorde Castlereagh, o porta-voz do governo, concordou “que o princípio da lei não era conveniente com a constituição, que era uma violação aos direitos e deveres das pessoas, e que

só poderia ser defendido ante a necessidade específica do caso” o qual ele sentia “que agora existia; a segurança e os interesses gerais do assunto demandavam o sacrifício.”[18] A lei foi aprovada, mas quando seu período de dois anos terminou ela foi dada como expirada. O direito de possuir armas para defesa própria havia provado sua resiliência. A habilidade dos ingleses de organizar e treinar forças armadas independentes foi permanentemente suprimida.

Os receios do governo eram legítimos? Os trabalhadores que protestavam eram armados e perigosos? Não há uma menção sequer de que a multidão pacífica que se juntou em St. Peter’s Fields estivesse armada. Mas aqueles que se ajuntaram mais tarde, perto de Burnley, para protestar contra Peterloo e que consideravam “a melhor maneira de fazer justiça com os instigadores e criminosos do recente massacre de Manchester e abraçar [...] a Reforma do Parlamento,” claramente estavam.[19] As várias milhares de pessoas que se ajuntaram naquele 15 de novembro de 1819 tinham vindo em desafio aos avisos dos magistrados locais. Muitos carregavam bastões. Quando um clamor foi levantado durante a reunião, de que soldados se aproximavam, eles sacaram pontas de ferro que haviam trazido escondidas e as atarraxaram aos bastões. Outros sacaram armas curtas. Quando um segundo alarme convenceu os organizadores a cancelar o evento, alguns deram tiros para o ar com essas armas curtas.[20] Várias pessoas dentre os organizadores do movimento foram presas mais tarde. Em princípio foram acusadas de traição, mas essa acusação foi reduzida para conspiração para produzir uma reunião ilegal, ou participar de uma reunião ilegal, e incitar pessoas a comparecerem armadas a uma reunião pública. Seis dos que foram acusados acabaram condenados. Seu julgamento, *Rex v. George Dewhurst e Outros*, lidou com o direito de um indivíduo de portar armas e com a questão separada, e difícil, das reuniões armadas. Havia uma concordância generalizada sobre o direito individual de estar armado para defesa própria, mas o advogado da Coroa insistiu que embora “as pessoas tenham o direito de se reunir para discutir queixas públicas [...] pela lei elas não podem se reunir armadas com o propósito de remediar ou deliberar sobre qualquer questão.”[21] O advogado de defesa citou Blackstone que, “falando em alta voz e claramente sobre os direitos das pessoas da Inglaterra” havia designado este como sendo o quinto direito auxiliar do indivíduo. O advogado passou

então a uma defesa ativa do direito de se reunir.[22] Em seus argumentos finais ao júri, o Juiz Bailey se referiu ao artigo que fala sobre armas na Carta de Direitos e suas cláusulas finais vagas, e perguntou: “Mas as armas são adequadas à condição das pessoas na classe comum da vida, e elas são permitidas pela lei?” Ele respondeu: “um homem tem o direito claro de ter armas em sua casa para se proteger. Um homem tem o direito claro de se proteger quando anda sozinho ou acompanhado de um pequeno grupo em alguma estrada onde esteja viajando para os propósitos comuns de seus negócios.” Ele até mesmo concordou que as armas podem ser levadas para uma reunião pública, com uma exceção: “Você não tem o direito de carregar armas para uma reunião pública se o número de armas levadas é calculado para produzir terror e alarme.”[23]

Durante a próxima década não houve outros Peterloos, mas as tensões permaneceram. Entre 1802 e 1840 o Parlamento aprovou medidas para encorajar os promotores a agir, e o número de julgamentos nas cortes superiores do reino aumentou sete vezes.[24] Isto não significa que o crime aumentou nessa proporção, mas o aumento nas acusações e processos abasteceu a ansiedade pública.[25] Em 1830, Sir Francis Burdett, membro do Parlamento por Westminster, defendeu que os condados fossem declarados como “fora da paz do Rei”, que a Lei dos Estrangeiros, contrária aos mesmos, fosse reeditada, e, acima de tudo, que os chefes de família fossem armados.[26] E no mesmo ano John Hobhouse, o Lorde Broughton, um membro radical do Parlamento, reclamou que havia sido aprisionado em Newgate por onze semanas “por dizer que se os soldados não protegessem a Casa dos Comuns, os membros dessa Casa seriam puxados para fora pelas orelhas.” Ele adicionou: “Eu estava preso pela parte ofendida sem um julgamento, sem ter sido ouvido, sem sequer ter sido visto; e essa injustiça monstruosa foi cometida com a aprovação, ou ao menos sem a oposição, de muitos daqueles que se chamam, e são chamados, de amigos dos direitos populares, mas que pensam que um pouco de tal poder deveria residir na Casa dos Comuns.”[27]

Então, em 1837, o movimento Cartista, descrito como o movimento dominante da classe trabalhadora do século, irrompeu.[28] As queixas básicas dos Cartistas, como aquelas dos trabalhadores do início do século, foram levantadas contra um pano de fundo de colheitas ruins, preços altos

da comida, declínio e depressão em muitas indústrias manuais, e uma diminuição séria de salários reais.[29] Eles buscavam reformas políticas, preços mais baixos, condições melhores de trabalho e a revogação da Lei dos Pobres de 1834, que mandou pessoas para as casas de correção. Os Cartistas estavam armados? Há evidências contraditórias sobre isso, tornadas ainda menos claras pelo desacordo entre líderes Cartistas se deveriam recorrer à força física ou confiar somente na força moral. Muitos, senão a maioria, dos Cartistas eram pobres, e provavelmente não tinham condições de possuir uma arma. Ainda assim registros de muitos distritos diferentes alegavam que os Cartistas haviam obtido armas de fogo bem como outros tipos de armas.[30] Mather nota que, em abril de 1839, Cartistas jovens de Llaniloes haviam “emprestado” alguns mosquetes de fazendeiros locais. Em 1848, a Polícia Metropolitana, no entanto, descobriu que apenas 122 espingardas e 162 armas curtas haviam sido compradas pelos londrinos mais pobres de fabricantes de armas locais, na primeira metade daquele ano.[31] Esta lista não inclui armas de segunda mão compradas diretamente de indivíduos, que seriam as armas com maior probabilidade de serem adquiridas pelos Cartistas. Há evidências de que eles vieram a algumas reuniões de protesto armados. Certamente que alguns oradores Cartistas os incitaram a se armarem e pareciam assumir que eles tinham acesso a armas de fogo. Raymer Stephens, chamado precisamente de “agitador”,[xiii] incitou os Cartistas a se armarem de qualquer forma que pudessem. “Se o mosquete e a arma curta, a espada e a lança não estiverem disponíveis”, ele insistia para que “as mulheres peguem as tesouras, as crianças as agulhas. Se tudo falhar, então as brasas – sim, as brasas – as brasas, eu repito. O palácio deverá arder em chamas.”[32] Em 1839 e 1848, os Cartistas se prepararam para a ação militar, treinando e até formando uma Guarda Nacional.[33] Reuniões armadas aconteceram em Bethnal Green em janeiro de 1848, e em agosto foi dito que setenta Cartistas armados saíram para atirar em magistrados de Manchester. Em Ashton-under-Lyne diversos grupos de homens desfilaram no meio da noite armados com lanças e espingardas, enquanto em Londres a polícia estourava tavernas para capturar grupos de Cartistas armados.[34]

Claramente, naquele momento, ao menos alguns Cartistas estavam armados. Em seu estudo sobre o movimento, F. C. Mather tinha poucas dúvidas de que “uma quantidade considerável de lanças e mosquetes de

segunda mão e armas curtas encontraram seu caminho para as mãos da classe trabalhadora.”[35] O Parlamento realizou debates acalorados sobre o assunto. Os alarmistas queriam medidas ainda mais extremas. Em 1839, os chefes de família, ou pelo menos os comerciantes de Londres, estavam considerando a possibilidade de se armarem, incomodados com o levante da classe trabalhadora.[36] O governo não queria ser visto colocando uma classe contra a outra e tomou uma atitude cautelosa. Em 1839, o Lorde John Russell, o Secretário do Interior, tentou acalmar os medos. Ele assegurou ao Lorde Harewood que o chamado dos agitadores Cartistas para que as pessoas se armassem “não tem muita chance de induzir as pessoas a gastar seu dinheiro em mosquetes e armas curtas. Uma vez que uma mera violência de linguagem é implicada sem efeito, é melhor [...] não dar mais importância que a devida a esses líderes da massa.”[37] Russell anunciou que ele havia sondado o mercado de armas e descoberto que nenhuma quantidade considerável de armas havia sido feita pelos fabricantes de sempre para a venda doméstica.[38] Mas as armas de natureza perigosa haviam sido feitas por outros, e embora ele não quisesse qualquer noção exagerada da existência de grandes grupos de homens regularmente armados, “ele acreditava que havia um número considerável de pessoas com a posse de armas bastante ofensivas e perigosas.”[39] Quanto às novas medidas, ele lembrou aos membros, “tão logo o Parlamento recebeu propostas de novos poderes foi provocada naquele corpo uma certa simpatia e ciúme no tocante à constituição.”[40] De qualquer maneira, uma quantidade suficiente de legislação restritiva já estava em vigor contra o treinamento armado, motins e reuniões perigosas. Outros membros do Parlamento concordaram que os medos eram injustificados. O Sr. Thomas Attwood estava convencido de que não havia nem cinquenta mosquetes ou cinquenta lanças comprados na Inglaterra, e não acreditava “que o povo da Inglaterra havia se tornado louco o suficiente para aquilo, ou que em algum momento tivessem pensado em armar a si mesmos. Ele estava convencido de que eles sabiam muito bem de onde vinha sua força para apanhar armas.”[41] Chegando ao final do debate o Secretário do Interior resumiu o ponto de vista do governo sobre a propriedade e porte privados de armas de fogo:

poderia ser necessário tomar algumas medidas para a restrição daquilo que foi um abuso dos direitos assegurados pela Carta de Direitos. Era verdade, indubitavelmente,

que toda pessoa tinha o direito de possuir armas para sua defesa própria; mas o armamento de uma porção da população, exibindo e bradando essas mesmas armas para o terror e o alarme dos súditos de sua Majestade, foi um abuso do direito, e um que pode exigir tratamento por decreto legislativo.[42]

Em 1819, depois do Massacre de Peterloo, o Parlamento investiu com força contra os manifestantes, mas na década de 1830 o governo não queria dar a impressão de que estava armando as classes média e alta contra os trabalhadores. No entanto, outras medidas haviam sido tomadas. Em 1839, o Lorde Francis Egerton, um magistrado de Lancashire, reclamou: “Eu estive ontem com o Grande Júri, empilhando leis contra os manifestantes e oradores às dúzias: estou feliz em pensar que nós nos transformamos, de repente, em um despotismo absoluto no tocante à fala e ao armamento. Uma cápsula de cobre ou um pedaço de enchimento é prova suficiente contra qualquer um.”[43] Realmente, havia leis suficientes para permitir aos magistrados prender todos os tipos de arruaceiros potenciais. Em 1842, uma série de tumultos levaram os oficiais de Manchester a prender um número recorde de pessoas em um curto espaço de tempo, por uma variedade de delitos variando de assalto a vagabundagem.[44] “Eles nos prenderam à violência”, disse irritado Ernest Jones, um líder Cartista, “e então puniram a insurreição que eles mesmos ficaram satisfeitos em ver.” Na primavera de 1848 o governo estava preparado para o risco de dar a impressão de armar uma classe contra a outra. Os Cartistas se ressentiram amargamente das restrições às armas de fogo e ao treinamento aplicáveis aos seus adeptos, e oradores como Ernest Jones insistiam que “se a classe média tem o direito a se armar, assim também deve ser com a classe trabalhadora.”[45] Os Cartistas haviam esboçado uma petição para apresentar ao Parlamento e planejaram uma grande reunião em Kennington Common para endossar o documento e marchar até Westminster para entregá-lo. O governo armou seus aliados para enfrentar a ameaça. Havia amplos precedentes para o armamento e para organizar os efetivos diante do possível perigo.

Na primeira parte do século a paz rural ainda era mantida por um alto policial indicado pelas Sessões Trimestrais e policiais menores que eram muito pouco treinados e em número pequeno demais para lidar com um levante grave. Seu ofício era impopular, mal pago, e muitos policiais menores eram analfabetos e de confiabilidade incerta. Em tempos de crise os juízes

de paz podiam convocar policiais especiais – geralmente da classe média – compelindo-os a servir. Os especiais eram equipados normalmente com estacas de madeira, mas em 1839 o governo ofereceu a eles cutelos e armas curtas. Para evitar a acusação de armar uma classe contra outras, o governo de Sir Robert Peel recomendou que os magistrados chamassem tropas do exército em vez de armar os policiais especiais. O governo podia também chamar os Yeomanry. Foram eles que acabaram implicados no ataque à multidão pacífica em St. Peter’s Fields. Seu número havia diminuído de 17.818 em 1817 para 14.000 em 1838 e eles estavam concentrados na área central da Inglaterra e nos condados do oeste.[46] A maioria deles, politicamente, eram Tories,[xiv] e Russell admitiu que o governo Whig “preferia que qualquer tipo de força fosse empregada em caso de perturbação da ordem em vez do uso de tropas Yeomanry locais.”[47] Os governos Tories também preferiam usar tropas comuns. Os Yeomanry eram caros e estavam sempre ocupados durante a colheita, quando os piores tumultos tendiam a acontecer, e como residentes da área pareciam ter interesses próprios nas disputas. Pior, eles eram acusados de ser “zelosos demais no corte e no golpe.”[48] Em 1839 o governo sentiu que era necessário obter mais ajuda armada e tentou encorajar a formação de outras associações voluntárias. Em maio uma circular foi enviada aos lordes tenentes de alguns condados, com o compromisso de fornecer armas de fogo àqueles “habitantes principais dos distritos perturbados” que estivessem desejosos de formar uma associação “para a proteção da vida e da propriedade.”[49] De início a resposta foi frustrante, com apenas duas associações sendo formadas, embora uma, a associação dos fazendeiros inquilinos de Monmouthshire, tenha ajudado a manter a paz durante a prisão de um orador Cartista.[50] No final de maio e em junho, no entanto, muitas ofertas chegaram. Algumas foram rejeitadas por Russell – elas não vinham de “habitantes principais” – e quando o governo faltou com sua palavra na promessa de fornecer armas, os voluntários ficaram rapidamente desencorajados e desistiram. Claramente, o governo estava inquieto no tocante a armar certos grupos em oposição a outros, com medo de que pudesse dar aos Cartistas uma desculpa para se armarem mais avidamente. Afinal, sobre que base o governo poderia proibir os trabalhadores de possuir armas e de serem treinados quando encorajava os grupos de classe média nesse sentido? Parecia mais inteligente se voltar a

soldados bem disciplinados que eram neutros mas bastante prontos, se ordenados, a atirar contra multidões. Eles atiraram “sem objeções” em Bolton e Newport em 1839 e em Preston, Burslem e Halifax em agosto de 1842.[51] Depois de 1839 o governo não fez mais nenhuma tentativa de desenvolver formações de voluntários armados. Mas nessa época eles já tinham uma polícia em crescimento ao seu dispor.

Apesar do mal-estar anterior envolvendo o uso da força contra os Cartistas, em abril de 1848 o governo não queria correr riscos. Empossou milhares de policiais especiais – algo em torno de 170.000 somente na área de Londres e um número similar nas províncias – e mobilizou tropas do exército sob o comando do Duque de Wellington.[52] De seu lado, os líderes Cartistas estavam amedrontados pela jogada do governo de criar milhares de policiais especiais armados e tomaram cuidado para que uma reunião marcada para 10 de abril fosse realizada sem armas. Todos os quarenta e nove delegados que compareceram à convenção nacional assinaram uma declaração de que não tinham como intenção uma revolução, mas que desejavam somente demonstrar sua força moral. “Eram as autoridades”, eles destacaram, “e não os Cartistas, que estavam armadas até os dentes em 10 de abril.”[53] Todos os prédios públicos estavam guardados por soldados armados, que confiscavam as armas de qualquer manifestante no local.[54] Confrontados com o risco real de um derramamento de sangue, os líderes Cartistas voltaram atrás e cancelaram a procissão planejada.[55] No final da primavera e início do verão os líderes Cartistas foram cercados e acusados por discurso sedicioso. Todos receberam sentenças de dois anos de prisão.

Para resumir: durante a primeira e tumultuosa metade do século dezenove, o direito dos ingleses de possuir armas permaneceu livre, com a exceção única e temporária da Lei do Confisco de Armas. Muitos ingleses estavam armados ou tinham como conseguir armas quando necessário, e o reino estava em perigo de se tornar um campo armado, com uma classe se opondo à outra. O Parlamento reprimiu a realização de treinamentos armados por pessoas não autorizadas, e também a presença em reuniões e manifestações portando armas, e a lei de emergência contra o treinamento armado se tornou permanente. Quando os tumultos da classe trabalhadora voltaram a acontecer nas décadas de 1830 e 1840, o governo substituiu as táticas

repressivas que havia usado em 1819, tanto porque já havia uma bateria de medidas disponíveis como para evitar a impressão incendiária de que estava armando uma classe contra a outra. Felizmente, as condições econômicas melhores, a Lei da Reforma de 1832 que ampliava o direito de voto, as Leis Fabris, e a reforma da legislação criminal ajudaram a melhorar as vidas dos trabalhadores e a reduzir as tensões. Os Britânicos evitaram as revoluções que varreram o continente em 1848 com os direitos individuais grandemente intactos.

O crime violento e a reforma da legislação criminal

No período de dez anos após o Massacre de Peterloo houve uma grande reforma na legislação criminal. A lista enorme de crimes capitais presente na Lei Negra foi reduzida drasticamente, e reformas sociais e políticas balizadoras se seguiram. Em 1796 foi estabelecida a base para punições mais humanas, em meio ao pânico da Revolução Francesa. Muitos Parlamentares estavam ansiosos para reformar o livro de leis. Um comitê foi apontado para examinar leis que estavam a expirar e para fazer recomendações, embora vinte anos se passariam até que uma reforma substancial fosse aprovada. A preocupação com um código criminal mais humano e efetivo estava freqüentemente presente na Casa dos Comuns.[56] Em 1808, por exemplo, Sir Samuel Romilly fez um discurso apaixonado no Parlamento sobre o que, ele dizia, “já era reconhecido, há muito tempo, como um dos maiores borrões na lei criminal inglesa [...] a freqüência da punição capital” e conseguiu remover a pena de morte do crime de bater carteiras.[57] Em 1811 foi feita uma tentativa de revogar a pena capital no caso de roubos de casas e lojas, em canais e em campos de branqueamento[xv] Britânicos e Irlandeses. Os argumentos usados no debate sobre a lei eram tipicamente os mesmos levantados de tempos em tempos, tanto os favoráveis como os contrários. Os que apoiavam a lei destacaram que a inflação havia desvalorizado a quantia de um xelim, estabelecida há mais de um século, e que havia transferido o roubo para a categoria de crime capital. Lorde Holland, o proponente principal dos Lordes, estava convencido de que, uma vez que a brutalidade do código existente havia levado à subnotificação dos crimes e à evasão das punições, as leis criminais estavam tendo um impacto contrário ao pretendido: “A partir do rigor extremo das leis existentes, as punições reais dos criminosos se tornaram muito incertas; e assim, em vez

de coibir o cometimento de delitos, eles na verdade foram multiplicados.” Lorde Eskine louvou a nação Britânica como “a mais moral de todas as nações conhecidas” mas notou que “quando, de mil processos judiciais, [...] apenas um resultou em condenação e execução [...] a legislatura precisa enxergar que a pena de morte não é aplicável a todos os crimes.” Ainda assim o lorde chanceler louvou “os princípios e a prática” do código criminal existente, onde juízes tinham uma ampla discricção garantida, e concluiu que “contanto que a natureza humana permanecesse como sempre foi, o receio da morte seria o mais poderoso cooperador na dissuasão do crime: e ele pensou ser insensato retirar a influência salutar desse terror.” A Casa se dividiu em dez lordes a favor da revogação e vinte e sete contra.[58] O Parlamento aboliu a pena capital para o crime de roubo em campos de branqueamento.[59] Pouco a pouco as propostas em favor de punições mais humanas ganharam aceitação. Em 1816 algumas leis contra o uso público do pelourinho foram aprovadas parcialmente. Em 1817 foi proibida a punição com chicotadas para mulheres e garotas.[60] Ainda assim, o uso amplo da punição capital continuou vigente. Em 1819, James Mackintosh fez uma petição para que uma comissão parlamentar revisasse o uso da pena capital para delitos. Embora mais de duzentos tipos de crime fossem puníveis com a pena de morte, ele mostrou que de 1749 a 1819 Londres e Middlesex haviam punido regularmente apenas vinte e cinco desses com a morte. Certamente, argumentou Mackintosh, a “letra de lei deveria ser trazida para mais perto de seu espírito.”[61] A lei e prática atuais não podem estar ambas corretas. Sua moção foi considerada, e um comitê se reuniu mais tarde naquele ano. Infelizmente, naquele verão aconteceu o Massacre de Peterloo, e a reação imediata do Parlamento foi aprovar a legislação restritiva discutida anteriormente.

Visto à distância, Peterloo foi um ponto de inflexão, mas esse fato não era óbvio, de forma alguma, na época do ocorrido. Começando em 1823 o sentimento em favor da reforma se tornou tão forte que o então Secretário de Interior, Sir Robert Peel, tomou a causa para si. A reforma não foi feita através de um apelo direto, mas por uma série de atos ostensivos com o intuito de consolidar e racionalizar a lei comum. O primeiro movimento em direção à consolidação da lei criminal, no entanto, pareceu mais aparentado com as tão repressivas Seis Leis. A Lei da Vadiagem de 1824 permitia o

desarmamento preventivo. Ela dava aos oficiais um novo poder para conter e desarmar vagabundos com técnicas que estabeleceram um precedente útil aos Parlamentos do século vinte.[62] Qualquer oficial da polícia podia prender, sem um mandado, qualquer um que ele achasse “deitado ou vagando em qualquer rodovia, jardim ou outro lugar durante a noite, e de quem ele tenha boa razão para suspeitar que tenha cometido ou esteja prestes a cometer qualquer delito contra essa Lei.” Qualquer pessoa poderia apreender alguém que estivesse agindo contra a lei, devendo entregar o acusado a um juiz de paz. Havia leis anteriores sobre a vadiagem, desde o século dezesseis, quando camponeses sem terra e outros pobres desempregados vagavam pelo país em número elevado. A abordagem antiga consistia em dar uma surra no vagabundo e mandá-lo de volta para casa para que alguém cuidasse dele. Esta nova lei os submetia à prisão com base em sua vagabundagem “com intenção de cometer um crime.” O crime de carregar consigo uma arma de ataque era parte integrante de tal intento. De acordo com a lei de 1824, criminosos, definidos como “trapaceiros e vagabundos,” incluíam “toda Pessoa tendo em sua Custódia ou Posse qualquer Michá, Pé-de-Cabra, Alavanca, Broca ou implemento com Intenção criminosa de invadir qualquer Casa, Residência, Armazém, Carruagem, Estábulo, Anexo, ou que esteja armado com qualquer espingarda, Arma Curta, Gancho, Cutelo, Cacete ou qualquer outra arma de ataque, ou que tenha consigo qualquer Instrumento com a Intenção de cometer um Ato criminoso.” Qualquer arma encontrada com alguém “vadiando com intenção” era confiscada para o rei, e seu proprietário poderia ser punido com até três meses de trabalho forçado pesado.[63] Deve ter havido algum tipo de preocupação de que os policiais não se entusiassem em aplicar essa lei, pois eles foram ameaçados com uma multa de cinco libras se fossem negligentes. Esse estatuto escorou o poder discricionário de desarmar e prender antes que qualquer redução fosse feita nas penalidades da Lei Negra.

A reforma se seguiu. Em nome da consolidação e da racionalização da lei criminal, quase que por prestidigitação, as medidas que Peel introduziu em 1827 moderaram as penalidades antigas. Por exemplo, Peel argumentou que não havia mais razões lógicas para distinguir roubos pequenos de grandes ou por que o roubo de algo de valor menor que um xelim deveria ser punido de

acordo com o magistrado ao mesmo tempo em que a pena de morte era obrigatória para roubos de valores maiores que esse. Sua solução era haver um único crime de roubo para o qual a pena máxima seria o transporte por sete anos. E quanto ao crime capital de roubar algo que valesse quarenta xelins de uma residência, ele propôs que o valor limite fosse aumentado de tal forma que a pena capital fosse “consideravelmente diminuída.” A lei contra danos maliciosos a uma propriedade, ele sugeriu, deveria “ser alterada beneficentemente e confinada aos limites apropriados,” e a lei contra o corte de cercas, postes e barreiras deveria ser completamente anulada.[64] A dura lei contra o infanticídio, que presumia como assassinato a ocultação de uma criança nascida morta, não implicava mais em indiciamento automático por assassinato.[65]

Peel insistiu que essas leis de consolidação “não propuseram, no final das contas, qualquer alteração importante aos estatutos criminais.”[66] Ainda assim, em 1841, os mais de duzentos crimes capitais que constavam nos livros no início do século foram reduzidos para onze.[67] Um aspecto da nova legislação que pareceu fora do contexto com restante fortaleceu o direito de defesa e ajuda própria. Foi proposta que todos os casos “em que uma pessoa seja morta por outra no intuito de prevenir um crime de ser cometido devem ser julgados pela lei como homicídio justificável.”[68] Houve grande entusiasmo com as mudanças, que harmonizaram a lei com a prática. Mas tal como o direito de possuir armas havia se mostrado resiliente, mesmo em 1819, também a grande consolidação das leis sobre crimes contra a pessoa, que diminuíram as punições para todos os tipos de delitos, fortaleceram as mãos do indivíduo armado. Para proteger sua vida e evitar qualquer crime, um inglês estava livre para infligir até mesmo uma ferida mortal em um suposto criminoso.

As forças de ordem: a nova polícia

A idéia mesma de uma força profissional de polícia era repugnante para os ingleses dos séculos dezoito e dezenove. Uma vez que “o impulso natural do povo inglês é resistir à autoridade,” como escreveu Walter Bagehot, ele não estava surpreso de que a introdução da polícia profissional não fosse apreciada:

Eu conheço pessoas, pessoas velhas eu admito, que ainda hoje consideram uma violação da liberdade, e uma imitação do *gendarmes* da França. Se os policiais originais

tivessem começado com os capacetes atuais, o resultado poderia ter sido duvidoso; pode ter havido um clamor pela tirania militar, e a insubordinação inata do povo inglês poderia ter prevalecido sobre esse amor muito moderno pela paz e ordem perfeitas.[69]

Mas pela metade do século dezoito a confiança no público para manter a paz estava falindo. Em seu livro de 1755, *A Plan for Preventing Robberies within Twenty Miles of London*[xvi], John Fielding contou a história de um capitão dos guardas que havia sido roubado em Hounslow Heath enquanto estava em uma carruagem postal. O capitão pegou um de seus cavalos e saiu na perseguição dos ladrões. Embora ele tenha cavalgado pelo meio de uma cidade, ao meio-dia, gritando “salteador de estrada” à vista de todo o público, nenhuma pessoa sequer se juntou à perseguição.[70] O sistema habitual que confiava no amontoado casual de oficiais pacificadores, ajudados por um público obrigado a seguir o clamor público, não estava funcionando. O grande crescimento de Londres também tornou o sistema antigo inadequado. Em 1792 as idéias de John Fielding e seu meio-irmão Henry sobre pacificadores especialmente designados colocou em ação um plano com “caçadores de recompensa” que se tornaria o primeiro passo em direção à criação de forças policiais profissionais.[71] Os Bow Street Runners[xvii] de Sir Robert Peel, que ajudavam a manter a paz, foram um grande sucesso e levaram à Lei Peel em 1829, que estabelecia um sistema de policiais pagos e profissionais para Westminster. O sistema foi expandido pela Lei das Corporações Municipais de 1835, que organizou a polícia em vilas mapeadas. Em 1839 uma outra lei permitiu aos juízes enviar petições ao Secretário de Estado pedindo a permissão para criar forças policiais em um condado ou em uma divisão do mesmo. Finalmente, em 1856, todos os condados e cidades foram obrigados a estabelecer uma força policial a apontar um policial-chefe para liderá-la.[72] Com a força policial veio também o controle crescente sobre essas forças pelo governo central, através do Home Office.[xviii]

Tanto o projeto de lei da polícia como a probabilidade de um maior controle central encontraram resistência parlamentar e popular.[73] Ambos os governos, Tory e Whig, depararam-se com pagadores de impostos ultrajados com a possibilidade de que mais verbas seriam exigidas para propósitos policiais. Westminster já estava arcando com parte do custo, mas qualquer aumento no subsídio encontraria uma oposição convicta na

Casa dos Comuns.[74] Um caso extremo de indignação pública aconteceu quando a polícia tentou dispersar uma reunião de protesto dos trabalhadores em Coldbath Fields, Clarksfield, em maio de 1833.[75] A multidão havia sido incitada a comparecer armada, e aparentemente obedeceu, trazendo uma coleção mista de facas, pedaços de tijolos, cacetes e lanças. Em torno de seiscentos policiais, em inferioridade numérica de dez para um, foram ordenados a interromper a reunião. Na briga subsequente a polícia sofreu perdas pesadas, e um policial, Robert Culley, foi esfaqueado no peito e morreu. O júri considerou esse caso como “homicídio justificável” porque a Lei do Tumulto não havia sido lida antes da tentativa de dispersar a multidão, e a polícia foi acusada de se comportar de maneira brutal. Os jurados foram aclamados como heróis locais. Cada um foi presenteado com uma taça de prata e com um passeio de barco no Rio Medway. Outras comunidades protestaram mais silenciosamente, mas com a mesma insistência, contra a polícia. Em Manchester o conselho da vila, uma reunião dos pagadores de impostos, e a comissão de polícia estavam juntos em oposição ao novo estabelecimento. O escriturário da cidade de Birmingham havia sondado os membros do conselho e informado ao Secretário do Interior: “Eu encontro entre eles um sentimento forte de indignação, em relação à medida de 1839, insultante e despótico; insultante a eles mesmos, pessoalmente, como membros do Conselho Municipal, e despótico como algo tendendo ao sistema de centralização que todo bom inglês deve abominar e abjurar completamente.” Em 1840 um magistrado de Todmorden escreveu: “A Polícia do Condado logo será estabelecida aqui, e o fato das circunstâncias de sua introdução serem odiosas à maior porção de nossos habitantes renderá, muito provavelmente, algumas tentativas sérias de perturbação da ordem.”[76] Tumultos irromperam contra a polícia em Colne, em 1840, e quando sessenta e cinco policiais tentaram desarmar uma multidão em Ashton-under-Lyne, em 1841, os policiais foram forçados e se refugiaram na delegacia.[77] Em áreas onde o Cartismo era forte a hostilidade era ainda maior. Essa aversão quase que geral apareceu apesar do fato de que, com raras exceções, os policiais eram armados apenas com cassetetes e eram comedidos ao lidar com as multidões.

Peel pressionou ainda mais, ávido por impor um controle central sobre a polícia. Para aqueles ansiosos sobre a ameaça às liberdades individuais,

comissões do governo consideraram a questão. Uma Comissão Real sobre Lei Criminal de 1839 concluiu que direitos poderiam ser suprimidos para o bem maior sem danos indevidos. Um outro relatório, do ano seguinte, julgou “que todas as leis específicas para a segurança das pessoas ou das propriedades seriam em vão, a não ser que a operação de tais leis fosse protegida pela imposição de restrições eficientes a violações forçadas da ordem pública.” A Comissão Real da Polícia de Condado admitiu que a polícia poderia penetrar na liberdade individual, mas explicou: “os males [criminais] que encontramos em existência em alguns distritos, e a submissão abjeta da população aos temores [do crime] que podem ser colocados como um estado de escravidão [...] formam uma condição muito pior em todos os aspectos do que qualquer condição que possa ser imposta por qualquer governo que pudesse existir no estado atual da sociedade nesse país.” Seu estudo do desenvolvimento deste “estado policialesco” convenceu V. A. C. Gatrell de que com ele “a proteção não dos direitos naturais, mas da ordem política e social – igualado com o estado em si – foi elevada a objetivo primário da lei.[78]

Os números da polícia cresceram rapidamente. Em 1861 havia um policial para cada 937 pessoas na Inglaterra e País de Gales; em 1891 havia um para cada 731. O custo do policiamento também cresceu dramaticamente, de 1,5 milhão de libras em 1861 para duas vezes e meia essa quantidade em 1891 e quase quatro vezes e meia em 1911.[79] Suas atividades são freqüentemente consideradas como uma das razões para o declínio dramático nos crimes graves. Uma série de leis deu a eles grande poder discricionário, ou o que Gatrell chama de “proibição antecipatória,” um tipo de justiça preventiva.[80]

Armas e o crime violento

Armas de fogo haviam sido necessárias ao público para ajudar a manter a paz, mas também sujeitas ao mau uso por desordeiros e criminosos. Com o estabelecimento da polícia nacional o governo pode ter sentido que não era mais necessário que indivíduos armados protegessem uns aos outros e, portanto, que o estado deveria minimizar os riscos que um público armado implicava. As armas foram um fator para o crime violento dessa época? Um dos benefícios da força de polícia nacional foi o início das estatísticas criminais nacionais. Embora estas representem apenas os crimes registrados

pela polícia, elas oferecem números reais para se trabalhar, ainda que somente para mapear tendências. Apesar de todas as restrições usuais por conta de sua falta de confiabilidade, a maioria dos historiadores tem endossado o quadro oficial.

A taxa de homicídios para a Inglaterra e País de Gales chegou a 2 casos por 100.000 apenas uma vez durante esse século, em 1865; no restante do período ela era de aproximadamente 1,5 por 100.000 e ocasionalmente baixou para 1 por 100.000, um recorde para baixo.[81] Entre 1857 e 1890 raramente havia mais do que 400 homicídios relatados por ano, e na década de 1890 a média se manteve abaixo de 350.[82] Em 1835-1837, 9 por cento de todos os crimes ingleses consistiam em crimes violentos, e de 1837 até 1845 essa fatia caiu para 8 por cento.[83] Mesmo esses 8 por cento são inflados pelo fato de que dos crimes contra a pessoa 25-33 por cento eram casos de infanticídio, que não envolviam armas de fogo. Crimes cometidos com armas de fogo eram raros. Entre 1878 e 1886 o número médio de assaltos em Londres, nos quais alguma arma de fogo tenha sido usada, era de dois por ano; de 1887 a 1891 esse número subiu para 3,6 casos por ano.[84] “Era uma sociedade dura”, concluiu David Phillips após examinar o crime Vitoriano, “mas não era uma sociedade notavelmente assassina. Os casos de homicídio involuntário não mostram o uso livre de armas letais.”[85] Por outro lado, cidadãos comuns eram livres para usar armas letais para sua defesa própria. E conforme as dificuldades de impor restrições às armas privadas indicavam, os membros do Parlamento e seus eleitores eram vigorosamente contra quaisquer dessas tentativas.

A quantidade de crimes violentos permaneceu relativamente estável apesar do aumento populacional agudo. Em 1751 havia entre 6 e 6,5 milhões de pessoas na Inglaterra.[86] Um século depois havia 16,8 milhões, e em 1871 em torno de 21,4 milhões.[87] Entre 1850 e 1914 a população dobrou, e a população urbana triplicou.[88] Ainda assim em 1900 a polícia registrou menos de 3 crimes de todos os tipos para cada 1000 pessoas. Em contraste, em 1974 quase 4 crimes foram registrados para cada 100 pessoas, ou seja, 13 vezes mais delitos indiciáveis.[89] Esse grande declínio na violência aconteceu apesar da grande sensibilidade do público e do escrutínio minucioso da polícia. Como Gatrell se maravilhou,

outras coisas sendo iguais, muitas pressões deveriam ter levado os índices para cima nessas décadas. A polícia estava expandindo, mais pessoas passaram a concordar e até

cooperar com eles, os processos judiciais se tornavam mais fáceis, as sentenças mais curtas e os criminosos que iam presos retornavam mais rapidamente à sociedade. O fato das taxas de violência e roubo, com todas essas circunstâncias, *declinarem* nesse meio século anterior a 1914 sugere [...] que o estado policial estava usufruindo de uma era de raro sucesso.[90]

Apesar da queda vertiginosa da taxa de criminalidade, os seguidos governos da Inglaterra esperavam colocar as armas de fogo sob controle mais acirrado e não desconsideravam recorrer a subterfúgios para alcançar essa meta. Em 1870, por exemplo, uma lei para o licenciamento de armas foi introduzida pelo chanceler do Exchequer[xix] como uma medida de renda simples que também ajudaria a preservar a caça. De fato, o preâmbulo do estatuto resultante dizia apenas que o objetivo da lei era “levantar os suprimentos necessários para custear as despesas públicas de sua Majestade, e fazer uma adição à renda pública.”[91] No entanto, os debates parlamentares sobre a lei contam uma história bem diferente. Do modo que havia sido proposto, qualquer arma – definida como uma arma de fogo de qualquer tipo – que não fosse aquela única mantida na residência ou no jardim em volta desta – teria que ser licenciada mediante o pagamento de uma taxa anual de uma libra, uma soma significativa para a classe trabalhadora. Muitos Membros do Parlamento suspeitaram imediatamente que a agenda governamental não consistia em aumentar a renda, e tacharam a proposta de desnecessária e repressiva. De fato, em seus comentários introdutórios, o chanceler havia expressado sua esperança de que a medida “colocaria um fim no porte de revólveres.”[92] Claramente ele estava se inspirando nos atos de Henrique VIII, mas enquanto este havia limitado as armas curtas aos ricos, o chanceler esperava tornar todas as armas de fogo dispendiosas demais para os pobres.[93] A lei também criaria um registro nacional de armas de fogo. O Sr. Taylor, Membro do Parlamento por Leicester, a condenou como tendo “todo vício concebível que uma taxa poderia jamais possuir.” Ela não somente “operaria demasiada, desigual e injustamente. Era uma tentativa de fazer com que nossas leis e costumes se aproximassem daquelas vigentes nos Governos Continentais mais despóticos – era uma tentativa de desarmar o povo.” Ele pediu um adiamento de três meses. O Sr. Newdegate concordou que o objetivo do chanceler “era aprovar uma Lei das Armas para este país; mas ele não sabia o que o povo da Inglaterra havia feito para merecer uma medida penal.” Ele

também via a lei como “uma medida policial das mais arbitrárias para interferir com a liberdade dos ingleses, sem desculpa.”[94] De uma maneira muito reveladora, quando um membro propôs que a taxa de licença fosse reduzida de uma libra para a quantia bem mais permissiva de 10 xelins o chanceler aceitou prontamente.[95] O debate durante a terceira audiência foi tão sarcástico quanto. Um Membro do Parlamento por Norfolk tinha inúmeras objeções: a lei era inútil, já que seu propósito era apenas compensar a perda de receitas decorrente da redução de valor dos certificados de caça; seria um registro imperfeito das armas de fogo, já que um homem poderia manter qualquer número de armas em sua casa, que não poderia ser vasculhada; não era necessária para diminuir os tiroteios em rodovias, já que havia uma outra lei vigente que previa multas para quem utilizasse uma arma de fogo em uma rodovia ou em vinte e cinco jardas de distância da mesma; ademais, ela imporia restrições sobre “o sustento e os prazeres inocentes da classe média baixa,” e ele tinha certeza que um fazendeiro “pensaria duas vezes antes de 10 xelins para cada um de seus filhos portar uma arma.” De fato, uma arma era “absolutamente essencial” para um fazendeiro. “O governo pode também impor uma taxa sobre a colheita.” O Sr. Taylor considerou a lei “inconstitucional,” já que ela desarmaria o país quase que totalmente. No estado atual dos assuntos europeus ele “achava bom que todo rapaz do campo deveria saber como apontar e puxar um gatilho.” O Sr. Macfie concordou que “nesses tempos em que o homem era o melhor amigo de seu país, ele encorajava outros homens honestos, jovens e velhos, a se acostumar ao uso de armas. Ele não tinha medo do povo, e deveria desaprovar a tomada de um privilégio que o povo tem tido há tempos imemoriais nesta terra livre e feliz.” O Sr. White adicionou, “tem sempre sido um marco distinto deste país que as pessoas possam ter armas, e esta Lei foi uma invasão muito grave daquilo que sempre pretendeu ser um direito comum [...] Ainda que não fosse um alarmista, ele ficaria feliz se cada adulto deste país, no presente momento, possuísse um rifle e soubesse como usá-lo.”[96] Do outro lado, Sir Henry Selwin-Ibbetson apoiou a medida “com o único fundamento de que ela seria útil por manter o registro das armas neste país.”[97] Estranhamente, os apoiadores da lei jamais mencionaram o apoio oficial do governo à Associação Nacional do Rifle, uma organização fundada em 1859 para promover o treinamento e a prática com alvo. Na época em que ela foi

estabelecida o secretário de estado para a guerra informou à Rainha Vitória que a intenção era “fazer do rifle o que era o arco nos dias dos Plantagenetas[xx].”[98] Em vez disso o chanceler, abandonando a desculpa de que a receita era o alvo primário da lei, replicou:

O objeto da Lei é verificar os hábitos ilegais. Em resposta àqueles que dizem ser um sinal de liberdade que as classes mais baixas andem armadas, eu digo que a maior prova da falta de liberdade é quando todos os homens andam armados. Qual é a utilidade de instituições civilizadas e assembléias como esta, de leis e Juizes, e de toda a parafernália da justiça, se tudo se resume a todo homem ser deixado como vingador de sua própria disputa?

“Eu creio que seja um bom objeto”, ele continuou, “desencorajar as classes mais baixas do hábito de carregar armas mortais [...] Eu desejo manter os pobres longe do crime.” Ele alegou que o hábito de carregar armas de fogo havia “crescido de forma incorrigível”; havia “100 reclamações por dia [em Londres] sobre pessoas atirando em qualquer coisa que estivesse em seu caminho, tais como pombos, galinhas e gatos.”[99] O governo pode ter ficado especialmente preocupado com as “classes mais baixas” estarem armadas porque o preço cada vez menor das armas de fogo, em particular as armas curtas, as tornou mais acessíveis àqueles de renda mais modesta.[100] Uma versão modificada da lei foi aprovada com exceções importantes para armas usadas ou transportadas em uma residência ou em sua circunvizinhança e para aqueles que possuíam a licença de caça.[101]

Com a introdução da lei de licenciamento de 1870 passamos a ter estimativas do governo para o número de armas de fogo licenciadas, embora elas representassem apenas uma fração do número de armas total nas mãos da população, já que havia várias exceções dentro da lei, e muitas pessoas estavam provavelmente impossibilitadas de pagar pela licença anual, ou mesmo não desejavam fazê-lo. Mas mesmo as estatísticas para as armas usadas fora da propriedade de residência podem ser valiosas se estiverem completas.

Sobre a questão da precisão das estatísticas sobre o licenciamento de armas, temos que agradecer os esforços de um servidor civil, o Muito Honorável C. B. Stuart Wortley, Membro do Parlamento por Sheffield, Hallam. Wortley esteve ocupado nos bastidores pelos anos seguintes, pressionando o governo para que introduzisse restrições às armas de fogo. Varrido para um escritório com a vitória eleitoral dos Conservadores em

1886, ele foi indicado como subsecretário parlamentar de estado para o Departamento do Interior quando Henry Matthews se tornou secretário de estado. O interesse de Wortley no controle de armas beirava a obsessão, e quando ele recebeu duas reclamações sobre o uso de revólveres e sugestões por restrições ainda maiores ele começou imediatamente a realizar investigações.[102] Suas pesquisas fornecem um vislumbre raro das dificuldades na aplicação do licenciamento. Sob suas instruções foi dito à Receita Nacional[xxi], cuja responsabilidade era coletar a taxa de licenciamento das armas, que o secretário do interior estava recebendo “todas essas cartas sobre o porte de revólveres” e perguntado se eles tinham alguma razão para supor que a licença para o porte de armas estava sendo largamente evitada.[103] A resposta não foi tranquilizadora. O Comitê da Receita Nacional tinha “todas as razões para crer que a ‘Lei da Licença de Armas’ de 1870 é fortemente burlada no tocante ao porte e uso de revólveres.”[104] Este estado de coisas era desconhecido. Os registros do governo contêm uma ordem de 1884 para a Polícia Metropolitana de Londres, pedindo por uma aplicação vigorosa da lei de licenciamento e com referências a ordens anteriores dos últimos sete anos sobre o mesmo assunto. [105] O primeiro pensamento de Wortley foi de que era “uma questão de custos”, que o custo de indiciar alguém por essa lei era maior do que a pena, e ordenou uma pesquisa sobre os custos pagos e as penalidades recebidas desde a aprovação da lei em 1870.[106] Não houve respostas, e a Receita Nacional ficou bastante incomodada com a sugestão de que os custos poderiam detê-la de fazer seu dever.[107] Wortley tentou novamente, sugerindo que, se os custos não eram um problema, o secretário de estado ficaria “feliz de ser informado de qualquer causa que a experiência do Comitê da Receita Nacional acredite ser responsável por essas dificuldades.” A resposta formal foi evasiva, mas ele descobriu, a partir de uma conversa particular, que o problema estava em encontrar os sonegadores. A lei não se aplicava a armas dentro de uma residência, e fora de sua casa e arredores o proprietário do revólver “o mantém cuidadosamente escondido em seu bolso.” A polícia não tinha poderes para realizar buscas nos bolsos das pessoas, e nenhum policial era obrigado a reportar voluntariamente informações que chegassem ao seu conhecimento fora do trabalho. Na verdade, não seria aconselhável que eles agissem como informantes, já que “isso prejudicaria sua posição com o público na conduta de suas tarefas

gerais como Policiais.” Ademais, os policiais “se consideravam como mantenedores da ordem pública e não como coletores de impostos.” Wortley foi advertido que qualquer legislação adicional buscando melhorar a detecção apenas causaria maior indignação popular.[108] Quando perguntado sobre a extensão da sonegação da lei, o Comitê da Receita Nacional respondeu que “as situações em que pessoas que usam ou carregam armas sem o pagamento da licença são detectadas são tão raras que não há base de dados suficiente para que o Comitê possa emitir sua opinião sobre a extensão em que a Lei da Licença das Armas de 1870 é sonegada, seja na área metropolitana ou em qualquer outro lugar.”[109] Wortley ordenou então que fossem enviadas cartas a todos os chefes de polícia perguntando o que estava sendo feito para que a lei fosse aplicada. Quando as respostas deixaram claro que pouca coisa estava acontecendo, ele enviou uma carta explicando que o secretário de estado estava preocupado que “muitos acidentes aconteciam por conta da prática de andar com armas curtas carregadas” e instruindo a polícia a relatar todos os casos de evasão e o que eles estavam fazendo para aplicar a lei. Nesse ponto o assistente de Wortley perguntou, com muito tato, se esse era “o tipo de assunto com o qual a menção do Secretário de Estado deveria ser usada.”[110]

O desfecho foi que quaisquer estimativas sobre armas licenciadas sob a lei de 1870 representam apenas uma porção das armas de fogo do reino. Mesmo assim elas fornecem um número base único das armas de propriedade privada e ilustram as flutuações no decorrer dos anos. Os gráficos apresentados no Apêndice mostram como o número de armas licenciadas subiu e caiu de 1875 até 1964. O achado principal para nossos propósitos está no fato do número de armas de fogo licenciadas ter flutuado com o nível de prosperidade, junto com outros bens de consumo. O número de armas não parece ter afetado as taxas de criminalidade, e nem ser afetado por elas, nem pelo longo declínio do século dezanove e início do século vinte, nem pelo aumento repentino na década de 1930 e especialmente na de 1950.

O governo tinha agora um registro nacional de armas de fogo, no entanto imperfeito, e uma taxa de licenciamento que poderia desencorajar as pessoas mais pobres de carregar armas. Mas era notável que esforços adicionais para

reprimir o uso de armas seriam muito difíceis, ainda mais pelo fato de que o crime violento continuava em declínio.

O crime e a violência não estavam em declínio na Irlanda, no entanto, e embora o Parlamento guardasse com cuidado o direito dos Ingleses de possuir armas, já havia sido persuadido a aprovar diversas restrições ao direito de propriedade e porte de armas aos Irlandeses sem uma licença especial. Quando a lei chegou diante da Casa dos Comuns para ser renovada, em 1881, o governo Liberal propôs uma extensão de cinco anos. O debate sobre essa medida nos dá uma amostra da atitude dos Membros do Parlamento no tocante às restrições governamentais às armas de fogo, mesmo na Irlanda. Lorde Randolph Churchill descreveu a lei como “uma Lei de Coerção de caráter demasiado ilimitado, talvez como nunca antes houve neste Parlamento – uma Lei dando poder ao Lorde Tenente de fazer regulamentações a seu bel-prazer a respeito do transporte, da propriedade ou da busca por armas.” Sir Edward Watkin considerou que “a necessidade de apoiar tal Lei era um dos incidentes mais dolorosos em sua vida Parlamentar, e que recusar a qualquer homem o direito de portar armas era algo muito sério, e o Parlamento deveria ter um registro de tais recusas.” O Sr. T. D. Sullivan destacou que “o povo inglês não gostaria de ser forçado a abrir mão da propriedade de suas armas, pelas quais tem grande afeição. Neste país houve casos de abuso da posse de armas de fogo, e ainda assim a Legislatura não propôs a remoção do direito de possuir armas do povo.” [111] Serjeant Simon afirmou: “As pessoas que seriam sujeitas à operação dessa Lei seriam homens respeitáveis, e não ladrões comuns, criminosos, tiranos locais, ou bandoleiros dissolutos.” Quanto à alegação do governo de que era mais eficiente renovar a lei por cinco anos, em vez de apenas um, o Sr. O’Connor lembrou o secretário do interior, Sir William Hancourt, de um discurso que o próprio Hancourt havia feito em 1875, opondo-se à longa duração dessa lei sobre o fundamento de que “seria muito repreensível que qualquer Lei suspendendo direitos importantes dos súditos de Sua Majestade fosse mantida por período tão longo como sugeriu o Governo de Sua Majestade [...] A liberdade do indivíduo jamais foi feita dependente do arbítrio de qualquer Governo.” [112]

Ambos os governos, Conservadores e Liberais, descobriram que o Parlamento não endossaria facilmente as restrições às armas, mas sua

determinação de controlar as armas de fogo privadas jamais foi balançada, a despeito das taxas extraordinariamente baixas de crimes armados. O governo Liberal continuou insistindo na questão e em 1883 introduziu uma lei para regulamentar a propriedade de revólveres e outras armas de fogo, e para emendar a Lei da Licença de Armas de 1870. A medida teria transformado em delito o ato de portar uma arma de fogo carregada em qualquer rua ou local público dentro de uma cidade, burgo ou vila. Se fosse pego com uma arma carregada o indivíduo só seria liberado se “houvesse bases suficientes” para acreditar que era necessário carregar a arma dessa maneira para defesa própria. A lei foi abandonada depois da segunda audiência.

Quatro anos depois um governo Conservador tentou novamente, com o incansável Wortley agora instalado no Departamento do Interior. Desta vez a lei era “para a melhor Prevenção do Uso Criminoso de Armas de Fogo e outras Armas.”[113] O texto citava um grande aumento no uso de armas de fogo por ladrões e estipulava que qualquer pessoa que fosse condenada por ter, na ocasião de um crime, uma arma, rifle, revólver, arma curta, ou outras armas de fogo, poderia, por decisão da corte, ser mantido preso para o resto de sua vida ou por não menos do que dez anos. Não se tem notícias posteriores da lei, mas Wortley e o governo não deixariam que a questão do controle de armas fosse esquecida, especialmente sob a liderança do Marquês de Salisbury, um crítico franco da Lei da Reforma e da democracia de base ampla em geral.

Quando o escriturário da cidade de Ramsgate escreveu em janeiro de 1888 para reclamar do mal uso das armas e insistir no controle sobre a “classe de pessoas” que deveria ter acesso às mesmas e, depois, insistindo que todas as armas fossem licenciadas, sua reclamação foi enviada ao comissário de polícia da força Metropolitana.[114] O precedente usado para pedir pelo registro das armas foi a lei que regulamentava a venda de venenos, e que exigia um registro cuidadoso da venda.[115] O comissário foi indagado sobre a possibilidade ou desejo de levar essas sugestões adiante. Uma resposta registrada, possivelmente do comissário, argumentava que tal sistema “levaria a uma grande insatisfação pública” e perguntava, “Além disso, o que se ganharia fazendo tal registro? O Bandido ou ladrão que se arma com um revólver – e não há tantos assim – certamente não tiraria uma

licença, e a segurança Pública contra os ladrões não seria aumentada por qualquer modificação da Lei de Licenciamento. Eu não vejo vantagem a ser percebida que compensasse a irritação que essa medida irá causar.” Um Wortley irritado não conseguia enxergar “de quem seria essa irritação” e ainda que admitisse que o registro mais rigoroso das armas de fogo não deteria a ação dos criminosos, ele adicionou: “Eu sou obrigado a insistir nessa questão, pois tenho razões para saber que alguns membros do Gabinete estão ansiosos por causa da inquietação indubitável do público em relação a esse assunto, evidenciada por estas requisições dos Chefes de Polícia, grandes júris e júris, que se possível devem ser [...] dissipadas.”[116] Na verdade apenas quatro dessas reclamações parecem ter chegado às mãos de Wortley. Se é realmente verdade que os membros do Gabinete estavam ansiosos por alguma ação é incerto, mas alguém estava ansioso para agir, pois no ano seguinte o Departamento do Exterior[xxii], aparentemente por solicitação dos Lordes, enviou uma carta circular aos representantes Britânicos da Europa pedindo que cada um fizesse um relatório sobre as leis do país em que estavam que versavam sobre a questão do porte de armas privadas em locais públicos.[117] Suas respostas foram publicadas. E compuseram uma leitura interessante e de certa forma irônica, já que a Inglaterra, que sempre se orgulhou de proporcionar mais liberdade a seus cidadãos do que outros governos estrangeiros arbitrários, estava consultando esses mesmos governos sobre seus métodos de controle de armas de fogo privadas. É notável que as repúblicas eram muito mais permissivas do que as monarquias, com a Rússia, por exemplo, possuindo proibições rigorosas, enquanto a Suíça possuía “nenhuma Lei de nenhum tipo” proibindo o porte de armas de fogo. Nenhuma ação foi tomada. Os Conservadores de Wortley perderam a eleição de 1892, mas em duas oportunidades no início da década de 1890 o governo Liberal de Gladstone se empenhou na campanha para reprimir o uso de armas de fogo. Em 1893, sob o pretexto de que uma erupção de violência e acidentes com armas curtas constituía “um mal público grave”, o governo introduziu uma medida para restringir a propriedade de armas com menos de quinze polegadas de comprimento.[118] Herbert Gladstone, o filho mais novo do primeiro ministro e agora subsecretário no Home Office, parece ter sido o arquiteto da lei. Ele esboçou os objetivos em uma carta para Asquith, o Secretário de Home Office – de que um comprador deve ter um motivo razoável para

comprar, de que pessoas jovens devem ser impedidas de ter revólveres, e de que os poderes da polícia devem ser aumentados para permitir que ela aplique a lei e supervisione as vendas de armas. Ele aconselhou Asquith de que era “bastante possível que a opinião pública aceitasse a restrição proposta *in toto*” e que “ela pode passar bem facilmente no Parlamento.” Ele deveria ter se prevenido com o comentário de um daqueles a quem o plano foi mostrado, que o chamou de “Um esquema drástico”, e sua própria observação de que a prática de carregar armas curtas estava em ascensão: “até as senhoras estão usando.”[119] A versão final da lei deixou de fora o pedido de Gladstone para que o indivíduo tivesse que apresentar um motivo razoável ao comprar uma arma curta. Em vez disso ela limitou a propriedade aos maiores de dezoito anos de idade que possuíssem uma licença e restringiu a venda aos negociantes licenciados.

Alguns membros da Casa dos Comuns não somente não estavam persuadidos, mas também estavam irritados porque a lei havia chegado à segunda audiência. Houve uma moção para rejeição da primeira cláusula, que dava poder às autoridades para realizar buscas por armas. O Sr. Conybeare propôs que a definição de arma de fogo fosse emendada para excluir armas curtas de brinquedo e “outras armas inofensivas.” Mas Gladstone insistiu que a definição era satisfatória como estava, e Asquith rejeitou a inserção das palavras “capaz de infligir danos corporais graves” como “mais que condenáveis, porque danos sérios eram frequentemente infligidos por brinquedos.” Charles Hopwood sugeriu isentar um chefe de família que mantivesse uma arma curta “para proteção da pessoa e da propriedade” e observou que a alegação do governo de acidentes numerosos com armas não se apoiava em suas próprias investigações.[120]

Na verdade essas estatísticas mostram uma taxa impressionantemente baixa de violência relacionada a armas no final do século dezenove. O Home Office relatou os resultados de três pesquisas separadas: números provenientes dos hospitais em toda a Inglaterra, de danos fatais e não fatais provocados por armas curtas em 1890-92; inquéritos dos legistas sobre tais acidentes; e o número de criminosos encontrados com armas de fogo nos cinco anos anteriores a 31 de dezembro de 1892.[121] No decorrer de três anos, de acordo com os relatórios dos hospitais, houve apenas 59 fatalidades resultantes do uso de armas curtas em uma população de quase 30 milhões

de pessoas. Destes, 19 foram acidentes, 35 foram suicídios, e apenas 3 foram homicídios – uma média de um por ano. O relatório salientava que no homicídio com arma curta de 1890 tanto o assassino como a vítima eram estrangeiros.[122] O número de lesões causadas por revólver ou arma curta e tratadas nos hospitais, nos três anos pesquisados, foi de 226.[123] Os relatórios dos legistas relativos ao uso tanto de armas curtas como de outras armas de fogo para os mesmos três anos foi de 536, dos quais 443 eram suicídios, 49 eram acidentes, 32 foram homicídios e 12 eram desconhecidos. Quanto aos assaltos armados, nenhum policial havia sido morto por tiros, embora vários tivessem sido feridos por balas. Durante o período de cinco anos apenas 31 criminosos foram pegos usando armas, e apenas 18 haviam escapado por causa delas.[124] Com base nesses números modestos a lei foi contestada como sendo algo “absolutamente desnecessário [...] e que atacava o direito natural de cada um que desejasse armar-se para sua proteção e não para machucar outra pessoa.” Hopwood sugeriu que o governo legislasse sobre adagas e facas, já que o número de assassinatos e suicídios cometidos por seus usuários era “infinitamente maior [...] que aqueles cometidos por meio de revólveres.” A respeito do estatuto de licenciamento de 1870, esta lei foi atacada como sendo uma legislação de classe. O Sr. Conybeare pensou que seria melhor abandoná-la “para que os esforços do Governo possam ser dedicados a alguma medida de mais valor.”[125] O debate foi adiado até o dia seguinte, mas à luz de como foi recebido ele foi prudentemente retirado de pauta. Nos bastidores, no entanto, um comitê da Casa dos Lordes estava trabalhando durante o ano de 1894 para produzir uma lei mais aceitável.

O governo se tornou mais cauteloso, e quando a medida revisada voltou à pauta em 1895, estava patrocinada por um membro privado, o Marquês de Carmarthen, que admitiu que preferia uma lei “que providenciasse que ninguém além de um soldado, um marinheiro ou um policial pudesse ter uma arma curta.” Novamente, a justificativa eram os números “gigantescos” de lesões causadas por armas curtas, que podiam ser contadas pelas centenas. A lei pedia por marcas de identificação nas armas curtas; aumentava a taxa de licenciamento de vendas para uma libra, para restringir a venda de armas curtas baratas; e dava a qualquer um que possuísse uma arma curta um prazo de um mês para obter a licença, a qual deveria renovar anualmente.

Herbert Gladstone deu a bênção do governo ao “experimento”, embora concordasse que “o mal com o qual essa Lei procurava lidar não era de magnitude tal que justificasse a legislação por parte do Governo” mesmo. Ele então retrocedeu com base no raciocínio de que se eles “pudessem salvar uma vida ou a visão de um ser humano, então o trabalho não seria em vão.” Ele também informou a Casa que nos últimos vinte anos – provavelmente desde a aprovação da lei de licenciamento de 1870 – sucessivos secretários do interior “juraram a si mesmos lidar com essa questão se possível [...] A polícia era da opinião de que uma medida desse tipo era muito necessária, e não havia ninguém no país em posição melhor que a da polícia para saber do assunto.”[126] Ele também confessou que não achava que a medida “poderia atingir a maioria dos casos, mas que poderia atingir uma proporção considerável deles, e se salvasse a vida de oito ou dez rapazes infelizes no curso de um ano, e prevenisse muitos outros casos de ferimentos graves, ela estaria fazendo um bom trabalho. A questão era, a Lei tinha chance de causar algum mal? Ele não conseguia ver que tipo de mal ela poderia trazer, em nenhuma possibilidade.”[127] A restrição às vendas de armas de fogo estava claramente presente nas agendas de governos sucessivos e da polícia, apesar do fato de que a violência com essas armas era estatisticamente insignificante.

Hopwood liderou o ataque novamente, apontando para “a futilidade absoluta de tal legislação, seu caráter paternalista, e seu desrespeito com as liberdades individuais.”[128] Ele destacou que os números anteriores do governo mostravam uma taxa muito baixa de violência com armas.[129] Hopwood e outros chamaram a lei de uma peça de “legislação de classe”, da qual os ricos se safariam, enquanto “apenas aqueles em posição suficientemente baixa na escala social” entrariam no conhecimento da polícia. “Um homem pobre com uma arma curta seria revistado pela polícia, e o homem com um casaco bonito não seria.”[130] O Sr. Cyril Dodd se opôs à necessidade de solicitação ao chefe de polícia; “os policiais eram os servidores [...] e o povo não tinha a intenção de torná-los seus mestres.” Enquanto o Sr. Pease apoiava a lei e argumentava que a taxa de licença de 10 xelins instituída em 1870 para o porte de armas estava “inoperante”, o Sr. Cross considerou o poder de parar e revistar indivíduos “monstruoso, e de forma alguma deveria estar no corpo de uma Lei aplicável de forma geral a

um país inteiro.”[131] Outros afirmaram que as restrições às liberdades individuais “passaram dos limites”; não era apenas “uma legislação paternalista, já era uma legislação de avós para com netos”, “tola e pueril”, “Eles não deviam ter inventado de tentar aprovar Leis como essa”, e o Sr. Moulton concluiu, “interferindo com tão grande número de pessoas na esperança de poder reduzir uma lista de acidentes que soma algo em torno de oito ou nove casos por ano.”[132] Apesar das vigorosas objeções a lei foi enviada ao comitê. Ela não reapareceria até o século vinte.

O fim de uma era mais civil

O século dezenove terminou com as armas de fogo plenamente disponíveis ao mesmo tempo em que as taxas de crimes armados haviam declinado e atingiam uma baixa recorde. Mesmo aqueles inclinados a exagerar sobre a criminalidade foram atingidos durante o século pelo baixo nível de violência. Um Comitê Selecionado da Polícia de 1816-1818 ouviu evidências de um oficial de polícia de que “coisas ousadas e desesperadas parecem ter se desgastado, exceto pelas falsificações ousadas”; e John Nares, um magistrado da polícia com vinte anos de casa, confirmou seu testemunho: “O comitê tem tido a evidência e, na verdade, a observação de cada um é suficiente para dar a informação sem qualquer evidência adicional, de que os crimes cruéis têm diminuído consideravelmente nos últimos anos.”[133] Em seu estudo sobre o crime na Inglaterra Vitoriana, J. J. Tobias descobriu que pessoas por todo o país “aceitavam o fato de que os criminosos estavam menos violentos, com cada geração observando uma melhora sobre a anterior.”[134] Em 1831 o reformador Francis Plate e o advogado e reformador sanitarista Edwin Chadwick concordaram que os crimes haviam decrescido “em atrocidade” e que os atos de violência haviam “diminuído.”[135] Em 1839 uma Comissão Real sobre a Polícia dos Condados concluiu que nas cidades “roubos e depredações nas ruas são agora raramente acompanhados pela violência.”[136] Esse estado satisfatório das coisas foi interrompido em 1862 e 1863, quando Londres experimentou o pânico dos assaltos. Ferimentos e assaltos cresceram em número à medida que ladrões de rua violentos saltavam sobre suas vítimas, chocando-as. Robert Sindall argumentou que a mídia teve um papel principal ao criar o pânico sobre os crimes nas ruas, mesmo quando a onda de criminalidade já estava em declínio.[137] Qualquer que fosse o caso

sobre o tamanho do problema dos assaltos, Tobias conclui que “sobre o século como um todo há evidências, muitas das quais de fontes merecedoras de nosso respeito, de que o uso da violência no crime havia decrescido; e a conclusão de que isso é verdade parece irresistível.”[138]

Um porém deve ser adicionado. A lei sobre defesa própria e proteção da propriedade ainda mantinha que o chefe de família cuja propriedade fosse invadida podia tomar uma atitude vigorosa para defendê-la. Assim, algumas mortes consideradas anteriormente como defesa própria poderiam não parecer mais justificáveis agora. No entanto, enquanto muitos proprietários de casas estavam armados, poucos ladrões carregavam armas. E apesar das armas estarem livremente disponíveis, acidentes com revólveres e tiroteios impulsivos eram raros, e o crime armado era mínimo. Algo que contribuiu indubitavelmente para que o crime armado fosse tão raro foi o fato de que estatutos como a lei de 1824 contra vagabundos e trapaceiros punia qualquer um que carregasse uma arma de fogo ou outro tipo de arma “com Intenção de cometer um Crime.”[139] As armas de fogo claramente não contribuíram para o crime violento, mas não é claro se a propriedade generalizada de armas ajudou a reduzi-lo. Havia uma tradição forte de defesa própria e o encorajamento legal à intervenção para prevenir crimes. O grande historiador Whig, Thomas Macaulay, defende que o direito a possuir armas era “a segurança sem a qual todas as outras são insuficientes.”[140] E na década de 1870 James Paterson afirmou que “em todos os países onde a liberdade pessoal é valorizada, por mais que cada indivíduo possa confiar na compensação legal, o direito de cada um de portar armas [...] para sua própria proteção em casos extremos, é um direito de natureza indelével e irrepreensível, e quanto mais se procurar reprimi-lo mais ele virá à tona.”[141] Embora não tenhamos nenhuma maneira de saber quantos ingleses realmente possuíam armas de fogo, fica claro que os criminosos podiam imaginar que as pessoas estavam armadas e preparadas para usar a força na proteção de si mesmas e de sua propriedade. É claro também que, apesar do zelo de governos sucessivos em restringir a propriedade privada de armas de fogo como fonte de perigo potencial para o estado, as armas não aumentaram a violência e podem até mesmo ter tido algum papel em sua queda acentuada.

xii A tradução livre deste título seria “Crime, Autoridade e o Estado-policial” – NT.

xiii O termo original usado pela autora é *firebrand*, que neste contexto não tem tradução direta para o português, e significa “pessoa com forte inclinação para militância através de discurso e/ou ação”. No original acaba sendo um trocadilho, pois na frase citada à frente, Raymer Stephens usa a palavra *firebrand* em outro significado, que é “brasa viva” – NT.

xiv A política inglesa da época se dividia em dois partidos, os Tories (do partido Tory), mais conservadores, e os Whigs (do partido Whig), mais liberais – NT.

xv Os campos de branqueamento eram áreas extensas onde longas faixas de linho eram branqueadas ao sol. Esse processo fazia parte da fabricação do linho, e consistia em atividade economicamente importante na época – NT.

xvi A tradução livre desse título seria “Um Plano para Prevenir os Roubos no Entorno de Vinte Milhas de Londres” – NT.

xvii Apelido que o público deu a essa primeira força policial profissional de Londres. O nome veio do fato de que o grupo agia a partir de um escritório na rua Bow, número 4 – NT.

xviii Departamento do governo Inglês responsável pela imigração, contra-terrorismo, polícia e combate às drogas. Será usado no termo original durante esta obra – NT.

xix Exchequer, nessa época, era o órgão do governo Britânico responsável por coletar impostos e fazer pagamentos em nome do reino, por auditar contas e por mover processos judiciais relacionados à renda monetária. Era natural que qualquer nova taxa, como o licenciamento mencionado aqui, fosse coletado junto ao Exchequer – NT.

xx Dinastia real que teve o poder durante a Alta Idade Média, e cujo primeiro rei foi Henrique II – NT.

xxi O nome original deste departamento do governo Inglês era *Inland Revenue* – NT.

xxii No original, *Foreign Office*, atualmente *Foreign & Commonwealth Office*, é o departamento do governo que cuida dos interesses internacionais do país – NT.

1900-1953: O GOVERNO TOMA O CONTROLE

[É] [...] uma tragédia doméstica da guerra que o país que saiu para defender a liberdade esteja perdendo suas próprias liberdades uma a uma.

– *The Nation*, maio de 1916

A guerra trouxe uma transformação na estrutura social e administrativa do estado, muito da qual está fadado a ser permanente.

– Relatório do Gabinete de Guerra de 1918

Em 1901 o escrivão criminal anunciou triunfantemente que “uma grande mudança de modos” havia acontecido: “a substituição de palavras sem impacto por impactos com ou sem palavras; uma aproximação nas maneiras das diferentes classes; um declínio no espírito da ilegalidade.”[1] Como muitas outras coisas no estranho e inocente mundo pré-guerra, no entanto, o estado de coisas feliz estava para mudar. Depois de quase meio milênio, tanto o declínio extraordinário do crime violento como a tradição antiga de uma população armada chegaram a um fim. Mas essa reversão foi precedida pela remoção do direito dos ingleses de possuir uma arma.

O período de 1902 a 1928 é caracterizado em um livro recente como “O Aparecimento do Estado Intervencionista.” Embora a legislação que removeu o direito dos ingleses de se armarem tenha sido promulgada dois anos depois, era parte e parcela dessa tendência, como era a Lei das Armas Curtas de 1903, que pavimentou o caminho para o que estava por vir. Certamente havia muitas coisas que demandavam intervenções. A Inglaterra ainda era um país de grandes desigualdades. Mesmo com o aumento do lucro industrial, os salários reais da classe trabalhadora afundaram.[2] Apenas 200.000 das 3 milhões de crianças da nação, por exemplo, chegavam ao ensino secundário.[3] Os reformadores estavam ansiosos por aliviar algumas das piores dificuldades dos pobres através da introdução do seguro-desemprego e das pensões para idosos. Conforme esses programas eram

debatidos, os trabalhadores começaram tomar as rédeas da situação. Eles se juntaram em sindicatos, que em 1914 tinham 4,1 milhões de membros, totalmente preparados para afirmar seu poder. Uma série de greves importantes aconteceu em 1910. Em julho uma greve dos ferroviários de quatro dias aconteceu no nordeste do país, em setembro uma greve na indústria de algodão em Lancashire envolveu 120.000 trabalhadores enquanto um *lockout*[xxiii] da indústria de caldeiras estava em andamento já há quatorze semanas. Em novembro uma disputa entre os mineiros culminou em um tumulto que durou três dias. Em 1911 uma greve nacional dos sindicatos dos marinheiros e bombeiros se espalhou por todos os portos e foi seguida por uma greve dos estivadores. Em 1912 um número recorde de 41 milhões de dias de trabalho foram perdidos como resultados de greves.[4] Como acontecia no século dezenove, a pressão crescente pela melhora das duras condições suportadas pela classe trabalhadora impulsionada pela ameaça de uma enorme perturbação.[5] Parecia que algum tipo de interferência do governo seria necessária para instituir medidas públicas de bem-estar. O governo também estava nervoso sobre o potencial para tumultos ou, no pior caso, para uma revolução. A questão era decidir até que ponto a interferência e o controle do governo deveriam ir.

O movimento favorável à intromissão cada vez maior do governo na vida cotidiana foi amargamente combatido por eruditos como Hilaire Belloc e A. V. Dicey, que lutaram “na última trincheira para ressuscitar as idéias do individualismo do meio da era Vitoriana.”[6] Mas as sementes desta troca, de acordo com V. A. C. Gatrell, haviam sido plantadas bem no início da era Vitoriana durante a campanha pela polícia profissional, na qual ele detectou uma preferência clara pela segurança em detrimento dos direitos. Quando o assunto era o crime, Gatrell descobriu que “mesmo no discurso Whig” a base natural dos direitos individuais não era mais considerada como auto-evidente. A proteção “não dos direitos naturais, mas da ordem social e política – equiparada ao estado em si – foi elevada ao mais alto objetivo das leis.” Os que fizeram campanha pela polícia nacional pareciam considerar o princípio da liberdade “uma mera derivação do princípio da ordem: liberdade era o que sobrava depois que a ordem estava garantida.” A Comissão Real de 1839 sobre a Polícia dos Condados concordou que o policiamento centralizado poderia reduzir a liberdade, mas argumentou que

essa medida era essencial, já que “os males [criminais] que temos visto acontecer em alguns distritos, e a sujeição abjeta da população aos medos [do crime] que poderia ser entendida como um estado de escravidão [...] formam uma condição muito pior em todos os aspectos do que qualquer condição que possa ser imposta por qualquer governo que possa existir no estado atual da sociedade neste país.”[7] Esta avaliação não foi revista quando o crime diminuiu para níveis recordes.

Restringindo armas de fogo

A Lei das Armas Curtas de 1903 foi a sucessora natural das leis fracassadas de 1893 e 1895 e manteve a regulamentação cada vez maior do governo.[8] Ambas as leis anteriores haviam tido uma oposição vigorosa e não chegaram à terceira audiência. Em nenhum dos casos a preocupação real do governo era reduzir o uso de armas curtas em crimes ou em acidentes, já que o impacto das armas de fogo nessas condições era mínimo. A situação não havia mudado. Não obstante, outra lei foi introduzida em 1903 e desta vez encontrou poucas objeções. A Lei das Armas Curtas foi introduzida na Casa dos Lordes por Earl Donoughmore, que assegurou a seus colegas que ela seria muito menos extrema do que suas predecessoras. Ela restringia a compra de uma arma curta – definida como uma arma cujo cano não excedesse nove polegadas em comprimento – a pessoas maiores de dezoito anos de idade e que não fossem “bêbadas ou loucas”. Os compradores tinham que obter uma licença pagando uma taxa de 10 xelins, algo que foi considerado como coisa natural. Dezessete anos mais tarde, durante o debate sobre a Lei das Armas de Fogo, muito mais abrangente, o Major Barnes, subsecretário do Home Office, alegou que o medo real em 1903 havia sido a insensibilidade para com a vida produzida pela Guerra dos Bôeres.[xxiv] Se esse era o caso, a lei de 1903 fez muito pouco para manter as armas curtas fora das mãos dos insensíveis. Em seu estudo sobre as armas de fogo na Inglaterra, Colin Greenwood argumentou que houve pouca objeção à lei, precisamente porque ela era “fraca e ineficiente, tão cheia de brechas que tinha pouquíssimas chances de produzir algum controle sobre as armas curtas.”[9] Na verdade, ela foi logo criticada por essa falha. O efeito mais imediato dessa lei foi assegurar que as armas curtas tivessem seus canos aumentados de forma a exceder nove polegadas.[10] Greenwood estava indubitavelmente certo de que a maior conquista da Lei das Armas

Curtas foi entrar no livro de leis.[11] Talvez esse fosse o alvo verdadeiro do governo. Houve poucos processos e indiciamentos sob a lei – em 1908 apenas 26 casos na Inglaterra e no País de Gales, e em 1909 apenas 16.[12] Ou o problema era muito pequeno ou a lei não estava sendo aplicada. E depois de 1903, bem como era antes, não havia problemas sérios de crime armado. De 1911 até 1913 o número médio de crimes armados de todos os tipos em Londres – então a maior cidade do mundo – era 45. De 1915 até 1917 esse número caíria para 15. Para o país inteiro, durante os anos de 1908-1912, houve 47 casos em que os policiais foram alvejados com tiros, sendo que 6 deles morreram e 24 ficaram feridos. Metade dessas fatalidades aconteceu em uma batalha policial com os anarquistas de Londres em 1910. Ainda assim as pessoas pareciam estar bem armadas, como ilustra o incidente de 1909, conhecido como “Ultraje de Tottenham.” Conforme a polícia de Londres atravessava o norte da cidade perseguindo um grupo que havia tentado um roubo de salários, os policiais emprestaram quatro armas curtas de transeuntes enquanto outros cidadãos armados cumpriram sua obrigação legal e se juntaram à perseguição. Richard Munday, que conta esse caso, adiciona que os ingleses modernos “ficariam chocados somente de pensar nisso; [mas] os londrinos da época pareciam se chocar mesmo com a idéia de um roubo armado.”[13]

Embora as armas de fogo não fossem um fator sério na criminalidade, em 1911 o governo Liberal estava pronto para construir, sobre a base de 1903, uma revisão da Lei das Armas Curtas, com controles extensivos, embutida em uma Lei de Prevenção ao Crime.[14] A nova Lei das Armas Curtas pode ter tido o objetivo simples de cessar as evasões à lei de 1903 ao estender o comprimento do cano da arma curta para quinze polegadas, mas a lei do crime incorporou uma porção de novos controles. A posse bem como a compra de uma arma curta exigiriam um certificado emitido pela polícia. Para obter um certificado o requerente precisaria agora de uma referência de caráter de um chefe de família respeitável. Ademais, a polícia poderia parar qualquer pessoa na rua que acreditasse estar carregando uma arma curta e exigir o seu certificado. Se encontrassem a arma, mas o dono não tivesse certificado, eles poderiam apreender a arma. A munição também seria regulada, e os fabricantes, revendedores e comerciantes de armas curtas

teriam que ser registrados, manter registros das vendas, e poderiam perder seu registro se fossem condenados por uma violação da lei.

Em dezembro de 1910, enquanto essa lei estava sendo preparada, o destino interveio. Um grupo de anarquistas russos armados invadiu uma joalheria em Londres. Quando a polícia chegou, uma batalha armada se iniciou. Os policiais desarmados estavam em grande desvantagem, e três deles morreram e outros dois ficaram feridos. Dois anarquistas escaparam e foram encontrados e cercados mais tarde, enquanto se escondiam em uma casa na Rua Sidney. Em desespero, as autoridades pediram ajuda ao exército. O cerco terminou quando a casa foi queimada por completo com os anarquistas dentro. O alarme criado por esse incidente levou à transformação da Lei de Prevenção do Crime de 1911 na Lei dos Estrangeiros, cujo novo foco era evitar que um estrangeiro possuísse ou usasse uma arma curta sem permissão do chefe local de polícia. A Lei dos Estrangeiros nunca passou da primeira audiência. Muito provavelmente porque o governo preferia introduzir um controle mais amplo às armas curtas, como já era planejado. Mas ela adiou a colocação de tal lei em pauta, e então o destino interveio novamente através da Primeira Guerra Mundial. [15]

Durante a guerra houve um esforço adicional para desencorajar o uso de armas de fogo por pessoas suspeitas, na forma de uma nova Lei dos Roubos. Além das definições padrão dos crimes, a lei incorporava o delito de vadiagem com intenção de cometer crime, um delito criado pela Lei da Vadiagem de 1824, que permitia o desarmamento preventivo. Qualquer pessoa encontrada à noite “armada com qualquer arma ou instrumento perigoso ou de ataque, com intenção de invadir ou entrar em qualquer prédio e para cometer qualquer crime ali dentro”, era culpada de um delito. Embora qualquer um que fosse pego com ferramentas para a invasão de uma casa, sem justificativa, fosse considerado culpado até prova contrária, a lista de ferramentas não incluía armas de fogo. Ainda assim, o estatuto reafirmava o precedente de criminalizar a intenção de cometer um crime e colocava sobre o acusado o fardo da prova de sua inocência. Era uma abordagem que Blackstone havia considerada “não-Inglesa” quando foi usada na Lei do Infanticídio de 1624.[16]

A Primeira Guerra Mundial abalou o governo Britânico, levando a medidas drásticas de espécie muito mais ampla. Para lidar com a emergência o governo apressou a aprovação da Lei de Defesa do Reino pelo Parlamento. Esta garantiu poderes legais e econômicos enormemente expandidos, e de definição vaga, alguns à custa de direitos básicos.[17] A lei deu ao governo autoridade sobre indústrias e meios de transporte estratégicos, e sobre a importação e a exportação, o poder de restringir a produção, venda e cessão de armas de fogo, e o direito de impor uma censura rigorosa aos discursos e à imprensa. Críticos proeminentes sobre a guerra poderiam ser presos, mesmo se suas objeções fossem pautadas em bases éticas, em vez de políticas. Por exemplo, em dezembro de 1915 uma corte Britânica, usando a legislação de emergência, sentenciou dois homens a seis meses de prisão por publicarem um folheto que continha uma doutrina cristã sobre a guerra “de acordo com o Sermão da Montanha.”[18] Em um caso notório, trinta e quatro opositores conscienciosos foram despachados para a França, onde foram levados à corte marcial e sentenciados à morte. Graças aos protestos de Bertrand Russell e outros, suas sentenças foram mudadas para trabalho forçado. Através da censura postal o governo compilou listas de 34.500 cidadãos Britânicos com supostas ligações com os inimigos, e outros 38.000 que estavam sob suspeita de algum ato ou associação hostil. A Lei de Defesa do Reino criou uma séria inteira de delitos novos e multiplicados para os quais o acusado estava sujeito à corte marcial.[19]

Apesar da Lei de Defesa do Reino ter levado ao tipo de controle sobre as armas de fogo que o governo estava buscando, e mais tarde o governo alegou que a lei reduziu o número de criminosos armados, ela não parece ter afetado a propriedade de armas na Inglaterra.[20] A época da guerra não era a época para se reduzir armas de fogo. Milhões de homens pegaram em armas. Mais ainda, o governo exigiu que os oficiais comissionados comprassem suas próprias armas curtas de serviço, que se tornaram sua propriedade pessoal. Ademais, no caso de uma invasão Alemã poderia ser necessário fazer uso de indivíduos armados e “de boa índole” para defender o reino. Claramente, como em outras ocasiões de perigo, o governo estava dividido entre o cerceamento do direito à posse de armas e a necessidade da ajuda de civis armados. O *The Times* de 8 de janeiro de 1915 apresentou um

debate sobre esse assunto ocorrido na Casa dos Lordes, uma continuação da discussão de 1914. A questão era sobre quais medidas deveriam ser tomadas para proteger o reino em caso de uma invasão. Havia muita confusão nos condados sobre isso, e mesmo as linhas mais básicas de direção administrativa eram incertas. O Duque de Rutland argumentou que já era chegado o tempo “quando seria bom que as instruções fossem de alguma forma consolidadas.” O Lorde Curzon lembrou a todos da discussão anterior, quando “não havia idéia geral de qual seria o dever de cada civil que quisesse pegar em armas e lutar no caso de uma invasão, ou dos civis que por razões variadas fossem incapacitados de lutar.” Todos os tipos de questões foram levantadas, entre elas se os civis deveriam pegar em armas. Ordens secretas haviam sido enviadas aos lordes tenentes de cada condado, mas estas variam consideravelmente entre si e não haviam sido liberadas em público. Curzon notou que “nós tivemos um paralelo quase exato ao estado atual de coisas há 100 anos, quando todos aguardavam por uma invasão de Napoleão.” Nesse ínterim, no entanto, uma associação de voluntários armados, o Corpo de Treinamento de Voluntários, foi autorizada a vestir um tipo de uniforme. Os membros do corpo providenciavam seu próprio equipamento, armas e munição, ou recebiam doações por apoiadores da causa. Havia temores por parte dos Lordes de que esse grupo fosse inútil e mesmo perigoso a não ser que tivesse o treinamento militar e supervisão apropriados. Mas a maior ansiedade era de que em uma invasão esses civis armados não fossem reconhecidos como combatentes pelo inimigo, que poderia considerar a existência do corpo “uma desculpa para um pouco do excesso que temos visto em outros lugares.” Em tempos de perigo o governo se voltava prontamente aos civis armados, pedindo ajuda. Quando o perigo passava e a paz retornava, o governo se tornava determinado a desarmar esses mesmos civis.

A lei das armas de fogo de 1920

Menos de um ano após o final da Grande Guerra o Parlamento aprovou um estatuto abrangente sobre armas de fogo que eliminou o direito dos indivíduos de possuir armas. Ela foi a culminação de cinquenta anos de esforços dos governos Britânicos de todas as classes políticas. A razão apresentada pela coalizão que governava na época era, como sempre, um aumento no crime armado, ainda que as estatísticas para Londres não

mostrasse tal aumento. A verdade era que antes que houvesse um governo Britânico, o governo inglês havia estado apreensivo sobre a propriedade disseminada de armas, especialmente por aqueles que não eram vistos como “de boa índole.” E enquanto o povo ansiava pelo fim da guerra, o governo abordou essa eventualidade e o retorno aos seus poderes normais com alguma trepidação. O Regulamento 40B da Lei de Defesa do Reino, que deu ao governo o poder de impor restrições rigorosas sobre a manufatura, venda e posse de todos os tipos de armas e munição, iria expirar em 31 de agosto de 1920, quase dois anos depois do armistício. Papéis privados do Gabinete deixam claro que o governo não estava com medo do crime, mas da desordem e mesmo da revolução, os mesmos temores que haviam alimentado as medidas governamentais de controle do passado. De acordo com o secretário de Gabinete, as reuniões do Gabinete nos primeiros dois meses de 1920 tiveram um tom quase que histérico. Ele saiu de uma dessas reuniões, escreveu ele, com sua “cabeça quase girando. Eu senti que estava em Bedlam. A revolução vermelha, o sangue e a guerra em casa e no exterior!”[21] Havia bases verdadeiras para o temor. A Revolução Bolchevique estava em pleno andamento. Mais tarde, em 1920, o partido Comunista da Grã-Bretanha foi fundado e a quantidade de trabalhadores sindicalizados subiu para 8 milhões, quase o dobro dos números pré-guerra. Havia toda a possibilidade de uma agitação industrial renovada, já que os salários ainda eram baixos e os sindicatos chamavam para uma greve geral.[22] A Irlanda estava entrando em guerra civil. A desmobilização estava trazendo centenas de milhares de soldados, muitos brutalizados por uma guerra perversa, de volta para casa. O primeiro-ministro avisou o secretário do interior que a força de 10.000 homens que ele esperava levantar teria “pouco uso,” e outros ministros consideravam a possibilidade de distribuir armas aos “amigos do Governo.”[23] O Parlamento ficou tão alarmado no final de 1920 que aprovou a Lei de Poderes Emergenciais, garantindo ao rei o poder de declarar um estado de emergência e dar ao governo “aqueles poderes e deveres que Sua Majestade possa achar necessários para a preservação da paz.”[24] Esse estatuto seria usado para combater as maiores greves.[25]

Em 27 de fevereiro de 1918, mais de dois anos antes da data de expiração da Lei de Defesa do Reino, o governo montou um comitê para “considerar a

questão do controle, o qual é desejável que seja exercido sobre a posse, manufatura, venda, importação e exportação de armas de fogo e munição no Reino Unido, após a guerra.” O comitê deveria considerar a “política interna” bem como o tráfico de armas e a defesa imperial.[26] Ele foi presidido por Sir Ernely Blackwell, o subsecretário assistente para o Home Office, e incluía três outros oficiais do governo, o procurador geral da Irlanda, um inspetor de polícia e três homens cujas posições não haviam sido identificadas. E o relatório resultante foi um que não seria engavetado.

O relatório confidencial do Comitê Blackwell é importante tanto pela sua franqueza como por seu plano para lidar com os controles de armas de fogo, os quais o governo adotava. Não havia “nenhuma dúvida”, concordava o comitê, “e que o interesse público exija que controles diretos sejam futuramente exercidos no Reino Unido – qualquer que seja a política de outros poderes – sobre a posse, manufatura, venda, importação e exportação de armas de fogo e munição, e a única questão prática a ser considerada parece ser como esse controle pode ser estabelecido de forma mais eficiente.” Ele recomendava que armas curtas, revólveres e munição fossem colocados sob o mais rigoroso controle, e chegava a recomendar limitações a rifles esportivos e armas de ar comprimido. Ele daria uma autoridade principal à polícia local. Visto que a lei de 1911 instruía a polícia a conceder um certificado de arma de fogo a qualquer requerente que tivesse uma carta de recomendação de um chefe de família respeitável, o Comitê Blackwell deu ao chefe de polícia local poder completo para determinar se um requerente possuía boa índole e se tinha uma razão para possuir uma arma. Havia provisão para o direito ao apelo. O certificado tinha que ser renovado anualmente. A polícia também controlaria a munição através da fixação de uma quantidade máxima para cada indivíduo ou clube, colocando essa quantidade explicitamente no certificado de arma de fogo. Todos os fabricantes e vendedores de armas de fogo eram obrigados a manter registros. O relatório do comitê incluía um esboço de uma lei para operacionalizar esse esquema.[27] O primeiro parágrafo do relatório e seu sumário final de recomendações se referiam ao “direito” de compra, posse, uso ou porte de arma de fogo ou munição, mas, como explica o sumário, esse direito seria limitado “a pessoas que, na opinião do Comissário de Polícia, possam manter a posse de uma arma de fogo sem perigos à segurança

pública.”[28] O secretário de estado daria “poder geral [...] para criar regras que tornariam a Lei operacional.” Esta cláusula foi incorporada à Lei das Armas de Fogo e se tornou o meio pelo qual a versão original e mais leniente do estatuto de 1920 seria transformada em um tipo bem diferente de medida.

Na primavera de 1920 o tempo pareceu favorável para aprovar uma regulamentação que varresse as armas de fogo. O crime não era um problema, mas o público sentia repulsa pela violência da “guerra para acabarem todas as guerras” e pronto para estabelecer o tão esperado reino pacífico. Eles haviam se acostumado a conceder amplos poderes ao governo. A agitação dos trabalhadores avultou-se ameaçadoramente. A administração estava apreensiva quanto à recepção de seu esquema, mas o tempo era essencial se alguma coisa fosse ser aprovada antes da expiração da Lei de Defesa do Reino.[29] A Lei das Armas de Fogo foi introduzida na Casa dos Lordes em 31 de março de 1920, sob o pretexto habitual de que havia uma onda de crimes acontecendo.[30] O Conde de Onslow disse aos Lordes que, além de ajudar a prevenir que as armas chegassem às mãos dos criminosos e de outras pessoas indesejáveis, ela possibilitaria à Bretanha a cumprir com suas obrigações sob a Convenção do Tráfico de Armas assinada em Paris. Apesar da controvérsia do governo, no entanto, restrições ao armamento doméstico não eram exigidas por nenhum comitê internacional assinado pelo governo Britânico; o tratado assinado em 28 de junho de 1919 não incluía acordos para a limitação de armas em geral.[31] Contudo, a Aliança para a Liga das Nações, que foi criada como parte do tratado, armou uma estrutura para reduzir o armamento, e o Artigo VIII da Aliança dizia que o Conselho da Liga deveria formular planos para tal redução, para apresentação aos governos membros. Isto parece ter sido uma iniciativa principalmente do Presidente Wilson. Em seu segundo pronunciamento inaugural Wilson propôs que as armas de uma nação fossem “limitadas às necessidades da ordem nacional e da segurança doméstica.”[32] Na quarta reunião da Liga das Nações, no entanto, quando o Artigo VIII foi discutido pela primeira vez, os Japoneses propuseram que as palavras “segurança nacional” fossem substituídas por “segurança doméstica.” Outras delegações concordaram prontamente. Gerda Crosby, em seu livro sobre o desarmamento pós-guerra e política Britânicos,

crê que essa mudança foi significativa, uma vez que “dissipou quaisquer dúvidas sobre o escopo geral do desarmamento pós-guerra.”[33] Ainda assim, quando a Lei das Armas de Fogo foi introduzida na Casa dos Lordes ninguém presente pareceu notar a discrepância. Os Lordes não fizeram nenhum protesto sobre a lei, e até mesmo sugeriram mudanças para torná-la mais forte. Dois meses depois, em 1º de junho, ela teve sua primeira audiência na Casa dos Comuns. A segunda audiência e o debate já agendados para o dia seguinte foram cancelados. Uma semana depois, às 22h49min, sem nenhum aviso prévio, a lei foi levada para votação perante a Casa com duas outras leis já na pauta do dia e poucos minutos antes do encerramento da sessão. Apenas uns poucos membros receberam cópias da lei. Shortt, o secretário do interior, a apresentou como sendo “uma Lei bastante curta [...] que será provavelmente aprovada pela Casa e considerada não controversa.” Ela manteria as armas longe das mãos dos criminosos e de outras pessoas perigosas mas não, ele assegurou aos membros, dificultaria o “esporte legítimo.” Shortt passou a impressão de que as outras pessoas perigosas incluíam soldados “que haviam se habituado à violência durante a Guerra” e que poderiam se tornar “uma ameaça para o público.”[34]

A estratégia óbvia do governo para forçar a aprovação da lei levantou a cólera no Parlamento. Os membros levantaram todas as antigas objeções às restrições sobre o direito de possuir armas. A lei poderia ser aplicada para “conceder o uso de armas de fogo a uma classe de pessoas e negá-lo em absoluto a outra.” Ela não reduziria o crime, já que “no tocante aos assaltantes ela não terá efeito algum [...] não há nada nesta Lei que lidará adequadamente com eles.”[35] Apenas um membro, Sr. Jameson, argumentou que pessoas comuns precisam de armas de fogo para sua proteção pessoal.[36] O Tenente-Comandante Kenworthy levantou uma série de objeções, descrevendo a nova legislação como redundante. Ele também achava que deslocar o poder de determinar a adequação a um certificado de um magistrado para a polícia ia “de encontro à prática Inglesa.” Kenworthy voltou-se então para uma questão mais profunda:

Há um princípio muito maior envolvido do que a mera prevenção contra a posse de armas por condenados reformados. No passado um dos direitos guardados com mais afínco pelos ingleses era o de carregar uma arma. Por muito tempo nosso povo lutou com grande tenacidade pelo direito de carregar a arma do dia [...] e somente em tempos bem recentes é que abriu mão disso.

“Tem sido um objetivo bem conhecido do Governo Central deste país”, ele continuou, “o de privar as pessoas de suas armas. Eu não sei se essa Lei está direcionada a um objetivo como esse.” Kenworthy expressou então sua visão sobre com o que se parecia, em 1920, a proteção principal do povo contra a opressão. Se o honorável cavalheiro “privar os cidadãos privados deste país de todo tipo de arma que eles poderiam usar,” ele informou ao secretário do interior,

ele não os terá privado de seu poder, porque a grande arma da democracia de hoje não é a alabarda, a espada ou as armas de fogo, mas o poder de reter seu trabalho. Eu estou certo de que o poder de reter seu trabalho é um que certos Membros de nosso Executivo gostariam muito de privá-lo. Mas ele é a nossa última linha de defesa contra a tirania.[37]

Os apoiadores do governo lançaram-se contra o argumento constitucional de Kenworthy. O Major Conde Winterton o acusou de manter “as mais extraordinárias teorias de história e lei constitucional”, em particular que “é desejável ou legítimo ou justificável que indivíduos privados armem a si mesmos, com [...] a intenção última de usar suas armas contra as forças do estado.” Deixando para trás todo o fingimento sobre as ondas de crime, ele deixou escapar, “é por causa da existência de pessoas desse tipo que o Governo introduziu esta Lei.” Kenworthy interrompeu para destacar que “o fundamento mesmo da liberdade do indivíduo neste país é que ele pode, caso seja levado a tal, resistir”, adicionando, “eu espero que ele sempre possa resistir. Você só pode governar com o consentimento do povo.” O Conde alegou que antes da guerra a maioria dos ingleses “tinha quase esquecido de que havia coisas como armas de fogo, e que não era necessário que a Secretaria do Interior ou a polícia possuíssem os poderes que são necessários hoje.” Aqueles “que desejam tomar o Estado através de meios violentos” não devem ter a permissão de obter armas de fogo.[38] O Major Barnes, subsecretário do Home Office, retornou ao tema constitucional para adicionar que o tempo para aquele método de reparação “havia acabado”. Mas, ele adicionou, “Nós temos em nossos métodos de eleição, em nosso acesso ao Parlamento, e em outras maneiras, meios de corrigir uma ação do Estado, o que em tempos passados não era possível.” Ao dar ao indivíduo “oportunidade através do Parlamento e das Cortes para sua compensação final”, adicionou ele, “nós iremos tirar sua atenção das armas de forma mais

eficiente.”[39] Quando a questão foi colocada a Casa se dividiu, com 254 dos membros votando pela aprovação da lei e apenas 6 contra.[40]

A nova lei exigia um certificado para a arma de fogo de qualquer um que desejasse “comprar, ter em sua posse, usar, ou carregar qualquer arma de fogo ou munição.”[41] O chefe de polícia local decidiria quem poderia obter tal certificado e excluiria qualquer um de hábitos imoderados, de mente doentia, ou qualquer um que ele considerasse “por qualquer razão impróprio para receber uma arma de fogo.” Além de ser certificado como alguém temperado e obediente à lei, o requerente tinha que convencer o policial de que tinha uma “boa razão para requerer tal certificado.” Na Casa dos Lordes o governo concordou que a “boa razão” seria “determinada pela prática.” Claramente, ambos os critérios eram altamente subjetivos e flexíveis. O certificado não especificava somente a arma, mas também a quantidade de munição que um indivíduo poderia comprar e carregar consigo de uma só vez. Cada certificado expirava depois de três anos. A renovação envolvia uma taxa adicional e a necessidade de ser requalificado.[42] A penalidade para a violação da lei era de multa não excedendo cinquenta libras – uma soma substancial em 1920 – ou a prisão com ou sem trabalhos forçados por um período máximo de três meses, ou ambos.[43] O direito dos indivíduos de se armar sempre havia sido, nas palavras da Carta de Direitos de 1689, “conforme permitido pela lei.” Esta nova lei, que tornou o direito condição sob os caprichos do secretário de Home Office e dos policiais, transformou o direito em um privilégio.

Entre as Guerras

Em contraste com a Lei das Armas Curtas, a Lei das Armas de Fogo de 1920 parece ter sido aplicada com vigor. Antes do final do ano, o Parlamento ouviu duas reclamações sobre a aplicação lei com zelo demasiado, e o secretário do interior, em resposta a inúmeras outras reclamações, emitiu instruções para ajudar a polícia “a levar a cabo, sobre bases justas e razoáveis, a administração da Lei.”[44] Então se iniciou a série de diretivas confidenciais, do Home Office para os chefes de polícia, que definiram o que constituía uma boa razão para conceder um certificado de arma de fogo. A primeira diretiva deu estas linhas mestras sobre a necessidade de uma arma para defesa própria: “Seria uma boa razão para se ter um revólver se uma pessoa vive em uma casa solitária, onde a proteção

contra ladrões e assaltantes é essencial, ou se tem sido exposta a ameaças de morte definidas no tocante ao desempenho de alguma tarefa pública.”[45] Esta orientação era muito mais restritiva do que o Parlamento havia sido levado a crer, mas era uma diretiva secreta, e nem o Parlamento nem o público tiveram a oportunidade de debater o assunto.[46] Em 1920, com as taxas de criminalidade bastante baixas, talvez a necessidade real de defesa própria parecesse problemática para o secretário do interior. Ainda assim, com o passar dos anos, mesmo quando a taxa de criminalidade começou a subir a variedade de razões aceitáveis para se armar continuou a diminuir. O segundo critério, o da adequação, também foi explicitado. O chefe de polícia tinha que estar certo de que a concessão de um certificado a uma pessoa específica fosse “sem perigo para a segurança e para a paz públicas” e tinha que julgar isto “principalmente pelo caráter, antecedentes e companheiros da pessoa, tão certo como possa ser verificado.”[47]

O número de indiciamentos sob a Lei das Armas de Fogo foi muito maior do que os da Lei das Armas Curtas de 1903. Em 1926 houve 618 processos judiciais e 486 condenações, a maioria por posse de arma de fogo sem certificado. Em 1929 esses números caíram um pouco, para 386 processos e 290 condenações.[48] Mas se no começo da década de 20, quando esse controle foi instaurado, apenas uma pequena porção das centenas de milhares de armas eram registradas, vê-se então que esses números não são tão expressivos.[49] Dado o grande número de armas não registradas entregues em anistias especiais de anos anteriores, muitas e muitas pessoas podem jamais ter registrado suas armas, mas simplesmente ter mantido uma arma em casa, algumas talvez como relíquias de guerra, para defender a si mesmos e sua propriedade.

O crime armado tinha se mantido muito baixo antes da lei e continuou a declinar na década de 1920, embora os crimes contra a propriedade tenham crescido. De acordo com as estatísticas oficiais, o número de crimes informados à polícia cresceu entre 1920 e 1923. Na verdade, os 110.206 delitos informados em 1923 foram o maior número nos sessenta e sete anos em que as estatísticas estavam disponíveis.[50] Aconteceu um aumento dramático, em 1923, de invasões a lojas e obtenção por falso pretexto, respectivamente, 85 e 94 por cento a mais do que no ano anterior. Mas um relatório de 1925 sobre os homicídios e tentativas de homicídio conhecidas

pela polícia mostrou um declínio de uma média anual de 426 homicídios em 1909-1913 para 369 em 1923, uma queda de 13,4 por cento, enquanto que os assaltos diminuíram de 1.739 para 1.522, uma queda de 12,5 por cento. Não foi fornecida nenhuma separação de dados sobre o uso de armas de fogo nesses crimes, mas os autores do relatório concluíram: “O homicídio e outros tipos de crimes violentos contra as pessoas estão caindo firmemente. O movimento se estende, embora num grau menor, aos assaltos e outros delitos violentos menores que estão dentro da jurisdição comum das cortes sumárias.”[51] O relatório concluiu, “pode arriscar-se dizer que o crime em geral tem diminuído firmemente em um termo considerável de anos, e também que a redução é maior nas formas mais sérias de quebra da lei.”[52] Os autores não atribuíram essa queda às restrições às armas de fogo, mas sim a um declínio na bebedeira.[53] Nenhuma estatística sobre o uso de armas de fogo nos crimes parece ter sido coletada antes da Segunda Guerra Mundial. Números apresentados ao Parlamento, no entanto, mostram que nos dezoito meses entre julho de 1936 e dezembro de 1937 apenas vinte pessoas presas em toda a área metropolitana de Londres estavam portando uma arma, e doze desses eram armas curtas de ar ou de brinquedo.[54] Apenas sete estavam com armas de fogo. Na média havia em torno de quatorze casos por ano de pessoas presas com armas de fogo. Isso representa uma redução dos níveis de 1911-1913 e 1915-1917, quando as médias eram respectivamente 41 e 18, embora, como destacou Colin Greenwood, “a maior redução – 41 para 18 – foi atingida sem nenhum controle sobre as armas de fogo.”[55] Quanto às causas, um estudo sobre homicídios feito às vésperas da Segunda Guerra Mundial convenceu Leon Radzinowicz e Joan King que não foram as armas de fogo, mas “as condições sociais e culturais que determinaram tanto a taxa de assassinatos como a resposta penal.”[56]

Se o objetivo verdadeiro da Lei das Armas de Fogo era prevenir tumultos e a revolução, o governo foi rápido para colocá-la em teste. O período de 1919 a 1922 foi varrido por grandes greves, que provocaram uma resposta drástica por parte do governo.[57] Quando os ferroviários ameaçaram entrar em greve por conta de um corte de salários, em setembro de 1920, o governo dividiu o país em doze divisões administrativas, declarou estado de emergência, e chamou as pessoas para participarem de uma guarda cidadã no combate à “ameaça pela qual estamos sendo confrontados hoje.” Na

primavera seguinte, quando os mineiros ameaçaram entrar em greve com a ajuda de outros sindicatos – a Aliança Tripla – o governo ordenou que fossem feitas preparações para mobilizar os territórios e chamou as forças de reserva do exército, marinha e aeronáutica. Também fez planos para tomar o controle da comida, das minas de carvão, da venda de armas de fogo e da regulação de reuniões públicas. O Primeiro Ministro Lloyd George informou ao Parlamento que a nação enfrentava “uma situação análoga a uma guerra civil.” Em torno de 70.000 homens foram eventualmente inscritos nas unidades de defesa.[58] Os mineiros voltaram ao trabalho com os cortes de salário. As greves diminuíram em 1922, e foram substituídas por marchas de desempregados e famintos. Durante a década de 1920 a massa de desempregados ficou entre 1 milhão e 1 milhão e meio de pessoas. Em 1932, em meio à depressão econômica mundial, o número de desempregados atingiu a marca de 3 milhões. Essas condições miseráveis levaram alguns ingleses moderados a falar sobre revolução, mas suas ações foram geralmente contidas. Martin Pugh diz que a forma clássica de protesto na década de 1930 era um grupo pequeno e digno de marchadores que entregavam uma petição ao Parlamento e voltavam para suas casas.[59]

De 1920 a 1933 nenhuma legislação adicional sobre o uso de armas de fogo foi aprovada. Depois disso, apesar da taxa baixa e declinante de crimes armados, o governo continuou a buscar a regulação das armas. Uma vez que a Lei das Armas de Fogo de 1920 não impediu os criminosos de obter armas, o Projeto de Lei das Armas de Fogo e Imitações (Uso Criminal) foi submetido ao Parlamento em 1933, redigido como uma medida preventiva. Em sua segunda audiência na Casa dos Lordes, o Conde de Lucan admitiu que “a profissão de armeiro é, felizmente, uma fora do comum neste país”, mas advertiu, “a combinação do revólver e do carro motorizado tem dado às mentes criminosas um poder contra a comunidade que poderá crescer em proporções sérias se não for prontamente e eficientemente verificada.”[60] A Lei do Uso Criminal aumentou a punição para o uso de uma arma durante um crime e tornou a “tentativa de fazer uso” de qualquer arma de fogo ou de imitação de arma de fogo para resistir à prisão ou para prevenir a apreensão ou detenção legal de si mesmo ou de outra pessoa em ato punível com até quatorze anos de prisão. Mesmo se o suspeito não tentasse usar sua

arma de fogo ou qualquer imitação, se a tivesse consigo, a não ser que conseguisse provar que carregava a arma com algum propósito legal, estava sujeito a uma pena adicional de sete anos de prisão. Em 1934, um comitê do governo presidido por Sir Archibald Bodkin examinou a operação da Lei das Armas de Fogo de 1920 e recomendou diversas modificações, incluindo uma definição mais clara das armas de fogo e a isenção de mais grupos da sujeição à lei.[61] O estatuto resultante também aumentou de quatorze para dezessete anos a idade mínima para se comprar uma arma de fogo ou de ar comprimido, mas “vender” e “comprar” não envolviam dar, emprestar, transferir, dividir a posse, aceitar ou tomar emprestado, todos os quais permaneceram permitidos.[62] Uma nova emenda foi feita em 1936, quando ainda outra Lei das Armas de Fogo incorporou mais recomendações do Comitê Bodkin. Estas incluíam a extensão dos controles a espingardas e outras armas de fogo sem estrias com canos mais curtos que vinte polegadas, a transferência dos certificados de metralhadores para a supervisão militar, a imposição de regulamentos elaborados para os vendedores de armas de fogo, e o poder aos chefes de polícia de adicionar condições aos certificados de armas de fogo.[63] Para incorporar todas essas emendas em um estatuto único, o Parlamento aprovou a Lei das Armas de Fogo de 1937.[64]

Apesar do matagal cada vez mais denso de controles sobre as armas de uso provado, o governo ainda queria, e precisava, que ao menos alguns civis tivessem experiência com seu uso. A Associação Britânica de Rifle, fundada no século dezenove, era um dos grupos isentos das restrições da Lei das Armas de Fogo de 1920. A Associação Nacional de Rifle havia sido criada para promover o treinamento com rifle e a prática com alvo depois do susto da guerra com a França de 1859. Sua intenção, informou o secretário para a guerra à Rainha Vitória, era “fazer do rifle o que era o arco nos dias dos Plantagenetas.”[65] O treinamento com estilo militar foi gradualmente separado do tiro ao alvo e finalmente dividido quando as forças de reserva da Inglaterra foram reestruturadas em 1908 pelo Lorde Haldane. Nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, Lorde Roberts, inspirando-se na noção de que a prática de rifle pelos civis era o equivalente moderno do arco Plantageneta, promoveu um movimento de tiro de baixo calibre que criou estandes para rifles em cidades e vilas por toda a Inglaterra. Foi a Associação de Rifle que começou o esporte de tiro. Ainda assim, era algo considerado

como mais do que um esporte. Publicações sobre a história do esporte de 1913, tanto em Oxford como em Cambridge, questionavam sobre a inclusão do tiro como tal, uma vez que “a prática com alvo deve fazer parte do treinamento inicial de todo Inglês.” [66]

Conforme a popularidade do tiro diminuía entre as guerras mundiais, a associação poderia contar com o apoio governamental, e mesmo real, para encorajar a prática do tiro nos interesses da defesa. A constituição da associação afirmava seu objetivo de “promover e encorajar a boa pontaria por todo o Domínio da Rainha, nos interesses da Defesa e a permanência das Forças Voluntárias e Auxiliares, Naval, Militar e no Ar.” [67] Em 1920, o ano em que foi aprovada a Lei das Armas de Fogo, Winston Churchill, então no Escritório de Guerra, reconheceu o valor militar do esforço da ANR e apoiou o apelo do grupo por financiamento. Em 1925, o Príncipe de Gales louvou a organização em um evento de financiamento:

Deixe-nos contar ao mundo sobre nós mesmos, sem temor. Nós gostamos de atirar com rifles. É realmente o nosso *hobby*. Mas é algo mais. Cada um de nós aqui sabe que a guerra não terminou, que o continente da Europa é um pote fervilhante de ressentimento e desconfiança, inveja e ódio, e que nós podemos vir a lutar por nossa honra, nossa existência mesma como nação, dentro de um curto período de tempo. Nós amamos o rifle porque é uma arma e porque não só é um direito como também um dever que cada cidadão seja armado e treinado no uso de armas. Nós não somos apenas esportistas. Enfatizemos a verdade. Digamos a nossos companheiros cidadãos de uma vez por todas que não estamos no mesmo plano que golfistas e jogadores de futebol. Nós nos posicionamos, com a Marinha, com o Exército, com a Aeronáutica e com o Exército Territorial. [68]

Não obstante, sete anos depois, apesar dos níveis decrescentes no crime armado, o Home Office emitiu novas instruções para a polícia, apertando as restrições para a emissão de certificados de armas. As linhas mestras originais de 1920 diziam que “uma boa razão para se ter um revólver é se uma pessoa vive em uma casa solitária, onde a proteção contra ladrões e assaltantes é essencial, ou se tem sido exposta a ameaças de morte definidas no tocante ao desempenho de alguma tarefa pública.” Em 1937 o secretário do interior decidiu: “Como regra geral as requisições para posse de armas de fogo para proteção pessoal ou do lar devem ser desencorajadas com base no

fato de que as armas de fogo não podem ser consideradas como um meio adequado de proteção e podem ser uma fonte de perigo.”[69]

A Segunda Guerra Mundial

A premonição do Príncipe de Gales a respeito da possibilidade de uma guerra Europeia se mostrou bem fundamentada. A guerra retornou em setembro de 1939. Na primavera seguinte, depois da invasão Alemã na Holanda e em Luxemburgo, os chefes de pessoal Britânicos lançaram planos para uma força de defesa doméstica. A meta agora era armar, e não desarmar os ingleses. “Cada Britânico entre 17 e 65 anos de idade que tenha alguma vez manuseado uma arma e que não sofra de qualquer restrição física” era elegível para servir como Voluntário da Defesa Local dentro da Força de Defesa Doméstica.[70] Era o retorno das milícias do século dezessete. Nas vinte e quatro horas após o chamado de Anthony Eden por voluntários, 250.000 homens da Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte se apresentaram. Eventualmente um milhão e meio de homens se juntaram à renomeada Guarda Doméstica.[71] O governo alegou que não era sua política armar civis, mas incitou aqueles “que sentiam ter tempo para treinar” a se voluntariarem para a Guarda Doméstica antes que vagas fossem preenchidas por um novo esquema – recrutamento. Muitos homens foram armados, em princípio, com bastões, rifles antigos, sabres e até mesmo lanças.[72] O governo pediu, aos cidadãos britânicos e estrangeiros, armas para entregar aos voluntários. Milhares de armas foram doadas, e clubes de rifle foram convertidos em centros de treinamento para os recrutas. Um grupo de americanos, movidos pela condição dos civis britânicos, formaram o Comitê Americano para a Defesa dos Lares Britânicos. Desde junho de 1940 este grupo e milhares de outros americanos contribuíram com rifles esportivos, espingardas, armas curtas, binóculos e munição para a causa.[73] Graças às armas americanas encomendadas pelo governo britânico e a esses presentes, os um milhão e meio de homens da Guarda Doméstica foram rapidamente armados “em uma escala de um rifle para cada dois homens.” Com essas armas, um estudo oficial confirmou, o país “estava apto a enfrentar com confiança a ameaça de uma invasão imediata.”[74] Ainda assim os temores de equipar números crescentes de homens com armas continuou, e em fevereiro de 1941 o Parlamento foi lembrado de que “a Guarda Doméstica não poderia lutar contra uma metralhadora com uma clava ou com uma

lança.” E em maio de 1945 o governo ainda pedia aos civis que dessem ou vendessem suas armas curtas automáticas “porque tais armas não eram fabricadas no Reino Unido e o governo confiava nos Estados Unidos e em proprietários civis deste país para atender suas necessidades.”[75] Uma vez que os membros da Guarda Doméstica compunham uma unidade militar a serviço da Coroa, eles foram isentos da necessidade de obter um certificado de arma de fogo.[76] Em 4 de dezembro de 1941, três dias antes de Pearl Harbor, o Escritório de Guerra aceitou um presente, com gratidão, de revólveres para a Guarda Doméstica das pessoas do estado de Nova Iorque.[77] Mais tarde, naquele mês, as armas provenientes do Comitê Americano para a Defesa dos Lares Britânicos foi presenteado a um batalhão londrino.

Enquanto os britânicos se voltaram para armar os civis na emergência, ao menos um americano presente duvidava que o mesmo funcionaria nos Estados Unidos. Ao ser perguntado sobre suas opiniões a respeito do uso da Guarda Doméstica, uma milícia de cidadãos, o General Raymond E. Lee, baseado na Grã-Bretanha em 1941, respondeu:

o sistema Britânico, em sua opinião, não era para nós.

Qualquer que fosse a utilidade e a sensatez de entregar armas letais em grandes quantidades para o cidadão ou trabalhador comum deste país [Grã-Bretanha], em sua opinião, nós não podemos pensar em fazer o mesmo nos Estados Unidos. É claro, há muitos lugares onde isso funcionaria, mas o problema é que não se poderia fazer discriminação, e como seria ter miríades de estrangeiros, pessoas suspeitas, grevistas, Comunistas, e bandidos que se veriam com rifles e metralhadoras em suas mãos em Pittsburgh, Jersey City, Detroit, Fall River e outros centros de dissensão e subversão.[78]

A resposta de Lee é particularmente irônica dadas as contribuições de armas que a Guarda Doméstica recebeu de indivíduos americanos e o número de armas privadas nas mãos dos cidadãos de ambos os países, tanto à época como hoje.

Com a sobrevivência nacional em jogo, o governo Britânico se preocupou menos com uma Guarda Doméstica armada do que com o colapso da moral entre a população em geral. Em outubro de 1940 os membros da Guarda Grenadier de Wanstead[xxv] receberam ordens para permanecer em prontidão “para ajudar a polícia caso algum tumulto ou bombardeio severo aconteça na fronteira leste de Londres.”[79] Nenhum tumulto aconteceu.

Pelo contrário, o Home Office descobriu que muitos londrinos sentiram um “leve desgosto” quando o foco dos ataques aéreos mudou para outros lugares.

A farta distribuição de armas de fogo entre 1939 e 1945 aumentou o crime armado? Muito pelo contrário, durante a guerra o crime diminuiu apesar do número enorme de militares agregados na Inglaterra durante a montagem da invasão da Normandia. Na área de Londres houve menos crimes em 1940 do que em 1939, e menos em 1941 do que em 1940. Roubos de carros caíram “para quase nada”, o roubo de bicicletas diminuiu e, possivelmente como consequência do apagão, os roubos durante a noite declinaram dramaticamente. O *Evening Standard*, em reportagem do final de 1941, mostrou um aumento na violência casual, mas as mulheres quando saíam sozinhas à noite alegavam que não estavam em perigo.[80] Os crimes violentos que ainda aconteciam continuaram com o “aspecto duradouro” da associação próxima com o álcool.[81] A guerra causou alguns novos problemas criminais. Já na época próxima ao seu fim quase um décimo dos crimes de Londres eram atribuídos a desertores. Em 1942, moradores de rua vagavam pelas ruas. Três canadenses desertores e armados roubaram um banco na Praça Leicester. Este incidente levou a uma operação policial na qual os papéis de cerca de 1.400 pessoas foram examinados, levando a 100 prisões. Apesar das alegações de que os padrões morais se deterioraram durante a guerra, o crime que ocorreu tem sido descrito não como uma onda de crimes, mas como “uma ondulação de crimes.”[82]

Paz e desarmamento

Com o retorno da paz o alvo do governo foi mais uma vez remover as armas das mãos privadas. Foram feitos esforços para assegurar que as armas guardadas como lembranças pelos homens que serviram na guerra não fossem trazidas de volta à Grã-Bretanha. Mesmo assim, em 1946, quando foi oferecida uma anistia de seis semanas para permitir que as pessoas rendessem armas mantidas ilegalmente, em torno de 75.000 armas foram entregues, incluindo 59.000 armas curtas e 1.580 metralhadoras ou submetralhadoras.[83] Com a paz veio a aplicação vigorosa de controles severos sobre certificados de armas de fogo, seguindo a modificação silenciosa de 1937. A troca abrupta deve ter sido desconcertante. O secretário do interior foi logo coberto com perguntas sobre as falhas da

polícia na renovação de certificados vencidos. Em 17 de outubro de 1946 sua resposta deu ao Parlamento um raro vislumbre público das diretivas secretas do governo: “Eu não consideraria o apelo de que um revólver é desejado para a proteção de um familiar ou da propriedade do requerente como algo que necessariamente justifique a emissão de um certificado de arma de fogo.”[84] Casos individuais, principalmente aqueles de requerentes endinheirados que apelaram da decisão que lhes negava o certificado, pipocaram nos jornais. Em janeiro de 1946, apenas alguns meses depois do fim da guerra, o Coronel Sir Frederic Carne Rasch, um delegado tenente de Essex e presidente do Juizado de Chelmsford, apelou sobre a recusa feita pelo chefe de polícia de Essex, o Capitão F. R. J. Peel, em renovar um certificado de armas de fogo que permitia a Rasch comprar munição. Rasch disse ao comitê de apelação que ele havia recebido a permissão para manter uma arma curta .45 para proteção. “Eu vivo em uma casa bastante grande com minha esposa. Ela fica num local isolado. Não há um chalé dentro de 200 jardas. Eu tenho mais de 67 anos e, portanto, não tenho muita utilidade para meus pulsos. Pouco tempo atrás uma casa foi invadida em minha vizinhança e uma pessoa ficou bastante ferida.”[85] Rasch venceu a apelação. Em janeiro de 1951 a Corte Divisional de Reading[xxvi] discutiu a questão de ser ou não uma boa razão dentro do significado da Lei das Armas de Fogo um chefe de família possuir armas de fogo e munição para proteger a si mesmo e sua propriedade contra assaltantes armados. Nesta instância o chefe de polícia de Reading apelou contra a decisão de registrador das Sessões Trimestrais de Reading, que anulou sua decisão e permitiu a Sir John Henry Maitland Greenly ter uma permissão para comprar munição para sua arma curta automática.[86] O advogado do chefe de polícia, um Sr. Glazebrook, disse que ele não acreditava que a razão de Sir John Greenly para querer munição – proteger sua casa e sua propriedade – fosse boa, embora fosse a mesma razão descrita em 75 por cento dos pedidos. O Lorde Juiz Chefe respondeu que a questão dependia de circunstâncias individuais, sobre as quais Glazebrook apresentou a justificativa invocada pelo porta-voz do governo daquele dia até hoje: “ao mesmo tempo em que não armar a si mesma era uma política da polícia, e para prevenir que os ladrões se armassem, havia uma boa razão para que os chefes de família não fossem armados.” O juiz chefe respondeu, “Se os criminosos mudassem sua política e não saíssem armados, aí seria

uma boa razão.” Glazebrook replicou que uma minoria de criminosos andavam armados. “Mais ainda”, ele continuou, “esse tipo de coisa poderia prover arsenais dos quais os criminosos se abasteceriam.” O juiz chefe e seus dois colegas não foram persuadidos e negaram a apelação ao chefe de polícia, adicionando que esse era um assunto sob critério do mesmo, mas o requerente tinha o direito de apelar nas sessões trimestrais.

O incidente levanta dois pontos interessantes. Primeiro, os juizados e 75 por cento dos requerentes não tinham conhecimento de que o Home Office estava instruindo a polícia a negar os certificados para armas a quem alegasse proteção para os seus e para a propriedade. E segundo, a justificativa de Glazebrook para a negação, de que a polícia andava desarmada, ignora a razão de seu próprio desarmamento. Não era para persuadir os criminosos a cometerem delitos sem usar armas. Havia leis que puniam severamente criminosos que carregassem armas durante o cometimento de um delito. A polícia andava desarmada porque o povo inglês do século dezenove não tolerava o estabelecimento de uma polícia armada. Apesar do ceticismo da Corte Divisional de Reading, a noção de que não convém a uma força policial desarmada confrontar-se com criminosos armados e de que estes poderiam roubar armas de cidadãos obedientes à lei tem se tornado um argumento para desarmar o público.

Uma ilustração adicional do escrutínio obsessivo da polícia sobre as armas de fogo privadas é o caso do Xerife Hamilton em Dunfermline, que recusou a apelação do Coronel Gavin Brown Thomson of Fife contra o chefe de polícia, que lhe havia recusado a permissão de levar um rifle esportivo para a Alemanha, onde ele ficaria lotado, nas bases de que constituiria uma “exportação de armas de fogo” da Inglaterra para a Alemanha.[87]

O retorno da paz não produziu uma erupção de crimes relacionados a armas, apesar dos temores desse efeito tão falados no Parlamento de tempos em tempos. Em resposta a uma pergunta sobre essa questão em novembro de 1952 o lorde chanceler forneceu números para casos no distrito da Polícia Metropolitana nos quais as armas de fogo estavam presentes, mas não necessariamente envolvidas. Esses números foram os seguintes: 1948, 48; 1949, 28; 1950, 39; 1951, 14; e pelos primeiros nove meses de 1952, 17. Embora Lorde Lawson tenha murmurado que “Indubitavelmente, a mente pública é muito perturbada sobre esta questão no presente momento”, os

números na verdade mostraram uma taxa declinante do crime armado. [88] Nem pela primeira nem pela última vez, a atenção da imprensa havia criado uma impressão contrária ao estado real de coisas.

Olhando para trás, para a primeira metade do século vinte, que conclusões podemos traçar sobre a relação entre armas de fogo, violência, e a lei na Inglaterra? Diversos pontos importantes parecem claros. Primeiro, a taxa de crime armado estava extremamente baixa no começo do século, e continuou a cair. O crime armado e violento era raro e se tornando cada vez mais raro. A disponibilidade fácil das armas de fogo antes de 1920, na verdade a disponibilidade das armas nos séculos anteriores, não aumentou o crime armado e pode mesmo ter detido o crime, já que os civis armados tinham a responsabilidade de manter a paz. Segundo, a Lei das Armas de Fogo de 1920, que tirou o direito tradicional dos indivíduos de possuir armas, não foi aprovada para reduzir ou prevenir o crime armado ou acidentes com armas. Ela foi aprovada porque o governo estava com medo de uma rebelião e desejava controlar o acesso às armas. Este foi um objetivo que se manteve por um longo tempo. Não obstante, em tempos de graves perigos nacionais tais como a Primeira e a Segunda Guerra mundiais, o governo armou a população para que pudessem proteger o estado e eles mesmos. A Guarda Doméstica da Segunda Guerra Mundial teve um milhão e meio de membros. Eles não abusaram de tal confiança. Todavia, uma vez que a emergência havia passado, as administrações ansiaram em remover novamente as armas das mãos privadas. Os governos ingleses queriam há tempos, e conseguiram finalmente, total arbítrio sobre quais ingleses poderiam se armar. A noção antiga de que as pessoas tinham um dever de proteger a si mesmas e seus vizinhos, tão central como parte da aplicação da lei na Inglaterra e da constituição Inglesa por tantos séculos, foi revertida. O governo, em seu controle cada vez maior de numerosos aspectos da vida da comunidade, agora achava que as armas não eram apropriadas para a defesa própria. A segurança pessoal poderia e deveria ser deixada a cargo do estado. Civis e policiais desarmados poderiam convencer criminosos de que não era necessário carregar armas. Era uma aposta séria, mas uma que o Parlamento estava preparado para aceitar sobre a suposição de que indivíduos obedientes à lei, como eles mesmos, ainda poderiam andar armados, e sobre a premissa mais precisa de que o crime armado era insignificante.

xxiii *Lockout* é um termo em inglês que designa um impedimento de trabalho aos funcionários de uma indústria por iniciativa do empresário. É um recurso utilizado historicamente em grandes disputas com sindicatos. Durante um *lockout* o empresário pode contratar funcionários temporários e impedir a entrada dos funcionários do quadro, enquanto durar a disputa – NT.

xxiv A Guerra dos Bôeres consistiu em dois conflitos armados na atual África do Sul, entre o exército britânico e os colonos de origem holandesa e francesa, conhecidos como “bôeres”. Ao final da guerra, os bôeres ficaram sob domínio britânico – NT.

xxv A Guarda Grenadier é um regimento de infantaria do exército Britânico. É o regimento mais sênior da Divisão de Guardas, sendo assim também o mais sênior dos regimentos de infantaria. Sua origem remonta ao século XVII, e o nome Grenadier foi dado após as Guerras Napoleônicas, por proclamação Real em julho de 1815. Existe até os dias de hoje como regimento ativo e operante – NT.

xxvi As Cortes Divisionais inglesas são cortes onde atendem no mínimo dois juízes. Geralmente são cortes que atendem apelações e revisões de casos. Neste caso a referência é a corte presente na cidade de Reading, no sudeste da Inglaterra – NT.

1953-2000: SOMENTE OS CRIMINOSOS POSSUEM AS ARMAS

Há uma atitude policial facilmente identificável no tocante à posse de armas por membros do público. Toda dificuldade possível deve ser colocada em seu caminho. Nenhuma documentação pode ser tão rígida, e nenhuma exigência de segurança tão arbitrária, a ponto de prevenir que as armas cheguem às mãos dos criminosos.

– Revisão da polícia, 8 de outubro de 1982

A Inglaterra não é mais um reino pacífico. Estudiosos da criminologia traçaram um longo declínio da violência interpessoal desde o final da Idade Média até uma reversão abrupta e enigmática acontecida na metade do século vinte.[1] Na verdade, um estudo de 1997 comparando as taxas de criminalidade em onze países industrializados mostram os números da Inglaterra e do País de Gales entre os mais altos.[2] E uma comparação estatística do crime na Inglaterra e no País de Gales com o crime na América, baseada em números de 1995, descobriu que para três categorias de crime violento – assaltos, roubos e furtos – os ingleses estão correndo um risco muito maior do que os americanos (veja Figura 1). Ao passo que nos Estados Unidos houve 8,8 assaltos por 1.000 pessoas em 1995, na Inglaterra e País de Gales houve 20 assaltos por 1.000. Furtos na Inglaterra e Gales foram 1,4 vezes mais altos que nos Estados Unidos e com muito mais chances de acontecer enquanto os moradores estão em casa. Os roubos foram praticamente o dobro da taxa americana. Embora os números de estupros e homicídios ainda sejam substancialmente mais altos nos Estados Unidos, lá eles têm caído bruscamente desde 1992, enquanto que na Inglaterra as taxas têm aumentado firmemente.[3]

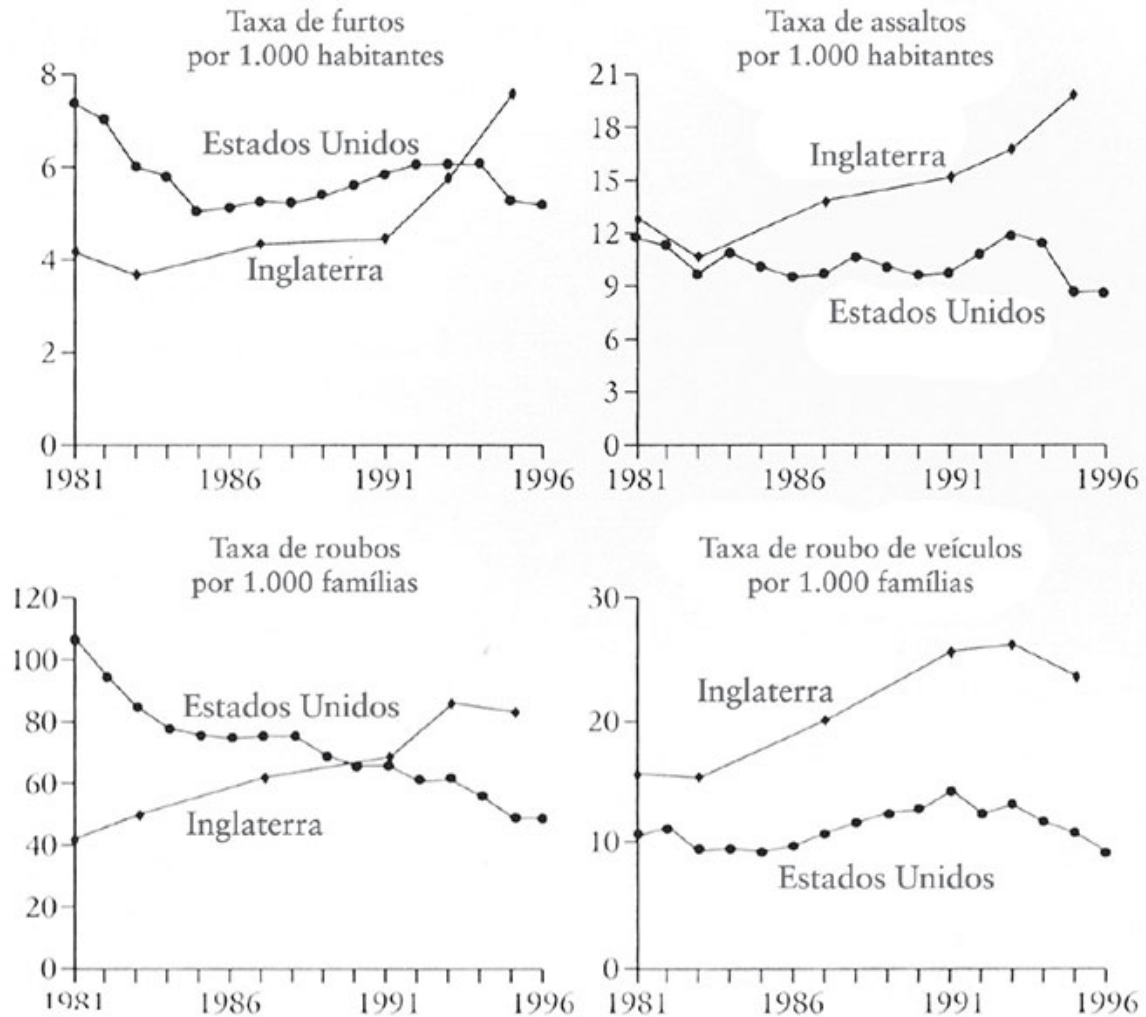


Figura 1. Taxas de crimes selecionados na Inglaterra (incluindo o País de Gales) e nos Estados Unidos, 1981-1996. Fonte: Patrick A. Langan e David P. Farrington, *Crime and Justice in the United States and in England and Wales, 1981-96* (Washington, D.C.: U.S. Department of Justice, Bureau of Justice Statistics, 1998), p.2.

Qual o papel das armas de fogo nessa virada aguda para cima na violência? As armas eram livremente disponíveis durante os muitos anos de declínio acentuado dos níveis de violência, mas raramente eram usadas em casos passionais. Poucos assassinatos eram premeditados, e aqueles cometidos “no calor do momento” geralmente eram perpetrados usando objetos presentes

no entorno ou mãos e pés. Embora as armas tenham raramente contribuído para o crime violento, elas podem ter ajudado a colocá-lo em cheque ao deter possíveis ladrões e assaltantes. Em contraste, a violência cresceu conforme as restrições a armas de fogo e outras armas potenciais se tornaram mais severas. Conforme o número de armas de fogo legalizadas foi diminuindo, o número de crimes armados foi aumentando. As armas nas mãos dos ingleses comuns e cumpridores da lei eram raramente usadas com propósitos criminais. As armas ilegais nas mãos dos criminosos modernos têm sido cada vez mais usadas para isso. A Polícia Metropolitana de Londres, nos primeiros seis meses de 1991, registrou 1.431 delitos indiciáveis nos quais estavam envolvidas armas de fogo, a maioria dos quais eram roubos armados.[4] Tais números levantam uma porção de questões, sendo as mais prementes como esse aumento da violência se deu e que políticas o governo tem usado, claramente sem sucesso, pelos últimos cinquenta anos. Eu não posso responder ao problema mais vexatório, por que os ingleses se tornaram mais brutos uns com os outros, mas me concentrarei no objetivo mais modesto de afirmar a relação entre as armas de fogo, a lei e o crime violento.

A escalada da taxa de criminalidade

O renomado criminologista Sir Leon Radzinowicz, num triste devaneio em 1977 sobre “o grande crescimento do crime em todo lugar,” escolheu a Inglaterra como “um bom ponto para começar.” Ele lembrou que havia descrito, em 1959, as estatísticas criminais para a Inglaterra e País de Gales como “cruéis e implacáveis em sua monotonia ascendente.” Naquela época o volume de crimes registrados anualmente havia crescido de metade para três quartos de milhão de delitos em apenas 10 anos. Esse ritmo rápido foi rapidamente eclipsado: “Nós passamos a marca de um milhão em apenas cinco anos”, ele relatou, e em 1977 “o total anual excede dois milhões.” Olhando de outra maneira, em 1900 a polícia da Inglaterra e do País de Gales havia registrado menos de 3 crimes para cada 1.000 pessoas; em 1974 os registros foram de quase 4 crimes para cada 100 pessoas, treze vezes mais delitos indiciáveis.[5]

Com 1901-1905 servindo como linha de base para os crimes de violência, ferimentos dolosos subiram 174 por cento até 1938 e 386 por cento até 1948. Assassinatos cresceram 74 por cento até 1938 e 110 por cento até

1948; ferimentos criminosos aumentaram 127 por cento até 1938 e 194 por cento até 1948; e os roubos subiram 117 por cento em 1938 e 449 por cento em 1948.[6] É claro que a década de 1930 foi um período de profunda depressão econômica, e 1948 foi logo após o final da Segunda Guerra Mundial, ambos períodos típicos de aumento da criminalidade. Mas de 1948 a 1963 os números subiram ainda mais, freqüentemente de forma mais acentuada. A taxa de assassinatos caiu um pouco depois de 1948, mas em 1961 já estava 94 por cento acima do início do século, e em 1963, 98 por cento acima. Ferimentos criminosos aumentaram 440 por cento até 1961 e 450 por cento até 1963. O crescimento dos ferimentos dolosos foi ainda mais acentuado – 1.520 por cento acima até 1961 e 1.779 por cento até 1963 – e os roubos cresceram 959 por cento até 1961 e 1.013 por cento até 1963. Essas tendências continuaram. Os crimes de contato para os anos de 1991-1995 aumentaram em 60 por cento nas áreas rurais, em 48 por cento nas áreas urbanas, e em impressionantes 91 por cento nas cidades do interior.[7]

Radzinowicz encontrou aumentos similares na década de 1970 na Alemanha, França, Suécia e Holanda, e sugeriu várias causas – “um reflexo de afluência”, mais oportunidades para o crime, mais anonimato, ruptura social.[8] Nem Radzinowicz e nem outros criminologistas citaram a disponibilidade de armas de fogo ou outras armas como um fator tanto causador ou inibidor do crime.[9] Em 1954, havia apenas doze casos de roubo em Londres, nos quais uma arma de fogo tivesse sido usada, e olhando mais a fundo, oito desses eram casos de “supostas armas de fogo.”[10] Mas os roubos armados em Londres aumentaram de 4, em 1954, quando não havia controle sobre espingardas e o dobro de proprietários de arma curta licenciados, para 1.400 em 1981 e 1.600 em 1991.[11] Em 1998, um ano após o banimento de praticamente todas as armas curtas, o crime armado havia subido mais 10 por cento.[12] Os assassinatos com armas caíram em 1999, de uma média de 62 por ano para 54 por ano; e os roubos armados declinaram juntamente com os roubos em geral. Mas apesar do novo banimento das armas curtas o número de incidentes de “armas utilizadas para a violência contra pessoas” continuou crescendo firmemente,

levando a Casa dos Comuns a emitir um relatório lamentando “uma tendência geral de crescimento no mal uso das armas de fogo.”[13]

Lei, desordem e segurança pública

Para entender a abordagem que o governo Britânico tem usado para lidar com o crime violento e com o direito do indivíduo à defesa própria, é importante lembrar os problemas que ele enfrentou após a Segunda Guerra Mundial. Muitos poderes governamentais do período de guerra – tais como o controle sobre alimentos e preços, e sobre exportações – continuaram por alguns anos. O racionamento de comida, por exemplo, permaneceu em vigor até 1953. O governo Trabalhista sentiu-se compelido a separar os problemas principais, e havia problemas de sobra na Inglaterra pós-guerra. Em resposta a uma séria de crises econômicas, o governo promoveu o desenvolvimento regional para áreas especialmente afetadas. Entre 1945 e 1951 foram construídas 1,35 milhões de casas.[14] Algumas indústrias incluindo a do aço foram nacionalizadas. O governo lançou uma variedade de programas que criaram um estado de bem-estar verdadeiro. A Lei do Abono Familiar concedeu às famílias um pagamento semanal para todas as crianças, exceto o primogênito, ao mesmo tempo em que o público era protegido contra os caprichos da vida pela Lei do Seguro Nacional, pela Lei das Lesões Industriais, e pela Lei do Seguro-Saúde Nacional. O padrão de vida para uma boa parte da população ascendeu a novos níveis de conforto. Talvez por ter comandado com sucesso grande parte da economia durante a guerra, e por ter alargado sua autoridade em muitas áreas depois, talvez por sua atenção ao bem-estar do indivíduo do berço ao túmulo, quando a questão era o crime e a proteção individual o governo não tinha remorsos em insistir que tinha o que era preciso para manter o monopólio no uso da força. Onde o bem maior estava em jogo, um público desarmado deve ter parecido mais importante do que qualquer segurança individual. Coincidentemente, esse novo poder ajudaria a suprimir as perturbações internas – que podem ter sido, como em 1920, o objetivo real. Em nenhuma proporção, o público inglês, acostumado com o governo cuidando de tantos aspectos de suas vidas, não pereceu nem surpreso e nem inclinado a protestar contra.

Períodos pós-guerra produzem taxas de criminalidade comumente mais altas, e os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial não foram exceção. Não obstante, os homens e mulheres ingleses sentiram que havia

um elemento novo e preocupante neste aumento. Aquilo que se tornou conhecido como delinqüência juvenil estava em alta, e a culpa foi jogada sobre uma geração criada durante o trauma da guerra. Esses novos infratores eram freqüentemente organizados em gangues armadas com correntes, socos-ingleses e canivetes. Em novembro de 1948 a Casa dos Lordes ponderou sobre o mundo transformado que era a Inglaterra pós-guerra. O *The Times* relatou a discussão sob a manchete “Causas e Cura do Crime: Padrões Morais na Vida Nacional.” Os subtítulos para as declarações mostram a essência da matéria: “Virtudes Singelas Desaparecendo”, “Um Problema Moral”, “Números Graves para 1948”, “Falta de Respeito pelas Cortes.” Os Lordes estavam alarmados pelo grande aumento no crime entre 1938 e 1947, especialmente com a alta porcentagem de crimes cometidos por pessoas menores de vinte e um anos de idade. Eles geralmente concordavam sobre as causas: primeiro veio a guerra, depois o aumento do custo dos bens que fazia valer a pena roubá-los, a “ruptura da vida doméstica”, e finalmente “a crescente perda de respeito pela lei.” O Visconde Simon adicionou “um respeito decrescente pelo respeito aos direitos do indivíduo no tocante à propriedade privada.” Em sua resposta o lorde chanceler focou na perda de respeito pelas cortes, especialmente pelas cortes juvenis, e identificou um problema com sua abordagem: “Havia uma idéia de que cada criança com a qual lidávamos tinha o direito a um primeiro delito, da mesma maneira que se costumava dizer que um cão tinha direito a uma primeira mordida.” Então ele adicionou “um outro fator de imensa importância [...] de que grandes áreas não podiam mais alegar verdadeiramente que eram um país Cristão.” Parece que ele tinha em mente o número crescente de divórcios. Os Lordes concordaram que o Home Office, o Ministério da Educação e os líderes da Igreja deveriam trabalhar juntos para lidar com o problema.[15] Se tais reuniões realmente aconteceram, elas falharam em levar a Grã-Bretanha de volta a ser um reino pacífico.

O governo Britânico estava plenamente preparado para consertar antigas políticas e adotar outras novas em nome da prevenção ao crime. As estratégias governamentais desde a década de 1950 até o presente momento[xxvii] têm combatido o problema em três direções: desarmar a população, tratar os infratores juvenis com leniência, e reduzir as sentenças

de prisão e o efetivo da polícia, ambos com o objetivo de cortar custos. Todas as três táticas parecem ter abastecido o aumento do crime violento. A primeira delas, a monopolização de uso da força pela polícia, tem a relevância mais imediata na relação entre o crime violento e a propriedade privada de armas.

Desarmando as pessoas

O desarmamento da população estava em pleno andamento por volta de 1950, graças a interpretações ainda mais restritivas da Lei das Armas de Fogo de 1920. Uma série de instruções secretas dadas à polícia pelo Home Office continuaram a reduzir o número de razões aceitáveis para se receber uma permissão de propriedade de arma. As instruções de 1937 haviam advertido: “Como regra geral as requisições para posse de armas de fogo para proteção pessoal ou do lar devem ser desencorajadas com base no fato de que as armas de fogo não podem ser consideradas como um meio adequado de proteção e podem ser uma fonte de perigo.” [16] Em 1964 um outro conjunto de instruções afirmou: “Difícilmente deve ser necessário que alguém possua uma arma de fogo para proteção de sua casa ou pessoa [...] este princípio deve se manter válido mesmo em casos de bancos e firmas que desejem proteger bens ou grandes quantidades de dinheiro; apenas em casos muito excepcionais uma arma de fogo deve ser usada para propósitos de proteção.” Cinco anos depois as instruções do Home Office proclamaram: “Jamais deve ser necessário que alguém possua uma arma de fogo para proteção de sua casa ou pessoa.” [17] Desde 1969 o número de certificados emitidos para outros propósitos que não o de defesa – geralmente esporte – também foram deliberadamente cortados, novamente como resultado de uma política secreta do Home Office. De 1989 a 1996, por exemplo, enquanto a população e o crime cresceram o número de pessoas com certificados caiu 20 por cento. [18] As instruções do Home Office sobre os critérios para se emitir um certificado de arma se mantiveram confidenciais até 1989, apesar de um relatório de 1972 que questionava se as decisões de conceder certificados, “uma matéria de importância considerável para o público em geral”, deveria continuar “uma matéria de decisão individual dos oficiais chefes e das cortes” e reclamando que os critérios “não estava demonstrados em nenhum estatuto ou outro instrumento legal.” [19] Não houve debate ou consulta pública em nenhum estágio da implementação da

política do Home Office, que contrariava a intenção da Lei das Armas de Fogo e removiu efetivamente o direito de 1689, de que os ingleses tivessem armas para sua defesa própria. A única razão que era aceita para se ter uma arma de fogo eram os esportes de tiro, e os esportes não são protegidos constitucionalmente. Em 1997, N. P. Chinball, secretário provado das Cortes Reais de Justiça, esclareceu a situação legal ao ser perguntado se a Carta de Direitos ainda estava inteiramente em vigência. Ele destacou que, embora houvesse emendas a algumas provisões na Carta de Direitos, “A provisão particular que permitia a súditos protestantes possuir armas para sua defesa, adequadas à sua condição e conforme permitida pela lei, não havia sido emendada, mas é algo certamente sujeito às inúmeras restrições sobre o direito de possuir armas de diferentes tipos, incluindo armas de fogo contidas em legislações subseqüentes.” Chinball adicionou que o uso de armas de fogo “somente com propósitos esportivos não é protegido pela Carta de Direitos.”[20]

O governo e o serviço civil usaram bases legais válidas quando alteraram a intenção de um estatuto e eliminaram um direito constitucional sem uma emenda legislativa? T. S. R. Allan, em um ensaio penetrante sobre a administração da lei, escreve: “A totalidade de nossa lei pública [...] pressupõe a visão de que os poderes estatutários dos oficiais e autoridades públicas são confinados pelas palavras do estatuto relevante, apropriadamente interpretado. Ninguém deve ser obrigado a agir de modo contrário a seus próprios desejos – seja para o bem público ou para seu próprio – só porque os ministros ou oficiais do governo acham que seja desejável.”[21]

A despeito dos controles do governo sobre as armas de fogo, as noções antigas da lei comum de defesa própria e do dever real de intervir para proteger os outros permaneceu na força e na mente. Dois estatutos, a Lei de Prevenção ao Crime de 1953 e a Lei Criminal de 1967, alteraram a lei por trás daqueles conceitos tradicionais, talvez para sempre. Sermões repetidos do governo sobre a idiotice de se tomar uma atitude independente diante de um assalto contra si mesmo ou contra outros, e da necessidade de recorrer aos especialistas – a polícia – para tais assuntos, fez o que faltava.

O governo revelou essa nova abordagem, alinhada com suas pretensões e poderes expandidos, em 1953, com o Projeto de Lei da Prevenção ao Crime.

Este foi designado para banir o porte público de qualquer arma de ataque, ou potencialmente de ataque, e para transferir à polícia a responsabilidade pela proteção dos indivíduos. O primeiro debate parlamentar sobre a medida aconteceu em 26 de fevereiro, quando chegou à Casa dos Comuns para sua segunda audiência. O secretário de estado para o Home Office, Sir David Maxwell Fyfe, argumentou que o público estava chateado com o nível de crime violento que ele alegava ser “aproximadamente o triplo da taxa pré-guerra.” Apesar de concordar que “muitos desses crimes não envolvem necessariamente o uso de armas de ataque”, a lei se focou exclusivamente em tais armas. Os governos ingleses já estavam há bastante tempo buscando proibir indivíduos de carregarem armas de fogo em locais públicos, mas a nova abordagem foi bem além desse objetivo e foi, como Fyfe mesmo admitiu, “drástica.” [22] Com o objetivo declarado de prevenir o crime, a lei proibiu o porte de qualquer tipo de arma ou de arma potencial “sem autorização legal ou desculpa razoável.” Um policial poderia prender sem mandado qualquer pessoa em quem ele achasse “causa razoável para acreditar que cometeria um crime” sob a lei, se ele “não estivesse satisfeito com a prova de identidade da pessoa ou de seu local de residência, ou se tivesse razões para acreditar que era necessário prender a pessoa para prevenir o cometimento de qualquer outro delito no qual a arma de ataque pudesse ser usada.” [23]

As definições eram cruciais. “Local público” foi definido como qualquer rodovia ou lugar para o qual o público tivesse permissão de acessar num determinado momento. A definição de “arma de ataque” era mais complexa. Havia três categorias: as primeiras duas eram artigos “feitos ou adaptados para o uso para causar danos à pessoa”, a terceira, mais vaga, qualquer artigo “pretendido de ser usado pela pessoa que o carrega para tal propósito.”

A lei não somente estendeu grandemente o poder da polícia e abriu caminho para as prisões arbitrárias, mas também, como na lei da vadiagem, ela deslocava para a pessoa presa o fardo da prova de sua inocência. Isto, junto à confusão causada pela terceira categoria das chamadas armas de ataque – artigos comuns carregados com o propósito de ferir uma outra pessoa – causaram um desânimo considerável. Fyfe insistia repetidamente que o cidadão de bem não tinha nada a temer. A lei era para sua proteção. “Nós temos”, ele lembrou aos Comuns, “uma tradição longa e honrosa que

repousa na confiança derivada da experiência do bom senso e julgamento da polícia: e além da polícia estão as cortes que, podemos ter certeza, não irão condenar ninguém de forma frívola ou vexatória sob esta Lei.” Fyfe foi rigorosamente questionado sobre sua controvérsia à respeito do aumento agudo dos crimes violentos. Apenas duas semanas antes o governo havia derrotado um esforço de se reestabelecer a punição corporal para alguns tipos de crimes violentos ao insistir que as taxas de criminalidade estavam declinando. E, embora um membro considerou a lei como “apenas mais uma extensão das leis de armas de fogo”, muitos outros foram atingidos “pela ampliação de forma relevante do poder concedido à polícia.” Quatro objeções foram levantadas repetidamente tanto na Casa dos Comuns como na dos Lordes:

Ela criou um novo crime, até agora desconhecido pela lei.

Ela deu novo poder em certas circunstâncias para prender uma pessoa, sem garantia, em uma rua pública.

Ela foi vaga em alguns de seus termos.

Ela colocou o fardo sobre uma pessoa que pode ser inocente, de estar perante a corte e provar sua inocência.

Como um Membro do Parlamento por Southgate resumiu, a lei “em alguns aspectos vai contra todos os nossos conceitos de justiça – ou seja, ao presumir que alguém é culpado antes que seja provado – nos ofende de muitas maneiras.” Seria muito melhor e mais simples, destacou um outro Membro do Parlamento, imputar uma pena maior depois de terminado o julgamento no caso de uma arma ter sido usada ou carregada. [24] É significativo que em vez de tomar esse caminho, o governo preferiu banir do público o porte de qualquer item de uso para defesa própria. Mais ainda, qualquer artigo carregado para defesa foi dali em diante classificado como arma de ataque com intenção de causar dano. Uma vez que os indivíduos não têm mais a permissão de defender a si mesmos, o fardo de sua proteção foi deixado totalmente para a polícia. Os ministros jamais explicaram porque essa reversão dramática de séculos de lei comum era preferível a impor uma penalidade maior a criminosos que usassem suas armas. Sua decisão é ainda mais excepcional considerando que antes de 1953 o uso criminoso de armas de fogo e outras armas de ataque era insignificante. [25] Durante o primeiro debate, os Comuns gastaram pouco tempo considerando o impacto da lei sobre o direito básico de defesa própria e o

que isso poderia implicar na taxa de criminalidade. O assunto veio à tona duas vezes, mas foi rapidamente dispensado. O Sr. Bell, um advogado, colocou o exemplo de um homem em posse de um “objeto neutro” tal como uma bengala para se defender em caso de um possível ataque, mas concluiu: “Eu não creio que essa categoria pequena de casos irá trazer muitas dificuldades.” Um representante da Irlanda do Norte, o Tenente Coronel H. M. Hyde, contou sobre uma mulher que trabalhava na Casa dos Comuns, cuja rota para casa passava pelo meio de um matagal onde alguns ataques haviam acontecido. Ela havia se armado com uma agulha de tricô e apenas um mês antes conseguiu afugentar um jovem que tentou agarrá-la espetando a agulha “em uma parte macia do corpo dele.” Hyde perguntou se seria considerado um delito carregar uma agulha de tricô ou outros objetos para defesa própria. Foi solicitado ao procurador-geral, Sir Lionel Heald, que lidasse com a questão das pessoas inocentes, temerosas por sua segurança, que carregavam algum meio de proteção. Ele expressou sua crença de que “se num caso especial” alguém “realmente tem justificativa para carregar uma arma [...] porque vive num local solitário e tal [...] seria considerado que essa pessoa tem uma desculpa razoável” mas insistiu que “nós não devemos deixar de desencorajar o público em geral de sair com armas de ataque em seus bolsos, mesmo para sua proteção própria.” Ele adicionou: “É um dever da sociedade protegê-los, e eles não deveriam ter que fazer isso [...] o argumento da defesa própria é um ao qual não devemos atribuir muito peso.” [26] Esta foi uma declaração extraordinária dada a contenção do governo de que a lei era necessária para combater uma onda de crimes.

O conselho de Heath para que não se atribuisse “muito peso” à questão da defesa própria foi ignorada pelos Comuns em seu debate final, um mês depois. Michael Higgs ofereceu uma emenda para que nada na lei tornasse delito o ato de uma pessoa carregar uma arma cujo único propósito fosse a defesa própria ou de pessoas próximas contra um ataque criminoso. Ele perguntou se era a intenção do Parlamento que uma pessoa cujo único motivo fosse se proteger, ou proteger sua esposa e filhos, deveria ser processada e punida por carregar algum tipo de dispositivo para ataque. Embora o governo quisesse desencorajar as pessoas de carregar armas, mesmo para sua própria proteção, havia muitas pessoas na Inglaterra “que

podem ter boas razões para carregar algum meio de proteção para si mesmas.” Ele achava errado que “nesse assunto importante” se dependesse tanto dos fatos do caso e da razoabilidade dos magistrados, deixando que o acusado tenha que provar sua inocência. Ronald Bell, que secundou a emenda, argumentou que a defesa própria deveria ser retirada do alcance da lei. Ele ecoou o argumento de Blackstone sobre o direito natural da defesa própria, de que embora a sociedade devesse se empenhar na defesa de seus membros obedientes à lei,

não obstante alguém deve lembrar de que há muitos lugares onde a sociedade não pode estar, ou não pode estar a tempo. Nessas ocasiões um homem tem que se defender e defender aqueles que o acompanham. Não é de muito consolo que a sociedade chegue com grande atraso, recolha os pedaços, e puna o criminoso violento [...] Um Projeto de Lei desse tipo, que é para a prevenção do crime, não deve atingir as pessoas que não estão fazendo nada além de tomar precauções razoáveis para sua defesa e a daqueles que é seu dever proteger.

Fyfe, falando pelo governo, dispensou a preocupação sobre defesa própria como “um assunto normal na lei.” Mas, adicionou ele, o governo não “desejava apoiar a proposição de que é certo ou necessário para o cidadão comum armar-se em defesa própria. A preservação da paz da Rainha é função da polícia, e [...] seria lamentável se qualquer coisa fosse feita explicitamente, por estatuto, para desculpar ações que possam implicar na falta de habilidade das forças da lei e da ordem em manter a paz da Rainha.”[27]

A emenda foi retirada. Quando ficou claro que a lei seria aprovada, um outro membro pediu que ela não fosse permanente. “Este projeto de lei, que é incomum, que dá às autoridades poderes especiais e que joga o ônus da prova sobre o acusado, não é do interesse geral do povo Britânico, que tem os direitos tradicionais de liberdade.”[28] A proposta foi rejeitada.

Na Casa dos Lordes havia desde o início oposição e ceticismo profundo sobre a Lei da Prevenção ao Crime. Embora o governo concordasse que a lei não pararia criminosos determinados, ele insistia que os cidadãos cumpridores da lei não seriam incomodados. A polícia precisaria de uma causa razoável para acreditar que um cidadão estivesse carregando uma arma antes de abordá-lo, e poderia prendê-lo somente se não estivessem satisfeitos a respeito de sua identidade ou residência. Na visão do governo, carregar armas de ataque era algo “anti-social.” Os Lordes receberam então a

justificativa moderna para desarmar cidadãos cumpridores da lei: “quanto mais o cidadão comum se arma, maior é a desculpa que uma pessoa que deseja perpetrar algo ilegal tem para se armar e atingir seu objetivo.” O governo sentia que “a tarefa de proteger os cidadãos do país deveria ser deixada para a polícia.” Lorde Saltoun fez moção para que a discussão do projeto de lei fosse adiada por seis meses.[29] Ele concordava que os criminosos não prestariam atenção a essa lei, especialmente pelo fato de que as penas envolvidas eram pequenas, mas aqueles que respeitavam as leis seriam muito atingidos por tais penas. O objetivo de uma arma era ajudar a fraqueza na hora de lidar com a força, e era essa habilidade que a lei estava “fadada a destruir.” “Eu não creio”, ele adicionou, “que qualquer governo tenha o direito – embora eles possam muito bem ter o poder – de privar as pessoas, pelas quais são responsáveis, da defesa de si mesmas.” Ele advertiu, “a não ser que não haja apenas um direito mas também uma boa vontade fundamental entre as pessoas de defenderem a si mesmas, nenhuma força policial, por maior que seja, poderá fazê-lo.” Saloun tachou a posição do governo sobre defesa própria como “uma doutrina revolucionária” e citou a autoridade legal da obrigação do indivíduo não somente de se defender mas de ajudar a polícia quando solicitado.

Ao se declarar “de modo algum satisfeito com esse Projeto de Lei”, o Lorde Jowitt assumiu que falava por toda a Casa em seu aviso sobre “os poderes drásticos” dados à polícia. Saltoun sugeriu que a lei fosse feita anual para que o Parlamento pudesse avaliar seu funcionamento. O Lorde Derwent sustentou a posição de que qualquer artigo que fosse usado para defesa própria ficasse caracterizado como arma de defesa, e não de ataque e, como Jowitt, endossou a idéia de um limite de tempo. Outros concordaram. Uma vez que a lei era supostamente o resultado de um clamor público, ela pareceu a alguns lordes uma “legislação de pânico.” Conforme um lorde lembrou a seus colegas, “é uma das tarefas desta Casa tentar salvar a nação daquilo que possa ser uma loucura precipitada.” O lorde chanceler rejeitou a noção de que esta seria uma legislação de pânico e destacou que o secretário do interior havia considerado sobre a duração da lei e concluiu que “ela deveria ter lugar entre nossas leis permanentes.”[30] A emenda de Saltoun pedindo o adiamento do debate foi rejeitada por sessenta votos contra três.

Mais tarde, em abril, quando os Lordes se reuniram em um comitê, Saltoun fez moção para mais uma emenda, desta vez para inserir termos que permitissem às pessoas que sofrem de fraquezas corporais ou de enfermidades carregar uma arma para defesa própria.[31] Ele notou que na virada do século, quando “ninguém achava nada a respeito de um homem que tivesse que ir para casa à noite e carregasse consigo algo para se proteger”, Londres tinha muito menos crimes do que em 1953. Mas houve oposição ao escopo da emenda de Saltoun, e ele a retirou.[32]

Apesar de rejeitar essas emendas os Lordes permaneceram desgostosos com a lei. Em sua leitura final em 15 de maio, Lorde Jowitt esperava que eventualmente fosse possível revogá-la: “Eu posso somente esperar que o processo do tempo mostre que esses poderes são desnecessários.” O Lorde Saltoun fez um aviso final a seus colegas: “Esta Lei será aprovada e por conta disso repousará sobre os senhores Lordes a tarefa de observar cuidadosamente como o Governo irá lidar com as novas responsabilidades que assumiu, e se não estiverem satisfeitos, de levar à atenção pública de tempos em tempos.”[33]

A segunda transformação na lei comum sobre defesa própria surgiu a partir do impacto da Lei Criminal de 1967. O objetivo desse estatuto era sobrepujar a lei criminal pela abolição da antiga divisão de delitos entre crime e contravenção. Nesse processo, o padrão da lei comum, de que pessoas ameaçadas devem, em certas circunstâncias, recuar antes de recorrer à força letal, foi alterado. Em vez disso a lei simplesmente autorizou a pessoa a usar tal força “conforme for razoável nas circunstâncias” para prevenir um crime ou ajudar na prisão de criminosos ou de suspeitos.[34] Embora a lei não fizesse referência ao direito de defesa própria contra um ataque injustificado, ela modificou a lei comum de modo específico. Conforme interpretação das autoridades legais modernas, as “regras técnicas sobre o dever de recuar” anteriores haviam sido suplantadas e essa questão era agora “apenas um fator a ser levado em consideração ao se decidir se era necessário usar a força ou se a força usada era razoável.”[35] A Corte de Apelação formulou a regra atual conforme abaixo:

A lei, como nós a compreendemos, não diz que uma pessoa ameaçada tenha que sair correndo [...] mas o que é necessário é que ela demonstre por suas ações que não desejava lutar. Ela deve demonstrar que está preparada para ganhar tempo e se desembaraçar e talvez estar preparada para algum recuo físico, e isto é necessário como

uma característica para que a justificativa da defesa própria seja verdadeira [...] seja a acusação de homicídio, seja de algo menos sério.[36]

Esta revisão parecia fortalecer os direitos daqueles que matam ou ferem alguém em defesa própria, mas acabou acontecendo o inverso. Tudo se voltou ao entendimento do que constitui uma força “razoável” contra uma tentativa de cometer um crime. A força extrema foi considerada não justificável se aplicada num caso de mera tentativa de ataque ou destruição de propriedade. O posicionamento legal parece ser de que a única coisa que alguém ameaçado de ser roubado pode fazer para se defender é “dar golpes no ladrão e *ameaçá-lo* com uma arma.”[37] Um ataque à casa de alguém, ainda que seja considerada a fortaleza da pessoa pela lei comum, também deixa o proprietário limitado em sua defesa, já que o intruso poderia estar apenas ameaçando a propriedade, e o uso de qualquer força que possa ser vista como excessiva para proteger a casa pode ser considerado não razoável.

A combinação desses dois estatutos, os quais colocam tanta ênfase na interpretação da palavra “razoável”, jogaram a lei da defesa própria na confusão e deixaram os cidadãos individuais em séria desvantagem. Um estudioso achava “impensável” que ao esboçar a Lei Criminal de 1967 o “Parlamento varresse inadvertidamente os privilégios antigos da defesa própria. Se tal moção tivesse sido debatida é pouco provável que os membros a tivessem sancionado.” Ainda assim, ela é otimista em relação a podermos “esperar que a legislatura considere os problemas mais amplos decorrentes do uso da força. Em vista da inadequação da lei atual, há alguma urgência aqui.”[38] Seu artigo foi publicado há mais de vinte e cinco anos, e nada foi feito.

Como é que esses dois estatutos colocaram as vítimas de ataques em desvantagem? Durante o debate da lei de 1953, o governo assegurou ao Parlamento que uma pessoa cumpridora da lei não seria prejudicada por ela e que seria razoável carregar um artigo para proteção própria ao viajar por áreas perigosas. Mas embora o amparo de se ter uma desculpa razoável para carregar algum artigo estivesse disponível, os promotores perseguiram com vigor possíveis brechas de interpretação, ao mesmo tempo que as cortes deram uma “interpretação restrita” para desculpa razoável.[39] Consideremos o seguinte caso:

O réu foi parado pela polícia quando corria por uma estrada na noite de 15 de maio de 1973 e foi encontrado carregando consigo uma barra de metal polido, uma corrente

de bicicleta de dois pés de comprimento, um peso de relógio de metal e uma luva cravejada. Ele disse que tinha esses itens para sua proteção, pois havia sido ameaçado por uma gangue de jovens. Ele foi acusado sob a Lei de 1953. Em sua audiência foi determinado que, em diversas ocasiões, um grupo de jovens o havia perseguido e ameaçado com assalto. Ele havia informado esses eventos à polícia. Os juízes acharam, em sua audiência, que ele acreditava que havia um perigo iminente contra si. Esse medo se mostrou bem fundamentado uma vez que dezesseis dias depois ele foi atacado e hospitalizado por ter apanhado violentamente. Os juízes concederam a ele a desculpa razoável por carregar armas e não o condenaram.

O promotor apelou o caso para a Corte Divisional do Banco da Rainha. Esta corte decidiu que o réu não precisava carregar todas as quatro armas para se proteger e que uma desculpa razoável para se carregar uma arma deve estar relacionada a uma ameaça iminente e imediata de perigo, no momento em que a arma é carregada. O porte regular e rotineiro de armas não era permitido. Os juízes não acharam que a desculpa era razoável e mandaram o caso de volta à instância inferior com a orientação de condenação.[40] O fato de que o réu estava sob um perigo real todas as vezes que saía de casa, ou de que havia notificado à polícia, a qual falhou em protegê-lo, não teve influência alguma para os juízes da Corte Divisional. Eles estavam aplicando o princípio enunciado pelo Lorde Widgery no caso *Bryan v. Mott* que para que o porte de uma arma seja “razoável” a “ameaça [...] deve ser uma ameaça particular e iminente, que afete as circunstâncias específicas nas quais a arma era carregada.”[41] O Lorde Widgery também determinou que era razoável para um homem que já havia sido atacado carregar algo para se defender por um dia ou dois, “talvez por um pouco mais”, mas alongar isso para sete dias seria “muito próximo da linha divisória da lei.”[42]

Mesmo quando um indivíduo usava um instrumento para salvar sua vida quando nenhuma outra ajuda estava disponível, ele tinha grandes chances de ser processado. Isso aconteceu a Eric Butler, um executivo da British Petroleum Chemicals de cinquenta e seis anos de idade.

Em março de 1987 dois homens assaltaram Butler em um vagão de metrô em Londres, estrangulando-o e esmagando sua cabeça contra a porta. Ninguém no vagão veio em sua ajuda. Mais tarde Butler testemunhou “Meu suprimento de ar estava sendo cortado, meus olhos começaram a escurecer e eu temi por minha vida.” Em desespero ele sacou uma lâmina de espada de sua bengala e golpeou um dos homens “como meu último recurso de defesa”, esfaqueando o homem no estômago. Os

assaltantes foram acusados de dano corporal ilícito mas Butler também foi julgado, e condenado por carregar uma arma de ataque.[43]

A mera ameaça de se defender poderia ser considerada ilegal, como descobriu uma senhora idosa. Ela conseguiu assustar uma gangue de ladrões ao dar um tiro falso de um revólver de brinquedo, e foi presa pelo crime de amedrontar alguém com o uso de uma imitação de arma de fogo.[44] O uso de uma arma de brinquedo para defesa própria durante uma invasão domiciliar também é inaceitável, como descobriu um proprietário que conseguiu deter a ação de dois homens que invadiram sua casa com uma imitação de arma. Ele chamou a polícia, mas quando eles chegaram o prenderam por delito com arma de fogo.[45]

A questão da defesa própria não é o único aspecto problemático da lei de 1953. Como temiam os Membros do Parlamento, houve uma dificuldade considerável em se carregar legalmente artigos comuns que não foram nem feitos e nem adaptados para causar ferimentos. Entre esses itens, cujo porte com intenções ofensivas as cortes consideravam ilegais, estão uma faca na bainha, uma espingarda, uma navalha, um saco de areia, um cabo de picareta, uma pedra e um tambor de pimenta. Um motorista de táxi de Edimburgo foi acusado por carregar um pedaço de mangueira de dois pés de comprimento com um pedaço de metal na ponta como proteção contra passageiros violentos, mesmo que alguns taxistas tivessem sido atacados e gravemente feridos naquela cidade.[46] Uma turista que havia usado um pequeno canivete para se proteger ao ser atacada por alguns homens foi condenada por carregar uma arma de ataque.[47] Carregar uma garrafa de leite quebrada era considerado ilegal ainda que o réu alegasse que queria cometer suicídio. Como Smith e Hogan explicaram em seu compêndio sobre leis, “*Qualquer* artigo é capaz de se tornar uma arma de ataque.” Eles adicionam que, caso um artigo tenha pouca chance de ferir uma pessoa, então o ônus de provar a intenção necessária será “muito pesado.”[48] É claro que um artigo que não possibilite causar ferimentos será também inútil para defesa própria.

A lei de 1953 também tem algumas anomalias estranhas que prejudicam qualquer um que planeje proteger a si mesmo. Em seu compêndio sobre a legislação criminal, Glanville Williams deu um exemplo de um homem carregando uma chave inglesa para sua proteção. Se ele tivesse a intenção de usá-la somente para assustar alguém que o atacasse, em vez de golpear-lo

com ela, não seria uma arma de ataque. Se fosse usada no calor do momento, quando o ataque estava acontecendo, não seria uma arma de ataque. Se uma pessoa não estivesse carregando uma chave inglesa, mas apanhasse uma de um assaltante ou visse uma e a usasse no momento do ataque, ela não seria culpada de ter a chave consigo, e ela não seria uma arma de ataque. Mas seria um delito carregar a chave para proteção, já que a defesa própria, de acordo com a Lei de Prevenção ao Crime, não é considerada como desculpa razoável para carregar tal artigo em local público.[49]

Por que a defesa própria não é uma desculpa razoável? De acordo com Williams, os ingleses não tinham permissão para o hábito de carregar uma arma ou outro artigo de defesa, porque toda arma poderia ser usada para esse propósito e “a desculpa poderia ser usada por criminosos tanto quanto por homens honestos.”[50] O governo e a sociedade inglesa apostaram alto na teoria de que os criminosos poderiam decidir que precisavam estar mais armados para cometer delitos caso os cidadãos comuns pudessem carregar algum meio de proteção. Como explicou A. J. Ashworth, a lei também assume que o ato de carregar uma arma “manifesta uma vontade de causar (ou ao menos de ameaçar) danos, e que o portador constitui assim uma fonte identificável de perigo para a ordem pública.” Esta proibição dá à polícia a autoridade para interferir em um estágio inicial do crime. Além disso, notou Ashworth, acredita-se que “uma abordagem cética às explicações ‘inocentes’ sobre carregar um artigo de ataque *per se* é amplamente justificada pelo perigo à ordem pública que mesmo uma arma trazida originalmente com um propósito inocente pode representar.” No entanto, ele argumentou, este delito é um “crime preparatório”, o qual é muito mais amplo do que a lei usual das tentativas e “requer, quase que inevitavelmente, provas de uma intenção de cometer uma categoria particular de crime contra uma determinada pessoa.” A lei de 1953 não especifica a magnitude nem o dano e nem a vítima determinada. Uma proibição tão ampla traz consigo “a necessidade [...] de preservar o equilíbrio entre a proteção pública e a liberdade individual.”[51]

Especialistas legais que se aprofundaram no assunto têm se afligido ante a falha em produzir esse equilíbrio. Há também a preocupação de que, ao exigir do acusado que prove sua inocência, a lei de 1953 seja o abandono do

“fio de ouro” da lei criminal inglesa “para a qual nenhuma justificativa especial pode ser adiantada.”[52] Dois casos descritos por Glanville Williams, ambos ocorridos depois que Ashworth já havia escrito, parecem justificar o seu apelo pelo equilíbrio entre a proteção pública e a liberdade individual.

Em 1978 um homem, O’Shea, temeu que estivesse prestes a cair nas mãos de uma gangue de jovens. Enquanto se defendia dos ataques, acabou matando acidentalmente um dos jovens. A corte rejeitou sua alegação de defesa própria e o sentenciou a quatro anos de prisão. Na apelação sua sentença foi confirmada.

Em 1980 Shannon foi atacado por um valentão – um homem de compleição grande que possuía condenações anteriores por violência, e que havia ameaçado a vida de Shannon. Shannon revidou e testemunhas descrevem a luta (evidentemente as de um lado só) como “bastante assustadora.” Shannon testemunhou que foi seguro pelo pescoço e estava sendo arrastado e “colocado de joelhos.” Ele atacou o valentão com um par de tesouras e infligiu um golpe fatal no mesmo. O júri ouviu muitos questionamentos sobre o porquê de Shannon carregar um par de tesouras consigo, uma questão irrelevante para o caso. Como resultado, o júri o declarou culpado por homicídio não intencional. A Corte de Apelação reverteu a decisão, não por causa do veredito, mas por causa de uma falha na acusação do juiz.[53]

Esses casos, que parecem negar aos indivíduos o direito de usar uma força letal, mesmo que acidentalmente, em defesa própria, perturbam e deixam perplexos os estudiosos da lei. Williams notou que “por alguma razão que não está clara, as cortes, ocasionalmente, parecem se preocupar com o escândalo da morte de um ladrão (ou de uma pessoa que se temia ser um ladrão) com mais intensidade do que com a segurança da vítima do ladrão em respeito à sua pessoa e propriedade.” Ele argumentou que a exigência para que os esforços de um indivíduo ao se defender fossem “razoáveis” eram “agora declaradas em termos tão mitigados a ponto de se duvidar se ainda fazem parte da lei.”[54] Dada a interpretação restrita da desculpa razoável, Smith e Hogan mantêm que um novo estado de coisas prevalece, o qual “pode qualificar o princípio importante de que um homem não pode ser retirado das ruas, e compelido a não ir a algum lugar onde ele tem o direito legal de estar, porque ele será confrontado por pessoas com a intenção de atacá-lo. Se ele decide que não pode ir a esse lugar a não ser que esteja munido com uma arma de ataque, parece que ele deve desistir de ir. Ele comete um delito se for armado.”[55]

Desde 1953 o governo tem argumentado que a prevenção da violência seja responsabilidade da polícia. As pessoas não devem tomar ações pelas próprias mãos. Na verdade, elas têm mais chances de terminarem feridas ou de ferir alguém se tentarem tal resposta. Se temerosas por sua segurança elas devem chamar a polícia. Se testemunharem um crime não devem intervir, mas sim alertar a polícia. Os deveres antigos da lei comum de proteger a si mesmo, aos familiares e aos vizinhos, a de intervir para impedir um crime foram vigorosamente desencorajados. Em 1958 Lorde Chesham assegurou à Casa dos Lordes que o governo apoiava “o princípio Britânico de que é direito e dever de cada cidadão preservar a paz e trazer malfeitores perante a justiça, com o corolário de que a polícia é meramente paga para agir em favor dos cidadãos.”[56] No melhor interesse do público, a boa prevenção contra o crime deve ser, e tem cada vez mais sido, deixada para os policiais. Ainda assim Ashworth perguntou polidamente: “Quando a lei não está apta a fornecer proteção adequada para um indivíduo, não deveria ser permissível para ele carregar uma arma para poder se defender? Dentro do escopo desta defesa da ‘desculpa razoável,’ nós encontramos uma questão que é tão constitucionalmente fundamental como as justificativas para o delito em si. A ordem pública está em jogo, certamente. Mas também está a liberdade individual – em alguns casos, o direito mesmo à vida.”[57]

Tratando os infratores juvenis com leniência

O resultado da Segunda Guerra Mundial trouxe à tona, na Inglaterra, uma atitude para com os criminosos que é parte de uma tendência geral Européia, importante por seu impacto no crime violento e notável por conta do contraste entre a leniência com os criminosos e a severidade com o direito dos cidadãos obedientes à lei de se protegerem.[58] Por razões tanto filosóficas como econômicas, menos criminosos haviam sido presos do que antes da guerra, e aqueles que estavam presos recebiam sentenças menores, e freqüentemente cumpriam apenas uma parte delas.[59] A resposta oficial à preocupação com o crescimento do crime juvenil era tratar os infratores juvenis com mais leniência, na esperança de reabilitá-los. A Lei da Justiça Criminal de 1948 endossou essa política. Quando os Comuns abordaram a questão dos infratores juvenis, o Sr. Royle se opôs “ao princípio de que qualquer corte deve ter o poder de sentenciar qualquer pessoa com menos de 17 anos de idade à prisão, como sabemos que é atualmente” e

argumentou que já que a idade para terminar o segundo grau era de quinze anos, eles deveriam ser considerados crianças até os 16 anos. O Sr. Hynd concordou que as pessoas que eles representavam iriam geralmente “receber com horror a notícia de meninos e meninas sendo presos antes de completarem 17 anos.”[60] O Conde Winterton não gostou do uso da palavra “crianças”, uma vez que meninos de dezessete anos de idade já serviam no exército e na marinha, mas sugeriu que a lei fosse modificada para que os jovens não pudessem ser enviados à prisão a não ser que não houvesse outra maneira de se lidar com eles.[61] Em última análise o Parlamento decidiu que a Lei da Justiça Criminal de 1948 deveria ir ainda mais além. Ela proibiu as cortes de impor o aprisionamento a qualquer menor de vinte e um anos de idade, a não ser que não houvesse outra maneira de se lidar com o infrator.[62]

Os resultados dessas políticas para os juvenis não foram tranquilizadores. A polícia da década de 1950 reclamava sobre gangues de “*teddy boys*”[xxviii] que eram “contra tudo e contra todos” e que “recorriam à violência ao menor sinal de desentendimento.” Um estudo dos crimes de violência em Londres, de 1950 a 1960, descobriu que embora a maioria dos condenados fossem maiores de vinte e um anos, em cada ano estudado o aumento entre infratores jovens era maior do que o dos outros grupos etários. Dois terços dos ataques sexuais violentos, ataques à polícia, e ataques em locais públicos eram cometidos por criminosos com menos de vinte e cinco anos de idade.[63] O objetivo de proteger os juvenis do ambiente duro da prisão era louvável, mas os meios reformatórios alternativos não foram suficientemente bem sucedidos na prevenção de um aumento no crime juvenil ou na proteção do público obediente à lei.

Reduzindo sentenças e polícia

Políticas mais lenientes tiveram pouco sucesso na correção de criminosos. Durante a década de 1950, quase metade dos infratores de cada grupo etário já possuía registros anteriores de crimes não violentos, e 40 por cento destes tinham três ou mais condenações prévias. Esta tendência nos leva à segunda mudança na política do governo, o uso de alternativas à prisão para infratores de todas as idades.[64] Tornou-se política governamental não encarcerar aqueles que cometiam crimes não violentos e libertar os criminosos violentos mais rapidamente. As prisões estavam superpopulosas,

construir novas era caro e manter alguém na cadeia custa dinheiro. E assim um Documento de Orientação[xxix] do Home Office de 1990, “Crime, Justiça e Proteção ao Público”, pedia por mais das mesmas estratégias que nos últimos quarenta anos haviam falhado em conter, e muito menos reverter, as taxas acentuadas de crescimento do crime. Ele recomendava que as cortes combinassem serviço comunitário, liberdade condicional e toque de recolher para que cada vez mais criminosos condenados por crimes contra a propriedade pudessem ser punidos dentro da comunidade, sobre a base de que a punição dentro da comunidade não era melhor somente para o criminoso, mas também para a vítima. As penas máximas para furto e roubo, exceto para o caso de roubo em residências, deveriam ser ainda mais reduzidas. Seria exigido das cortes que considerassem um relatório do serviço de condicionais antes de emitirem sentenças privativas de liberdade, exceto no caso das infrações mais sérias.” Deveria ser feito maior uso das penalidades financeiras, especialmente as de compensação às vítimas. O documento fez uma recomendação de que o tempo servido na prisão fosse mais próximo do tempo total da sentença, para que “todos os prisioneiros sirvam ao menos metade de suas sentenças em custódia” e que prisioneiros cumprindo sentenças de quatro anos ou mais não conseguissem liberdade condicional “se esta colocar o público em risco.” Esta recomendação foi feita provavelmente para acalmar o público, pois o relatório destacou que as pessoas estavam menos tolerantes com a violência, e queriam punições mais severas. Por outro lado, o relatório também alegava que havia uma “conscientização crescente de que a prisão não era geralmente a melhor maneira de se lidar com muitos crimes mais leves contra a propriedade.”[65]

Quase todas as sugestões do Documento de Orientação simplesmente confirmaram o que havia se tornado prática padrão. As cortes raramente impunham penas máximas, mesmo para crimes sérios, se isso significasse um aprisionamento por mais de cinco anos. Mais de 90 por cento dos condenados por lesão corporal prevista em lei entre 1950 e 1960 receberam sentenças de menos da metade do tempo máximo, e 60 por cento dos que acabaram presos receberam sentenças de menos de dois anos por crimes cujas penas máximas eram de dez anos ou mais. Não somente era comum que os presos cumprissem apenas um terço de suas sentenças, mas a duração

média destas declinou entre 1957 e 1960.[66] Alguns delitos também tiveram sua classificação abrandada. Por exemplo, desde 1993 a polícia tem cada vez mais acusado os criminosos assaltantes pelo delito de “assalto comum” em vez do muito mais sério “lesão corporal.”[67] Em contraste, a penalidade por carregar uma arma de fogo ou imitação de arma de fogo durante o cometimento de um crime ou no momento da apreensão era de sete anos de prisão, uma pena mais dura do que a do estupro e de outros crimes bem mais violentos. No final da década de 1980, as cortes começaram a emitir sentenças mais longas para estupros e crimes violentos, provavelmente em resposta às preocupações do povo. Em 1987, 80 por cento dos condenados por crimes violentos sérios receberam sentenças de no mínimo cinco anos de prisão, comparados com apenas 30 por cento em 1984, e os criminosos estupradores foram obrigados a cumprir pelo menos metade da sentença, em vez de um terço.[68] Mesmo ao lidar com criminosos violentos as cortes confiavam mais em multas do que em qualquer outro método.[69]

Em 1996, como o crime continuava a subir muito, ainda outro relatório oficial esboçava mais uma estratégia governamental para controlar o crime. Os autores alardearam que o crime havia declinado de 1992 a 1995, mas a verdade era que a taxa de crescimento havia diminuído. O relatório criticou a abordagem do documento de 1990 e pediu por “honestidade nas sentenças”: um prisioneiro deve servir o tempo inteiro ordenado pela corte, e a libertação condicional automática seria abolida.[70] Penas de aprisionamento maiores se seguiram. Como resultado dessa política, em conjunto com o crime crescente, a população de presos da Inglaterra e do País de Gales cresceu, de 1995 a 1999, para 125 presos para cada 100.000 habitantes, bem acima da média da União Européia, de 87 por 100.000.[71] Mesmo assim, a honestidade na sentença não significou o cumprimento da sentença cheia, mas simplesmente uma insistência para que os prisioneiros conseguissem sua condicional. E embora o relatório pedisse por uma sentença perpétua em caso de segunda condenação por crime sério, os autores mantiveram que “a grande vantagem da sentença perpétua é sua flexibilidade.”[72] Realmente, dois anos depois do relatório de 1996 o governo ainda estava encorajando as cortes a mandar menos criminosos para a prisão e a usar alternativas baseadas na comunidade.[73]

Estudos recentes deixam claro que o número de criminosos com antecedentes, em geral, é maior do que as novas políticas sugerem, pois para as cinco categorias principais de crimes violentos – assassinato, estupro, roubo, assalto e furto – cada vez menos criminosos eram presos. Entre 1981 e 1995 o risco de um assassino ser pego caiu 12 por cento.[74] Para estupro a queda foi de 63 por cento, para roubo 40 por cento, para assalto 66 por cento e para furto 78 por cento. Isso significa que em 1995, o ano anterior ao relatório do governo acima citado, um assassino na Inglaterra tinha 50 por cento de chances de ser condenado, mas um estuprador apenas 10 por cento. E ao passo que em 1955 um ladrão tinha uma chance em duas de ser pego, em 1975 essa probabilidade passou para um em três, e em 1995 para menos de um por cento de chances de condenação.[75] Havia pouco para parar os criminosos. Os comentários de inspetores de polícia em um relatório da Comissão Real de 1960 acertam mais do que os de quarenta anos depois: “Ano a ano desde 1954 o crime tem aumentado por todo o país, e os aumentos agudos nos crimes de violência contra a pessoa e contra a propriedade são particularmente inquietantes” e nos levaram “a crer que em alguns casos o crime compensa, e as estatísticas da criminalidade nos últimos anos dão força a essa crença.”[76]

O declínio das taxas de apreensão não é resultado de poderes limitados da polícia. A polícia inglesa pode não andar rotineiramente armada, mas pode parar e revistar qualquer um que acredite que possa ter consigo uma arma de ataque, drogas ilegais ou propriedade roubada. Eles podem conduzir buscas sem mandado. Podem manter um suspeito por um certo tempo, sem permitir que ele tenha acesso a um advogado, e as provas que conseguem obter ilegalmente não são automaticamente excluídas. Uma razão para o declínio nas taxas de apreensão tem sido a falta de vontade ou de habilidade para contratar mais policiais. Durante um período em que o crime quadruplicou em Londres, os números da polícia simplesmente não aumentaram, e em muitas áreas até mesmo caíram.[77] O *Sunday Times* de Abril de 2000 descobriu que Southampton, uma cidade de 215.000 habitantes, conseguia freqüentemente ajuntar apenas 7 oficiais para patrulhar as ruas e apenas 10 oficiais para trabalhar no turno da noite, muitas vezes até menos. Em Reading, com 200.000 habitantes, o número de policiais de serviço algumas vezes caía para 10, e em Herefordshire algumas

chamadas de emergência “não viam a cara da polícia por três dias.”[78] Para efeito de comparação, Lille, uma cidade francesa com população menor que a de Southampton, tinha 150 policiais em serviço em uma determinada sexta-feira à noite, e Jackson, Mississippi, com seus 200.000 habitantes, tinha 48 oficiais em patrulha e mais 44 de plantão para chamadas de emergência. Um oficial sênior de uma cidade inglesa de 175.000 habitantes estava relutante em dar informações sobre a força policial: “Nós não podíamos de maneira alguma abrir os números. Isso destruiria a confiança pública e seria um convite a cada criminoso e seu cachorro para virem para cá.” A falta de policiais era ainda maior no campo, onde as estações de polícia haviam sido “racionalizadas” – isto é, fechadas ou consolidadas.[79] Como resultado, em 1999 mais de 70 por cento das comunidades rurais não contavam com a presença da polícia. “Graças aos orçamentos inadequados e aos métodos policiais modernos”, destacou Edward Leigh, um Membro do Parlamento Conservador, “você pode ter um carro de polícia percorrendo em torno de 600 milhas quadradas.”[80] Em partes de New Forest as chamadas para a polícia iam para Southampton, distante quarenta milhas. O crime se tornou tão ameaçador que o “medo de furtos e roubos armados” foi o motivo para o fechamento de agências rurais dos correios.[81] Em 2001 a Federação dos Policiais da Inglaterra estava se preparando para anunciar que não tinha como prevenir o crime em algumas partes das cidades Britânicas, e presenteou o secretário do interior com os resultados de um estudo internacional especialmente comissionado que mostrava o que um repórter do *Times* havia descrito como “a comparação mais surpreendente”, entre Londres e Nova Iorque. O estudo relata que a cidade de Nova Iorque tinha um policial para cada 161 cidadãos, Londres tinha um para cada 290 e, como prova do valor da abordagem de Nova Iorque, apontava que entre 1992 e 2000 Nova Iorque teve um aumento de 42 por cento no efetivo da polícia e uma queda de 54 por cento no crime, enquanto Londres teve um aumento de 10 por cento na polícia e uma alta de 12 por cento no crime.[82]

Para responder às reclamações sem ter que aumentar custos, o governo resolveu ser sincero com o povo. Depois de quase cinquenta anos insistindo que a manutenção da paz fosse deixada quase que inteiramente para a polícia, os autores do relatório de 1996 pediram ajuda ao público. Para

localizar o crime eles pediram a formação de vigilâncias de bairro, vigilâncias comerciais, vigilâncias de veículos, vigilâncias de fazendas, e vigilâncias de ruas. Eles também incitaram mais recrutamento e mais confiança nos “policiais especiais”, voluntários que serviam como policiais em seu tempo livre e que tinham todos os poderes de um policial profissional.[83] O uso crescente de circuitos fechados de televisão havia sido alardeado como um substituto para o aumento de efetivo da polícia. Câmeras em parques e área comerciais podem registrar os crimes num filme e, alegadamente, deter possíveis criminosos.[84] A Grã-Bretanha tem hoje mais câmeras de vigilância que nenhum outro país Ocidental.[85] Resumindo, o povo inglês conseguiu o pior dos dois mundos. A autodefesa foi severamente desencorajada. A polícia recebeu poderes expandidos à custa das liberdades civis. Seu governo restringiu severamente seu direito à defesa própria com a promessa de que a sociedade os protegeria. Mas a sociedade falhou em sua obrigação e os deixou à mercê dos criminosos.

O uso das armas em crimes

Os crimes violentos aumentaram, mas as armas de fogo estão envolvidas nisso? As estatísticas da polícia e do governo apontam para o aumento de seu uso, mas amplificam seu impacto ao exigir que a polícia liste como arma de fogo “envolvida num crime” qualquer arma “disparada, usada para ameaças ou usada como instrumento de golpe, ou carregada para possível uso”, bem como qualquer arma de fogo (mesmo uma antiga) roubada durante um crime, manuseada, ou obtida por fraude ou falsificação.[86] Essas estatísticas do Home Office também incluem como “armas de fogo envolvidas num crime” as armas de brinquedos de crianças e as imitações. Mesmo com essa abordagem pega-tudo o número de crimes violentos nos quais os autores foram acusados de carregar armas de fogo ou suas imitações era muito pequeno, e seguiu uma tendência de queda mesmo com o aumento do crime em geral. Em 1950 as armas de fogo estavam envolvidas em 17 de 1.150 casos de violência, e em 1967 em 44 de 1.919 casos, a maioria envolvendo adolescentes com armas curtas de ar comprimido.[87] Se considerarmos apenas os crimes de violência indiciáveis em que uma arma foi realmente usada, em vez de apenas “envolvida,” as porcentagens são ainda mais modestas. Em 1957 apenas 2,3 por cento dos crimes sérios foram cometidos com armas de fogo. Em 1962 essa fatia cresceu para 3,3

por cento, mas esse aumento foi contado “quase que inteiramente” por incidentes em que armas de ar comprimido foram disparadas contra as vítimas, sem causar nenhum ferimento.[88] Da pequena fração de crimes sérios cometidos com armas de fogo, aqueles nos quais armas legalizadas foram envolvidas eram uma pequena parte. Por exemplo, dos 152 homicídios cometidos de 1992 a 1994 envolvendo uma arma de fogo, apenas 22, ou 14 por cento, eram armas legalizadas. O roubo de armas legalizadas é a razão mais comum dada pelos defensores da redução da propriedade de armas legalizadas, mas em apenas 5 por cento desses 152 homicídios acredita-se que a arma usada era roubada.[89] Houve um padrão similar na Escócia. Dos 669 homicídios de 1990 a 1995 somente 44 foram cometidos com armas de fogo, e somente 3 desses, ou 0,4 por cento, foram cometidos com armas registradas e licenciadas.[90]

*Atrocidades com armas de fogo
provocam restrições às armas*

O fato de que armas de fogo registradas legalmente são quase nunca usadas em crimes sérios não deteve os governos ingleses de continuar a apertar os controles ao armamento. O número de certificados de armas de fogo foi firmemente reduzido, e as taxas para licenciar uma arma aumentaram.[91] De 1973 a 1978 as taxas para registro e renovação de uma arma de fogo aumentaram 714 por cento e 800 por cento, respectivamente, e para registro e renovação de uma espingarda foi de 1.200 por cento e 800 por cento.[92] Foi também aprovada legislação para trazer outros tipos de armas para o controle do governo e, finalmente, para banir completamente as armas curtas.[93] A introdução da exigência de um certificado para espingardas demonstra a maneira pela qual os governos ingleses usaram as regulamentações de armas de fogo para avançar em sua agenda distinta da segurança pública, algumas vezes em substituição a alguma ação de efeito real que poderia proteger o público.

A noção de trazer as espingardas para dentro do sistema de certificados havia sido considerada por algum tempo. Mas quando o secretário do interior, Sir Frank Soskice, estudou o assunto em 1965 ele decidiu que exigir um certificado para mais de 500.000, e possivelmente em torno de 3 milhões, de espingardas em uso legítimo seria um fardo para a polícia e “não se justificaria pelos benefícios que traria como resultado.”[94] Antes do

final do ano Soskice foi substituído no Home Office por Roy Jenkins, que reconsiderou o assunto e chegou à mesma conclusão.[95] Então o destino interveio. Em 12 de agosto de 1966 dois policiais de Londres se aproximaram de um carro estacionado que continha três homens. Um dos ocupantes, Harry Roberts, atirou nos dois policiais, matando ambos, enquanto um dos comparsas foi até a viatura policial e atirou três vezes no motorista, matando-o. As armas dos assassinatos eram armas curtas. A maior “caçada ao homem” da Inglaterra estava em curso.[96] Dois dos culpados foram presos rapidamente, mas o terceiro fugiu da polícia por três meses, período em que o caso dominou os noticiários. O público estava enraivecido, e exigia que a pena capital, que o governo havia abolido em caráter provisional, no mês de novembro anterior ao caso, fosse reestabelecida. Em vez disso Jenkins anunciou planos “para dar um fim à compra irrestrita de espingardas!” Ele alegava que o “uso criminal de espingardas” estava “crescendo rapidamente, ainda mais rapidamente que o de outras armas.”[97] Suas estatísticas incluíam todos os tipos de delitos, a maioria envolvendo o dano a propriedades, a caça ilegal, e ameaças, mas não o crime armado. Esta prova estava disponível quando ele decidiu que exigir certificados para espingardas era um uso improdutivo da força policial. O motivo de Jenkins parece ter sido o de desviar a atenção do clamor pela restauração da pena capital. Se esse era seu objetivo, ele conseguiu alcançá-lo, mas, como Munday e Stevenson concluem, “ao custo para a polícia de aproximadamente meio milhão de homens-horas por ano, pelos vinte anos seguintes, e muito mais do que isso após 1988.”[98] A nova restrição foi embutida na inovadora Lei da Justiça Criminal de 1967 discutida anteriormente, na qual, como Parte V de uma medida complexa, atraiu pouca atenção dos Comuns.[99] Os Lordes a debateram e encontraram poucas justificativas para os novos controles.[100] Muitos lordes foram convencidos de que ela não teria efeito sobre criminosos que quisessem obter espingardas, um fato com que o Lorde Stonham, subsecretário de estado no Home Office, concordou.[101] Mas Stonham deu a resposta usual – ela tornaria a obtenção da arma mais difícil para o criminoso – e pediu aos Lordes que apoiassem esta “tentativa honesta, a melhor que podemos fazer, de lidar com um problema real.” O subsecretário notou que a provisão para a certificação de espingardas era “o início de nossos planos, e

aquele que acreditamos que nos daria o melhor controle.” A lei foi aprovada sem mais nenhum questionamento sobre a Parte V.

No ano seguinte o programa de certificação de espingardas foi incorporado à Lei das Armas de Fogo de 1968, a qual consolidou a Lei das Armas de Fogo de 1920, suas emendas subseqüentes, e uma medida sobre armas de ar comprimido e espingardas que regulamentava sua compra por jovens de idades entre quatorze e vinte e um anos.[102] A nova lei também incorporava a Lei das Armas de Fogo de 1965, uma medida escrita apressadamente, que deu à polícia maiores poderes para fazer buscas e apreensões sem um mandado, penalizou o porte de arma de fogo com intenção de cometer delito indiciável, criou o delito de transgressão armada, regulamentou ainda mais uma vez a posse de armas e munição em locais públicos, aumentou o comprimento mínimo dos canos de espingardas, e aumentou as penalidades. Essa medida, que atirou para todos os lados, parece ter sido projetada para prevenir qualquer aumento da violência que pudesse decorrer da abolição do enforcamento.[103] Os controles sobre armas e o registro das espingardas foram uma distração da discussão sobre o fim da pena capital. No ano seguinte Jenkins forçou a aprovação de controles para o tipo mais poderoso de arma de ar comprimido importada, embora Colin Greenwood não conseguisse encontrar “um único caso em que essa ‘arma de ar comprimido especialmente perigosa’ tenha sido usada num crime ou causado um acidente.”[104]

Duas restrições principais a armas de fogo haviam sido impostas desde 1968, ambas em resposta às atrocidades particulares cometidas com armas. Sem tais provocações o governo não teria conseguido aprovar restrições mais apertadas, como demonstrou o Documento de Consulta[xxx] do Home Office, emitido pelo governo Conservador em 1972-73. Suas premissas foram abruptamente declaradas logo no prefácio: o uso de armas de fogo nos crimes estava crescendo; em particular o uso de espingardas estava crescendo; “enquanto criminosos determinados irão de alguma forma conseguir adquirir armas de fogo, a sociedade deveria, através dos controles legais [...] tornar isto tão difícil quanto seja possível”; “o único modo efetivo de se fazer isso é reduzindo o estoque total de armas na sociedade”; “conseqüentemente, uma minoria considerável de cidadãos obedientes à lei devem ser sujeitos a regulamentações e restrições cada vez maiores sobre a

propriedade e o padrão de uso de armas de fogo.” O relatório, bem como as estatísticas problemáticas e impossíveis de se confirmar nas quais foi baseado, sofreu ataques, e nenhuma lei foi introduzida por causa dele.[105] Nove anos depois duas ordens governamentais que aumentavam a taxa de licenciamento foram desautorizadas pela Casa dos Comuns por uma maioria esmagadora.[106] Foi preciso que o governo canalizasse o ultraje público causado pelas atrocidades cometidas com armas de fogo para conseguir aprovar restrições mais draconianas. Antes de considerarmos estas três novas leis, três pontos importantes merecem ser salientados. Primeiro, pouquíssimas armas legalizadas, mesmo as que eram roubadas, eram usadas nos crimes. Segundo, os governos ingleses eram rápidos em concordar que os criminosos “geralmente irão arrumar uma maneira de adquirir armas de fogo”, mas no entanto insistiam que a única maneira efetiva de reduzir o número de armas de fogo utilizadas nos crimes era impondo restrições mais fortes às armas legalizadas, cada vez mais raras. O único esforço feito para reduzir o número de armas de fogo ilegais foi uma anistia ocasional durante a qual as armas poderiam ser entregues voluntariamente. Finalmente, sem algum massacre espetacular, o público inglês estava satisfeito que o alto nível de restrições às armas de fogo era suficiente.

Dois massacres abomináveis, ambos cometidos por homens que haviam adquiridos suas armas legalmente, aconteceram durante os trinta anos que se seguiram à Lei das Armas de Fogo de 1968. O ultraje causado por cada um deles foi canalizado para a aprovação de regulamentações mais restritivas às armas de fogo. O primeiro desses dois crimes foi o massacre de Hungerford, em agosto de 1987. Michael Ryan era um ex-soldado pára-quedista de vinte e sete anos de idade, e residente de Hungerford, uma cidade de oito mil habitantes. Naquele verão ele vestiu uma jaqueta de combate e, brandindo uma arma em cada mão, saiu em uma farra bélica. Sua primeira vítima foi uma mulher que fazia um piquenique com seus filhos em Savarnake Forest. Ele voltou para casa para matar sua mãe e seu cachorro e depois saiu vagando, e acabou matando dezesseis pessoas e ferindo outras quatorze antes de tirar a própria vida. Como colocou o *The Times*, Ryan havia “perseguido Hungerford, distribuindo mortes e lesões a seu bel prazer.”[107] A provação terminou oito horas depois que havia começado quando Ryan, encurralado em uma escola do ensino médio, atirou em si mesmo. O público

estava chocado com o fato de que esse assassino demente houvesse conseguido suas armas legalmente. Houve muito menos foco no fato de que ele havia conseguido distribuir “mortes e lesões a seu bel prazer” por oito horas porque uma comunidade desarmada e uma força policial desarmada não tinha nenhum meio de pará-lo. A polícia armada teve que ser trazida de fora.

Vários dias depois um outro tiroteio em massa aconteceu em Bristol. Um clamor se levantou por mais controles sobre as armas de fogo, e no final de 1987 o governo introduziu uma lei que se tornou a Lei das Armas de Fogo de 1988. Esta lei tem sido considerada, com alguma justificativa, como a erradicação final do direito constitucional dos ingleses de possuir armas para sua defesa, porque as espingardas, o último tipo de arma de fogo que podia ser comprado com uma demonstração simples de adequação, foram trazidas para baixo de um controle mais rigoroso, similar ao das armas curtas e rifles. [108] O governo Conservador havia hesitado em “impor exigências de ‘bom motivo’ para a propriedade de espingardas”, por medo de que “pela não adequação maciça [...] um grande número de armas simplesmente desapareça.”[109] A pressão vinda do partido Trabalhista aparentemente superou a cautela do governo.[110] O resultado foi uma versão modificada das exigências de “bom motivo” vigentes para armas curtas, ficando a polícia obrigada a conceder um certificado a não ser que pudessem mostrar que o requerente não tinha um bom motivo para possuir uma espingarda. Na prática, no entanto, a polícia tendia a impor sua própria exigência de “bom motivo”. E a lei também impunha uma condição de segurança que permitia à polícia exigir arranjos de segurança dispendiosos antes de conceder um certificado, e pela primeira vez as espingardas precisavam ser registradas. Uma porção de restrições selecionadas do Documento de Consulta de 1972-73, rejeitado anteriormente, foram incluídas. Não foi apresentada nenhuma evidência ou pesquisa que mostrasse que essas medidas resolveriam algum problema em particular. A lógica do governo sobre a eficiência da lei era a seguinte. Hungerford não poderia ter nenhuma “garantia absoluta contra Ryan”, nem as “mudanças na lei estatutária [...] poderiam prevenir criminosos de ter acesso a armas”; não obstante, com a nova lei o Parlamento poderia “esperar pela redução do risco de tragédias e tornar mais difícil para os criminosos conseguir armas” e “deslocar o

equilíbrio substancialmente nos interesses da segurança pública.”[111] Esta ambivalência foi ecoada no Parlamento. Membros argumentaram que uma vez que a maioria dos “criminosos organizados profissionalmente não tinha dificuldades de obter armas ilegais no chamado mercado negro [...] nós não devemos nos enganar acreditando que um regime mais punitivo para a comunidade armada irá de alguma forma prevenir outros crimes, ou a tragédia de Hungerford, porque não irá.” Um Membro do Parlamento destacou que Ryan poderia ter seqüestrado um ônibus e dirigido contra uma fila de pessoas, matando tantas quanto; um outro alertou sobre a “burocracia de proporções inacreditáveis no tocante a resultados práticos” que os controles mais rigorosos significariam. Mas o exemplo Americano, com seus grandes números de suicídios e homicídios com armas de fogo, foi citado como um modelo que a Inglaterra não gostaria de seguir.[112] Ninguém apontou que as restrições Britânicas às armas de fogo já eram as mais rígidas entre todos os países democráticos. Não foi sugerida nenhuma tática que reduzisse o acesso dos criminosos às armas de fogo ilegais, a não ser a anistia para a entrega voluntária de armas. Ninguém chamou atenção para a resposta dolorosamente lenta da polícia à emergência. Pelo contrário, os Membros do Parlamento por Hungerford e por Bristol parabenizaram a polícia por “sua ação rápida e bem coordenada.”[113] O Documento de Consulta de 1972-73, com sua remoção do último direito dos ingleses de possuir armas para sua defesa, sua extensão dos poderes policiais para parar e revistar, sua ênfase nas restrições sem prova de benefício e de valor reconhecidamente marginal, se tornou uma lei, quase sem exame algum. O público queria uma ação que prevenisse os assassinatos em massa. O Parlamento respondeu com novas restrições e os sujeitou a poderes policiais ainda maiores.

O segundo massacre aconteceu nove anos depois. Na manhã de 13 de março de 1996, Thomas Hamilton, um suposto pederasta conhecido pela polícia, e conhecido por ser mentalmente instável, caminhou até uma escola de ensino primário em Dunblane, Escócia. Em uma questão de minutos ele atirou em dezesseis crianças e em sua professora, e feriu mais dez alunos e três outros professores antes de se matar.[114] A Escócia tinha seu próprio sistema legal, mas os Escoceses são sujeitos a legislações aprovadas para o Reino Unido, incluindo as legislações de armas de fogo. Hamilton possuía

um certificado de arma de fogo há alguns anos, embora, de acordo com as regras, ele jamais deveria ter recebido um. Realmente, ele tinha sido recusado como membro em vários clubes de tiro. A evidência apresentada ao Lorde Cullen, que presidiu o inquérito formal, revelou que a polícia tinha recebido pedidos para a revogação de sua licença de armamento, mas apesar de sete investigações nada havia sido feito. A Comissão Cullen recebeu evidências e conselhos de uma ampla gama de grupos e indivíduos, e considerou uma grande matriz de propostas. O Home Office apresentou estatísticas que demonstravam, alegadamente, uma correlação direta entre o número de armas em posse da população e as taxas de violência criminal na Inglaterra, Estados Unidos, Europa e Austrália. Estas estatísticas foram atacadas por serem muito distorcidas; muitas áreas na Inglaterra, na América e na Suíça com as taxas mais altas de armamento eram, na verdade, as com os menores índices de violência.[115] Na verdade, utilizando as estatísticas do Home Office para o mesmo conjunto de países, James Hawkins mostrou que “os homicídios com *armas de fogo* têm mais correlação com a posse de *carros* do que com a propriedade de armas.” O Home Office decidiu não submeter seus dados sobre a propriedade de armas de fogo por distrito policial na Inglaterra, os quais mostravam uma correlação *negativa*. [116] Entre outras apresentações para a comissão estava a declaração do partido Trabalhista, que considerava os crimes cometidos com armas legalizadas “inaceitavelmente altos”, embora apenas 9 por cento dos homicídios eram cometidos com armas de fogo, das quais apenas 14 por cento eram legalizadas.[117] Antes de Dunblane os homicídios com armas de fogo na Escócia jamais haviam estado tão baixos. Dos 669 homicídios entre 1990 e 1995, apenas 44 foram cometidos com armas de fogo, e desses apenas 3, ou 0,4 por cento, envolveram armas licenciadas.[118]

Ao final a Comissão Cullen recomendou uma variedade de novos controles para clubes de tiro, procedimento melhores para a polícia com mais ênfase na adequação do requerente às armas de fogo, e a consideração de “restrições a armas curtas e revólveres auto-carregáveis.”[119] O governo Conservador de John Major decidiu aceitar as recomendações de Cullen e não banir as armas curtas. O partido Trabalhista propôs que as armas curtas .22 de tiro único, que precisavam ser recarregadas a cada tiro, continuassem legais. Mas um frenesi midiático e uma campanha emocional

feita pelos pais das vítimas de Dunblane, denunciando os opositores ao banimento completo de armas curtas como cúmplices de assassinato, endureceu a visão de ambos os partidos. Major também estava sob pressão do secretário Escocês, Michael Forsyth, o Membro do Parlamento pela área de Dunblane, que ameaçou renunciar caso o banimento das armas curtas não fosse aprovado. Major concordou em banir as armas curtas de calibre maior que .22 e exigiu que as armas curtas de calibre .22 fossem guardadas nos clubes de tiro.[120] Esta política resultou na Lei das Armas de Fogo de 1997.[121] Alguns meses depois Tony Blair e o partido Trabalhista ocuparam o governo com uma enorme maioria e insistiram em ir além do que os Conservadores haviam feito, removendo a exceção às armas curtas de calibre .22 e impondo um banimento total às armas curtas. Os esforços para isentar o time Britânico Olímpico de tiro e os atiradores portadores de deficiência foram derrotados. A Lei das Armas de Fogo (No.2) de 1997, uma medida sem precedentes em países democráticos, iniciou o banimento praticamente total das armas curtas. Os proprietários de pistolas receberam ordens para entregá-las. A pena para a posse de uma arma curta ilegal era de dez anos de prisão. O crime de um indivíduo insano levou à punição de mais de 57.000 proprietários de armas obedientes à lei. Enquanto o ministro do Home Office, Alun Michael, comemorava, “a Grã-Bretanha tem agora uma das leis de armamento mais severas do mundo”, o Lorde Stoddard lamentava a introdução de pena coletiva na lei Inglesa.[122]

O arsenal ilegal

Mas afinal, quantas armas ainda estão disponíveis neste país desarmado? Mesmo o número de armas legalizadas é surpreendentemente difícil de determinar. Um certificado pode cobrir diversas armas, e não há obrigação de notificar à polícia quando uma arma é vendida ou dispensada. Greenwood encontrou uma média nacional, na década de 1960, de 1,34 armas por certificado.[123] Uma questão maior é até que ponto os proprietários de armas obedeceram a cada nova restrição. Uma vez que tanto as armas de fogo legalizadas como as ilegais devem ser consideradas em uma avaliação sobre a relação entre armas e violência, é essencial que tratemos dessa questão, ainda que de forma especulativa. A lei de licenciamento de 1870 era impossível de ser aplicada, e cada novo esforço em submeter as armas já na posse de cidadãos e novas exigências aumentava os arsenal

escondido ou ocultado. A pesquisa de J. A. Stevenson o convenceu de que a observância aos estatutos jamais havia passado de 25 por cento de todas as armas, e talvez nem tenha chegado a essa fração. A polícia tornava a observância cada vez menos provável ao reduzir aberta e sistematicamente o número de certificados emitidos. Os 216.281 certificados na Inglaterra e País de Gales em 1968 foram reduzidos em um terço, para 138.400 em 1993.[124] Nos três anos depois que se tornou necessário ter um bom motivo para conseguir ou renovar um certificado de espingarda, o número de certificados emitidos diminuiu em 157.000.[125]

Uma vez que as restrições tornaram mais fácil obter uma arma ilegal do que uma legalizada, muitas armas de fogo eram clandestinas desde o início. Como em um “chute no escuro”, ou como nos casos de crimes não relatados, é impossível ser exato a respeito do tamanho desse arsenal ilegal, mas há algumas estimativas fundamentadas. Podemos estar relativamente certos, por exemplo, dos números de espingardas autocarregáveis e com ação de bomba que se tornaram clandestinas depois da lei de 1988. Como temia o governo Conservador, havia uma “não observância maciça”, e um “número muito grande de armas simplesmente desapareceu.”[126] Em torno de 300.000 espingardas autocarregáveis e com ação de bomba foram vendidas nos anos anteriores à nova lei, mas no máximo 50.000 foram submetidas à prova com pentes restritos, foram entregues à polícia, ou receberam certificados.[127] Um quarto de milhão de espingardas simplesmente desapareceu. Em novembro de 1997 o Home Office relatou que como resultado do novo banimento das armas curtas em torno de 142.000 delas haviam sido entregues à polícia, um total bem menor do que a estimativa original de 200.490 armas curtas legalmente mantidas.[128]

Quão grande é o conjunto de armas ilegais? As armas de fogo entregues em anistias podem nos dar uma noção de quanto permaneceu ilegal. Em três anistias antes da Segunda Guerra Mundial aproximadamente 39.000 armas de fogo foram entregues.[129] De 1946 até 1968 quatro anistias adicionais receberam aproximadamente 212.088 armas de fogo.[130] Milhares de armas adicionais foram entregues a cada ano para a polícia. Por exemplo, de 1946 até 1969 em torno de 58.006 armas foram rendidas somente à Polícia Metropolitana de Londres, e apenas uma porção mínima dessas eram legalizadas.[131] Colin Greenwood destacou que as armas

curtas eram a maior categoria de armas entregues e que 75 por cento das armas entregues no ano de 1969 eram ilegais. Poucas dessas armas curtas foram tomadas de criminosos; a maioria veio de pessoas obedientes à lei. Apesar do controle cada vez mais severo sobre as armas curtas, desde 1920, a proporção de armas curtas sobre os outros tipos de armas de fogo permaneceu relativamente constante, e sua fonte “jamais secou.” Olhando para as armas curtas entregues à Polícia Metropolitana entre 1949 e 1969, e calculando o número provável de armas por certificado, Greenwood avaliou que as armas curtas legalmente mantidas na área de Londres representavam um doze avos do número de armas curtas ilegais entregues à polícia; assim, “o número de armas curtas ilegais em circulação excedia em muito o número daquelas mantidas sob certificados válidos.”[132] E Londres não parecia ser exceção, pois ele encontrou um padrão similar em amostras provenientes de quinze forças policiais distintas.[133] Combinando as armas entregues em anistias com as outras entregues à polícia temos o total impressionante de 523.568 armas de fogo rendidas à polícia entre 1946 e 1969, das quais 237.380 eram armas curtas ilegais. Cinquenta anos de controles severos falharam em pôr à prova o mercado ilegal de armas de fogo.

Na década de 1980 A. B. Bailey de Oxford escolheu uma conduta diferente para tentar medir o tamanho do conjunto de armas ilegais. Bailey tinha a teoria de que se 50 por cento de todo o arsenal ilegal havia sido entregue em qualquer período de um ano, deveria haver cerca de 800.000 armas curtas ilegais e aproximadamente 2.400.000 armas de fogo de todos os tipos, ainda, clandestinas. Se apenas 25 por cento das armas ilegais tivessem sido entregues o arsenal total de armas ilegais chegaria a 4 milhões de armas não licenciadas. Michael Yardley, um psicólogo pesquisador, considera 4 milhões uma estimativa baixa.

Munday e Stevenson vêem esse conjunto de armas ilegais como algo distinto do pequeno mercado negro de armas que são realmente usadas em crimes. De 1988 a 1992 as armas foram usadas de alguma maneira em menos de 50 homicídios, e em pouco mais de 4.000 roubos por ano.[134] Os números reais de armas usadas em crimes, no entanto, são ainda menores que esses, já que ao menos um quarto dessas eram imitações de armas ou armas de ar comprimido, e algumas foram usadas em mais de um crime. Os

criminosos podem até mesmo alugar uma arma, devolvendo-a depois do crime ao seu fornecedor.[135]

A conclusão é que o conjunto de armas ilegais da Inglaterra no ano 2000 pode ter chegado a 4 milhões de armas, muitas delas mantidas por pessoas até então obedientes à lei. As penalidades que sofreriam se fossem descobertas são severas. Oitenta anos de controle sobre o armamento se mostraram ineficientes em eliminar e mesmo em reduzir substancialmente esse arsenal.

As leis severas sobre armamento baixaram os índices de crimes violentos?

Muitos, senão a maioria dos Americanos acreditam que as leis severas de desarmamento da Inglaterra levaram o país a baixos índices de crimes violentos. Metade dessa equação está claramente incorreta. Havia índices notavelmente baixos de crimes violentos antes da primeira das leis de armas. Uma coisa não levou à outra. Ainda assim, é importante saber se as muitas leis inglesas sobre armas de fogo, do século vinte, têm trazido benefícios: elas funcionaram? A resposta curta é não, não se o objetivo era reduzir o uso de armas de fogo em crimes, dificultar a obtenção de armas por parte dos criminosos, ou “deslocar o equilíbrio substancialmente nos interesses da segurança pública.”[136] O crime armado, que nunca tinha sido um problema na Inglaterra, agora era. As armas curtas estão banidas, mas o reino tem milhões de armas ilegais. Os criminosos não têm trabalho para encontrá-las e exibem um desejo renovado de usá-las nos crimes. Na década após 1957 o uso de armas em crimes sérios cresceu cem vezes.[137] Enquanto quase 90 por cento dos assassinatos em 1994 ainda foram cometidos “pelos meios consagrados pelo tempo, a saber, instrumentos afiados, pancadas, chutes, estrangulamento, fogo, afogamento ou envenenamento”, as armas de fogo se tornaram mais comuns nos roubos.[138] Em 1904, antes da aprovação das restrições às armas, havia apenas 4 roubos armados por ano em Londres. Em 1991 esse número havia aumentado 400 vezes, para 1.600 casos. De 1989 a 1996 o crime armado aumentou 500 por cento ao mesmo tempo em que o número de certificados de arma de fogo caiu 20 por cento.[139] Não é de admirar que J. Q. Wilson tenha concluído: “As grandes restrições mesmas colocadas pela lei Inglesa sobre a posse privada de armas de fogo não impediu, aparentemente,

o aumento nos roubos [...] Apesar das restrições legais, a mudança firme do roubo desarmado para o armado continuou acontecendo rapidamente – onde há um desejo, há um caminho.”[140]

Qualquer impacto que as leis sobre armamento possam ter tido nos crimes deveria se mostrar nas estatísticas sobre os tipos de armas usadas no cometimento de delitos. Se essas leis tivessem funcionado, ainda que minimamente, as armas automáticas, que estavam proibidas, e as armas curtas, que haviam enfrentado restrições pesadas por oitenta anos, deveriam estar menos disponíveis do que espingardas e armas de ar comprimido poderosas, que foram trazidos para debaixo do controle do governo muito mais recentemente.[141] No entanto, em 1967, as espingardas, embora colocadas recentemente sob algum tipo de controle, foram usadas em 21,3 dos roubos armados, enquanto que as armas curtas foram usadas em 45,6 por cento.[142] Vinte anos depois estas proporções tinham mudado muito pouco.[143] A conveniência, e não o controle de armas, parece que ditou a escolha dos criminosos.

Se o objetivo das restrições às armas era desarmar o público obediente à lei e não os criminosos, as leis das armas de fogo foram, no geral, bem sucedidas. O direito constitucional antigo dos ingleses, de “possuir armas para sua defesa”, existe agora somente no papel. Aquele direito de uma pessoa livre poder se armar, por muito tempo considerado como um crachá da cidadania, é agora considerado como uma ameaça grave à ordem pública. No entanto, os governos ingleses foram muito além disso em seu fervor pelo monopólio da força, ao proibir que qualquer implemento ou objeto fosse usado por um indivíduo para proteger a si mesmo. Ao fazer isso eles removeram efetivamente um direito ainda mais básico, o mais básico de todos, o direito à segurança pessoal, novamente em nome da ordem pública. Estas políticas tiveram um impacto perverso. Se elas não causaram a onda sem precedentes de crimes violentos, certamente a incitaram. Há agora poucas barreiras para os criminosos, que estão em uma posição invejável de ser protegidos, pela majestade da lei e das cortes, do risco de confrontar vítimas armadas com bengalas, que dirá com armas de fogo, estão blindados de qualquer resistência por parte de suas vítimas que possa ser qualificada como “força não razoável”, e suas chances de ir para a prisão são mínimas.

O governo criou uma cidadania infeliz e passiva, e então tomou para si a tarefa impossível de protegê-la. Sua falha não poderia ser mais flagrante. Quando um estudo de 1995 sobre vitimização criminal perguntou às pessoas de onze países industrializados sobre quão seguras elas se sentiam ao andar sozinhas, à noite, “aquelas na Inglaterra e no País de Gales foram as mais ansiosas (32 por cento se sentiam inseguras ou muito inseguras).”[144] Elas estavam certas em ter medo. A proporção de domicílios que sofreram uma tentativa de roubo ou um roubo concretizado era maior na Inglaterra. As pessoas que corriam o maior risco de um crime de contato – definido como roubo, assalto ou assalto sexual contra uma mulher – foram as da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde a taxa era o dobro da Irlanda do Norte. Sobre a visão das vítimas sobre a seriedade do crime, os residentes da Inglaterra e da Holanda foram “os mais pressionados pelo crime.” Um em cada dez pesquisados da Inglaterra achava que muito provavelmente seria assaltado no ano seguinte, a porcentagem mais alta, entre os onze países. Quando o assunto era o relato de crimes à polícia, a visão de que “a polícia não vai ajudar” foi mencionada com mais frequência na França, na Inglaterra, na Holanda e na Suíça. Sobre o que o estudo chama de “vitimização geral”, a Inglaterra empatou com a Holanda em primeiro lugar. Desde 1995 o crime violento na Inglaterra decresceu em algumas categorias antes de subir novamente, enquanto nos Estados Unidos as taxas continuaram a declinar. Na verdade, em uma demonstração clara da futilidade do banimento de armas, o crime armado inglês aumentou 10 por cento em 1998, o ano após o banimento de armas curtas. Os números do Home Office para o período entre abril de 1999 e março de 2000 mostrou que o crime violento cresceu 16 por cento, roubos nas ruas em 26 por cento – o maior da história – assaltos em 28 por cento, e roubos em Londres por volta de 40 por cento.[145] Embora a taxa geral de criminalidade tenha caído levemente de 1996 a 2000, o crime violento mais que dobrou.[146] Mesmo antes desses últimos aumentos a taxa geral de criminalidade da Inglaterra era 60 por cento superior à dos Estados Unidos.[147] Em outubro de 2000 foi anunciado que, pela primeira vez no território Britânico, uma força policial Inglesa andaria armada em patrulhas a pé, com o alvo de combater o crime armado crescente.[148] Outras forças em centros urbanos começaram a seguir o exemplo de Nottinghamshire, e em

maio de 2001 estavam considerando aumentar o número de oficiais rotineiramente armados.[149]

Uma fotografia do que o aumento do crime violento significou para os indivíduos foi fornecida por Mark Steyn em um ensaio para a *Spectator* de 28 de novembro de 1998. Steyn descreveu uma reunião que ele participou na próspera vila de Kineton, em Warwickshire, onde as pessoas pediram por mais proteção policial. Um representante do conselho do distrito de Stratford-upon-Avon “tentou acalmar os temores dos residentes ao falar sobre câmeras de vigilância para a vila e prometendo que falaria com a Polícia de Warwickshire para que enviassem um carro de patrulha a mais pela vila todas as segundas terças-feiras do mês.” Steyn continuou, “Quando a reunião terminou, a noite já havia chegado e eu emergi do corredor para encontrar a vila de cartão postal transformada em uma fortaleza sitiada, com as frentes das lojas cobertas por persianas horríveis de alumínio.” Ele concluiu colericamente, “Tudo o que eles podem fazer é aconselhá-los a fazer barricadas e se esconder atrás de cada vez mais alarmes e fechaduras. Por que não tentar algo diferente?”[150] Dois anos depois, sem mudança nas políticas de segurança e com as taxas de criminalidade ainda em alta, Steyn descreveu uma séria de roubos brutais e o medo que impregnava a vida de ricos e pobres, igualmente. Sua cunhada, em sua confortável mansão em uma região rural próspera da Inglaterra, ficava acordada durante a noite “ouvindo gangues de jovens dirigindo, estacionando seus furgões, e testando suas portas e janelas antes de descobrir que é mais fácil tirar proveito da pequena senhora idosa que mora no final da rua.”[151]

O caso de Tony Martin, um fazendeiro de cinquenta e cinco anos de idade de Norfolk, resume bem o que a política Inglesa sobre o controle rígido de armas e o monopólio da proteção pelo governo produziram. Martin já havia sofrido roubos repetidos em sua “casa de fazenda remota e esqualida, da era Vitoriana”, quando Brandon Fearon, líder de uma gangue de assaltantes de Nottinghamshire, e Fred Barras, um infrator reincidente de dezesseis anos de idade, invadiram sua casa na noite de 20 de agosto de 1999. Martin estava acordado às dez, quando os invasores esmigalharam sua janela. Ele deslizou para o andar de baixo com sua espingarda sem registro, enquanto os dois homens se ocupavam em encher uma sacola com pequenos itens de prata, e abriu fogo, atingindo Fearon na perna e matando Barras. Martin foi

acusado de assassinato e posse de arma ilegal. Em seu julgamento o promotor acusou Martin de ficar de tocaia para então atirar nos ladrões como se fossem “ratos em uma armadilha.” O júri ouviu o testemunho de que uma recompensa criminosa no valor de 60.000 libras havia sido oferecida pela vida do fazendeiro. Em 19 de abril de 2000, Tony Martin foi sentenciado à prisão perpétua por assassinato. Ele recebeu dez anos adicionais por ter ferido Fearon e mais doze meses por possuir uma espingarda sem certificado. Quando o veredito foi lido, os membros da família do adolescente ladrão “rugiram em aprovação”, e uma parente do sexo feminino gritou para Martin: “Eu espero que você morra na prisão.” A mãe de Martin, de oitenta e seis anos, disse que estava “devastada, chocada e magoada. Por causa desse veredito, pessoas decentes não poderão mais dormir à noite.” O chefe de polícia do condado admitiu que Martin havia sofrido tantas perdas que ele acreditava ser “uma perda de tempo” trabalhar com a polícia. O Juiz Owen resumiu sua opinião sobre o resultado para a corte: “Me parece que este caso serve como um aviso terrível a todos os assaltantes que invadem as casas de outras pessoas. Todo cidadão pode fazer uso de força razoável para prevenir o crime. O roubo é um crime. O proprietário, em sua própria casa, pode pensar que está sendo razoável, mas isso pode ter conseqüências trágicas.”[152]

Um furor público em favor de Martin seguiu o veredito e levou Ann Widdecombe, porta-voz do Comitê de Assuntos Internos, da oposição Conservadora, a lançar uma campanha “surre um ladrão.” Mas na visão de Widdecombe, Martin havia usado uma força excessiva. O que teria sido apropriado? Se ele tivesse usado um bastão para golpear a cabeça de Barras – presumivelmente sem provocar muitos danos ao ladrão – e o mantivesse imóvel até a chegada da polícia, disse ela, “bom para ele.” Como ele conseguiria manter o outro invasor imóvel ao mesmo tempo ela não disse. Mesmo o Secretário do Interior, o Trabalhista Jack Straw, pediu por um fim à cultura do “passar batido”. [153] Políticos da oposição começaram a olhar novamente para o estado da lei de autodefesa e a considerar mudanças para a mesma. Quando William Hague, líder do partido Conservador, prometeu que o próximo governo Conservador iria “inspecionar a lei” para proporcionar maior proteção àqueles que confrontam ladrões, foi acusado de adotar uma “mentalidade de linchamento da multidão.” [154] O porta-voz

da polícia se opôs a quaisquer mudanças. O presidente da Federação dos Policiais argumentou “que a lei não precisava ser mudada, era apenas uma questão de como a palavra ‘razoável’ era interpretada pelos juízes, júris e magistrados.” E Crispian Strachan, chefe de polícia de Northumbria, insistiu que ofereceu mais proteções legais para pessoas que atacavam intrusos “poderia levar a níveis americanos de assaltos e mortes violentos na Grã-Bretanha.” “Eu ouvi comparações com os Estados Unidos”, continuou ele, “onde há uma taxa um pouco menor de roubos domésticos mas uma taxa muito maior de crimes violentos e assassinatos. Isso acontece porque eles têm o direito de se defender a qualquer custo. Eu não gostaria de ver isso introduzido aqui.” [155] Tanto a comparação de Strachan sobre as taxas de criminalidade como sua descrição dos Estados Unidos são estereótipos antigos e enganadores. Uma nota final sobre o caso Martin. Depois do veredito dois jurados foram à frente alegar que haviam sido intimidados a votar pela condenação de Martin por medo de serem retalhados e pela presença de um grupo de homens sentados na galeria pública, que olhavam fixamente para os membros do júri. Em uma ação sem precedentes, três juízes da Corte de Apelação julgaram pela primeira vez na história Britânica que perguntas podem ser feitas ao júri depois de um julgamento.

Em outubro de 2001 os juízes da corte de apelação reduziram a sentença de Martin de assassinato para homicídio não intencional. De acordo com isso, sua sentença de pena perpétua foi reduzida para cinco anos, e sua sentença de dez anos por ferir Fearon foi reduzida para três, concorrentemente à outra. A decisão dos juízes foi baseada não em novas evidências apresentadas para justificar a alegação de defesa própria, mas sobre a descoberta de que Martin devia ser julgado como alguém de responsabilidade diminuída por conta de um abuso sofrido quando criança. O Lorde Woolf, falando pelos juízes, disse, “Martin usou uma arma de fogo que ele sabia que não tinha o direito de possuir, de uma maneira totalmente injustificada. Não pode haver desculpa para isso, embora tenhamos de tratar sua responsabilidade como reduzida.” Martin conseguiu sua liberdade condicional em cerca de um ano. Fearon já foi solto. Ao comentar sobre a decisão da corte, o editor da *The Spectator* apontou que o julgamento “não fez absolutamente nada para corrigir uma injustiça fundamental da lei inglesa: a

de que alguém que use força excessiva em defesa própria possa ser condenado pelo mesmo crime que um assassino em série que corta as gargantas de senhoras a sangue frio.”[156]

Assim, um fazendeiro inglês, vivendo sozinho, foi sentenciado à prisão perpétua por matar um ladrão profissional e a dez anos de prisão por ferir um outro quando ambos invadiram sua casa durante a noite. Se Martin vivesse na Inglaterra do século dezanove ou em qualquer estado dos Estados Unidos, na França ou na Alemanha de hoje, ele não teria sido julgado por assassinato.[157] Os jurados se sentiram constrangidos, e em alguns casos intimidados, a condená-lo. A Inglaterra se afastou de sua tradição constitucional e do direito básico aos súditos obedientes à lei de se defender. O aviso de Dicey, um século antes, provou-se profético: “Desencoraje os esforços pessoais, e os súditos leais se tornam escravos de malfeitores.”[158]

xxvii Este livro foi publicado originalmente em 2002 – NT.

xxviii O nome usado aqui, *teddy boy*, é um trocadilho de “*teddy bear*”. Um *teddy bear* é um urso de pelúcia, e o trocadilho faz alusão ao fato de que muitos infratores eram adolescentes – NT.

xxix O termo original é “*White Paper*”. Na esfera governamental (os *white papers* também são usados no âmbito empresarial) são documentos oficiais do governo geralmente contendo diretrizes para políticas que ainda serão levadas para votação, no intuito de testar a reação da opinião pública a respeito das mesmas – NT.

xxx O termo original é “*Green Paper*”. Estes são documentos ou relatórios oficiais do governo geralmente contendo temas para consultas e discussões e propostas para debates. Os *Green Papers* podem resultar na produção de um *White Paper* (ver nota xxix, neste mesmo capítulo) – NT.

MAIS ARMAS MAIS CRIME OU MAIS ARMAS MENOS CRIME? O CASO AMERICANO

Desarmar não criminosos na esperança de que isso possa ajudar indiretamente a reduzir o acesso às armas pelos criminosos é uma aposta perigosa com conseqüências potencialmente letais. [xxxi]

– Gary Kleck, “*Guns and Violence: An Interpretive Review of the Field*”, 1995

Note-se que uma “sociedade mais segura” significa “uma sociedade com menos mortes de não agressores resultantes de encontros violentos” e não “uma sociedade com menos mortes resultantes de encontros violentos em geral.” [xxxii]

– Lance Steel, “*The Legitimation of Female Violence: Bias and the Law of Self-Defense*”, 1991

Em 26 de junho de 2000, *The Mirror*, um jornal diário de Londres, aconselhou seus leitores que se preparassem para a divulgação dos dados mais recentes sobre o crime, que iriam mostrar um aumento impressionante de 19 por cento nos crimes violentos e outro ainda mais impressionante de 38 por cento nos roubos em Londres.[1] Ainda assim, na noite seguinte, quando os espectadores da televisão americana foram avisados de que a violência na Inglaterra era pior que nos Estados Unidos, o *The Mirror* saltou em defesa do reino, dizendo que os “Britânicos reagiram com fúria e descrédito” à alegação Americana. Aqueles mesmos oficiais do Home Office que estavam prestes a divulgar estatísticas que mostravam um aumento recorde do crime na Inglaterra, juntamente com os “chefes do turismo” Britânico, condenaram o relatório Americano como sendo algo “fantasioso.” Mais à frente no artigo os leitores descobriam que, mesmo antes do aumento mais recente dos índices de violência, a Inglaterra já havia ultrapassado os Estados Unidos nas categorias principais de crimes violentos, com exceção de assassinato e estupro.[2] O ultraje generalizado com o relatório Americano em face a quase meio século de aumento constante das taxas de criminalidade confirmaram a observação de Mark

Steyn: “Impressões antigas são difíceis de morrer. Os americanos ainda pensam na Inglaterra como um país de baixa criminalidade. De modo semelhante, os britânicos pensam nos Estados Unidos como um país de alta criminalidade.” “Nenhuma das impressões”, adicionou Steyn, “é verdadeira. O índice geral de criminalidade na Inglaterra e no País de Gales é 60% maior do que o dos Estados Unidos.”[3] O aviso contido no artigo original do *The Mirror* chegou bem perto da verdade. Em 18 de julho o governo revelou o maior aumento em assaltos e roubos nas ruas, num período de doze meses, de toda uma geração. O *The Telegraph* resumiu desta forma: “Houve um aumento de 26 por cento nos roubos nas ruas – o maior da história. Crimes violentos cresceram 16 por cento, o maior aumento dos últimos 10 anos, e os assaltos mais sérios aumentaram quase 13 por cento [...] Algumas áreas urbanas, como a Grande Londres e West Midlands, registraram um aumento de quase 40 por cento nos roubos.”[4] Um ano depois o *Sunday Times* relataria que nos últimos quatro anos o crime violento na Inglaterra e no País de Gales havia mais que dobrado.[5] Ainda assim, impressões antigas são difíceis de morrer. Os povos da Inglaterra e dos Estados Unidos ainda compartilham noções da Inglaterra como um reino pacífico, e da América como uma república violenta. Mas a verdade desta comparação em particular nos importa muito, por conta de suas implicações nas políticas de segurança. O contraste Anglo-Americano é citado repetidamente como prova de que mais armas significam mais crime. A reputação da Inglaterra de possuir taxas modestas de crimes violentos tem sido colocada lado a lado com sua reputação de possuir leis severas de controle de armas, leis que são agora as mais rigorosas de todas as democracias. Os Estados Unidos, em contraste, são alardeados como “uma cultura das armas.” Cerca de metade das residências dos Estados Unidos têm armas de fogo.[6] Metade da equação está correta. A paz da qual a Inglaterra costumava usufruir não era resultado de leis severas de controle de armas. Quando não havia controle de armas de fogo, a Inglaterra tinha poucos crimes violentos, enquanto os controles atuais do arsenal doméstico, extraordinariamente severos, não têm conseguido parar o aumento da violência, e nem mesmo o aumento da violência armada.[7] Ao optar por privar os cidadãos obedientes à lei do direito de possuir armas ou de carregar artigos para defesa própria, a política do governo Inglês pode na verdade ter contribuído para o desrespeito às leis e com a violência que aflige seu povo.

Mas qual é o lado Americano da premissa? O caso Inglês demonstra que menos armas não significa menos crime, mas será que mais armas significam menos crime? Os 75-86 milhões de proprietários de armas dos Estados Unidos, com suas 200-240 milhões de armas de fogo, são uma causa do crime? Eles e suas armas não impactam em uma ou outra maneira? Suas armas detêm a violência?[8] As taxas de crimes interpessoais na Inglaterra têm subido muito desde que as leis sobre armas têm ficado mais restritivas. As taxas de crimes violentos nos Estados Unidos também subiram até 1991. Desde então elas têm declinado dramaticamente a cada ano, chegando em 1999 ao ponto mais baixo dos últimos trinta anos.[9] A taxa de assassinatos nos Estados Unidos tem sido descrita como “em queda livre.”[10] A taxa de homicídios havia oscilado 20 por cento entre 1974 e 1991, mas em 1999 o criminologista Franklin Zimring descobriu que “nós estamos punindo abaixo desse mínimo, então temos uma mudança estrutural no nível de risco de homicídio nas cidades americanas [...] É um ponto real de inflexão na violência letal americana.”[11] Os homicídios com armas responderam pela queda inteira nos homicídios entre 1997 e 1998.[12]

Durante esses anos de taxas descendentes de criminalidade, a legislação Americana para armas de fogo se tornou bem mais permissiva no nível estadual, e bem menos no nível nacional: uma maioria de estados agora dão direito ao cidadão obediente à lei de carregar armas ocultas consigo, enquanto o governo federal tem imposto novos controles nacionais, ainda que limitados.[13] As diferenças marcantes nas leis e políticas públicas entre Inglaterra e Estados Unidos tornam a comparação genuína e de ainda mais valor para buscarmos a relação entre armas e violência de uma maneira que possa ser útil a ambos os países.

Os ingleses têm sido relutantes em reconsiderar a premissa por trás de setenta anos de políticas falidas de segurança. Já os americanos nem tanto, pois estes raramente hesitam em questionar premissas. Eles estão nos espasmos de um debate altamente carregado sobre o papel que as armas de fogo têm nos crimes violentos e as implicações das políticas de segurança nesse papel. Diferenças marcantes de políticas entre jurisdições múltiplas e sobrepostas tornam a cena americana consideravelmente mais confusa do que a inglesa. As leis federais têm sido baseadas grandemente na suposição

de que mais armas significam mais crime. Legislações nesse sentido como a Lei Brady e o banimento de armas classificadas como armas de assalto buscam restringir o acesso a armas curtas e a armas automáticas.[14] Além disso cada um dos cinquenta estados tem sua própria política para compra individual, posse e porte de armas, baseado em sua própria teoria sobre a conexão entre armas e violência e em sua própria constituição. Até mesmo algumas cidades possuem políticas próprias para armas de fogo. Nenhuma jurisdição proíbe completamente, e nem pode fazê-lo, a compra de armas, mas os requisitos para sua compra e porte diferem bastante. Sobre a teoria de que mais armas significam mais crime, Washington, D.C., banuiu as armas curtas para residentes, e as cidades de Nova Iorque e Chicago permitem que apenas alguns residentes privilegiados as possuam. A pequena cidade de Morton Grove, em Illinois, também banuiu as armas curtas. Seis estados se recusam a permitir que um cidadão carregue consigo uma arma oculta. Em contraste, a teoria de que cidadãos armados não somente protegem a si mesmos, mas combatem o crime ganhou aceitação em anos recentes e levaram estado após estado a permitir que residentes carreguem armas ocultas consigo. Em 1994 quatro estados aprovaram legislações para permitir que adultos obedientes à lei tenham o direito de carregar consigo armas curtas escondidas, mais dez estados o fizeram em 1995, e em 1996 mais três seguiram a tendência. Outros oito já possuíam tal legislação em seus livros por anos. Até a presente data trinta e três estados[xxxiii], uma maioria clara, são obrigados a conceder a residentes que atendam aos padrões básicos o direito de carregar armas escondidas. Um desses, Vermont, não possui leis para armas.[15] Vermont também tem o menor índice de criminalidade da nação. A pequena comunidade de Kennesaw, na Georgia, um subúrbio de Atlanta, requer que cada residência possua uma arma de fogo para sua proteção. Esse vaivém de práticas e experiências divergentes acaba levando a estatísticas confusas e comparações complicadas, já que nenhum estado ou cidade pode fechar suas fronteiras. O assunto é de tal importância que estudiosos de várias áreas resolveram caminhar resolutamente por esse atoleiro num esforço de esclarecer a relação entre armas de fogo e violência. Os estudos mais confiáveis e sofisticados podem nos ajudar a avaliar o caso americano. Mas primeiro um pouco de história.

Uma breve história das armas de fogo na América

Os contrastes entre uma Inglaterra desarmada e uma América bem armada são tão grandes que é difícil de acreditar que os dois países compartilham um legado constitucional. Suas respectivas cartas de direitos reconhecem o direito dos cidadãos a possuir armas de fogo.[16] Como já vimos, a linguagem da carta Inglesa limitava o direito aos Protestantes e ao que se pensava ser “adequado à sua condição e conforme permito por lei.” Na prática todos os ingleses obedientes à lei tinham o direito a se armar. A linguagem da Segunda Emenda Americana é mais abrangente: “Sendo necessária uma milícia bem regulamentada para a segurança do estado livre, o direito às pessoas de manter e portar armas não deve ser violado.” Sua cláusula inicial se refere à necessidade de uma “milícia bem regulamentada”, mas vai além para conceder “às pessoas”, independentemente de religião ou condição, um direito “de manter e portar armas” que “não deve ser violado.” Ainda mais importante que sua linguagem abrangente, o direito americano é arraigado constitucionalmente e não pode ser removido pelo voto simples de uma legislatura ou por políticas do serviço civil por detrás-dos-panos. Mas ele tem sido ameaçado a partir de um outro quadrante. Desde a década de 1960 aqueles determinados a limitar as armas de fogo têm insistido que a Segunda Emenda nunca protegeu um direito individual, e que seu propósito era assegurar o controle do estado sobre a milícia estatal ou proteger o “direito coletivo” dos membros da milícia de estarem armados.[17] Mesmo se alguma vez o direito individual já havia existido, eles insistem que ele é agora um anacronismo. A interpretação do direito coletivo se tornou atraente pela primeira vez no início do século vinte, quando temores de negros armados no Sul e os milhões de imigrantes que eram despejados nas cidades do norte forneceram um incentivo para o desejo de estreitar a abrangência da Segunda Emenda, para que as armas pudessem ser negadas a grupos suspeitos.[18] As autoridades americanas da época, como seus pares ingleses, eram assombradas pelo espectro da desordem e da revolução.

No começo do século vinte ambos os países aprovaram legislações sobre armas de fogo, sendo na Inglaterra a Lei das Armas Curtas de 1903 e o marco divisório da questão, a Lei das Armas de Fogo de 1920. A primeira lei federal americana sobre armas não foi aprovada antes de 1934, mas antes dela leis discriminatórias nos Estados do Sul mantiveram os negros desarmados, e em 1911 o Estado de Nova Iorque aprovou a Lei Sullivan,

que transformava em delito o porte oculto de arma não registrada ou a posse ou compra de uma arma curta sem a obtenção de um certificado. A Lei Sullivan, como a Lei das Armas de Fogo de 1920, tornou arbitrária a concessão de um certificado, mas ao contrário do estatuto inglês sua jurisdição estava limitada a um estado e afetava apenas as armas curtas. Durante a década de 1920 os Americanos ficaram consternados com a ação de mafiosos armados com submetralhadoras, que lutavam pelo mercado ilegal de bebidas alcoólicas. A atenção pública se manteve fixa nos perigos das armas automáticas durante a década de 1930, graças às proezas de canalhas de uma era depressiva-extravagante como Floyd “Garoto Bonito”, George “Metralhadora” Kelly, e Bonnie Parker e Clyde Barrow. O resultado foi a aprovação da primeira legislação federal sobre armas de fogo, a Lei Nacional das Armas de Fogo de 1934. Este estatuto exigia o registro, a permissão da polícia, e uma taxa pela posse de armas automáticas, rifles de cano serrado, e espingardas com silenciadores, todas elas armas de uso comum dos criminosos. A administração Roosevelt queria incluir um plano para o registro de todas as armas curtas por uma taxa nominal de um dólar, mas abandonou a idéia quando a indústria das armas de fogo, chefes de polícia rurais e a Associação Nacional do Rifle se opuseram.[19] Mais de trinta anos passariam antes que tumultos em diversos locais e o assassinato de três políticos levassem à demanda por uma legislação mais restritiva às armas de fogo. A Lei do Controle de Armas de 1968 limitou as vendas por correio, a compra de armas de fogo por criminosos, e a importação de armas militares. Robert Cottrol considera este estatuto “algo como um divisor de águas”, porque desde sua aprovação o debate à respeito do controle das armas e do direito de estar armado se tornou “uma característica semipermanente” da vida americana do final do século vinte.[20] Na década de 1990 a legislação federal banuiu uma lista de “armas de assalto” e através da Lei Brady exigiu a verificação de antecedentes criminais antes da venda de uma arma de fogo. A preocupação do público com o crime também levou a uma maior insistência de que não existia o direito individual de estar armado. Mas um consenso de estudiosos, baseados em vinte anos de pesquisa, concluiu que a Constituição garante o direito individual.[21] Os americanos têm armas, mas eles também têm controle delas; existem supostamente 20 mil leis nos livros de estados e municípios Americanos. Não há evidência estatística para esse número suspeitosamente

redondo, mas sua grande aceitação ilustra que mesmo que as armas de fogo não estejam banidas, elas estão certamente sujeitas a controles.

As comparações internacionais sobre crimes são sólidas?

Uma comparação entre as taxas de criminalidade da Inglaterra e dos Estados Unidos é tão impressionante quanto parece? A polícia Inglesa geralmente recusa essas comparações dizendo que são inválidas, ao menos as comparações em que as taxas de criminalidade Inglesas são as mais altas. Nós precisamos acomodar definições diferentes para determinados crimes e métodos diferentes de cálculo, para não dizer cenários sociais e econômicos diferentes, e técnicas diferentes para lidar com os incorrigíveis. Mas as comparações são eminentemente válidas e valiosas, porque despejam luz sobre a maneira com que cada país mantém a ordem. Mais importante, qualquer comparação que revele uma maneira mais efetiva de reduzir o crime deve valer a pena de ser analisada. Uma vez que tivermos listado todas as variáveis, uma bateria de questões intrigantes nos espera. Não há dúvida de que as armas têm um papel muito maior no crime Americano do que no Inglês. De acordo com estatísticas da polícia de 1996, elas foram usadas em apenas 7 por cento dos assassinatos ingleses, mas em 68 por cento dos assassinatos Americanos, e a taxa de assassinatos nos Estados Unidos em 1996 era seis vezes maior que na Inglaterra. [22] Os levantamentos feitos com as vítimas mostraram que quatro por cento dos roubos ingleses foram roubos armados; nos Estados Unidos, o índice era de 28 por cento dos roubos. [23] Ainda assim, com exceção do assassinato e do estupro, desde 1995 as taxas americanas de crimes violentos têm sido menores que as inglesas. Os bandidos ingleses tinham uma grande capacidade de cometer crimes sem armas de fogo, embora os crimes armados também aumentaram na Inglaterra. Mas quando o assunto é homicídio, no entanto, os ingleses têm historicamente mantido uma taxa muito baixa. [24] Apesar do grande conjunto de armas ilegais presentes na Inglaterra hoje, e do grande conjunto das legalizadas do passado, os criminosos faziam pouco uso das armas. [25] Na verdade, embora o crime violento tenha aumentado bastante na Inglaterra, nos últimos cinco anos, um estudo internacional descobriu que a taxa de assassinatos permaneceu baixa, sendo a de Londres a mais baixa entre todas as capitais europeias. [26] Por outro lado, a taxa de homicídios para a cidade de Nova Iorque tem sido no mínimo cinco vezes maior que a

de Londres pelos últimos duzentos anos. Durante a maioria desse período não houve restrições às armas de fogo em ambas as cidades. “Mesmo sem armas”, escreve Eric Monkkonen, “os Nova-iorquinos ainda conseguiram superar, em esfaqueamentos e surras, os habitantes de Liverpool por um múltiplo de 3, e os Londrinos por um múltiplo de 5,6.”[27] Se a população heterogênea dos Estados Unidos, com seu caráter de alta mobilidade social, parece mais inclinada à violência do que a população Inglesa, seria a disponibilidade de qualquer tipo particular de arma apenas incidental? Ou foram as armas que elevaram os índices de violência dos Estados Unidos acima do que numa situação contrária? Muitos insistem que sim, que os criminosos têm acesso fácil a armas letais e que pessoas comuns que possuem uma arma de fogo têm grandes chances de usá-las durante uma discussão. Alguns da comunidade médica têm chamado as armas de fogo de risco à saúde pública. De acordo com Richard Maxwell Brown, no entanto, os americanos são mais violentos não por causa das armas de fogo, mas por causa dos padrões legais de defesa própria. Ele acredita que a baixa taxa de homicídios da Inglaterra pode ser atribuída ao dever da lei comum de tentar o recuo ao ser atacado, e que a taxa mais alta dos Estados Unidos seja porque a lei comum permite ao indivíduo defender seu território e matar em defesa própria.[28] Os Americanos têm muito mais amplitude para se protegerem do que os Ingleses, juntamente com meios melhores para fazê-lo. Qualquer que seja a causa, se os Americanos são mais violentos, as armas poderiam ter um papel importante no desencorajamento do crime, em vez de aumentá-lo? Estados que possuem leis para o porte oculto certamente assumem isso. Isso não significa que todo mundo precisa estar armado. Em seu estudo pioneiro, John Lott explica seu raciocínio:

Dissuasão importa não somente àqueles que tomam ações defensivas ativamente. Pessoas que defendem a si mesmas pode beneficiar outros cidadãos indiretamente [...] motoristas de táxi e traficantes de drogas que usam armas produzem um benefício para motoristas de táxi e traficantes de drogas que não usam armas [...] chefes de família que defendem a si mesmos fazem com que os ladrões tenham receio de invadir casas. Estes efeitos de respingo são freqüentemente chamados de “efeitos de terceiros” ou “benefícios externos.” Em ambos os casos os criminosos não conseguem saber de antemão quem está armado.[29]

O que nos leva a outra questão: A adoção dessas leis de porte oculto não discriminado funcionaram, ou a liberdade que esses trinta e três estados deram a seus milhões de residentes para carregar armas curtas ocultas

causou um banho de sangue, já que cada americano irritado pode recorrer à sua arma? Os experimentos americanos com políticas de armamento dramaticamente diferentes podem fornecer informações valiosas sobre quais métodos funcionam melhor, ou mesmo se as políticas de armamento são determinativas.

As variáveis por detrás das estatísticas

As primeiras variáveis que precisam ser combatidas são as estimativas mesmas do crime. As definições nacionais dos crimes variam. A taxa de homicídios Americana inclui tanto assassinato como homicídio não intencional e não negligente, e também as mortes causados por tiros em defesa própria. O Bureau Federal de Investigação (FBI) instrui a polícia Americana a listar os homicídios como assassinatos mesmo quando o caso não chega à corte ou quando recebe uma acusação de menor seriedade. [30] Estas práticas Americanas tornam a taxa registrada de homicídios dos Estados Unidos a maior possível, sem a inclusão de crimes periféricos como a tentativa de assassinato. Na Inglaterra, ao contrário, os números dos homicídios são “tratados para se chegar ao mínimo possível.” Incluem assassinato, infanticídio, homicídio não intencional com responsabilidade diminuída e homicídio intencional da lei comum, mas como nos Estados Unidos, não inclui tentativa de assassinato. Três estatutos mudaram o modo com que os Ingleses calculam seus homicídios, sendo que todos reduzem os números finais. A Lei do Tráfego nas Estradas de 1956 removeu da categoria de homicídio não intencional os homicídios causados pela condução perigosa de veículos automotores. Um ano depois a Lei dos Homicídios dividiu os homicídios em capitais e não capitais, criou responsabilidades separadas para cada indivíduo envolvido, e inventou uma nova categoria para responsabilidade diminuída. Estas mudanças alteraram o modo com que a polícia registrava e lidava com homicídios, e as decisões que as cortes e os júris tomavam. Mas a característica única das estatísticas Britânicas de homicídios, que é a de tratar os números, foi iniciada pelo Home Office em 1967, quando os ministros estavam ansiosos por manter as taxas de homicídio em níveis baixos para prevenir o reestabelecimento da pena capital. O esquema que eles criaram funciona da seguinte maneira. Cada caso de homicídio é rastreado pelas cortes. Se um homicídio é eventualmente reduzido para uma acusação menos séria ou se é determinado

que foi um acidente ou defesa própria, ele é removido das estatísticas. O resultado é a redução da taxa de homicídios Inglesa em até um quarto, e em anos recentes em 12 por cento, em média.[31] Se Howard Taylor, um historiador da área de economia, estiver certo, a prática de subnotificar deliberadamente os homicídios, e até mesmo levá-los a julgamento com acusações menos sérias, tem sido uma prática na Inglaterra por mais de um século. Taylor argumenta que, uma vez que os julgamentos de homicídio são muito caros, o nível extraordinário de assassinatos registrados entre o meio do século dezenove e o ano de 1966 foi decorrente do fato de que “as acusações por assassinato estavam entre as mais estritamente racionadas de todos os crimes.” Casos que significassem estourar o orçamento da promotoria eram enviados de volta aos contribuintes e à polícia, para que estes levassem a acusação adiante, e que acabavam, ele sugere, “talvez dispensados, ou resolvidos com acordos que reduzissem a acusação para assalto, lesão corporal etc.” Tais casos não apareciam nas estatísticas como assassinatos. Os assassinatos sob investigação relatados ao diretor da promotoria não eram registrados oficialmente como assassinatos “conhecidos pelo público” até que a investigação ou o julgamento tivessem terminado. Mais ainda, Taylor adiciona que a maioria dos assassinatos “não ia além de um relatório ao Diretor da Promotoria. Porque a descoberta de uma morte suspeita e sua investigação e indiciamento subseqüentes poderiam fazer um rombo no orçamento das autoridades policiais, e era um segredo aberto que a maioria dos assassinatos não eram investigados.” Ele cita as *Estatísticas Judiciais* de 1899 nas quais os júris de médicos legistas “julgavam como morte por acidente, fatalidade ou causas naturais muitos casos que eram na verdade homicídios. Entre os 1.981 ‘vereditos abertos’ relatados em 1899 havia sem dúvida muitos homicídios [...] [os quais] nunca são solucionados [...] muitas das pessoas culpadas por homicídios permanecem anônimas ou, se conhecidas, não são presas.” Como prova adicional ele destaca que ao passo que os assassinatos se mantiveram surpreendentemente constantes até 1967, as estatísticas sobre outras mortes violentas como suicídios e acidentes cresceu bruscamente.[32] Isto não nega o fato de que a taxa de assassinatos dos Estados Unidos seja maior que a Inglesa, mas sim que a taxa Inglesa é, e pode ter sido por muito tempo, artificialmente baixa.

A tentativa de assassinato é excluída das taxas de homicídio de ambos os países. Os Estados Unidos incluem a tentativa de assassinato nos números de assalto com agravo, enquanto que os números Ingleses não seguem esse padrão, aumentando assim os números Americanos de assalto com agravo. Os números Ingleses para tentativa de assassinato são baixos e as condenações decorrentes desse tipo de crime são raras, mas os Ingleses têm números altos para “lesão corporal”, e algumas tentativas de assassinatos podem acabar escorregando para essa categoria. Em 1996, por exemplo, a polícia registrou apenas 674 tentativas de assassinato, mas 174.583 lesões corporais.

O estupro é o outro crime violento muito mais comum nos Estados Unidos do que na Inglaterra. Mesmo para o estupro, cujo relato é problemático, as definições distorcem os números. Em 1981, para ser classificado com estupro na Inglaterra, um incidente tinha que envolver apenas um criminoso do sexo masculino com mais de quatorze anos de idade, uma vítima do sexo feminino, e a penetração da vagina pelo pênis. Nenhum marido poderia ser acusado de estupro por sua esposa. Foi somente em 1994 que a lei Inglesa foi mudada para incluir vítimas do sexo masculino, cônjuges e penetração anal. Nos Estados Unidos o estupro inclui criminosos de ambos os sexos, vítimas de ambos os sexos, e todos os tipos de atos sexuais. Para ambos, assassinato e estupro, as taxas Americanas são bem maiores, mas em declínio, enquanto as da Inglaterra estão em ascensão. Conforme as estatísticas policiais, a taxa de assassinatos nos Estados Unidos em 1981 era 8,7 vezes a taxa da Inglaterra, mas havia caído para 5,7 vezes em 1995. A taxa de estupros nos Estados Unidos em 1981 era 6 vezes maior que a da Inglaterra, mas apenas 1,4 vezes maior em 1996, depois que a lei Inglesa passou a definir o estupro de forma mais abrangente. [33]

A maior discrepância de definição entre os dois países ocorre nos assaltos. A Inglaterra distingue entre o delito de lesão corporal, no qual haja lesão real ou séria ao corpo da vítima, e o delito menor de assalto comum, no qual a vítima pode ser socada, chutada ou empurrada, sem ferimentos sérios. Os Estados Unidos distinguem entre assalto com agravo, no qual houve uma tentativa de assassinato e a vítima possui ferimentos sérios ou está inconsciente, e o assalto simples, em que a vítima sofre ferimentos leves e nenhuma arma tenha sido usada. Embora as definições não sejam

perfeitamente compatíveis, não parece restar muitas opções senão a de comparar o crime de lesão corporal Inglês com o crime Americano de assalto com agravo.

Grandes discrepâncias vêm também de um quadrante menos óbvio, as taxas nas quais as vítimas relatam os crimes para a polícia, e as taxas nas quais a polícia registra esses crimes. O relato das vítimas Americanas e Inglesas varia para diferentes crimes. Uma proporção maior de assaltos é relatada à polícia Americana do que à Inglesa, cerca de 54 por cento comparados a 40 por cento. Mais furtos são relatados à polícia Inglesa do que à Americana, cerca de 66 por cento comparados a 50 por cento, mas no caso de roubos os Americanos relatam à polícia somente um pouco a mais que os Ingleses. Há uma disparidade assimétrica nas taxas em que as polícias de cada nação registram oficialmente os crimes a elas relatados. Patrick Langan e David Farrington descobriram que: “Comparada à polícia da Inglaterra, a polícia dos Estados Unidos registra com mais frequência, como crimes, os delitos que lhe são reportados.”[34] Nos Estados Unidos a polícia registrou 78 por cento dos roubos reportados, e a polícia Inglesa apenas 35 por cento, e em 1998 ainda menos, 30 por cento. Sobre furtos, de 1981 a 1995 a porcentagem de furtos registrados pela polícia Americana subiu de 58 para 72 por cento, enquanto a taxa Inglesa caiu de 70 para 55 por cento. Apesar dessa quantidade considerável de ocorrências não registradas, as taxas de criminalidade da Inglaterra em 1995, para os crimes mais violentos, ainda eram substancialmente maiores que as dos Estados Unidos. Em ambas as nações as polícias estão registrando uma porcentagem maior de crimes que lhes são relatados do que no passado, mas a polícia Inglesa ainda deixa de registrar muitos crimes. Em 1995 a polícia Inglesa estava registrando apenas 46 por cento de todos os crimes relatados, “trazendo a Inglaterra de 1995 quase ao mesmo nível em que estavam os Estados Unidos em 1973 (43%).” Como resultado dos níveis menores de relatos e de registros de crimes dos ingleses, a pesquisa *The 1998 British Crime Survey*[xxxiv] encontrou quatro vezes mais crimes ocorridos do que os registros policiais indicavam.[35]

O cenário social e econômico

As disparidades no relato dos crimes têm raízes nas diferenças culturais e étnicas entre os povos bem como suas definições legais e métodos de

registros diferentes. Até recentemente os Estados Unidos eram um país mais violento que a Inglaterra. A taxa de assassinatos cometidos com facas é sozinha, por exemplo, duas vezes maior que a taxa Inglesa para assassinatos com todos os tipos de armas.[36] Eric Monkkonen argumenta que “a maior violência na América não é apenas uma questão da disponibilidade de armas.” De fato, as armas estiveram disponíveis aos ingleses durante a maioria dos duzentos anos que ele está considerando, mas elas eram raramente usadas em assassinatos. Monkkonen conclui: “Mesmo sem armas os Estados Unidos ainda estariam fora de cadência, tal como tem sido nesses duzentos anos.”[37] Mas justamente o porquê disso é que é tão discutível. Desde sua fundação os Estados Unidos têm sido uma terra de imigrantes, ao passo que a Inglaterra teve pouca imigração desde a invasão Normanda do século onze até o meio do século vinte. As tensões étnicas e raciais e as diferenças demográficas que esta situação produziu, os problemas de aculturação de cada novo grupo que lutava por sua inserção na sociedade Americana, e a cultura menos estável da América tiveram um impacto desventurado na criminalidade.[38] Ademais, por diversas razões, uma parcela desproporcional dos crimes violentos nos Estados Unidos foram cometidos por negros.[39] Em 1991, dos cerca de 160,8 milhões de Americanos brancos adultos, 396 de cada 100.000 estavam na prisão.[40] Dos 20,6 milhões de negros adultos, 2.563 de cada 100.000 estavam na prisão. Dos 5,6 milhões de adultos de outras raças, 643 de cada 100.000 estavam na prisão. Embora, em razão de suas políticas, a Inglaterra prenda bem menos criminosos, as proporções para cada raça são comparáveis. Em 1991, dos 36,7 milhões de brancos adultos, 102 de cada 100.000 estavam presos, enquanto que dos 750.000 negros adultos, cerca de 667 de cada 100.000 estavam presos. Dos 1,2 milhões de adultos de outras raças, em torno de 233 de cada 100.000 estavam presos. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra o encarceramento de negros é aproximadamente seis vezes maior que o de brancos, e o encarceramento de outras raças é aproximadamente duas vezes maior que o de brancos. Esta disparidade racial infeliz tem um papel muito grande na alta taxa de homicídios dos Estados Unidos, que é “em grande parte, um fenômeno negro.”[41] Tanto os assassinos como suas vítimas são desproporcionalmente negros. Em 1994 os Afro-Americanos compunham 12 por cento da população Americana, mas perfaziam 56 por cento dos presos por assassinato.[42] Havia 5.106

criminosos negros comparado com 4.445 brancos, e 5.527 vítimas negras comparado com 5.371 brancos. Quaisquer que sejam os antagonismos raciais existentes, os negros geralmente mataram negros, e os brancos mataram brancos.[43] A imigração e a raça também tiveram seu papel na criminalidade Inglesa. Apenas uma pequena proporção do aumento da taxa de criminalidade na Inglaterra pode ser atribuída aos imigrantes, mas a Scotland Yard geralmente se recusa a divulgar a raças dos criminosos quando publica suas estatísticas. Os resultados de um estudo sobre raça e crime que a Scotland Yard empreendeu vinte anos atrás “estão muito bem guardados.” J. Q. Wilson considera que se os achados tivessem chance de mudar a percepção da população de que o aumento de roubos era atribuível aos indianos do oeste, os dados teriam sido divulgados.[44] Em julho de 2000, logo após a publicação dos números vergonhosos da criminalidade, a Scotland Yard quebrou seus precedentes e revelou que os tiroteios nas comunidades negras eram responsáveis por quase três quartos dos crimes de Londres. Sessenta e oito por cento desses tiroteios envolviam homens negros armados atacando vítimas negras, sendo a maioria dos conflitos disputas sobre drogas.[45]

Não apenas a raça, mas também os fatores socioeconômicos parecem ser causas mais instrumentais para os homicídios do que a disponibilidade de armas de fogo. Um estudo internacional sobre homicídios foi realizado pelo Escritório de Economia para a Saúde (OHE[xxxv]) em Londres, publicado em 1976, descobriu que a taxa de homicídios americana naquela época era mais alta do que em qualquer país europeu, mas muito mais baixa que a do México e de outros países com controle rigorosos sobre armas. O OHE concluiu: “Uma razão freqüentemente apontada pelos números altos de assassinatos e homicídios nos Estados Unidos é a disponibilidade fácil de armas de fogo [...] Mas a forte correlação com variáveis racial e socioeconômicas sugere que os determinantes fundamentais da taxa de homicídios estão relacionados com fatores culturais particulares.”[46] Um desses fatores é o mercado lucrativo de drogas ilegais, um outro é o impacto de lares com apenas um dos pais e famílias problemáticas. Uma investigação em Detroit descobriu que aproximadamente 70 por cento dos criminosos juvenis que cometiam homicídios não viviam com ambos os pais, e que jovens negros do sexo masculino que vinham de casas com apenas um dos

pais tinham o dobro de chance de se envolver com o crime do que os jovens negros do sexo masculino que viviam com ambos os pais.[47] Por outro lado, a quebra da família é um fenômeno comparável na Inglaterra e nos Estados Unidos.

O homicídio nos Estados Unidos é também um fenômeno primariamente urbano, e as áreas urbanas são as que têm mais chance de possuir controles restritivos às armas. E tudo isso leva à questão de quem possui aquelas 200 milhões de armas de fogo nos Estados Unidos, e qual impacto essas armas têm neles e nos crimes.

Proprietários de armas

A mídia americana tende a retratar o proprietário de armas típico como alguém ignorante, um “caipira” grosseiro, um vigilante que adora atirar em criaturas grandes e pequenas. Estudos feitos pelo Instituto Nacional de Justiça, um braço do Departamento de Justiça, descobriu que os proprietários de armas dos Estados Unidos são desproporcionalmente rurais, sulistas, do sexo masculino e Protestantes, mas também são desproporcionalmente trabalhadores de escritório e pertencentes à classe média.[48] A propriedade de armas é também mais alta entre pessoas de meia-idade e entre pessoas casadas. Quando se examinaram os “perfis de personalidade” dos proprietários de armas nenhuma diferença considerável com o restante da população foi encontrada, embora os proprietários de armas tenham mais chances fazer uso de uma força defensiva para ajudar vítimas.[49] Informações adicionais vieram de pesquisas feitas na saída de zonas eleitorais, nas eleições de 1988 e 1996, que continham perguntas sobre a propriedade de armas de fogo. Os resultados revelaram um aumento geral na posse de armas, de 27,4 para 37 por cento, entre essas datas, com um aumento de 70 por cento na fatia de mulheres proprietárias de armas de fogo.[50] Em 1996 a posse de armas por brancos excedia a dos negros em cerca de 40 por cento. Os negros podem ter relatado suas armas abaixo da realidade, mas John Lott, autor do estudo mais abrangente sobre o impacto das leis de armamento, argumenta que mesmo uma taxa de propriedade de armas por negros de 100 por cento não explicaria “por si só” a diferença entre as taxas de assassinatos entre brancos e negros. A única exceção relativa ao aumento da posse de armas foi entre aqueles vivendo em áreas urbanas com população superior a 500.000 habitantes. Enquanto as áreas

rurais possuem as taxas mais altas de posse de armas e as menores taxas de crimes, Lott descobriu que as cidades com mais de 500.000 habitantes possuem as menores taxas de posse de armas e as taxas mais altas de criminalidade.[51] “Se a propriedade de armas de fogo, ou o regime legislativo, foram determinantes”, conclui J. A. Stevenson, “a taxa de homicídios nos Estados Unidos deveria ser quase que inteiramente um fenômeno branco e suburbano ou um fenômeno rural. Ela é, é claro, justamente o oposto.”[52]

Mais impressionante que qualquer distinção entre proprietários e não proprietários de armas é a diferença entre ambos os grupos e os proprietários de armas ilegais. Uma vez que provavelmente menos de 2 por cento das armas curtas e bem menos de 1 por cento de todas as armas jamais serão envolvidas em um único ato de violência, o problema da violência criminal com armas está concentrado dentro de um grupo muito pequeno.[53] Um estudo do governo sobre adolescentes descobriu que 74 por cento dos que possuem armas ilegais cometem crimes nas ruas, 41 por cento usam drogas, e todos tem muito mais chance de ser membros de gangues do que de não ser. Mas o estudo também mostrou que garotos que possuem armas legalizadas “apresentam taxas muito menores de delinqüência e de uso de drogas, e são até mesmo menos delinqüentes do que os que não possuem nenhuma arma.”[54]

Uma arma é um risco à saúde?

“Aquela arma no armário, para proteger contra ladrões, será muito provavelmente usada para atirar em um cônjuge num momento de raiva”, disse um artigo do *Philadelphia Inquirer* aos seus leitores em 1988. “O problema somos você e eu – caras obedientes à lei.”[55] Desde pelo menos a década de 1930 especialistas têm assegurado ao público que uma arma é inútil contra invasores. H. C. Brearley, um estudioso de homicídios da década de 1930, alegou: “Aqueles mais experientes em tais assuntos geralmente concordam que é quase um suicídio, para o chefe de família típico, tentar usar uma arma de fogo contra um ladrão ou assaltante profissional.[56] Essas duas noções comuns sobre o uso das armas, difundidas pela mídia, pela polícia e pelos governos da Inglaterra e dos Estados Unidos estão na raiz da relação entre armas e violência.[57] Os proprietários de armas têm mais chance de matar alguém que conhecem, ou

de ferir a si mesmos, do que encontrar utilidade nas armas para sua proteção? A presença de uma arma os torna mais agressivos? A resposta para a última questão, na opinião de três psicólogos que conduziram testes de laboratório com associações entre imagens e palavras, seria sim.[58] Os números do FBI parecem apoiar esses temores, pois mostram que as pessoas são mortas freqüentemente por pessoas a quem conhecem.[59] Mas as estatísticas criminais e a investigação de quem o FBI coloca na categoria “pessoas a quem conhecem” levam a uma conclusão diferente. Primeiro, os registros criminais mostram que os homicídios com armas de fogo não são obra de pessoas pacíficas em um momento de raiva, mas sim que 90 por cento dos adultos assassinos possuem registros criminais anteriores, que na média datam de seis anos antes e contêm quatro prisões por crimes adultos sérios.[60] Esses não são “caras obedientes à lei.” Os assassinos juvenis, bem como a maioria de suas vítimas, também possuem antecedentes criminais. Os registros de Boston de 1990-1994 mostram que 76 por cento das vítimas juvenis e 77 por centos dos juvenis que assassinaram outros juvenis tinham passagens anteriores pela polícia. As vítimas tinham uma média de 9,5 acusações criminais, e os assassinos uma média de 9,7.[61]

Mas e os casos de homicídios domésticos? Um estudo feito por Arthur Kellerman e outros autores, publicado no *The New England Journal of Medicine*,[xxxvi] alega demonstrar que a manutenção de uma arma dentro de casa “estava associada de maneira forte e independente a um risco aumentado de homicídio.”[62] A arma seria um risco à saúde. Kellerman e seus associados usaram uma amostra de 444 homicídios que aconteceram nas casas das vítimas em três condados, e um grupo de controle de pessoas que viviam perto das vítimas e tinham o mesmo sexo, raça e faixa etária. Entre outras falhas em sua metodologia, os autores deixam de mencionar que em apenas 8 dos 444 homicídios a arma envolvida ficava dentro da casa. [63] Quatro outros médicos, em um estudo publicado em 1975, examinaram os registros do Condado de Cuyahoga, em Ohio, de 1958 a 1973, para determinar o valor de uma arma para a proteção pessoal. Eles contaram 148 acidentes fatais com armas durante esses quinze anos, dos quais 78 por cento aconteceram em casa e 23 envolveram assaltantes, ladrões ou intrusos mortos por pessoas que defendiam suas casas. A metodologia apresentou falhas também. Os autores cometeram o erro básico de contar

todas as 148 mortes, não apenas as 115 que aconteceram em casa, no numerador. Pior, eles contaram como uma defesa válida com arma apenas as ocorrências raras em que o intruso foi morto, e nunca chegaram a estabelecer se qualquer desses acidentes registrados envolvia um caso de defesa. Sua conclusão, publicada em um jornal médico de renome, era de que, uma vez que seu cálculo era de seis vezes mais acidentes em casa do que bandidos mortos, “a posse de armas de fogo parece ser um meio perigoso e pouco efetivo para a proteção própria.”[64]

Os registros da polícia são um indicador mais confiável de se uma arma dentro de casa costuma levar alguém que era um cidadão pacífico a atirar em alguém, e dos riscos reais de acidentes. De acordo com registros de Detroit e Kansas City, o Missouri, em 90 por cento dos homicídios domésticos a polícia havia sido chamada à casa ao menos uma vez nos dois anos anteriores ao assassinato, e em 54 por cento dos casos havia sido chamada cinco vezes ou mais.[65] “A maioria dos assassinatos em família são precedidos por uma história longa de violência”, concluiu um outro estudo; o homicídio intrafamiliar “é tipicamente um episódio dentro de uma síndrome de violência de longa duração.”[66] Novamente, esses não são “caras” comuns cuja paz doméstica é balançada imprevisivelmente pela violência com uma arma. Como então é possível entender as descobertas do FBI de que a maioria das mortes são de familiares, amigos ou outros “conhecidos pelo assassino”? Dentro da categoria daqueles que se conhecem a polícia coloca membros de gangues rivais – a maioria dos assassinatos são decorrentes de disputas ligadas a drogas entre gangues – traficantes e compradores de drogas, e até mesmo motoristas de táxi mortos por seus clientes.[67]

Os acidentes com armas são também uma causa de preocupação, especialmente aqueles acidentes altamente divulgados envolvendo crianças. Em 1988, o último ano em que os números relativos às armas curtas estão disponíveis, houve 200 mortes acidentais causadas por armas curtas nos Estados Unidos. É interessante que 22 desses acidentes tenham ocorrido em estados onde é permitido o porte oculto de armas e 178 em estados que não o permitem.[68] Acidentes com armas de fogo envolvendo crianças na verdade diminuíram em 55 por cento desde 1930 nos Estados Unidos, apesar de um grande aumento no número total de armas de fogo.[69] Em

1996 houve 1.134 mortes acidentais de todas as armas de fogo do país. Destas, 42 foram crianças, 17 menores de cinco anos de idade e 25 com cinco a nove anos. Naquele mesmo ano 1.915 crianças morreram em acidentes de carro e outras 489 foram atropeladas por carros, 805 morreram afogadas, e 738 com fogo. Mais do que o dobro de crianças morreram afogadas na banheira ou por ingerir venenos presentes na casa do que por acidentes com armas.[70] Se as armas não tivessem um propósito legítimo, uma morte sequer seria demais. Por outro lado, se elas têm um papel na proteção pessoal, há uma razão importante para compensar a presença de um item que possa machucar uma criança. Facas de cozinha, produtos químicos para uso doméstico, e banheiras continuam presentes em todas as casas.

A questão é se *há* uma razão compensatória para manter uma arma de fogo. As armas têm um papel real na proteção de seus proprietários, ou os indivíduos têm, como é freqüentemente dito, mais chances de machucar outros e a si mesmos do que de machucar seus atacantes? Há riscos de mortes errôneas quando alguém tem certeza que está agindo em defesa própria. Um incidente deste tipo foi o erro muito bem divulgado de um homem na Louisiana, que atirou em um estudante Japonês que foi à sua porta vestido com uma fantasia de Halloween e fingiu ameaçá-lo. Felizmente, há apenas cerca de trinta erros desse tipo por ano, no país inteiro. No mesmo período a polícia mata erroneamente de cinco a onze vezes essa quantidade de pessoas inocentes.[71]

Mas as armas são úteis para proteção? Elas são claramente o único meio pelo qual os fracos podem se defender dos fortes, as mulheres dos homens, o homem sozinho de dois ou mais atacantes. Ainda assim, a alegação mais comum é de que se defender com uma arma de fogo é uma “auto-ilusão perigosa.”[72] De acordo com a Handgun Control, Inc.[xxxvii], se você for atacado a melhor defesa é “não tentar nenhuma defesa – dê a eles o que eles querem ou corra.” Mas estudos criminológicos têm mostrado que as vítimas que resistem com uma arma de fogo ou outros tipos de arma têm apenas metade da chance de serem feridas do que aquelas que não apresentam resistência alguma, e as que não resistem não somente têm mais chances de serem feridas, mas também de serem estupradas ou roubadas.[73] Mesmo numa situação grave onde uma vítima armada confronta um

ladrão armado, a Pesquisa Nacional de Vítimas do Crime descobriu que as vítimas armadas têm muito menos chances de se ferirem do que as que resistem de outras maneiras, e um pouco menos de chance de se ferirem do que aquelas que não resistem de forma alguma.[74] Em cerca de 98 por cento das vezes os cidadãos armados têm somente que ameaçar usar suas armas para parar o ataque.[75] Ao contrário do que se costuma acreditar, os criminosos tomam a arma da vítima em menos de um por cento de todos esses confrontos.[76]

Há também bastantes provas anedóticas do uso defensivo de armas com sucesso. Um desses casos envolveu George Smith, de setenta anos de idade. Cliente freqüente de uma pequena loja de conveniência em um bairro da classe trabalhadora de Indianápolis, Smith estava lá quando dois ladrões entraram e lhe apontaram uma arma. Ele fingiu desmaiar, e um dos ladrões foi até o fundo da loja enquanto o outro ficou perto da caixa registradora. Quando a proprietária da loja gritou do fundo, Smith se levantou do chão, sacou a arma que estava carregando, atirou no intruso que o havia ameaçado, e então feriu seu cúmplice quando este já tentava fugir. A loja já havia sido roubada duas vezes nos últimos dois anos, e na última vez o proprietário, Jerry Moore, e Smith, que estava do lado de fora da loja, foram feridos. Smith ficou no hospital por semanas. “Então ele comprou uma arma. Dois anos depois, quando os assaltantes vieram novamente, Smith estava preparado.” Nenhuma acusação foi feita, já que a polícia concordou que Smith agiu em defesa própria.[77] Em outro incidente o *New York Times* relatou, “Ladrão coloca homem de 92 anos de idade em armário de armas e é baleado.”[78] Sem armas de fogo nem Smith e nem o senhor de noventa e dois anos poderiam ter se defendido.

Embora as anedotas sejam abundantes, as estatísticas sobre o uso defensivo de armas de fogo são difíceis de se conseguir. A maior dificuldade no cálculo da efetividade de resistir com uma arma de fogo é que a maioria dos usos defensivos de uma arma de fogo não são relatados para ou pela polícia. As estatísticas policiais registram quando uma vítima ou bandido são baleados, mas não o número de vezes que a mera ameaça com uma arma de fogo assustou e afugentou um criminoso.[79] Mesmo estudos que incluem perguntas sobre esse assunto estão longe de obter respostas precisas. Há variações importantes no modo em que as perguntas são respondidas e

diferenças no período de tempo coberto. Mais ainda, os que respondem têm todas as razões para serem cautelosos em fornecer informações sobre o uso defensivo de uma arma que pode ter envolvido o porte ilegal de uma arma em um espaço público, bem como de ações defensivas que possam resultar em questionamento policial. Quinze pesquisas nacionais sobre o uso defensivo de armas, incluindo pesquisas feitas pelo *Los Angeles Times*, Gallup e Peter Hart Research Associates, mostram entre 700.000 e 3,6 milhões de usos defensivos por ano. Uma das pesquisas, a grande e normalmente confiável Pesquisa Nacional da Vitimização do Crime, conduzida pelo Escritório de Censo do Departamento de Justiça, encontrou apenas 82.000 usos em 1988 e 110.000 em 1990.[80] A pesquisa PNVC está nitidamente em desacordo com outras quatorze, e quase certamente representa números seriamente subestimados, provavelmente porque são perguntas sensíveis feitas por um agente da lei, a pesquisa não é anônima, e a milhares de pessoas obedientes à lei que possuem armas sem a permissão ou licença estaduais necessárias.[81] É interessante que o testemunho de bandidos encarcerados confirme o grande número de casos de uso defensivo de armas. Trinta e quatro por cento dos condenados entrevistados em um estudo que é referência para o assunto admitiram que já foram “assustados, alvejados, feridos ou capturados por uma vítima armada.”[82] Gary Kleck e Marc Gertz destacam que, uma vez que mais de 400.000 pessoas por ano alegam ter “quase certamente” salvo uma vida usando suas armas para defesa, o resultado “não pode ser desconsiderado como se fosse trivial.” Se apenas um décimo dessas pessoas estiver correta, “o número de vidas salvas pelo uso de armas pela vítima ainda excederia o número total de vidas tiradas com armas.”[83]

Cidadãos armados detêm ou aumentam o crime?

Há diversas maneiras de olhar para a questão do impacto das armas de fogo no crime. Uma é simplesmente comparando o número de armas em posse dos cidadãos com o número de crimes cometidos. Quando um grupo de pesquisadores realizou tal estudo descobriu que no período de 1973-1992 o número de armas de fogo nas casas Americanas quase dobrou, com um aumento de 110,2 por cento nas armas curtas e de 73,3 por cento na contagem geral de todas as armas de fogo.[84] Se as armas forem a causa primária dos homicídios, ou mesmo uma das causas principais, as estatísticas

de homicídios deveriam refletir esse aumento gigantesco. Realmente, no período considerado encontra-se o ano com maior número de homicídios, 1980. Mas a taxa de homicídios não consegue refletir o grande aumento no número de armas. Em 1973 a taxa de homicídios era de 9,4 para cada 100.000 habitantes; vinte anos depois, quando o suprimento de armas havia subido em 77,6 milhões, a taxa de homicídios havia caído para 8,5 por 100.000. Mais ainda, o número de homicídios cometidos com armas de fogo caiu de 68,5 por cento dos homicídios em 1973 para 58,7 por cento em 1985, subiu para 68,5 por cento em 1992, mas caiu novamente em 1994, quando outras 9.392.279 armas foram compradas.[85] Os números brutos do crime simplesmente não acompanharam o aumento dramático das armas de fogo de posse do público privado.

Uma segunda maneira de se testar a relação é considerar o impacto das leis de porte oculto agora em vigor em trinta e três estados (Figura 2). [xxxviii] Isso fornece uma evidência clara de que cidadãos armados não aumentam o crime. Estados que debatiam a adoção de leis não-discrecionárias para o porte oculto de armas eram continuamente avisados sobre a violência terrível que seria liberada caso centenas de milhares de cidadãos tivessem a permissão para carregar armas curtas. O que essas pessoas poderiam fazer durante uma briga ou um acidente de trânsito? Temores de um banho de sangue, especialmente em estados maiores e densamente populosos, se provaram falsos. Em todas as décadas de experiência com leis que permitem o porte oculto de armas em um número crescente de estados, há apenas um registro único de incidente com o uso de uma arma curta legalizada em um tiroteio subsequente a um acidente de trânsito, e que depois foi considerado um caso de defesa própria. A lei de porte oculto da Flórida começou a valer em 1º de outubro de 1987. Daquele dia até o final de 1996 mais de 380.000 licenças foram emitidas, e apenas 72 destas foram revogadas posteriormente por conta de algum crime cometido pelo proprietário, sendo que poucos desses crimes envolviam o uso da arma em si.[86] Durante os primeiros nove anos de experiência com o sistema de porte oculto na Virgínia, não houve um caso sequer de portador licenciado envolvido em crime violento.[87] Depois do primeiro ano de vigência da lei de porte oculto no Texas mais de 114.000 licenças foram emitidas e apenas 17 revogadas, enquanto que em Nevada, um ano após o início da vigência da lei, a polícia não

conseguiu documentar “um caso sequer de fatalidade resultante do uso irresponsável de armas por alguém que tivesse obtido uma permissão sob a nova lei.”[88] Na Carolina do Sul apenas uma pessoa que recebeu uma permissão para uso de arma curta, desde 1989, “foi indiciada por delito criminal [...] Sob a acusação [...] de transferir supostamente propriedade roubada, mas foi retirada pela promotoria depois que as provas foram insuficientes para provar a acusação.” A Carolina do Norte não teve nenhuma permissão revogada em virtude do uso de uma arma em um crime. E não bastasse que em nenhum caso um portador oculto tenha jamais atirado em um policial, há ocorrências em que portadores licenciados usaram suas armas para salvar as vidas de policiais.[89]

disso é vista nos roubos. Na Inglaterra e no Canadá, onde poucas vítimas potenciais estão armadas, quase metade de todos os roubos são “roubos quentes”, ou seja, com os residentes em casa, ao passo que nos Estados Unidos apenas 13 por cento são “roubos quentes.” [90] Criminosos condenados admitem que se preocupam mais com vítimas armadas do que com a polícia.[91]

Medir a detenção de crimes por causa da posse de armas é um exercício pouco exato, já que envolve incidentes que não aconteceram. Ainda assim o impacto geral das políticas de armas de fogo pode ser testado pela comparação entre jurisdições antes e depois da adoção de leis para o porte oculto, e comparando as que possuem tais tipos de leis com aquelas onde há políticas mais restritivas às armas de fogo. O estudo citado com mais freqüência sobre o impacto do porte oculto de armas, o trabalho de três criminologistas da Universidade de Maryland, foi publicado em março de 1995. Os autores examinaram cinco condados em três estados para os anos 1973-1992.[92] Eles se concentraram exclusivamente em áreas urbanas, escolheram condados sem explicar o motivo da escolha, e falharam ao não levar em conta outras variáveis que poderiam ter impacto nas taxas de criminalidade. Em um artigo intitulado “The False Allure of Concealed Guns”, [xxxix] o *New York Times* relatou que esses pesquisadores encontraram um aumento nos homicídios após a adoção de leis permitindo o porte oculto de armas, mas “não concluíram que as novas leis causaram os aumentos”, apenas que “encontraram fortes evidências de que as leis não reduziram os homicídios com armas.”[93] O que quer que seja que os pesquisadores descobriram ou falharam em descobrir em seus cinco condados, o jornal se manteve firme no propósito de passar sua mensagem sobre os perigos de se carregar uma arma ao citar um estudo de cinquenta e um incidentes nos quais policiais foram mortos, 85 por cento sem disparar suas armas e 20 por cento com suas próprias armas. O estudo da Universidade de Maryland foi um começo, mas não suficientemente inclusivo em termos dos distritos examinados e dos fatores considerados. Por exemplo, fatores como a curva demográfica e o aumento das drogas ilegais também têm um impacto significativo nas taxas de criminalidade.[94] Um estudo muito mais abrangente que examinou 170 cidades pelo período de um único ano, 1980, descobriu que a posse privada de armas pode deter o

crime, mas novamente a metodologia não incluía outras variáveis que podem afetar a taxa de criminalidade, e careceram de perspectiva longitudinal.[95]

A investigação mais abrangente em termos de escopo, duração, extensão dos dados e controle de variáveis-chave é aquela feita pelo economista John Lott. O estudo de Lott é o primeiro a analisar sistematicamente todos os 3.054 condados dos Estados Unidos por um período extenso (de 1977 a 1992) para determinar se a legislação de porte oculto de armas salvou ou custou vidas. Ele descobriu que essas leis coincidiram com menos crimes violentos – ou seja, assassinatos, assaltos com agravo e estupros – embora os crimes contra a propriedade cresceram, talvez por conta do que é conhecido como efeito de substituição. Quando as leis de porte oculto de armas entravam em vigor num condado, Lott descobriu que as taxas de assassinatos caíam em até 8 por cento, estupros em 5 por cento, e assaltos com agravo em 7 por cento. Nem todos os condados eram afetados igualmente: o declínio no crime violento era maior em área de alta criminalidade. Quando condados com quase 600.000 pessoas aprovaram leis de porte oculto, a taxa de assassinatos caiu 12 por cento, ou 7,4 vezes mais que a redução em um condado médio de 75.773 pessoas. Este resultado não é surpreendente, já que a habilidade de vítimas potenciais de portar armas é mais crucial em áreas de alta criminalidade e é nestas áreas que o policiamento é geralmente inadequado. São essas áreas urbanas e os grupos mais vulneráveis – minorias, idosos e mulheres – que são os mais insistentes no controle de armas, os que mais se beneficiaram com as leis de porte oculto.[96] Quando Lott desmembrou seus dados por renda e pela porcentagem de negros na população do condado, que é geralmente mais suscetível ao crime, ele descobriu que as leis de porte oculto tiveram como resultado um grande declínio na criminalidade tanto em áreas de renda familiar mais alta como em áreas com maior população negra. Ele também comparou as taxas de crimes entre estados que tinham leis permitindo o porte oculto e estados com leis restritivas (incluindo o Distrito de Colúmbia). Ele descobriu uma taxa de crimes violentos 81 por cento maior nos estados que não tinham leis permitindo o porte oculto. Se vidas estavam sendo salvas pelas leis de porte oculto, ele considerava que estavam sendo perdidas em estados e condados sem tais impedimentos ao crime.

Utilizando números de 1992, Lott estimou que, se os condados que possuem leis discricionárias para a posse de armas tivessem sido obrigados a emitir permissões para o porte de armas curtas naquele ano, os assassinatos nos Estados Unidos teriam declinado no número de 1.400 casos, os estupros em 4.200, os assaltos com agravo em 60.000, e os roubos em 12.000. Por outro lado, haveria 240.000 crimes contra propriedade a mais, um aumento de 2,7 por cento.[97] Se esses números estiverem corretos, o valor do porte oculto de armas é significativo e portentoso. Lott fez atualizações no seu trabalho desde então, usando estatísticas de 1996 e incluindo os dez estados adicionais que adotaram leis de porte oculto em 1994 e 1995.[98]

Mas e as outras medidas para reduzir o crime? Quão efetivas são as sentenças mais duras para crimes cometidos com armas, e os períodos de espera e verificações de antecedentes para compradores de armas? Em uma tentativa de aumentar o controle sobre os revendedores de armas, a Lei de Controle do Crime Violento e de Aplicação da Legislação de 1994 impôs novas regras para o licenciamento que reduziu o número de revendedores em 56 por cento dentro de um período de três anos.[99] A mesma lei aumentou as taxas de licenciamento de \$30 para \$200 para novas licenças e \$90 para renovações. Poderia o impacto dessas outras medidas ter sido ao menos parcialmente responsável pelo declínio nos crimes violentos dentro dos condados com porte oculto permitido, verificados por Lott? Quando ele analisou o impacto dessas medidas, Lott descobriu que as sentenças mais duras reduziram os assaltos com agravo e os roubos, mas o impacto nos outros crimes violentos foi inconsistente.[100] Não há evidências de que a redução no número de revendedores teve um impacto positivo.[101] Períodos de espera mandatórios mostraram resultados inconsistentes, e na verdade foram seguidos por aumentos nas taxas de assassinatos e estupros e diminuições nos assaltos com agravo e roubos. A mais conhecida de todas as medidas de controle de armas recentes, a Lei Brady, que torna obrigatória a verificação de antecedentes criminais antes da venda de uma arma, começou a valer em 1994. Embora o declínio atual das taxas de crimes violentos tenha se iniciado em 1991, bem antes do início da vigência da Lei Brady, a administração Clinton deu àquela lei um crédito considerável pelo declínio da violência ao prevenir a compra de milhares de armas de fogo. Uma vez que é bem menos provável que criminosos determinados tentem conseguir

suas armas através dos canais normais de comercialização, o melhor teste da Lei Brady não é o de quantas pessoas foram impedidas de comprar armas em sua primeira tentativa – a maioria das rejeições foi por detalhes técnicos – mas se a criminalidade diminuiu por causa da lei.[102] Quando Lott testou o impacto da Lei Brady nos condados ele descobriu que ela estava “associada com aumentos significativos nos estupros e assaltos com agravado”, enquanto a diminuição que ela trouxe nos assassinatos e roubos era “estatisticamente insignificante.” Tais análises da eficiência de diversas estratégias para com as armas de fogo são essenciais para balizar futuras decisões sobre políticas para a área. Elas também demonstram que o impacto atribuído às leis de porte oculto não era simplesmente um reflexo do efeito beneficente de outras leis sobre armas.

Os resultados de Lott não foram bem recebidos. Seus métodos e os números usados em seu estudo inovador têm sido examinados de perto. Sua abordagem é minuciosa, de base ampla, cuidadosa, fundamentada e erudita. Ninguém mais jamais analisou os dados de todos os condados dos Estados Unidos de um período de tempo tão extenso para testar a relação entre armas e crimes violentos. Ele disponibilizou os dados de seu trabalho a todos os acadêmicos que pediram, e forneceu uma resposta detalhada às críticas aos seus métodos na segunda edição de seu livro.[103] Mas em vez de aplaudir seus esforços, muitos defensores do controle de armas atacaram-no virulentamente, com a intenção única de desacreditar seus resultados. O ataque implacável ao trabalho de Lott, ao jornal que publicou seu artigo original e à fundação que financiou sua pesquisa é um indicativo do nível emocional lamentável no qual é conduzido a maior parte do debate sobre políticas de armas de fogo nos Estados Unidos, e da recusa obstinada de muitos dos envolvidos em considerar fatos indesejáveis.[104] Mas é essencial ao interesse público entender a relação verdadeira entre armas e violência, para que seja possível implementar políticas que melhorem cada vez mais a segurança das pessoas obedientes à lei.

O declínio na taxa americana de crimes violentos é atribuível a muitos fatores. O sistema judicial Americano tem tido um papel chave na prevenção do crime. Uma pessoa que cometa um crime sério nos Estados Unidos tem mais chances de ser pega, mais chances de ser julgada, e mais chances de ser encarcerada do que sua semelhante na Inglaterra.[105]

Mais ainda, para cada categoria principal de crime violento os criminosos Americanos são sentenciados a períodos mais longos de encarceramento, e por isso passam mais tempo na prisão do que os criminosos da Inglaterra. Desde 1981 o risco de um criminoso ser pego, condenado e preso tem aumentado nos Estados Unidos, e diminuído na Inglaterra.

Um exame mais próximo dos sistemas Inglês e Americano torna mais fácil a compreensão do porquê do aumento das taxas de criminalidade na Inglaterra e de sua diminuição nos Estados Unidos. Apesar do antigo estereótipo e das suas imperfeições, o sistema legal Americano fornece aos seus cidadãos uma proteção contra o crime melhor do que o sistema Inglês. Ao mesmo tempo ele encarna uma abordagem mais liberal às regras da defesa própria e permite os meios para essa defesa. Os americanos possuem hoje o direito “a ter armas para sua defesa” que os ingleses tinham garantido em sua Carta de Direitos, três séculos atrás. O declínio do crime violento nos Estados Unidos e sua ascensão na Inglaterra servem para destacar o fato de que as armas, em si e por si mesmas, não são a causa do crime. Mais ainda, há evidências de que os civis armados, como acreditam trinta e três estados, reduzem o crime.

xxxix A tradução livre deste título seria “Armas e Violência” – NT.

xxxix A tradução livre deste título seria “A Legitimação da Violência Feminina” – NT.

xxxix A situação em 2014 nos Estados Unidos é a seguinte: em julho de 2013 o último estado que não permitia o porte oculto de armas, Illinois, passou a permitir. Com isso, todos os estados americanos permitem o porte oculto de armas de fogo, sendo que as condições para tal porte variam de estado para estado. Somente o Distrito de Colúmbia, onde se localiza a capital Washington, não permite o porte oculto. Algumas cidades e condados também mantêm a proibição ao porte oculto – caso de Nova Iorque – NT.

xxxix A tradução livre para este título seria “A Pesquisa sobre os Crimes na Grã-Bretanha, de 1998” – NT.

xxxix No original, *Office of Health Economics* – NT.

xxxix O *New England Journal of Medicine* é uma publicação da área médica existente desde 1812. Suas publicações são focadas em pesquisas de biomedicina e medicina clínica, e é uma das revistas médicas mais influentes do mundo – NT.

xxxix *A Handgun Control, Inc.* é uma organização não governamental Americana que defende o controle das armas de fogo. Atualmente se chama *Brady Campaign to Prevent Violence*. A organização foi fundada em 1974 com o nome *Nacional Council to Control Handguns*, mudou para o nome que aparece no texto em 1980, permanecendo assim até o ano 2000, em que passou a utilizar o nome atual – NT.

xxxix Veja a nota xxxix neste mesmo capítulo. Mesmo com todos os estados da federação permitindo de alguma forma o porte oculto de armas, e com o aumento contínuo do número de

armas de fogo em posse dos cidadãos, a taxa de homicídios nos Estados Unidos continuou a cair, atingindo a marca de 4,8 homicídios por grupo de 100.000 habitantes em 2012 – NT.

[xxxix](#) A tradução livre para este título seria “O Falso Encantamento do Porte Oculto de Armas” – NT.

A EQUAÇÃO CORRETA

[...] a Carta de Direitos ainda permanece não revogada, nenhuma prática ou costume, por mais prolongada que seja, ou por mais tolerada que seja por parte do súdito, pode ser invocada pela Coroa como justificativa para infringir suas provisões.

– Bowles v. *Bank of England*, 1913

O crime tem muitas causas. Mas as armas, em si e por si mesmas, têm sido destacadas por muitos na Inglaterra e nos Estados Unidos como causa direta da violência criminal. Algo menos proeminente nessas discussões, e ausente nas estatísticas tradicionais do crime, é o impacto detentivo de um público armado. É claro que a detenção é, se não tão complexa como o crime, algo também não atribuível a uma causa singular. A detenção pode levar a muitas abordagens além de, ou em adição a, simplesmente permitir que cidadãos comuns protejam a si mesmos com armas de fogo ou outras armas. A apreensão eficiente, a condenação e a punição dos criminosos ajudam. Ajudam também as leis que permitem que pessoas atacadas ou cujas casas sejam invadidas defendam a si mesmas e suas posses com o vigor necessário. Leis não-discrecionárias para o porte oculto de armas têm tido um papel significativo na detenção dos crimes violentos nos Estados Unidos e fornecem aos indivíduos os meios de protegerem a si mesmos do modo que a lei comum desejava. Nem todo cidadão precisa estar armado para que a detenção funcione. Só o fato de saber que algumas pessoas estão armadas, e de não saber quem são elas, faz que os criminosos hesitem na hora de cometer um crime violento. Como destaca John Lott, “Cidadãos que não têm a intenção de jamais carregar consigo uma arma oculta de certa maneira ganham uma ‘carona’ nos esforços de seus concidadãos na luta contra o crime.” [1] Aqueles que se armam protegem a si mesmos e outros.

O debate americano não está terminado. A fenda permanece entre a maioria das jurisdições estaduais casadas com a premissa de que mais armas significam menos crime e aquelas ainda convencidas de que mais armas significam mais crime. Mas os americanos estão examinando suas premissas,

e mesmo enquanto continua a discussão a taxa de violência nos Estados Unidos continua sua queda firme. O debate inglês está só começando. E do modo que é hoje, uma nação em que os cidadãos obedientes à lei foram efetivamente desarmados de todos os tipos de armas por quase cinquenta anos, cujos direitos de defesa própria foram severamente circunscritos, que são dependentes de uma proteção inadequada da polícia, com um sistema judicial relutante em encarcerar os criminosos que consegue apreender, o nível de detenção é mínimo. O resultado é uma taxa de crimes violentos subindo a níveis recordes. Os sustentáculos para prevenção do crime que funcionaram tão bem no século dezenove foram todos removidos. A segurança do indivíduo tomou o assento de trás na agenda de um governo que prefere uma população passiva e vulnerável, um governo que exige o monopólio da força a qual consegue impor com sucesso somente aos cidadãos obedientes à lei. O governo Inglês jamais investigou o impacto de suas políticas básicas ou considerou seriamente alguma alternativa. A equação “armas igual a violência” permanece incontestada, e ainda assim veementemente defendida diante das falhas trágicas das políticas construídas sobre ela. Na Inglaterra menos armas significaram mais crime. Nos Estados Unidos mais armas significaram menos crime.

As pessoas têm um direito natural à defesa própria, e Blackstone acreditava que nenhum governo poderia privá-las disso, já que nenhum governo poderia proteger o indivíduo em seu momento de necessidade, “alguém deve lembrar de que há muitos lugares onde a sociedade não pode estar, ou não pode estar a tempo”, os Comuns foram lembrados durante o debate sobre a Lei de Prevenção ao Crime de 1953. “Nessas ocasiões um homem tem que se defender e defender aqueles que o acompanham. Não é de muito consolo que a sociedade chegue com grande atraso, recolha os pedaços, e puna o criminoso.”[2] A sociedade Inglesa está mais segura com este sacrifício da segurança pessoal? Não, se uma sociedade segura significa uma com menos mortes de não agressores resultantes de encontros violentos, em vez de uma com menos encontros violentos em geral.[3]

Nós temos ainda que considerar uma tese individual sobre a relação entre armas e violência: a possibilidade de que as armas não façam diferença, de que a violência não é causada ou impulsionada por sua disponibilidade. Há evidências tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos de que as armas,

por si mesmas, não causam o crime violento. Durante os anos em que os ingleses tiveram acesso abundante às armas de fogo, o crime violento declinou a um mínimo invejável. A disponibilidade de armas não fez com que a criminalidade aumentasse e pode até mesmo tê-la detido. Nos Estados Unidos há uma variedade de causas para as taxas altas de violência, independentes da disponibilidade de armas. Há causas mais profundas tanto para o crime como para a civilidade social do que a presença ou ausência de armas de fogo. Mas as armas de fogo não têm sido um fator neutro. Os últimos estudos demonstram que elas podem fazer parte de uma detenção efetiva contra predadores, e assegurar a segurança da comunidade.

O principal objetivo da sociedade, afirmou William Blackstone, “é proteger os indivíduos no usufruto dos direitos absolutos, que lhes foram investidos pelas leis imutáveis da natureza.” Ele definiu esses direitos absolutos, aqueles direitos “grandes e primários”, como segurança pessoal, liberdade pessoal e liberdade privada. O primeiro de todos é a segurança pessoal. O grande jurista esteve sempre ciente de que ocasionalmente os direitos individuais são espezinhados, mesmo direitos grandes e primários, mas ele estava convencido de que a constituição Inglesa era suficientemente resiliente para restaurá-los.

Os direitos absolutos de cada Inglês [...] conforme fundamentados na natureza e na razão, e contemporâneos à nossa forma de governo; embora sujeitos às vezes a oscilar e mudar: seu estabelecimento (excelente como é) ainda é humano. Algumas vezes nós os temos visto pressionados por príncipes tirânicos e controladores; em outras tão exuberantes que parecem até tender à anarquia [...] Mas o vigor de nossa constituição livre tem sempre livrado a nação desses constrangimentos e, tão logo as convulsões subseqüentes à luta são passadas, o equilíbrio de nossos direitos e liberdades tem se estabelecido no nível apropriado, e seus artigos fundamentais têm sido confirmados de tempos em tempos no parlamento, tão freqüentemente quanto se pensa estarem em perigo.[4]

Blackstone era um otimista. Mas no passado o otimismo estava bem fundamentado. Permitir aos indivíduos os meios para sua proteção própria e também desse modo deter o crime não é algo sem custo potencial para o silêncio geral. Mas como destacou um jurista inglês mais moderno, Browne-Wilkinson, em sua opinião de 1985: “Está implícito em um direito genuíno que o seu exercício pode trabalhar contra (alguma faceta de) o interesse público: o direito de falar somente onde seu exercício ajudasse o bem-estar

público ou as políticas públicas [...] seria uma garantia oca contra a repressão.”[5]

APÊNDICE

LICENÇAS DE ARMAS DE FOGO NA INGLATERRA E NO PAÍS DE GALES

Começando em 1870 o governo Britânico exigiu que os proprietários de armas de fogo que pretendessem usá-las ou carregá-las fora de suas propriedades adquirissem uma licença anual. A Lei da Licença de Armas permaneceu vigente até 1967. As taxas de licença obtidas pelo governo indicam uma estimativa mínima da propriedade de armas privadas durante esse período. Henry Neuburger, um economista e estatístico inglês do serviço civil Britânico, usou esses dados para determinar como variaram os números de proprietários de armas de fogo licenciadas entre 1871 e 1964. O Professor Gary Mauser da Universidade Simon Fraser, um economista e especialista em estatísticas de armas de fogo, realizou bondosamente a análise do trabalho de Neuburger para este livro. [1]

O modelo econométrico sofisticado que Neuburger criou, baseado no número de proprietários de armas por 100.000 pessoas da população geral, usava três variáveis: as condições econômicas gerais, o envolvimento com a caça, e o número de militares do país. Caçadores tinham que obter uma permissão para a caça, mas não precisavam comprar uma licença para sua arma. As guerras aumentaram a exposição às armas de fogo e o interesse nas mesmas, e os oficiais Britânicos tinham que comprar suas próprias armas de combate.

Esse modelo de Neuburger não é somente estatisticamente significativo, mas todas as variáveis independentes são significativas. Neuburger descobriu que a possibilidade de que qualquer uma das variáveis seja significativa puramente como resultado do acaso é menor que 1 em 1.000. Como demonstram as figuras A.1, A.2 e A.3, a propriedade de armas privadas subiu e caiu com outros bens de consumo bem como com os números de caçadores e de militares. Estas tendências são distintamente diferentes das representações das taxas ascendentes de crimes violentos na Inglaterra do

século vinte. Dados os números de licenças de armas, não há correspondência entre os números de proprietários de armas privadas e o aumento nas taxas de crimes violentos.

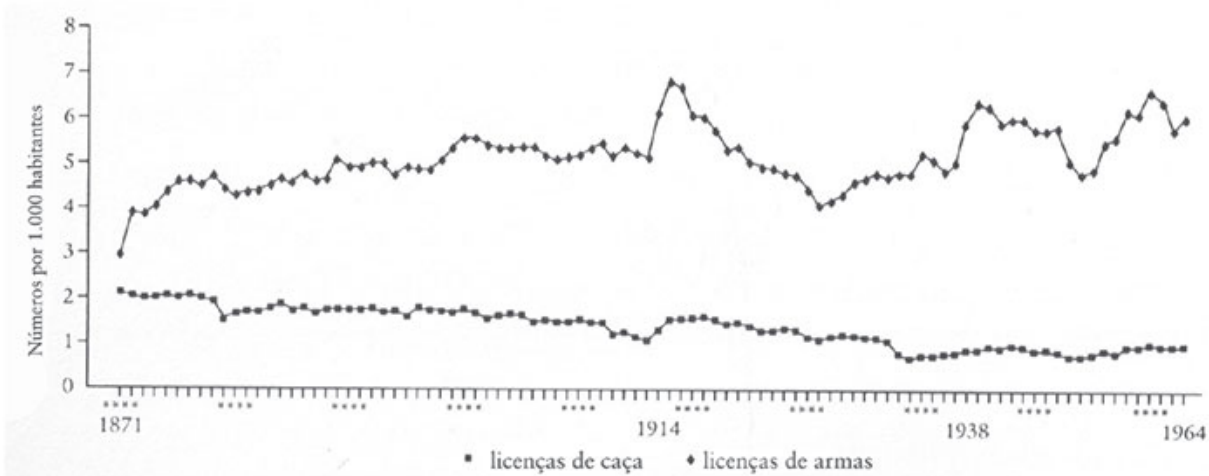


Figura A.1 – Licenças de armas e de caça, 1871-1964

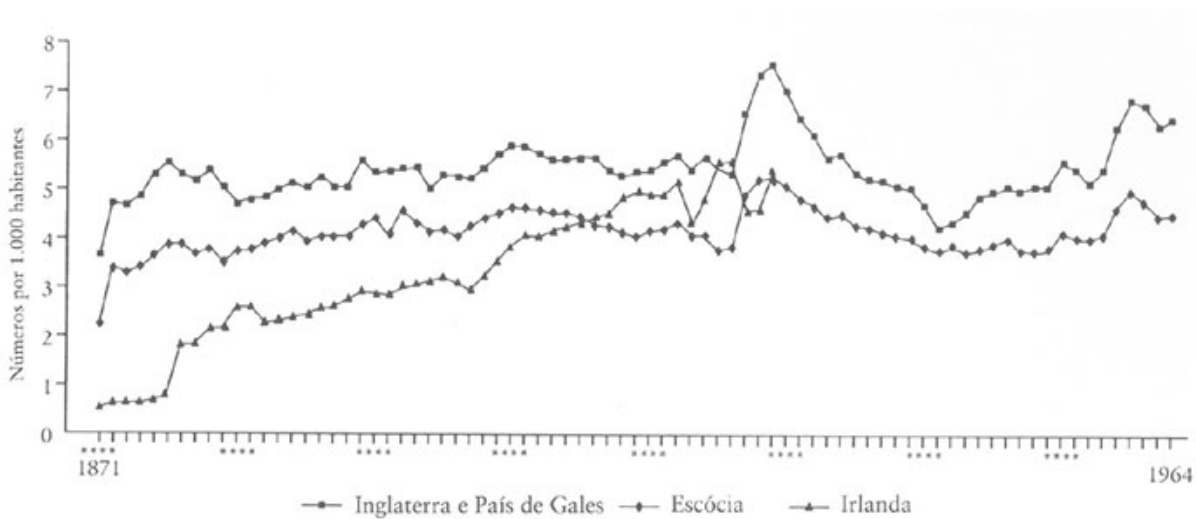


Figura A.2 – Licenças de armas, armas de fogo e espingardas, 1871-1964

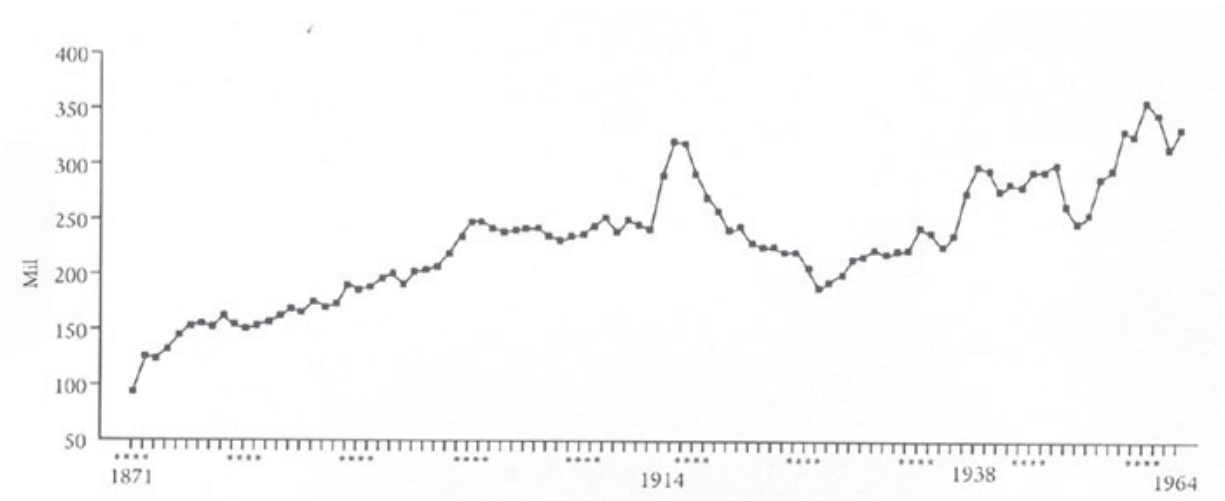


Figura A.3 – Número de armas no Reino Unido, 1871-1964

NOTAS

Introdução

Epígrafe: A. V. Dicey, *Introduction to the Study of the Law of the Constitution*, 8ª ed. (1915; reimpressão, Indianápolis, 1982), p. 341.

1. Veja, por exemplo, Franklin Zimring e Gordon Hawkins, *Crime Is Not the Problem: Lethal Violence in America* (Oxford, 1997); Craig A. Anderson, Arlin J. Benjamin Jr., e Bruce D. Bartholow, “Does the Gun Pull the Trigger? Automatic Priming Effects of Weapon Pictures and Weapon Names,” *American Psychological Science* 9 (julho de 1998): 308–314; Arthur Kellerman et al., “Gun Ownership as a Risk Factor for Homicide in the Home”, *New England Journal of Medicine*, 7 de outubro de 1993, p. 1084–1091.
2. Anderson, Benjamin, e Bartholow, “Does the Gun Pull the Trigger?”, p. 308.
3. Por exemplo, em seu estudo sobre homicídios na Inglaterra do século treze, James Given descobriu que a Inglaterra era o único país na parte norte da Europa a produzir registros tão minuciosos numa data tão remota; James Buchanan Given, *Society and Homicide in Thirteenth-Century England* (Stanford, 1977), p. 4.
4. Veja, por exemplo, Thomas A. Critchley, *The Conquest of Violence: Order and Liberty in Britain* (Londres, 1970); J. M. Beattie, “The Pattern of Crime in England, 1660–1800”, *Past and Present*, nº 62 (fevereiro de 1974); E. P. Thompson, *Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act* (Nova Iorque, 1975); Douglas Hay et al., eds., *Albion’s Fatal Tree* (Londres, 1975); J. S. Cockburn, ed., *Crime in England: 1550–1800* (Londres, 1977); David Philips, *Crime and Authority in Victorian England: The Black Country, 1835–60* (Londres, 1977); Lawrence Stone, “Interpersonal Violence in English Society, 1300–1980,” *Past and Present*, no. 101 (Novembro de 1983): 22–33; J. A. Sharpe, *Crime in Early Modern England: 1550–1750* (Londres, 1984); Thomas A. Green, *Verdict According to Conscience: Perspectives on the English Criminal Trial Jury, 1200–1800* (Chicago, 1985); Martin Wiener, *Reconstructing the Criminal: Culture, Law and Policy in England, 1830–1914* (Cambridge, 1990). Mais relevante para este estudo é o trabalho inovador de Colin Greenwood, *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales* (Londres, 1972), que surgiu logo quando o interesse pelo crime na história Inglesa estava começando.
5. Um grupo de estudiosos tem avaliado ativamente a experiência dos estados que optaram por leis que permitem o porte de armas para reduzir o crime. Veja, por exemplo, John R. Lott Jr. e David B. Mustard, “Crime, Deterrence, and Right-to-Carry Concealed

- Handguns,” *Journal of Legal Studies* 26 (Janeiro de 1997): 1–68. Veja também o capítulo 7 deste livro.
6. Para a história desta prática e sua conversão em um direito, veja Joyce Lee Malcolm, *To Keep and Bear Arms: The Origins of an Anglo-American Right* (Cambridge, Mass., 1994).
 7. Michael Bellesiles discorda da ideia de que as armas de fogo tiveram um papel importante na América colonial e nacional, e nega que elas estivessem disponíveis a qualquer um, mas somente aos Ingleses ricos. No entanto, as fontes citadas não apoiam essa tese. Veja Michael Bellesiles, *Arming America* (Nova Iorque, 2000), e minhas revisões em *Reason Magazine*, Janeiro de 2001, pp. 49–51, e no *Texas Law Journal* 79 (Maio de 2001): p. 1657–76.
 8. Tem havido um debate acalorado sobre a Segunda Emenda, se ela garante um direito individual de se armar. Durante a última década o consenso entre os estudiosos tem sido de que a intenção era de um direito individual, e especialistas constitucionais renomados têm aceito essa visão. Veja especialmente Lawrence Tribe, *American Constitutional Law*, 3d ed. (Nova Iorque, 2000), 1: 894–903; Leonard W. Levy, *Origins of the Bill of Rights* (Nova Haven, 1999), p. 133–149.
 9. Veja, por exemplo, Sir Leon Radzinowicz e Joan King, *The Growth of Crime: The International Experience* (Londres, 1977); Sir Leon Radzinowicz, *A History of English Criminal Law and Its Administration from 1750*, 5 vols. (Londres, 1948–1986); Nigel Walker, *Behaviour and Misbehavior: Explanations and Non-Explanations* (Oxford, 1977); V. A. C. Gatrell, Bruce Lenman, e Geoffrey Parker, eds., *Crime and the Law: The Social History of Crime in Western Europe since 1500* (Londres, 1980); Paul Brantingham e Patricia Brantingham, *Patterns in Crime* (Nova Iorque, 1984).
 10. Brantingham e Brantingham, *Patterns of Crime*, figs. 10–1 e 10–2, pp. 253, 254. Esta descoberta foi baseada no relatório das Nações Unidas *Crime Prevention and Control: Report to the Secretary General* (Nova Iorque, 1977).
 11. Terence Morris, *Crime and Criminal Justice since 1945* (Oxford, 1989), p. 154.
 12. Terence Morris e Louis Blom-Cooper, *A Calendar of Murder: Criminal Homicide in England since 1957* (Londres, 1964). A única exceção é uma nota de que em 1960 a namorada de um ladrão/assassino condenado conseguiu comprar uma outra pistola imediatamente após o crime “sem nenhuma dificuldade aparente.” Morris e Blom-Cooper comentam que este foi um caso de “frouxidão da lei atual”; p. 219 n.
 13. Robert Sindall, *Street Violence in the Nineteenth Century: Media Panic or Real Danger?* (Leicester, 1990).
 14. Walker, *Behaviour and Misbehaviour*, pp. 112–113, 125–126, 143.
 15. Peter Squires, *Gun Culture or Gun Control? Firearms, Violence and Society* (Londres, 2000), pp. 1, 10, 15, 16, 223.
 16. Franklin E. Zimring, “Reflections on Firearms and the Criminal Law,” *Journal of Criminal Law and Criminology* 86 (Outono de 1995): 1.
 17. Sir Stephen Tumin, *Times Literary Supplement*, 21 de Março de 1997, p. 15.

18. Em sua introdução a *The Civilization of Crime: Violence in Town and Country since the Middle Ages* (Chicago, 1996) os editores Eric A. Johnson e Eric H. Monkkonen explicam: “Três décadas atrás poderia se dizer que os historiadores do crime eram muito mais otimistas sobre estudar tudo ao redor dos crimes do que sobre o estudo do crime em si. Este último era considerado elusivo, principalmente porque as estimativas empíricas sobre o volume e a severidade dos crimes pareciam ser impossíveis de se atingir, ao menos para o crime em épocas mais remotas”, p. 2. V. A. C. Gatrell, “The Decline of Theft and Violence in Victorian and Edwardian England,” em Gatrell, Lenman, e Parker, *Crime and the Law*, p. 249.
19. R. A. I. Munday e J. A. Stevenson, *Guns and Violence: The Debate before Lord Cullen* (Brightlingsea, Essex, 1996), p. 309.
20. Esta visão foi apresentada pela primeira vez por Kitsuse e Circourel em 1963. Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 78–83.
21. O artigo provocativo de Howard Taylor sobre este assunto fornece uma explicação bem embasada sobre o impacto essencial das preocupações orçamentárias nos processos judiciais e no registro dos crimes. Veja “Rationing Crime: The Political Economy of Criminal Statistics since the 1850s”, *Economic History Review* 60 (Agosto de 1998): 569–590.
22. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 83.
23. Keith Bottomley e Clive Coleman, *Understanding Crime Rates: Police and Public Roles in the Production of Official Statistics* (Farnborough, 1981), p. 101.
24. *The Times* (Londres), 27 de Setembro de 1990, e 30 de Outubro de 1992.

1. A Idade Média: leis, bandidos e crimes de violência

Epígrafe: J. S. Cockburn, “Patterns of Violence in English Society: Homicide in Kent, 1560–1985,” *Past and Present* 130 (Fevereiro de 1991): 105.

1. Veja Eric A. Johnson e Eric H. Monkkonen, eds., *The Civilization of Crime: Violence in Town and Country since the Middle Ages* (Chicago, 1996), p. 5.
2. Para uma discussão mais completa sobre essa questão veja James A. Sharpe, “Crime in England: Long-Term Trends and the Problem of Modernization”, em Johnson e Monkkonen, *The Civilization of Crime*, p. 17–34.
3. Veja James A. Sharpe, “Debate: The History of Violence in England: Some Observations”, *Past and Present*, no. 108 (Agosto de 1985): 214–215.
4. J. S. Cockburn, “The Nature and Incidence of Crime in England 1559–1625: A Preliminary Survey” em *Crime in England: 1550–1800*, ed. Cockburn (Londres, 1977), p. 49.
5. Sharpe, “Debate.”
6. Barbara Hanawalt, *Crime and Conflict in English Communities, 1300–1348* (Cambridge, Mass., 1979), p. 19–20.

7. Veja, por exemplo, Joyce Lee Malcolm, *To Keep and Bear Arms: The Origins of an Anglo-American Right* (Cambridge, Mass., 1994), p. 65.
8. 4 William e Mary c. 8. Veja W. S. Holdsworth, *A History of English Law*, 2a ed., 12 vols. (Londres, 1924–1938), 6: 405–406 e nº 5.
9. Lawrence Stone, “Interpersonal Violence in English Society: 1300–1980,” *Past and Present*, no. 101 (Novembro de 1983): 25.
10. Para visitação divina como uma causa de morte veja James A. Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England* (Cambridge, 1983), p. 125.
11. Veja J. A. Sharpe, *Crime in Early Modern England, 1550–1750* (Londres, 1984), p. 170, sobre as continuidades entre o padrão de crimes sérios no final da Idade Média e no começo do período moderno. Uma vez que as estatísticas do governo começaram a ser publicadas a continuidade deste padrão foi acentuada.
12. Alan Macfarlane parece ser uma exceção. Em *The Justice and the Mare’s Ale: Law and Disorder in Seventeenth-Century England* (Oxford, 1981), ele argumenta que a Inglaterra do início da era moderna era excepcionalmente livre da violência. Ele chegou a essa conclusão, no entanto, a partir do estudo de uma única vila. Veja a crítica de Stone em “Interpersonal Violence,” p. 22–23.
13. Thomas A. Green, *Verdict According to Conscience: Perspectives on the English Criminal Trial Jury, 1200–1800* (Chicago, 1985), p. xv.
14. Stone, “Interpersonal Violence,” p. 29.
15. Cockburn, “Patterns of Violence,” p. 76.
16. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, p. 60.
17. Sharpe, “Crime in England,” p. 22. Sharpe destaca que havia grandes variações nas taxas de homicídio durante a Idade Média, de 5 por 100.000 em Bristol, no século treze, até 110 por 100.000 em Oxford, no século quatorze. Ele também adverte que a incerteza nos números populacionais dificulta a determinação das taxas.
18. T. R. Gurr, “Historical Trends in Violent Crime: A Critical Review of the Evidence”, *Crime and Justice: An Annual Review of Research* 3 (1981): 300.
19. Sharpe, “Crime in England,” p. 22. O ponto de discordância entre os historiadores é a que atribuir o longo declínio do crime violento ou, em outras palavras, esta civilidade crescente. Alguns começaram a dar mais atenção às palavras do sociólogo Norbert Elias, cujas descrições do “processo civilizatório” coincidem com suas descobertas. O trabalho de Elias, da década de 1930, argumenta que o controle do impulso individual estava conectado ao crescimento de estados e cortes poderosos na Europa, que o comportamento violento tornou-se cada vez mais controlado pelo estado, o qual ganhou para si o monopólio sobre a violência. Ele argumenta que o estado forçou os homens desarmados em espaços sociais pacificados para conter sua violência. Veja Johnson e Monkkonen, *The Civilization of Crime*, p. 4–5.
20. Veja Johnson e Monkkonen, *The Civilization of Crime*, p. 6.
21. William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England*, 4 vols. (Londres, 1765–1769; fax para a University of Chicago, 1968), 4: 5.

22. Sharpe, "Crime in England," p. 22.
23. Hanawalt, Crime and Conflict, tabela 3, p. 66.
24. Ibid., p. 97–98.
25. Pollack e Maitland escrevem sobre a regra da lei comum antiga sobre matar em defesa própria: "O Homem que comete homicídio por um infortúnio ou em defesa própria merece, mas precisa do perdão." Veja Frederick Pollack e Frederic William Maitland, *The History of English Law before the Time of Edward I*, 2 vols., 2a ed. (Cambridge, 1968), 2: 479.
26. Sir James Fitzjames Stephen, *History of the Criminal Law of England*, 3 vols. (Londres, 1883), 3: 45–46.
27. Veja Edward Coke citado por O. Hood Phillips, *The Principles of English Law and the Constitution* (Londres, 1939), p. 153.
28. J. H. Baker, *An Introduction to English Legal History*, 2a ed. (Londres, 1979), p. 429.
29. Veja T. A. Green, "The Jury and the English Law of Homicide," *Michigan Law Review* 74 (Janeiro de 1976): 482; George Crabb, *A History of English Law; or an Attempt to Trace the Rise, Progress, and Successive Changes of the Common Law* (Burlington, Vt., 1831), p. 306. Tem havido muita confusão sobre os padrões distintos para a defesa própria, e os padrões rigorosos de uma alegação de defesa própria durante uma discussão repentina têm sido mal compreendidos como também aplicáveis a outras circunstâncias. Baker descobriu uma divisão um tanto diferente após 1512, sendo os três tipos de morte: morte com malícia; morte sem malícia, que seria durante o calor do momento; e morte acidental ou desculpável. Ele notou que depois de um caso de 1600 a doutrina do calor do momento acabou desvanecendo, e a condição para configurar um homicídio não intencional deixou de ser o calor do momento, mas sim a presença ou ausência de provocação. Veja Baker, *English Legal History*, pp. 429–430.
30. Crabb, *History of English Law*, p. 306.
31. Blackstone, *Commentaries*, 3: 3–4.
32. Ibid., p. 4.
33. Crabb, *History of English Law*, p. 306.
34. Anônimo, "Newgate Sessions, 1369," em *A Selection of Cases upon Criminal Law*, ed. Joseph H. Beale, 4a ed. (Cambridge, 1928), p. 443.
35. Veja Crabb, *History of English Law*, pp. 305–306.
36. Thomas A. Green destacou que tão cedo quanto o início do século dezessete os matadores de criminosos ou de "homicidas manifestos" que se recusavam a se render eram protegidos pela lei contra a retaliação por parte dos parentes do morto; "Jury and English Law of Homicide," p. 437, n. 87. De acordo com John Henry Stephens, a defesa própria é calculada para impedir a execução de um crime atroz "e onde aquele que mata é ele mesmo livre de toda a culpa . . . não é uma questão de desculpa, mas de justificação"; *New Commentaries on the Laws of England* (Partly Founded on Blackstone), 4 vols., 5a ed. (Londres, 1863), 4: 138. Para a lista de homicídios justificáveis de Blackstone veja *Commentaries*, 4: 178–80. Sobre a questão da

- necessidade de recuar, Sir Michael Foster, contemporâneo de Blackstone, escreveu: “nossa lei em nenhum lugar impõe o dever de recuar a alguém que é exposto a um ataque criminoso repentino, e [...] a tarefa de recuar ou de se retirar é imposta àquele que agride primeiro, sozinho, ou ao que se juntou no combate mútuo.” Veja Rollin M. Perkins e Ronald N. Boyce, *Criminal Law*, 3a ed. (Mineola, N.Y., 1982), p. 1121 n. 45.
37. Green sugeriu que tornar inicialmente justificável, em vez de desculpável, o homicídio de um criminoso, pode ter sido uma tentativa “de atrelar o costume antigo da retaliação, talvez porque não poderia ser inteiramente prevenido, pela legitimação nos casos onde o malfeitor se recusasse a enfrentar o processo judicial”. Ele adicionou: “conforme se desenvolveram o sistema judicial e o teste para a recusa, essas mortes vieram a ser consideradas como algo em nome da lei”. Green, “Jury and English Law of Homicide”, p. 436–437.
 38. A exigência de se levantar um clamor popular data no mínimo do século treze. Um escrito de 1252 explicava que diante de um clamor popular os vizinhos deveriam se apresentar com as armas que lhes foram confiadas. A exigência de que os chefes de família montassem guarda pode ser rastreada até uma ordenança de 1233. O sistema foi consolidado pelo Estatuto de Winchester, 1285. Veja Pollock e Maitland, *History of English Law*, 1: 565–566.
 39. O Caso de Howel, de *Select Pleas of the Crown*, ed. F. W. Maitland, vol. 1, Selden Society (Londres, 1888), p. 94.
 40. *Rex v. Leonin e Jacob*, *Worcestershire Eyre*, 1221, em *Maitland Select Pleas*, p. 85.
 41. Veja Green, “Jury and English Law of Homicide”, p. 436.
 42. Blackstone, *Commentaries*, 4: 180.
 43. A. V. Dicey, *Introduction to the Study of the Law of the Constitution*, 8a ed. (1915; reimpressão, Indianápolis, 1982), p. 346.
 44. *Ibid.*, pp. 343–344.
 45. Foster, *Discourse II. Of Homicide*, citado em Dicey, *Law of the Constitution*, 2: 273, 274.
 46. *Ibid.*, p. 347.
 47. Veja Green, “Jury and English Law of Homicide”, p. 436–437.
 48. 1 Edward III, c. 5. Tradução de F. W. Maitland, *The Constitutional History of England*, ed. H. A. L. Fisher (Cambridge, 1968), p. 277.
 49. Baker, *English Legal History*, p. 429. 24 Hen. VIII c. 4 (1532). Sobre matar em defesa de um membro da família em vez de si mesmo veja Green, “Jury and English Law of Homicide,” pp. 434–435 e n. 81. Veja também Green, *Verdict According to Conscience*, p. 30. O uso de “mansão” aqui não parece ter o significado moderno de uma casa muito grande, mas somente de uma residência.
 50. Green, *Verdict According to Conscience*, p. xv.
 51. *Ibid.*, p. 38. Hanawalt descobriu que furtos, roubos e assaltos juntos constituíam 73,5 por cento dos indiciamentos entre 1300 e 1348; *Crime and Conflict*, tabela 3, p. 66.

52. Green, *Verdict According to Conscience*, pp. xv, 38, e 38 n. 29.
53. Green, "Jury and English Law of Homicide," p. 432.
54. Dos ladrões que cometiam assassinato, 50,4 por cento eram absolvidos, mas dos que eram condenados apenas 42,6 por cento eram executados; James Buchanan Given, *Society and Homicide in Thirteenth-Century England* (Stanford, 1977), p. 133.
55. Green, "Jury and English Law of Homicide," p. 432.
56. Given, *Society and Homicide*, pp. 41, 48, 73–75.
57. Hanawalt, *Crime and Conflict*, p. 101.
58. Given, *Society and Homicide*, p. 189.
59. Hanawalt, *Crime and Conflict*, p. 100.
60. Given, *Society and Homicide*, pp. 175–6.
61. Em Londres 61 por cento dos homicídios aconteciam nas ruas. Veja Hanawalt, *Crime and Conflict*, p. 101.
62. *Ibid.*, p. 99.
63. Given, *Society and Homicide*, pp. 116–117, 119.
64. A fatia era de 9,4 por cento. Veja Given, *Society and Homicide*, p. 106.
65. Hanawalt, *Crime and Conflict*, pp. 229, 232–233. Hanawalt achou poucas evidências de que os índices de criminalidade cresceram durante épocas de agitação política, embora ela tenha descoberto algum impacto em 1328, durante o reinado turbulento de Henrique III, quando sua mãe, Isabella, libertou prisioneiros em 1328, coincidindo com um aumento do crime. Veja pp. 225–226.
66. Todos os condados Ingleses que possuem registros daquele período experimentaram uma taxa de criminalidade maior do que a da década anterior. Houve um aumento similar na violência em nível nacional durante as campanhas Inglesas de Crécy e Calais em 1345–46; *ibid.*, pp. 234–235.
67. *Ibid.*, pp. 225, 235–236.
68. *Ibid.*, pp. 242 e 243.

2. Os séculos Tudor-Stuart: revolução na Igreja, estado e armamentos

Epígrafe: "Proceedings in the Case of Ship Money between the King and John Hampden, Esq., 1637", em *A Complete Collection of State-Trials* (Londres, 1780), vol. 5, p. 125.

1. John Briggs, Christopher Harrison, Angus McInnes, e David Vincent, eds., *Crime and Punishment in England: An Introductory History* (Nova Iorque, 1996), p. 22.
2. James A. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, Londres, 1984, p. 49-54.
3. Briggs et al., *Crime and Punishment*, tabela 2.1, p. 29.
4. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, p. 56.

5. Catherine Ferguson descobriu cerca de 687 indiciamentos por roubo entre 1660 e 1692 contra 73 por assassinato; “Law and Order on the Anglo-Scottish Border, 1603–1707” (Ph.D. diss., St. Andrews University, 1980), p. 78–80.
6. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, pp. 170–171.
7. J. S. Cockburn, “The Nature and Incidence of Crime in England 1559–1625: A Preliminary Survey” em *Crime in England, 1150–1800*, ed. Cockburn (Londres, 1977), pp. 56–57; Lawrence Stone, “Interpersonal Violence in English Society, 1300–1980”, *Past and Present*, no. 101 (Novembro de 1983): 24.
8. James A. Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England* (Cambridge, 1983), p. 138.
9. S. C. Pole, “Crime, Society and Law-enforcement in Hanoverian Somerset” (Ph.D. diss., Cambridge University, 1983).
10. Stone, “Interpersonal Violence in English Society,” p. 29.
11. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, p. 22; James B. Given, *Society and Homicide in Thirteenth-Century England* (Stanford, 1977), tabela 3, p. 39.
12. Cockburn, “Nature and Incidence of Crime,” p. 56.
13. J. M. Beattie, “The Pattern of Crime in England, 1660–1800,” *Past and Present*, no. 62 (Fevereiro de 1974): 61.
14. 2 James I c. 8.
15. William S. Holdsworth, *A History of English Law*, 2a ed., 12 vols. (Londres, 1924–1938), 8: 436.
16. Coke citou em O. Hood Phillips, *The Principles of English Law and the Constitution* (Londres, 1939), p. 153.
17. Holdsworth, *History of English Law*, 8: 435–436. 4 & 5 Philip e Mary c. 4, “Uma Lei para que Cúmplices de Assassinato e diversos Crimes não devam ter o Benefício do Clero,” foi parte do endurecimento das regras para o assassinato cometido durante um crime, para assegurar que nenhum benefício do clero protegeria cúmplices envolvidos em uma amplo espectro de atos violentos. A lei afirmava que “toda e qualquer Pessoa ou Pessoas que . . . resolva comandar maliciosamente, contratar ou aconselhar qualquer outra Pessoa ou Pessoas para cometer ou realizar qualquer Traição por menor que seja, qualquer Assassinato intencional, ou qualquer Roubo em qualquer Residência ou Residências, ou para cometer ou realizar qualquer Roubo dentro ou perto de qualquer Estrada no Reino da Inglaterra . . . ou para queimar intencionalmente qualquer Residência ou qualquer Parte dela, ou qualquer Celeiro... de que então tal Criminoso ou Criminosos, e todos eles sendo foras-da-lei... ou condenados pelo mesmo Crime . . . nada tendo a declarar sobre a Malícia ou a Mente perversa, ou fazendo uma contestação peremptória acima do Número de vinte Pessoas, ou não respondendo diretamente sobre tal Crime, não devem ter o Benefício do Clero.”
18. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, pp. 109–110.
19. Pesquisas recentes descobriram que o número de pessoas solteiras durante o século dezessete era excepcionalmente alto. A proporção daqueles de quarenta a quarenta e quatro anos de idade que nunca haviam se casado subiu para 21 por cento entre os

- nascidos em 1616 e para 24 por cento entre os nascidos em 1641. Veja Steve Hindle, "The Problem of Pauper Marriage in Seventeenth-Century England," *Transactions of the Royal Historical Society*, 6a ser., 8 (1998): 73. Esta proporção elevada de adultos solteiros pode ser uma causa para o grande número de infanticídios no período.
20. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, pp. 61–62.
 21. 21 James I c. 27.
 22. Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England*, p. 136.
 23. William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England*, 4 vols. (Londres, 1765–1769; reimpressão, Chicago, 1979), 4: 198.
 24. A lei que revogou o estatuto de 1624 foi aprovada em 1803; Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England*, pp. 135–136.
 25. Veja "Judicial Statistics, 1890," *Parliament*, Sessão 1890, vol. 77.
 26. Holdsworth, *History of English Law*, 8: 302–303.
 27. J. H. Baker, *An Introduction to English Legal History*, 2a ed. (Londres, 1979), p. 430.
 28. Eu confiei na obra de Holdsworth, *History of English Law*, 5: 199, para informação sobre o tratamento legal dado aos duelos. Veja também Sharpe, *Crime in Early Modern England*, pp. 96–97.
 29. Holdsworth, *History of English Law*, 8: 303.
 30. Veja Joyce Lee Malcolm, *To Keep and Bear Arms: The Origins of an Anglo-American Right* (Cambridge, Mass., 1994), especialmente o capítulo 5.
 31. Frances Parthenope Lady Verney, ed., *The Memoirs of the Verney Family*, 4 vols. (1892–1899; reimpressão, Londres, 1970), 4: 282.
 32. John Evelyn, *The Diary of John Evelyn*, ed. E. S. deBeer, 6 vols. (Oxford, 1955), Janeiro 21, 1664. And see Verney, *Memoirs*, 4: 291, 314–315, 317.
 33. Verney, *Memoirs*, 4: 286.
 34. Anthony Wood, *The Life and Times of Anthony Wood, Antiquary of Oxford, 1632–95, Described by Himself*, ed. A. Clark, 5 vols. (Oxford, 1891–1900), vol. 2, 7 de Fevereiro de 1677.
 35. Verney, *Memoirs*, 4: 316.
 36. Anchtel Grey, *Debates in the House of Commons from the Year 1667 to the Year 1694*, 10 vols. (Londres, 1763), 1: 336–337.
 37. 23 Charles II c. I. Veja também Holdsworth, *History of English Law*, 6: 403 n. 10.
 38. Holdsworth, *History of English Law*, 8: 330–331.
 39. De acordo com Holdsworth (*ibid.*, p. 331), os estatutos expandiram os poderes dos oficiais de tomar medidas para a prisão de manifestantes e os sujeitaram a penalidades especiais caso falhassem com seus deveres. Ele notou, "Mas esses estatutos somente deixaram os princípios da lei comum mais explícitos; e é sobre esses princípios que a lei comum moderna se apóia."
 40. 24 Henry VIII c. 5.

41. Blackstone, *Commentaries*, 4: 180–181; T. A. Green, “The Jury and the English Law of Homicide,” *Michigan Law Review* 74 (Janeiro de 1976): 441.
42. C. G. Cruickshank, *Elizabeth’s Army*, 2a ed. (Oxford, 1966), pp. 106–107.
43. 3 Henry VIII c. 3.
44. Cruickshank, *Elizabeth’s Army*, pp. 102–104, 105.
45. 33 Henry VIII c. 9.
46. O estatuto 33 Henrique VIII c. 6 contra armas curtas e bestas destaca em seu preâmbulo que os exércitos Ingleses iriam doravante empregar armas de fogo, bem como arcos longos.
47. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 79–80, 83–84.
48. 33 Henry VIII c. 6. O preâmbulo da lei afirmava que “pessoas maliciosas e dispostas ao mal” estavam usando as estradas do Rei, e todos os outros lugares, armados suas bestas e pequenas pistolas . . . para o grande perigo e temor dos súditos amados do Rei.”
49. 33 Henry VIII c. 6.
50. 2 & 3 Edward VI c. 14 (1549).
51. Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 11–14.
52. Veja William R. Fisher, *The Forest of Essex* (Londres, 1887), pp. 214–215.
53. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 79–81.
54. Elizabeth M. Halcrow, ed., *Charges to the Grand Jury at Quarter Sessions, 1660–1677*, por Sir Peter Leicester (Manchester, 1953).
55. H. H. Copnall, ed., *Nottingham County Records, Notes and Extracts . . . of the Seventeenth Century* (Nottingham, 1915), p. 92.
56. 6 & 7 William III c. 13.
57. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 11, 79–86.
58. Veja Sharpe, *Crime in Early Modern England*, p. 57.
59. Veja, por exemplo, Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 33, 45.
60. Para uma informação mais completa sobre esses esforços veja Joyce L. Malcolm, “Charles II and the Restoration of Royal Power,” *Historical Journal* 35 (1992): 307–330.
61. Veja B. M. 1851, c. 8(133), (134), (135), British Library, Londres. E veja Joyce Lee Malcolm, “The Right of the People to Keep and Bear Arms: The Common Law Tradition,” *Hastings Constitutional Law Quarterly* 10 (Inverno de 1983): 300–301.
62. Uma lei temporária sobre milícias, de 1661, foi seguida por uma lei permanente de 1662. Ambas deram amplos poderes aos oficiais das milícias para conduzir buscas por armas e desarmar qualquer um que julgasse uma ameaça. Veja 13 Charles II c. 6 (1661); 14 Charles II c. 3 (1662).
63. *Privy Council Registers*, P.C. 2, vol. 55, folha 71 (Dezembro de 1660), Public Record Office, Londres.
64. *Ibid.*, folhas 187 (4 de Setembro de 1661), 189 (29 de Março de 1661).

65. 22 & 23 Charles II c. 25. Para uma análise detalhada desta lei veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 65–76.
66. William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England*, 4 vols., 12a ed. (Londres, 1793–1795), 4: 175. A exigência para o voto era uma renda mínima de 40 xelins.
67. Blackstone, *Commentaries*, 1st ed., 2: 411.
68. P. B. Munsche, “The Game Laws in Wiltshire, 1750–1800,” em Cockburn, *Crime in England*, p. 218; Douglas Hay, “Poaching and the Game Laws on Cannock Chase,” em *Albion’s Fatal Seed: Crime and Society in Eighteenth-Century England*, ed. Hay et al. (Londres, 1975), p. 200.
69. Veja William LeHardy, ed., *Hertfordshire Sessions Books* (Hertford, 1930), vol. 6; J. C. Jeaffreson e William LeHardy, eds., *Middlesex Sessions Rolls* (Londres, 1888, 1892), vols. 3, 4; Copnall, *Nottingham County Records*; S. A. Peyton, ed., *Minutes of the Proceedings in Quarter Sessions Held for the Parts of Kesteven in the County of Lincoln, 1674–1695*, 2 vols., *Lincoln Record Society Publications*, nos. 25–26 (Lincoln, 1931). Note que a série de Lincolnshire não começa até 1674.
70. Veja S. C. Ratcliffe e H. C. Johnson, eds., *Warwick County Records: Quarter Sessions Indictment Book*, vols. 6: 1631–1674, 7: 1674–1682, 8: 1682–1690, 9: 1690–1696, *Warwick County Records* (Warwick, 1941, 1946, 1953, 1964).
71. William LeHardy, ed., *County of Buckingham Calendar to the Sessions Records*, 4 vols. (Aylesbury, 1933), 1: 137.
72. P. B. Munsche, *Gentlemen and Poachers: The English Game Laws, 1671–1831* (Cambridge, 1981), p. 214, n. 45. Munsche descobriu que, mesmo depois da aprovação da Lei da Caça de 1671, o estatuto 33 de Henrique VIII continuou sendo usado contra os acusados pela posse ilegal de uma arma, em detrimento da nova lei.
73. John Evelyn, *The Diary of John Evelyn*, ed. E. S. deBeer, 6 vols. (Oxford, 1955), 4: 411–412.
74. Citado por John Childs, *The Army, James II, and the Glorious Revolution* (Manchester, 1980), p. 106.
75. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 98–99; Maurice Ashley, *James II* (Londres, 1977), p. 165, para informações sobre as receitas votadas para Tiago II.
76. James Miller, “Catholic Officers in the Later Stuart Army,” *English Historical Review* 88, no. 346 (1973): 42, 46, 47.
77. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, p. 101; Sir John Bramston, *The Autobiography of Sir John Bramston of Skreens*, ed. Lord Braybrooke, *Camden Society* (Londres, 1845), p. 205.
78. Gilbert Burnet, *Bishop Burnet’s History of His Own Time*, 2 vols., (Londres, 1840), 2: 424.
79. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 96–98. O Parlamento recusou a solicitação de Tiago de receitas para seu exército ampliado e preparou um projeto de lei “para tornar a milícia em algo útil.” Isto falhou quando Tiago suspendeu a sessão do Parlamento no dia seguinte. Veja p. 102.

80. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 104–105.
81. Veja Joyce L. Malcolm, “The Creation of a ‘True, Ancient, and Indubitable’ Right: The English Bill of Rights and the Right to Be Armed,” *Journal of British Studies* 32 (Julho de 1993): 226–249.
82. Veja “Grey’s Debates,” em *A Parliamentary History of the Glorious Revolution*, ed. David Lewis Jones (Londres, 1988), pp. 125–133. Para uma discussão mais completa sobre a transformação do dever de estar armado em um direito veja Malcolm, “Creation of a ‘True, Ancient, and Indubitable’ Right.”
83. *Commons Journal*, 1688–1693, 10: 21–22.
84. J. R. Western, *Monarchy and Revolution: The English State in the 1680’s* (Londres, 1972), p. 339.
85. J. H. Plumb, *The Growth of Stability in England, 1675–1725* (Londres, 1967), p. 64.
86. Veja, por exemplo, G. D. Newton e F. E. Zimring, *Firearms and Violence in American Life: A Staff Report Submitted to the National Commission on the Causes and Prevention of Violence* (Washington, D.C., 1969), p. 255; Lee Kennet e James Anderson, *The Gun in America* (Westport, Conn., 1975), pp. 25–27.
87. 4 & 5 William e Mary c. 23. (1692).
88. Thomas Coventry e Samuel Hughes, *An Analytical Digested Index to the Common Law Reports from the Time of Henry III to the Commencement of the Reign of George III*, 2 vols. (Filadélfia, 1832), 2: 1303.
89. Richard Burn, *The Justice of the Peace and Parish Officer*, 2 vols. (Londres, 1755), 1: 442–443; *Modern Reports; or Select Cases Adjudged in the Courts of King’s Bench, Chancery, Common Pleas, and Exchequer, since the Restoration of Charles II*, vol. 10 (Londres, 1741), p. 26.
90. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 122–134. Para os principais casos sobre essa questão veja *Rex v. Gardner*, King’s Bench (1739) e *Wingfield v. Stratford e Osman*, King’s Bench (1752).
91. Cockburn, “Patterns of Violence in English Society,” p. 103.
92. Cockburn, “Nature and Incidence of Crime,” pp. 85–86.
93. Veja Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England*, tabela 13, p. 128.
94. Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England*, p. 129.

3. O século dezoito: “frutífero nas invenções de maldades

Epígrafe: Leon Radzinowicz, *A History of English Criminal Law and Its Administration from 1750*, 5 vols. (Londres, 1948–1986), 1: 77.

1. Outras leis também introduziram novos crimes. Por exemplo, em 1710 uma tentativa de assassinar Robert Harley resultou na 9 Anne c.16 ss1, uma lei que transformou a tentativa de assaltar ou matar um conselheiro particular durante a execução de suas tarefas em crime. Um protesto dos tecelões sobre uma nova moda prejudicial ao seu

- negócio, com ataques aos que vestiam tais roupas, levou a um estatuto em 1719, o 6 George I c. 23 ss 11, que transformou em crime atacar pessoas na rua e cortar, rasgar ou estragar suas roupas intencionalmente e com malícia. Em 7 George II c. 21 (1734) um ataque com intenção de roubo se tornou um crime punível com transporte por sete anos.
2. Citado em Radzinowicz, *History of English Criminal Law*, 1: 77.
 3. J. M. Beattie, *Crime and the Courts in England, 1660–1800* (Princeton, 1986), p. 75.
 4. Veja J. A. Sharpe, *Crime in Early Modern England, 1550–1750* (Londres, 1984), p. 59 e n. 49. Ainda que o modelo que postulava uma mudança nos tipos de crime como consequência por uma mudança para o capitalismo se encaixasse nitidamente nas noções de uma Idade Média violenta, o crime violento nunca foi o tipo de crime predominante na Inglaterra, e os crimes contra a propriedade declinaram nesses séculos. Portanto, essa tal mudança nunca aconteceu.
 5. Entre 1681 e 1791 a população praticamente dobrou. Veja Geoffrey Elton, *The English* (Oxford, 1992), p. 162, citado a partir de E. A. Wrigley, “The Growth of Population in Eighteenth-Century England: A Conundrum Resolved”, *Past and Present*, no. 98 (1983): 121–150.
 6. J. M. Beattie, “The Pattern of Crime in England, 1660–1800,” *Past and Present*, no. 62 (Fevereiro de 1974): 61.
 7. 1 George I ss II, c. 5 (1715).
 8. Para o texto do estatuto veja W. C. Costin e J. S. Watson, *The Law and Working of the Constitution: Documents 1660–1914*, 2 vols. (Londres, 1952), 1: 123–126.
 9. A Lei do Tumulto foi finalmente revogada pela Lista 3, da Parte 3 da Lei de Justiça Criminal de 1967. Para mais informações sobre essa medida extraordinária veja Richard Vosler, *Reading the Riot Act: The Magistry, the Police, and the Army in Civil Disorder* (Filadélfia, 1991), pp. 1–11.
 10. O estudo mais minucioso sobre esta lei é E. P. Thompson, *Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act* (Nova Iorque, 1975).
 11. 9 George I c. 22 (1722), “Uma Lei para a punição mais efetiva de Pessoas perversas e más armadas e Disfarçadas, e que provocam Danos e Violência às Pessoas e Propriedades dos Súditos de Sua Majestade, e para levar os Criminosos à Justiça mais rapidamente.”
 12. Veja William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England*, 4 vols. (1765–1769; reprint, Chicago, 1979), 4: 244; Thompson, *Whigs and Hunters*.
 13. Para uma explicação das leis de caça vigentes à época veja Joyce Lee Malcolm, *To Keep and Bear Arms: The Origins of an Anglo-American Right* (Cambridge, Mass., 1994), pp. 13–15, 69–76. Um estatuto de Henrique VII que transformava em crime matar um animal de caça usando disfarce ou durante a noite foi anulado desde o reinado de Elizabete por julgamentos de tribunais. Coke, em seu *Insitutes*, estava entre aqueles ultrajados pelo estatuto ser tão contrário à lei tradicional da floresta de que “nenhum homem poderia perder sua vida ou um membro de seu corpo por ter matado uma fera selvagem.” A Lei da Caça de 1671 punia o infrator com o confisco ou a destruição das

armas e cães que ele fosse proibido de manter, o pagamento de danos, o pagamento de uma soma não excedente a 10 xelins para os pobres, e, se ele não pudesse pagar, encarceramento por não mais do que um mês. Para o crime mais grave de caça ilegal noturna a punição era o pagamento triplicado dos danos ou três meses de prisão. Veja também Thompson, *Whigs and Hunters*, p. 58. “An Act to prevent the malicious burning of Houses, Stackes of Corne and Hay and killing or maiming of Catle,” 22 & 23 Charles II c. 7, aprovado em 1670, criou uma variedade de novos crimes rurais. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, p. 67.

14. Para uma descrição minuciosa das provisões legais da Lei Negra veja Radzinowicz, *History of English Criminal Law*, pp. 49–79.
15. *Ibid.*, pp. 75–76 e n. 81.
16. Veja 3 William e Mary c. 10 (1691).
17. Veja, por exemplo, Blackstone, *Commentaries*, 4: 4. Blackstone escreveu sobre o cuidado que a promulgação de leis penais exige. “A promulgação de penalidades, às quais uma nação inteira estará sujeita, não deve ser deixada como um assunto indiferente às paixões ou interesses de uns poucos, os quais por motivos temporários podem preferir apoiar tal projeto de lei . . . Nunca deveria ser comum, na casa dos pares, ler um projeto de lei privado, que possa afetar a propriedade de um indivíduo, sem primeiro referi-lo a alguma jurisprudência, e ouvir relatos sobre o mesmo. E precaução semelhante é certamente necessária quando há leis para se estabelecer, as quais possam afetar a propriedade, a liberdade, e talvez até as vidas, de milhares. Se tal referência tivesse sido feita, teria sido impossível, no século dezoito, estabelecer a pena capital para crimes como a invasão (por mais maliciosa que fosse) de um lago de pesca, por meio da qual algum peixe tenha escapado; ou o corte de um galho de cerejeira em um pomar.”
18. Veja Douglas Hay, “Property, Authority and the Criminal Law,” em *Albion’s Fatal Tree: Crime and Society in Eighteenth-Century England*, ed. Hay et al. (Nova Iorque, 1975), pp. 17–63.
19. Radzinowicz, *History of English Criminal Law*, 1: 77.
20. Sir Matthew Hale, *Pleas of the Crown* (Londres, 1678), vol. 1, p. 13, citado em William S. Holdsworth, *A History of English Law*, 2a ed., 12 vols. (Londres, 1924–1938), 11: 561.
21. Thompson, *Whigs and Hunters*, pp. 206–207.
22. Johnson, citado a partir do *The Rambler*, no. 114, por Holdsworth, *History of English Law*, 11: 563.
23. “Uma Lei para melhor prevenir o Crime horrível de Assassinato,” 25 George II c. 37 (1752).
24. Holland, citado em T. C. Hansard, ed., *The Parliamentary Debates from the Year 1803 to the Present Time*, 1a ser., 20: 297.
25. Beattie, *Crime and the Courts*, p. 630.
26. Peter Ryland King, “Crime, Law and Society in Essex, 1740–1820” (Ph.D. diss., Cambridge University, 1984), pp. 28–29.

27. King, "Crime, Law and Society," pp. 29–30.
28. Blackstone, *Commentaries*, 4: 239. Blackstone notou que o valor de 12 centavos havia sido escolhido na época do Rei Athelstan, oitocentos anos antes. Considerando a grande inflação desde aquele tempo, Sir Henry Spelman, no século dezessete, reclamou "que enquanto todas as outras coisas tinham sofrido aumento em seu valor nominal, e se tornado mais caras, a vida de um homem vinha se tornando continuamente mais barata." Veja Blackstone, 4: 238–239.
29. Hansard, *Parliamentary Debates*, 20: 297. Veja Holdsworth, *History of English Law*, 11: 559; Blackstone, *Commentaries*, 3: 366.
30. Radzinowicz, *History of English Criminal Law*, 1: 72–73.
31. *Ibid.*, p. 62.
32. *Ibid.* Veja p. 62, n. 40, para uma outra tentativa de mitigar a sentença por destruir árvores, na qual o magistrado responsável afirmou que a sentença de morte surpreendeu os interessados. Ele se juntou ao querelante e a muitos residentes locais em uma petição para mitigar a sentença.
33. Holdsworth, *History of English Law*, 11: 570, 571.
34. Beattie, *Crime and the Courts*, pp. 479–480.
35. 4 George I c. 11.
36. Beattie, *Crime and the Courts*, p. 628.
37. Veja Holdsworth, *History of English Law*, 11: 573–574.
38. Peter William Coldham, *Emigrants in Chains: A Social History of Forced Emigration to the Americas: 1607–1776* (Londres, 1992), p. 1; V. A. C. Gatrell, *The Hanging Tree* (Oxford, 1994), p. 10, n. 17.
39. Coldham, *Emigrants in Chains*, p. 1.
40. Gatrell, *Hanging Tree*, p. 7. Gatrell descobriu que de todos os enforcados da década de 1820 um terço eram condenados por crimes contra a propriedade, dos quais um quinto eram por furto e invasão domiciliar, e um sexto por roubo. Um de cada cinquenta era condenado por assassinato, um em vinte por tentativa de assassinato, e um em vinte por estupro.
41. O sete mil enforcados durante esses anos podem atestar a onda de crimes após a Revolução Americana, tratada com a aplicação rigorosa da lei e com enforcamentos. Veja Beattie, *Crime and the Courts*, p. 630.
42. *Ibid.*, p. 474.
43. *Ibid.*, p. 478.
44. Veja "A Summary of Capital and Transportable Offences, 1795," reimpresso por Lloyd Evans e Paul Nicholls, eds., *Convicts and Colonial Society, 1788–1853* (Stanmore, New South Wales, 1976), p. 105.
45. Hansard, *Parliamentary Debates*, 20: 297.
46. J. A. Sharpe descobriu que isso era verdade para o século dezoito, mas que a situação era menos clara nos séculos dezesseis e dezessete. Na verdade, ele não encontrou nenhum

aumento na criminalidade com o retorno da paz em 1650 ou com as mudanças políticas de 1660. E chegou a encontrar um aumento do crime durante a guerra, embora mais como resultado dos soldados em seus caminhos para o embarque e do impacto nocivo da guerra estrangeira no comércio. Veja Sharpe, *Crime in Early Modern England*, pp. 57, 62–63.

47. John Styles, “Crime in 18th Century England,” *History Today* 38 (Março de 1988): 38.
48. King, “Crime, Law and Society in Essex,” pp. 68–69.
49. Para um estudo mais aprofundado deste assunto veja Clive Emsley, *Crime and Society in England, 1750–1900* (Londres, 1978). Sobre o impacto do recrutamento veja p. 28.
50. *Ibid.*, p. 45, n. 36.
51. Citado em King, “Crime, Law and Society,” p. 27.
52. Citado em Emsley, *Crime and Society*, pp. 28–29.
53. Citado em King, “Crime, Law and Society in Essex,” p. 68.
54. *Ibid.*
55. Rudyard Kipling, “Chant-Pagan: English Irregular, Discharged.”
56. William Cobbett, *Cottage Economy* (1824; reimpressão, Londres, 1980), p. 10, citado por King, “Crime, Law and Society in Essex,” p. 60.
57. O estudo de Sharpe sobre o crime no início da era moderna destaca que o nível de homicídios tendeu à estabilidade, mas o crime contra propriedade oscilava marcadamente; *Crime in Early Modern England*, p. 49.
58. King, “Crime, Law and Society in Essex,” p. 34 e tabela 2.1.
59. Veja Douglas Hay, “War, Dearth and Theft in the Eighteenth Century: The Record of the English Courts,” *Past and Present*, no. 95 (1982), citado em King, “Crime, Law and Society in Essex,” p. 61.
60. King, “Crime, Law and Society in Essex,” pp. 64–65. Veja King, pp. 65–66, para os comentários que seguem sobre o tamanho e a rapidez da desmobilização.
61. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, p. 63 e fig. 4, p. 64.
62. Sobre o declínio dos assaltos veja S. C. Pole, “Crime, Society and Law-enforcement in Hanoverian Somerset” (Ph.D. diss., Cambridge University, 1983), tabela IV.2, p. 179; sobre o declínio nos roubos e em formas violentas de crimes contra a propriedade veja Beattie, *Crime and the Courts*, pp. 137–139 e 140–198.
63. Lawrence Stone, “Interpersonal Violence in English Society, 1300–1980,” *Past and Present*, no. 101 (Novembro de 1983): 29.
64. Sharpe, *Crime in Early Modern England*, pp. 170–171.
65. J. S. Cockburn, “Patterns of Violence in English Society: Homicide in Kent, 1560–1985,” *Past and Present*, no. 130 (Fevereiro de 1991): 82–83.
66. *Ibid.*, p. 86. Para o século dezessete veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 79–84.
67. Thomas Birch, ed., “An Account of the Number of Deaths,” em *Collection of Yearly Bills of Mortality, 1657–1758* (Londres, 1759), citado por Eric H. Monkkonen, *Murder in New York City* (Berkeley, 2001), p. 37.

68. Marshall, citado por Monkkonen, *Murder in New York City*, p. 37.
69. *Ibid.*
70. 5 Anne c. 14 (1706).
71. Richard Burn, *The Justice of the Peace and Parish Officer*, 2 vols. (Londres, 1755), 1: 443.
72. Joseph Chitty, *A Treatise on the Game Laws, and on Fisheries*, 2a ed. (Londres, 1826), p. 83 e nota c.
73. John Strange, *Reports of Adjudged Cases in the Courts of Chancery, King's Bench, Common Pleas and Exchequer*, 2 vols. (Londres, 1755), 2: 1096; Burn, *Justice of the Peace*, 1: 442–443.
74. Joseph Sayer, *Reports of Cases Adjudged in the Court of King's Bench Beginning Michaelmas Term, 25 Geo. II, Ending Trinity Term, 29 & 30 Geo. II, 1751–1756* (Londres, 1775), pp. 15–17.
75. Blackstone, *Commentaries*, 1: 136.
76. O direito de estar armado era especificamente para súditos Protestantes, já que havia o temor de que os Católicos pudessem derrubar o regime Protestante. Por outro lado, os súditos Católicos tinham a permissão de possuir armas de fogo para sua defesa própria, e eram desarmados somente em tempos de grandes crises. Veja Malcolm, *To Keep and Bear Arms*, pp. 122–123.
77. Para uma descrição da crise e dos debates parlamentares sobre esse assunto veja William Cobbett, ed., *The Parliamentary History of England from the Earliest Period to the Year 1803*, 36 vols. (Londres, 1806–1820), 21: 655–656.
78. William Blizard, *Desultory Reflections on Police: With an Essay on the Means of Preventing Crimes and Amending Criminals* (Londres, 1785), pp. 59–60.
79. Pole, “Crime, Society and Law-enforcement,” tabela IV.1, p. 170, e pp. 168–173, 176–183.
80. Beattie, *Crime and the Courts*, p. 107 e tabela 3.4, p. 108.
81. Beattie, “The Pattern of Crime in England,” p. 61.
82. Pole, “Crime, Society and Law-enforcement,” p. 173.

4. O século dezenove: “uma era de raro sucesso”

Epígrafe: V. A. C. Gatrell, “Crime, Authority and the Policeman-state” em *The Cambridge Social History of Britain, 1750–1950*, vol. 3: *Social Agencies and Institutions*, ed. F. M. Thompson, Cambridge, 1990, p. 246.

1. *Ibid.*, pp. 290–291. O número de tentativas de homicídio caiu 70 por cento do meio da década de 1830 até os anos anteriores à guerra, enquanto os relatos de homicídios caíram 53 por cento do final da década de 1860 até 1911–1914. Gatrell entende que o declínio nos homicídios é provado pelo declínio nos relatos, “um declínio que provavelmente subestimou o declínio real já que os registros, mesmo os de homicídios,

- se tornaram mais confiáveis com o passar do tempo.” Veja V. A. C. Gatrell, “The Decline of Theft and Violence in Victorian and Edwardian England,” em *Crime and the Law: The Social History of Crime in Western Europe since 1500*, ed. Gatrell, Bruce Lenman, e Geoffrey Parker (Londres, 1980), p. 286.
2. T. C. Hansard, ed., *The Parliamentary Debates from the Year 1803 to the Present Time*, 4a ser., 27 de Fevereiro de 1895, 30: 1661.
 3. A Lei das Milícias de 1757 procurou colocar as milícias num esquema mais eficiente, mas não foi popular, e as cotas por condado frequentemente não eram atingidas. O fardo do serviço caiu desproporcionalmente sobre os pobres, já que os ricos podiam contratar substitutos. Uma Lei Complementar das Milícias foi aprovada em 1796, aumentando os números totais e tentando tornar as cotas mais equitativas.
 4. Em Novembro de 1830, de acordo com o Lorde Broughton, Sir James Graham achava “uma revolução quase inevitável.” Veja John Cam Hobhouse, *Recollections of a Long Life*, ed. Lady Dorchester, 6 vols. (1909; reimpressão, Nova Iorque, 1968), 4: 59. E veja David Eastwood, “The Age of Uncertainty: Britain in the Early-Nineteenth Century,” *Transactions of the Royal Historical Society*, 6a ser., 8 (1998): 94.
 5. Gatrell, “Crime, Authority and the Policeman-state,” p. 250. Gatrell argumenta que desde 1805 o sistema judicial tem gerado “evidências espúrias . . . de que o crime estava crescendo de forma alarmante.” Mas não era o crime, ele destaca, mas sim a taxa de indiciamento que havia aumentado.
 6. Kingsley, citado em F. C. Mather, *Public Order in the Age of the Chartists* (Manchester, 1959), p. 1.
 7. 34 George III c. 54 (1794).
 8. 36 George III c. 7 (1795).
 9. 36 George III c. 8 (1795).
 10. Para os bastidores do corpo dos yeomanry eu confiei em Mather, *Public Order in Age of Chartists*, pp. 142–147.
 11. 42 George III c. 90. A nova lei das milícias também foi feita para assegurar que mais indivíduos hábeis serviriam. Uma vez que ainda permitia que os homens contratassem substitutos (ss XL–XLII), ela falhou em atingir seu objetivo. A lei afirmava que nenhum par ou pessoa já servindo em outras forças seria obrigado a servir nas milícias, e isentou os barqueiros do Tâmis e os homens pobres com mais de um filho nascido dentro do casamento.
 12. *The Times*, de 6 de Agosto de 1803, citado por H. J. Blanch, *A Century of Guns: A Sketch of the Leading Types of Sporting and Military Small Arms* (Londres, 1909), pp. 4–5. De acordo com uma “Especificação de Armas” emitida pela Ordenança em 1794, um novo mosquete poderia ser comprado por £1 16s 10 1/2d, uma nova pistola por £2 11d. Veja Howard L. Blackmore, *British Military Firearms* (Londres, 1961), pp. 63–64. O equipamento usado tinha um custo muito menor.
 13. Veja Mather, *Public Order in Age of Chartists*, pp. 142–146.

14. John Lord Campbell, *Lives of the Lord Chancellors and Keepers of the Great Seal of England*, 7a ed., vol. 9 (Nova Iorque, 1878), pp. 131–132. Campbell foi ativo na Casa dos Comuns quando da reforma da lei, e serviu como procurador-geral.
15. 60 George III c. 1 (1819).
16. 1 George IV c. 2 (1819).
17. Hansard, *Parliamentary Debates*, Dezembro de 1819, 41: 1126.
18. *Ibid.*, cols. 1128, 1130–31, 1136.
19. Para uma descrição deste evento e do julgamento, *Rex v. George Dewhurst et al.*, que se seguiu, veja Joyce Lee Malcolm, *To Keep and Bear Arms: The Origins of an Anglo-American Right* (Cambridge, Mass., 1994), pp. 166–168.
20. *Rex v. George Dewhurst and Others*, in *Reports of State Trials*, ed. John Macdonnell, n.s., vol. 1 (Londres, 1888), p. 538.
21. Para os registros do julgamento veja *ibid.*, pp. 529–608. Para os comentários do advogado da Coroa veja p. 538.
22. *Ibid.*, p. 576.
23. *Ibid.*, pp. 601–602.
24. A população na época aumentou somente em metade. Veja Howard Taylor, “Rationing Crime: The Political Economy of Criminal Statistics since the 1850s,” *Economic History Review* 51 (Agosto de 1998): 569.
25. Veja Gatrell, “Theft and Violence,” pp. 239–243.
26. Burdett, citado em Hobhouse, *Recollections of a Long Life*, 4: 74.
27. *Ibid.*, 2: 121.
28. Mather, *Public Order in Age of Chartists*, p. 9.
29. John Charlton estima que 1842 foi a época mais sombria para os trabalhadores “desde a chegada da sociedade industrial.” Veja Charlton, *The Chartists: The First National Workers’ Movement* (Londres, 1997), p. 32.
30. Mather conclui que os Cartistas tinham pronto acesso a armas de fogo; *Public Order in Age of Chartists*, pp. 17, 19, 20.
31. *Ibid.*, p. 19 e n. 2.
32. Stephen, citado em *ibid.*, p. 17.
33. *Ibid.*, p. 18. Apesar de seu treinamento os Cartistas não pareciam ter se tornado lutadores eficazes, e Mather descobriu que eles se assustavam facilmente. Veja pp. 20–21.
34. *Ibid.*, p. 25.
35. *Ibid.*, p. 20. Mather cita os comentários do Secretário do Interior, Lorde John Russell, sobre o assunto em Maio de 1839. E veja John Stephenson, ed., *Londres in the Age of Reform* (Oxford, 1977), p. 186.
36. Hobhouse, *Recollections of a Long Life*, 4: 57.
37. Russell, citado em Mather, *Public Order in Age of Chartists*, pp. 40–41.

38. Colin Greenwood, *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales* (Londres, 1972), p. 16. Das armas vendidas em Londres durante os primeiros seis meses de 1848, por exemplo, o grupo chamado “Mecânicos, Trabalhadores, etc.” que se acreditava ser, ou eram conhecidos como Cartistas, comprou 122 armas longas, 162 armas curtas, 22 espadas e 18 outras armas. Estes números não incluem armas trazidas de fora de Londres ou de segunda mão. Tais vendas pareciam ser comuns, pois o *Stockport Adviser* relatou em Abril de 1839: “em nosso Mercado, no Sábado, armas do tipo de guerra de todas as descrições foram disponibilizadas abertamente por dois indivíduos.” O mesmo jornal se referiu anteriormente a um indivíduo que vendia pistolas por 3 xelins no distrito de New Mills. Em Abril de 1839 jovens Cartistas estavam emprestando mosquetes de fazendas nas redondezas. Para esses e outros relatórios estatísticos e anedotais veja Mather, *Public Order in Age of Chartists*, p. 19 and n. 2.
39. Hansard, *Parliamentary Debates*, 3a ser., 47: 1027–28.
40. Russell, citado em Mather, *Public Order in Age of Chartists*, p. 31.
41. Hansard, *Parliamentary Debates*, 3a ser., 47: 1027.
42. *Ibid.*
43. Egerton, citado em Gatrell, “Theft and Violence,” pp. 271–272.
44. *Ibid.*, p. 272.
45. Do discurso publicado no *Northern Star*, em 26 de Fevereiro de 1848, citado em John Saville, Ernest Jones, *Chartist* (Londres, 1952), p. 27.
46. Mather, *Public Order in Age of Chartists*, pp. 75–82, 143.
47. Hansard, *Parliamentary Debates*, 3a ser., 42: 651.
48. General Napier, citado em Mather, *Public Order in Age of Chartists*, p. 147.
49. *Ibid.*, pp. 90–91.
50. Associações foram formadas em Monmouth e Pontypool; *ibid.*, p. 91.
51. *Ibid.*, pp. 91–92, 180.
52. *Ibid.*, p. 84.
53. Stephenson, *Londres in the Age of Reform*, p. 186.
54. Stephenson cita Sir Henry Ellis, do Museu Britânico, em 1848 “lamentando a falta de armas para seus 200 Especiais” e avisando que, caso seu pedido de mosquetes, cutelos e lanças não fosse atendido e o Museu Britânico fosse tomado por manifestantes, ele poderia ser convertido numa fortaleza capaz de abrigar 10.000 homens; *ibid.*, pp. 185, 189.
55. Saville, Ernest Jones, pp. 30–31.
56. W. S. Holdsworth, *A History of English Law*, 14 vols. (Londres, 1952), 13: 261.
57. *Ibid.*, pp. 259–260, 279; J. J. Tobias, *Urban Crime in Victorian England* (Nova Iorque, 1967), p. 199.
58. Hansard, *Parliamentary Debates*, 1a ser., 20: 296, 303; citações nas cols. 297, 300–301.
59. 51 George III c. 39.

60. Holdsworth, *History of English Law*, 13: 266–268.
61. Citado em *ibid.*, p. 283.
62. 5 George IV c. 83.
63. Uma condenação anterior, fugir antes de cumprir o período alocado, ou resistir à prisão rendiam ao culpado o título de “trapaceiro incorrigível.”
64. Hansard, *Parliamentary Debates*, 1a ser., 16: 634–636.
65. *Ibid.*, 17: 1174.
66. *Ibid.*, col. 633.
67. David Philips, *Crime and Authority in Victorian England: The Black Country, 1835–60* (Londres, 1977), p. 47.
68. Hansard, *Parliamentary Debates*, 1a ser., 17: 1173.
69. Walter Bagehot, *The English Constitution* (1867; reimpressão, Boston, 1873), p. 355.
70. John Fielding, Esq., *A Plan for Preventing Robberies within Twenty Miles of London* . . . (Londres, 1755), p. 8.
71. Veja também Joseph Ritson, Esq., *The Office of Constable: Being an Entirely New Compendium of the Law concerning that Ancient Minister for the Conservation of the Peace* (Londres, 1815).
72. Para uma breve história sobre as origens da força policial profissional veja Holdsworth, *History of English Law*, 13: 235–237.
73. Mather, *Public Order in Age of Chartists*, p. 137.
74. *Ibid.*, pp. 110–111.
75. Para esse incidente estou em débito com a descrição de Roy Ingleton, *Arming the British Police* (Londres, 1996), pp. 21–22.
76. Citado em Mather, *Public Order in Age of Chartists*, pp. 121, 137.
77. *Ibid.*, p. 137.
78. Gatrell, “Crime, Authority and the Policeman-state,” pp. 255– 256.
79. *Ibid.*, p. 263.
80. *Ibid.*, pp. 267–268.
81. Clive Emsley, *Crime and Society in England, 1750–1900* (Londres, 1987), p. 36. Taylor duvida dos números oficiais. Veja “Rationing Crime.”
82. Mesmo no País Negro, as regiões industriais do meio e noroeste da Inglaterra, onde poderia se esperar um nível de violência acima da média, um estudo descobriu que apenas 14 por cento das ocorrências eram de crimes violentos, embora isso possa ter sido afetado pelo aumento nos crimes contra a propriedade; Emsley, *Crime and Society*, pp. 36–38; Philips, *Crime and Authority*, p. 238.
83. Stanley Palmer, *Police and Protest in England and Ireland* (Cambridge, 1988), tabela 11.8.
84. Eu estou em débito com Colin Greenwood, autor de *Firearms Control*, por esses números.

85. Philips, *Crime and Authority*, p. 260.
86. Veja Emsley, *Crime and Society*, p. 35; Robert Sindall, *Street Violence in the Nineteenth Century: Media Panic or Real Danger?* (Leicester, 1990), p. 1.
87. Esta estimativa não inclui Monmouth. E. A. Wrigley e R. S. Schofield, *The Population History of England: 1541–1871* (Cambridge, Mass., 1981), tabela A6.1, ap. 6, p. 588.
88. Sindall, *Street Violence*, p. 1.
89. *Ibid.*, p. 4.
90. Gatrell, “Crime, Authority and the Policeman-state,” p. 292.
91. Gun Licence Act, 33 & 34 Victoria c. 57.
92. Hansard, *Parliamentary Debates*, 3a ser., 202: 855. O Sr. Assheton Cross está parafraseando o chanceler aqui.
93. 33 Henry VIII c. 6 proibia aqueles com renda anual inferior a £100 de possuir uma arma curta.
94. Hansard, *Parliamentary Debates*, 3a ser., 202: 852, 853, 856.
95. *Ibid.*, col. 854.
96. *Ibid.*, 203: 763–765, 766, 767.
97. *Ibid.*, col. 765.
98. Veja *History and Proceedings of the National Rifle Association*, 1860, p. 28.
99. Hansard, *Parliamentary Debates*, 3a ser., 203: 768, 770.
100. Um legista de Newcastle-on-Tyne escreveu para o Home Office em 1886 para reclamar que os revólveres eram “muito baratos” e que “uma arma esplêndida e bem construída” poderia ser comprada nova a qualquer preço a partir de 5 xelins. Ele sugeriu que fosse estipulado um preço mínimo para tais armas. Veja HO45/9605/A1842, fol. 46, Public Record Office, Londres (hereafter PRO).
101. A seção 7(4) isentava da necessidade de uma licença um fazendeiro que carregasse uma arma em sua própria terra para assustar pássaros ou animais daninhos. Veja 33 & 34 Victoria c. 57. Um estatuto aprovado em 1831 revogou os estatutos de caça altamente restritivos e colocou a prática sobre bases mais modernas. Veja 1 & 2 William IV c. 32.
102. HO45/9605/A1842, fol. 46, PRO. Wortley afirmou que queria parar a prática do porte de armas e perguntou se alguma legislação adicional estava contemplada.
103. *Ibid.*, notas no verso da carta.
104. *Ibid.*, fol. 47, 25 de Novembro de 1886, R 26642.
105. *Ibid.*, fol. 58.
106. *Ibid.*, nota de 9 de Dezembro de 1886.
107. *Ibid.*, fol. 48, carta de 1 de Janeiro de 1887.
108. Outros informantes concordaram que as instâncias nas quais foram detectadas pessoas que carregavam ou usavam revólveres não licenciados eram “extremamente raras.” Veja, por exemplo, *ibid.*, fol. 50.
109. *Ibid.*

110. Ibid., fol. 57.
111. Hansard, Parliamentary Debates, 3a ser., 259: 746, 753.
112. Ibid., 760, 772.
113. Parliamentary Papers, 1887, vol. 2.
114. HO45/A1842/9605, fol. 66, PRO.
115. Lei para Regular a Venda de Venenos, Julho de 1868, 31 & 32 Victoria c. 121. Uma cópia desse estatuto foi incluída nos documentos sobre o assunto. Veja HO45/A1842/9605, fols. 62, 67.
116. HO45/A1842/9605, fols. 62, 67, 8 de Fevereiro de 1888.
117. “Relata as Leis nos Países Europeus com respeito ao porte de Armas de Fogo por Pessoas Privadas,” Parliamentary Papers, vol. 76.
118. Em uma carta para Asquith datada de 31 de Janeiro de 1893, Herbert Gladstone, do Home Office, considerou que a opinião pública favorecia os controles rigorosos. Ele notou que o Home Office havia sido pressionado por anos para fazer algo a respeito. E sobre revólveres, ele escreveu, “a Lei [1870] é letra morta. O IR [Inland Revenue – equivalente Inglês da Receita Federal] raramente processou alguém, e a detenção é extremamente difícil. Mais ainda, quando garotos são pegos com revólveres, um processo solene do IR se esfacela naturalmente”; HO45/9788/ B3145A, PRO.
119. Ibid. O comentário foi rubricado com “W. H. C.”
120. Hansard, Parliamentary Debates, 12 de Setembro de 1893, 4a ser., 17: 1051, 1052–53, 1255.
121. Os resultados estão em *ibid.*, cols. 1255–56 e 1660–61.
122. “Returns giving Particulars of Cases treated for Revolver or Pistol wounds in Hospitals during the Years 1890, 1891 and 1892,” 14 de Agosto de 1893, Home Office. Veja p. 11 do relatório, p. 557 da sessão de 1893–94, vol. 73.
123. Alguns ferimentos por armas não eram provavelmente tratados em hospitais.
124. Hopwood citou estes como números que já haviam sido apresentados na Casa durante os debates de 1893; Hansard, Parliamentary Debates, 27 de Fevereiro de 1895, 4a ser., 17: 1661. Para os anos 1878–1887 houve uma média de 5,5 casos de roubos envolvendo armas de fogo, por ano. “Outrages by Burglars Carrying Firearms, 1887–1892,” Parliamentary Papers, vol. 74, pt. 2. Veja também Colin Greenwood, *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales* (Londres, 1972), p. 19. Greenwood notou que um relatório de 1907 mostrou o total de mortes violentas em 1892 como sendo 16.343, dos quais 217 foram atribuídas a armas curtas (1,32 por cento), e quando os autores examinaram o número de mortes acidentais devido às armas curtas (16) eles descobriram que o número era apenas 3 unidades maior do que as mortes ocorridas durante o transporte de bebês. Venenos, então controlados por legislação específica, davam conta de 400 mortes, e foram 2.500 as devidas a acidentes com veículos. O Home Office não apresentou esses números ao Parlamento. Veja Greenwood, p. 22.

125. Hansard, Parliamentary Debates, 12 de Setembro de 1893, 4a ser., 17: 1259.
126. Ibid., 30: 1657, 1667–68, 1674. Eu não encontrei nenhuma evidência de que a polícia tenha pressionado o governo para aprovar tal medida.
127. Ibid., col. 1675.
128. Ibid., cols. 1657 ff.
129. Em adição aos números apresentados anteriormente no texto, em sua pesquisa sobre a violência em Kent, J. S. Cockburn descobriu que de 1880 em diante os tiroteios totalizaram apenas um por cento dos homicídios; “Patterns of Violence in English Society: Homicide in Kent, 1560–1985,” *Past and Present*, no. 130 (Fevereiro de 1991), tabela 2, p. 80.
130. Hansard, Parliamentary Debates, 4a ser., 30: 1663, 1671.
131. Ibid., cols. 1670–71, 1672–73.
132. Ibid., cols. 1667, 1673, 1683.
133. Citado em J. J. Tobias, *Urban Crime in Victorian England* (Nova Iorque, 1967), p. 122.
134. Ibid. Mas veja Taylor, “Rationing Crime,” que argumenta que as estatísticas oficiais da criminalidade eram modificadas para acomodar o orçamento da polícia e dos promotores, e não refletia as taxas verdadeiras.
135. Tobias, *Urban Crime in Victorian England*, p. 123.
136. Ibid.
137. Sindall, *Street Violence*, p. 1. Gatrell encontrou um aumento nos ferimentos e assaltos registrados em 1860–1864, associado com o pânico do estrangulamento; “Theft and Violence,” p. 290. Mas veja Taylor, “Rationing Crime.”
138. Tobias, *Urban Crime in Victorian England*, p. 125. Por exemplo, em 1896 o escrivão criminal escreveu: “As emendas progressivas da lei tendem a tornar a acusação de um crime mais fácil do que antes, e conseqüentemente tende a fazer que o número de processos em um determinado ano seja um índice mais preciso do número de crimes cometidos . . . Parece não haver razões para supor que haja qualquer relutância crescente por parte das pessoas privadas em acusar e processar . . . Se, então, nós encontramos uma diminuição constante no número de processos judiciais, podemos inferir com segurança satisfatória que houve, no mínimo, uma diminuição correspondente nos crimes.” *Criminal Registrar Report for 1896*, p. 13.
139. 5 George IV c. 83.
140. Thomas Macaulay, *Critical and Historical Essays, Contributed to the Edinburgh Review*, 5 vols. (Leipzig, 1850), 1: 154, 162.
141. James Paterson, *Commentaries on the Liberty of the Subject and the Laws of England Relating to the Security of the Person*, 2 vol., Londres, 1877, 1: p. 44.

5. 1900–1953: o governo toma o controle

Epígrafe: Relatório do Gabinete de Guerra, citado por Arthur Marwick, *Britain in the Century of Total War: War, Peace and Social Change, 1900–1967* (Boston, 1968), p. 78.

1. *Judicial Statistics for England and Wales, 1899, Part 1: Criminal Statistics* (Londres, 1900), pp. 36–37.
2. L. C. B. Seaman, *Post-Victorian Britain: 1902–1951* (Londres, 1966), p. 38.
3. Marwick, *Britain in the Century of Total War*, p. 34.
4. Martin Pugh, *State and Society: A Social and Political History of Britain, 1870–1997*, 2a ed. (Londres, 1999), p. 151.
5. Houve também uma expansão considerável do eleitorado. Até 1914 apenas seis de cada dez homens, e nenhuma mulher, podiam votar em uma eleição parlamentar. Em 1917 praticamente todos os homens com idade superior a vinte e um anos foram inclusos, e também as mulheres com mais de trinta que votavam em disputas do governo local ou que estavam casadas com homens que votavam. Como resultado o eleitorado pré-1914, de 7 a 8 milhões, foi expandido para cerca de 13 milhões de homens e mais de 8 milhões de mulheres. Veja Pugh, *State and Society*, p. 178. Pugh nota que esta expansão gigantesca do eleitorado colocou limites nos tipos de políticas que os Conservadores sentiam que poderiam perseguir e que “em muitas maneiras os forçou a abraçar as políticas sociais Eduardianas, intervencionistas, que eles haviam criticado no passado”; p. 182.
6. *Ibid.*, p. 131. Como um exemplo do crescimento do governo, Pugh nota (p. 186) que no início da década de 1920 os gastos governamentais consumiam 24–29 por cento do produto interno bruto, ao passo que em 1914 ficava em torno de 12 por cento.
7. V. A. C. Gatrell, “Crime, Authority and the Policeman-state,” em *The Cambridge Social History of Britain: 1750–1950*, vol. 3: *Social Agencies and Institutions*, ed. F. M. L. Thompson (Cambridge, 1990), pp. 255–256.
8. A Lei das Pistolas de 1903, 3 Edward VII c. 18. Ela não se aplicava à Irlanda, onde, de acordo com o Conde de Onslow, “Uma pessoa ... pode comprar e manter em sua posse qualquer número de armas curtas de qualquer tamanho ou descrição, sem nem mesmo ter que passar pela formalidade de adquirir uma licença de arma.” Veja T. C. Hansard, ed., *The Parliamentary Debates from the Year 1803 to the Present Time*, 4a ser., 120: 1016–18.
9. Colin Greenwood, *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales* (Londres, 1972), p. 30.
10. Veja Sir Archibald Bodkin, Chairman, “Report of the Departmental Committee on the Statutory Definition and Classification of Firearms and Ammunition,” Cmd. 4758, em *Parliamentary Papers*, 1934, p. 878. O assunto foi levantado na Casa dos Comuns em quatro ocasiões em 1912, em resposta a dois acidentes nos quais crianças foram mortas com pistolas de cano longo. Veja Greenwood, *Firearms Control*, p. 32.
11. Greenwood, *Firearms Control*, p. 31.
12. Não havia uma lista separada para esse crime, mas uma resposta parlamentar de 1911 forneceu esses números. Veja *ibid.*, p. 32.

13. Veja Richard Munday, “The Right to Arms: Richard Munday Considers the Implications of the Bill of Rights,” *Salisbury Review*, Verão de 1997, pp. 7–8.
14. Para informações sobre a o Projeto de Lei para a Prevenção do Crime, proposto em 1911, veja Greenwood, *Firearms Control*, pp. 32–33. Para números oficiais para 1900–1914 veja V. A. C. Gatrell, Bruce Lenman, e Geoffrey Parker, eds., *Crime and the Law: The Social History of Crime in Western Europe since 1500* (Londres, 1980): para os crimes de homicídio (homicídio não intencional e assassinato), tabela IV, p. 287; para delitos envolvendo ferimentos criminosos e dolosos, tabela A2, p. 348; para crimes contra a propriedade, com violência, tabela 3, p. 352; para furtos, invasões domiciliares e roubos (relatados e julgados), tabela 6, p. 364.
15. Em julho de 1915 o secretário do interior, Sir John Simon, foi lembrado na Casa dos Comuns sobre o número de instâncias em que a polícia havia sido alvejada com tiros, alguns causando morte, e das “muitas mortes de civis decorrentes do uso seu cuidado de revólveres.” Ele não achava que “o tempo era oportuno para introduzir uma legislação que restringisse o porte de armas curtas e que impedisse qualquer pessoas de trazer um revólver para dentro do país”? Simon respondeu que o tempo presente “não era oportuno para lidar com uma questão que a experiência mostrou ser muito controversa.” Ele lembrou os membros que os Regulamentos 30 e 31 da Lei de Defesa do Reino não permitiam que uma arma de fogo fosse trazida para dentro do Reino Unido sem uma permissão. Veja Hansard, *Parliamentary Debates*, 5a ser., 73: 2295.
16. A Lei do Infanticídio de 1624, 21 James I c. 27, e a reação de Blackstone a ela são discutidos no Capítulo 2, Veja também J. A. Sharpe, *Crime in Seventeenth-Century England* (Cambridge, 1983), p. 136.
17. A Lei de Defesa do Reino foi aprovada em 8 de Agosto de 1914, quatro dias depois de declaração de guerra, e foi renovada por seis vezes.
18. Niall Ferguson, *The Pity of War: Explaining World War I* (Londres, 1998), p. 186.
19. O governo justificou o uso da lei marcial com base no fato de que os Alemães estavam planejando uma invasão. Aparentemente eles esperavam um ataque na costa sul, no mais tardar em 1915, de 70.000 a 160.000 soldados alemães. Veja Egbert Kieser, *Hitler on the Doorstep: Operation “Sea Lion”: The German Plan to Invade Britain, 1940*, trad. Helmut Bogler (Annapolis, 1997), p. 29. Mas veja Ferguson, *The Pity of War*, p. 87, que destaca que por vários anos antes do início da guerra os especialistas militares e do governo haviam descartado a possibilidade de uma invasão Alemã. Se isso for verdade, então o governo estava simplesmente usando o temor da invasão para apoiar seu caso por medidas extremas. Em 1915 alguns aspectos da Lei da Defesa do Reino foram emendados para restaurar o direito de um julgamento civil. Durante o debate da Casa dos Comuns sobre a proposta de emenda, o Sr. Trevelyan alegou que a Lei havia sido originalmente aprovada porque os Comuns “em sua ansiedade patriótica em facilitar as coisas para o Governo em uma época de crise, anularam sua direito ordinário de criticar.” Ele alegou que a responsabilidade pela lei está com o governo, que “deveria ter entendido o quão séria foi a violação de nossas liberdades no texto original da Lei.” Ele estava satisfeito com as emendas propostas e notou: “O que nós perguntamos, e

- queremos, contanto que as Cortes Civis estejam em operação, é que oficiais do Exército não sejam os juízes de nossas vidas e liberdades.” Veja Hansard, *Parliamentary Debates*, 14 de Fevereiro de 1915, 69: 301.
20. O Conde de Onslow, ao introduzir a Lei das Armas de Fogo aos Lordes, argumentou que a taxa menor de crimes armados durante a guerra foi consequência da Lei de Defesa do Reino. Veja Greenwood, *Firearms Control*, p. 52.
 21. Thomas Jones, *Whitehall Diary*, ed. Keith Middlemas, 3 vols. (Oxford, 1969), 1: 97.
 22. Ironicamente, a primeira dessas greves ameaçadas foi a da Polícia Metropolitana em Agosto de 1918. Os salários dos policiais eram tão baixos que muitas famílias de policiais eram mesmo necessitadas.
 23. Em suas notas o secretário de Gabinete, Thomas Jones, deixou claro que ele acreditava que o primeiro-ministro simplesmente “tinha o papel de levar a revolução muito a sério.” Havia suspeitas de que o pânico “era um expediente do Escritório de Guerra para aumentar o número de recrutas do exército”; *Whitehall Diary*, 1: 99.
 24. *Emergency Powers Act*, 10 & 11 George V c. 55 (1920).
 25. Marwick, *Britain in the Century of Total War*, p. 150, nota que quando os ferroviários atacaram em 1920 um estado de emergência foi declarado, e o secretário do interior apelou aos cidadãos para que se juntassem na formação de “Guardas Cidadãs” para combater a ameaça.
 26. Para informações sobre esse relatório que não foi publicado eu confiei em Greenwood, *Firearms Control*, p. 36.
 27. *Ibid.*, pp. 38–39. O texto do projeto de lei proposto está reimpresso nas pp. 40–44.
 28. *Ibid.*, pp. 40, 44.
 29. Durante uma reunião de Gabinete em 2 de Fevereiro, Walter Long, na ocasião o Almirante Chefe da Marinha, disse em referência ao projeto de lei do Home Office, “É necessária uma Lei para o licenciamento do porte de armas pelas pessoas. Isto tem sido útil na Irlanda porque as autoridades sabem quem possui armas.” Mas Shortt lembrou o Gabinete da dificuldade de decretar uma legislação como essa: “no passado sempre houve objeções.” Veja Jones, *Whitehall Diary*, 1: 100.
 30. Em seu estudo sobre o crime e a polícia de Londres entre 1918 e 1929, Jonathan Lopian entendeu que o roubo e a invasão domiciliar parecem ter sido os dois delitos que constituíram a chamada onda de crimes depois da Primeira Guerra Mundial, e que um pequeno grupo de criminosos profissionais era provavelmente responsável pela maioria das ocorrências. Veja Jonathan B. Lopian, “Crime, Police and Punishment, 1918–1929: Metropolitan Experiences, Perceptions and Politics” (Ph.D. diss., Cambridge University, 1986), pp. 139–142.
 31. O artigo do Times sobre o debate na Casa dos Comuns relatou que uma das razões dadas para a lei era a Convenção do Tráfico de Armas em Paris, em 1919, “na qual todos os países, em prática comum a praticamente todo o mundo civilizado, concordou em restringir a venda de armas tanto quanto possível”; 11 de Junho de 1920, p. 3. Os participantes estavam preocupados com o fluxo de armamentos no comércio

internacional. Nada do que foi discutido incluía a exigência de que os países restringissem a posse de armas a seus cidadãos. Gerda Richards Crosby, *Disarmament and Peace in British Politics, 1914–1919* (Cambridge, Mass., 1957), p. 103.

32. *Ibid.*, p. 133.
33. *Ibid.*, p. 134.
34. Veja Hansard, *Parliamentary Debates*, 1920, 5a ser., 130: 361–370, 655–686.
35. *Ibid.*, cols. 364–365, 369.
36. *Ibid.*, 133: 86.
37. *Ibid.*, 130: 658–659.
38. *Ibid.*, col. 663.
39. *Ibid.*, col. 671; e veja col. 674.
40. O pequeno número total de votantes, 260, uma minoria dos membros dos Comuns (o total após as reformas da década de 1830 era de 658), foi provavelmente em decorrência, como esperava o governo, do atraso e da forma repentina com que foi feito o debate sobre a lei.
41. Uma Lei para emendar a Lei das Armas de Fogo e outras Armas e Munições, e para emendar a Lei da Perfuração Ilegal, 1819, 10 & 11 George V (1920).
42. Isto foi um desvio do relatório do Comitê Blackwell, que recomendava a renovação anual.
43. Estas penalidades eram muito maiores na Irlanda, que estava na ocasião beirando uma guerra civil. O encarceramento poderia ser de até dois anos, não havia provisão para apelo caso um certificado fosse recusado, e poderes adicionais para busca e apreensão foram conferidos aos policiais na lida com pessoas suspeitas de carregar armas.
44. Greenwood, *Firearms Control*, p. 55.
45. “Guidance from Home Office on Firearms Act, 1920,” 5 de Outubro de 1920, p. 3.
46. Estas diretivas do secretário do interior para os chefes de polícia permaneceram confidenciais até 1989.
47. “Guidance from Home Office on Firearms Act, 1920,” p. 3.
48. Greenwood, *Firearms Control*, p. 56.
49. Colin Greenwood, “Armed Crime—A Declaration of War,” *Security Gazette*, Junho de 1983, p. 342.
50. “Criminal Statistics relating to Criminal Proceedings, Police, Coroners, Prisons and Criminal Lunatics for the year 1923,” em *Parliamentary Papers*, Cmd. 2385, xxviii.63 (1925), p. 67.
51. *Ibid.*, p. 8. Um relatório anterior de supostos casos de assassinato na Inglaterra e País de Gales em 1912–1913 e 1920–1921 achou um total de 390 casos nesses quatro anos. Oitenta e três eram suicídios. Os números de casos de supostos assassinatos na Inglaterra e País de Gales eram os seguintes: 1912: 98; 1913: 100; 1920: 107; 1921: 85; “Supposed Cases of Murder in 1912–13 and 1920–21 (excluding Cases of Infanticide of Children under one year by Mother and Deaths from Illegal Operations),” Dezembro

- de 1922, em *Criminal Statistics, Parliamentary Papers*, 1022 Sess. II, Cmd. 1787, iii, p. 745.
52. “Criminal Statistics,” pp. 70–72.
 53. *Ibid.*, p. 8.
 54. Greenwood, *Firearms Control*, p. 70.
 55. *Ibid.*, p. 243. Na mesma página Greenwood nota que as estatísticas da polícia para 1915–1917 mostram que, na média, menos de dezesseis pessoas por ano usavam armas de fogo em conexão com “todos os tipos de crime” em Londres.
 56. Sir Leon Radzinowicz e Joan King, *The Growth of Crime: The International Experience* (Londres, 1977), pp. 145–146.
 57. A quantidade de membros de sindicatos durante os anos de 1918–1933 atingiu um pico de 8,3 milhões em 1920, um ano que também testemunhou o maior número de greves, cerca de 1.607. De 1921 em diante a quantidade de membros e o número de greves declinaram. Veja Pugh, *State and Society*, tabela 12.1, p. 217.
 58. Marwick, *Britain in the Century of Total War*, pp. 150, 155, 157–158.
 59. Pugh, *State and Society*, p. 216.
 60. Lucan, citado em Greenwood, *Firearms Control*, p. 56.
 61. Entre esses estavam componentes da marinha, exército e aeronáutica, membros dos clubes de rifle aprovados, e pessoas que possuíam galerias de tiro; Bodkin, “Report on Statutory Definition and Classification of Firearms and Ammunition.”
 62. *Firearms Act, 1934*, 24 & 25 George V c. 16.
 63. *Firearms Act, 1936*, 26 George V e Edward VIII c. 39.
 64. *Firearms Act, 1937*, 1 Edward VIII e 1 George VI c. 12.
 65. *History and Proceedings of the National Rifle Association* (Londres, 1860), p. 28.
 66. A. C. M. Croome, ed., *Fifty Years of Sport at Oxford, Cambridge, and the Great Public Schools* (Londres, 1913), p. 205.
 67. *National Rifle Association Rules of Shooting and Programme, 121st Annual Meeting* (Bisley, 1990), p. 4.
 68. Citado em Susie Cornfield, *The Queen’s Prize: The Story of the National Rifle Association* (Londres, 1987), p. 112.
 69. “Memorandum for the Guidance of the Police,” Home Office, *Firearms Act, 1937*. E veja “Royal Commission on Police Powers and Procedure,” 1929, *Parliamentary Papers*, Cmd. 3297.
 70. Veja Kieser, *Hitler on the Doorstep*, p. 30.
 71. Raymond E. Lee, *The London Journal of General Raymond E. Lee, 1940–1941*, ed. James Leutze (Boston, 1971), p. 106.
 72. Kieser, *Hitler on the Doorstep*, p. 32.
 73. Duncan H. Hall, *North American Supply* (Londres, 1955), p. 140 e n. 2. O pedido por armas e binóculos foi um apelo privado com o consentimento do governo Britânico. O

Comitê Civil Britânico para a Proteção dos Lares, que lançou o apelo, estava baseado em Birmingham. Ele pediu armas para defender as casas, não para a Guarda Doméstica. O Comitê Americano para a Defesa dos Lares Britânicos estava baseado na cidade de Nova Iorque. Ele publicou um anúncio na revista *American Rifleman* pedindo contribuições. Veja *American Rifleman*, Novembro de 1940, p. 6. Não está clara qual proporção das armas doadas foi para a proteção de lares e qual foi para a Guarda Doméstica.

74. Hall, *North American Supply*, p. 204.
75. *Ibid.*; parliamentary reply, Março 20, 1945, quoted in Greenwood, *Firearms Control*, p. 71.
76. Despite this, for some reason *The Times* reported that a year after the founding of the Home Guard the War Office had exempted Home Guardsmen from the need to obtain firearm certificates; “News in Brief,” Agosto 29, 1941.
77. “News in Brief,” *The Times*, 4 de Dezembro de 1941.
78. Veja, *London Journal*, pp. 429–430.
79. Philip Ziegler, *London at War, 1939–1945* (Nova Iorque, 1995), pp. 176–177.
80. *Ibid.*, p. 229.
81. Terrence Morris, *Crime and Criminal Justice since 1945* (Oxford, 1989), p. 34. Esta conclusão é baseada em um estudo dos delitos indiciáveis conhecidos pela polícia, de 1938 a 1945.
82. Veja Ziegler, *London at War*, p. 232.
83. Greenwood, *Firearms Control*, p. 72. Roy Ingleton, *Arming the British Police* (Londres, 1996), p. 52, alega que o fim da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo as armas de serviço “disponíveis aos mal-intencionados” e que praticamente todas as casas tinham suas relíquias, incluindo “armas de serviço retidas impropriamente.”
84. Citado em Greenwood, *Firearms Control*, p. 72.
85. *The Times*, 16 de Janeiro de 1948, p. 26.
86. *The Times*, 13 de Janeiro de 1951, pp. 3 f.
87. *The Times*, 19 de Abril de 1949.
88. Veja Greenwood, *Firearms Control*, p. 72.

6. 1953–2000: somente os criminosos possuem armas

1. Eric A. Johnson e Eric H. Monkkonen, eds., *The Civilization of Crime: Violence in Town and Country since the Middle Ages* (Chicago, 1996), pp. 3–4.
2. Pat Mayhew e Jan J. M. van Dijk, *Criminal Victimization in Eleven Industrialised Countries*, *Onderzoek en beleid*, no. #162 (Londres, 1997).
3. Os números dos estupros estão entre os menos confiáveis, uma vez que muitas vítimas jamais relatam o incidente. Os números Americanos de homicídios são calculados de

uma forma muito diferente do sistema Inglês. Os números Americanos incluem o homicídio não intencional e não negligente, e uma proporção substancial de mortes em defesa própria. O resultado é que o número Americano é o mais alto possível, sem incluir as tentativas de assassinato. O sistema Inglês trabalha para tornar os números os mais baixos possíveis, rastreando cada caso de suposto homicídio e removendo qualquer caso em que o veredito final não tenha sido homicídio. Veja R. I. Munday e J. A. Stevenson, *Guns and Violence: The Debate before Lord Cullen* (Brightlingsea, Essex, 1996), pp. 89–90.

4. Roy Ingleton, *Arming the British Police* (Londres, 1996), p. 16. É bom ser cauteloso com os números da polícia sobre crimes com o envolvimento de armas, porque o Home Office instruiu a polícia a listar cada arma roubada como “envolvida em crime.” Se uma casa de campo fosse furtada por ladrões desarmados, e eles levassem uma coleção de doze pistolas antigas, as estatísticas do ano seguinte contariam essas doze armas como “envolvidas em crime.” Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 309.
5. Sir Leon Radzinowicz e Joan King, *The Growth of Crime: The International Experience* (Londres, 1977), pp. 3, 4. Em 1974 havia 300.000 crimes relatados a mais do que em 1973, um aumento de quase três vezes sobre o número total de crimes relatados em 1901; *ibid.*
6. Nigel Walker, *Crimes, Courts and Figures: An Introduction to Criminal Statistics* (Middlesex, 1971), tabela 12.
7. From *The State of the Countryside, 2000*, relatório citado em *Daily Telegraph*, 27 de Abril de 2000.
8. Radzinowicz e King, *Growth of Crime*, pp. 5, 78–79.
9. Veja, por exemplo, Paul Brantingham e Patricia Brantingham, *Patterns in Crime* (Nova Iorque, 1984); Clive Emsley, *Crime and Society in England, 1750–1900* (Londres, 1987); Terrence Morris, *Crime and Criminal Justice since 1945* (Oxford, 1989); Robert Sindall, *Street Violence in the Nineteenth Century: Media Panic or Real Danger?* (Leicester, 1990); Nigel Walker, *Behaviour and Misbehaviour: Explanations and Non-Explanations* (Oxford, 1977).
10. Colin Greenwood, “Armed Crime—A Declaration of War,” *Security Gazette*, Junho de 1983, p. 342
11. Veja Shooting Sports Trust, *Firearms in Crime: An Analysis of Official Criminal Statistics for England and Wales for 1979* (Londres, 1980), p. 5; Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 133.
12. *Sunday Times*, 22 de Outubro de 2000, edição online.
13. “Smoking Barrels: Is a Gun Culture Taking Root in Britain?” *The Economist*, 29 de Julho de 2000.
14. See Martin Pugh, *State and Society: A Social and Political History of Britain, 1870–1997*, 2a ed. (Londres, 1999), p. 274. E veja pp. 269–273 e p. 275, tabela 16.2.
15. *The Times*, 23 de Novembro de 1948, p. 5.

16. “Memorandum for the Guidance of the Police,” Home Office, Firearms Act, 1937. Um relatório de 1929 da Comissão Real sobre os poderes da polícia afirmava que era “prática antiga do Home Office emitir circulares para os Chefes de Polícia sobre assuntos que afetem o trabalho e a administração da Polícia, e embora essas circulares sejam na forma de conselho elas acabaram por ser tratadas virtualmente como instruções”; “Royal Commission on Police Powers and Procedure,” 1929, em *Parliamentary Papers*, Cmd. 3297, p. 16.
17. “Memorandum for the Guidance of the Police,” Home Office, 1964, p. 7; “Memorandum for the Guidance of the Police,” Home Office, Setembro, 1969, p. 22.
18. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 136.
19. “The Control of Firearms in Great Britain: A Consultative Document,” 1972–73, em *Parliamentary Papers*, Cmd. 5297. Philip Rawlings descobre o que havia de se esperar. Ele escreve que os servidores civis do Home Office eram “capazes de governar através da criação de regras administrativas e da emissão de diretrizes e conselhos, todos resguardados por inspeções e pressão fiscal, em vez de levar ao conhecimento do público a legislação envolvida.” Veja Philip Rawlings, *Crime and Power: A History of Criminal Justice, 1688–1998* (Londres, 1999), p. 105.
20. N. P. Chibnall para R. G. Newnham, Esq., 7 de Abril de 1997, *Royal Courts of Justice*, Ref. 007030.
21. T. R. S. Allan, *Law, Liberty and Justice: The Legal Foundations of British Constitutionalism* (Oxford, 1993), p. 82.
22. Fyfe, em T. C. Hansard, ed., *The Parliamentary Debates from the Year 1803 to the Present Time*, 26 de Fevereiro de 1953, 5a ser., 511: 2324.
23. *Prevention of Crime Act, 1953*, 1 & 2 Elizabeth II c. 14.
24. Hansard, *Parliamentary Debates*, 511: 2333, 2340, 2383, 2394, 2354, 2341–42.
25. Outras preocupações do governo, além do crime, podem ter levado a esse passo. Havia preocupações com o Comunismo e com o fiasco recente do Canal de Suez, para mencionar apenas duas. Os documentos do Home Office sobre essa lei não estão disponíveis, e os pronunciamentos públicos do governo jamais explicaram sua escolha por essa tática.
26. Hansard, *Parliamentary Debates*, 511: 2364, 2375, 2408.
27. *Ibid.*, 513: 846, 848, 849.
28. *Ibid.*, cols. 867–868.
29. *Ibid.*, 181: 686, 690, 692, 693, 694. Para o resto dos comentários do Lorde Saltoun veja cols. 694–703.
30. *Ibid.*, cols. 705–706, 712–713, 716, 717, 718, 723–725.
31. A emenda teria adicionado uma nova subseção à seção (1) que dizia: “Para os propósitos desta Lei, qualquer pessoa sofrendo de uma fraqueza corporal ou enfermidade, seja causada pela idade avançado ou por outros motivos, que carregue uma arma para defesa própria, deve ser considerada como alguém com uma desculpa razoável”; *ibid.*, 182: 5.

32. Ibid., col. 13.
33. Ibid., cols. 214, 216.
34. Criminal Law Act 1967, Elizabeth II c. 58 sec. 3.
35. J. C. Smith, *Smith and Hogan Criminal Law*, 9a ed. (Londres, 1999), p. 257.
36. Julien (1969), 1 WLR 839, 2 A11 ER 856; citado em Glanville Williams, *Textbook of Criminal Law*, 2a ed. (Londres, 1983), p. 505.
37. Williams, *Textbook of Criminal Law*, p. 507.
38. Carol Harlow, "Self-Defence: Public Right or Private Privilege," *Criminal Law Review*, 1974, pp. 537, 538.
39. Williams, *Textbook of Criminal Law*, p. 508.
40. *Bradley v. Moss*, em P. R. K. Menon, *Criminal Law Review*, 1974, pp. 430–431.
41. Veja Michael Supperstone, *Brownlie's Law of Public Order and National Security*, 2a ed. (Londres, 1981), p. 156.
42. Widgery, citado em *ibid.*, p. 157. Veja também Smith, *Criminal Law*, p. 447.
43. Frances Cowper, "Londres's Parallel to the Goetz Case," *New York Law Journal* 198 (20 de Outubro de 1987): 2.
44. Cadmus, "Arms for Self Preservation and Defence: Part II," *Guns Review* 35 (Outubro de 1995): 750. The Firearms (Amendment) Act, 1994, Elizabeth II c. 31, transforma em crime possuir qualquer arma de fogo ou imitação "com intenção – (a) por meio das mesmas, de causar, ou (b) para habilitar outra pessoa por meio das mesmas, a fazer com que qualquer pessoa acredite que a violência ilegal será usada contra ela ou contra qualquer pessoa."
45. Peter Squires, *Gun Culture or Gun Control? Firearms, Violence and Society* (Londres, 2000), p. 2.
46. Smith, *Criminal Law*, p. 447 e nn. 5–11, 450.
47. Gail Tabor, "British Justice 'a Travesty'; Arizonan Won't Visit Again," *Arizona Republic*, 10 de Novembro de 1991, pp. B1, B6.
48. Smith, *Criminal Law*, pp. 450, 447.
49. Veja Williams, *Textbook of Criminal Law*, p. 508. Estranhamente as cortes decidiram que a intenção é o mais importante. Portanto, o fato do acusado ser culpado de portar uma arma de ataque não depende da "legalidade ou ilegalidade do propósito último [do acusado]" mas somente da intenção de ferir alguém. Isso significa que carregar instrumentos para invadir uma casa não é um crime sob esta lei, e nem mesmo carregar uma arma com propósito original de ferir alguém, caso os planos mudem e essas possibilidades cessem de existir. Veja Supperstone, *Brownlie*, pp. 151, 156.
50. Williams, *Textbook of Criminal Law*, p. 508.
51. A. J. Ashworth, "Liability for Carrying Offensive Weapons," *Criminal Law Review*, 1976, pp. 726, 734.
52. Ibid., p. 735.
53. Williams, *Textbook of Criminal Law*, p. 507 e n. 7.

54. *Ibid.*, pp. 507, 504.
55. Smith, *Criminal Law*, pp. 450–451 e nn. 20, 1.
56. “Royal Commission on the Police: Final Report,” 1962, in *Parliamentary Papers*, Cmd. 1728.
57. Ashworth, “Liability for Carrying Offensive Weapons,” p. 727.
58. Para uma breve discussão dos argumentos sobre a sensatez do encarceramento e o impacto na população encarcerada na Europa Ocidental e nos Estados Unidos veja Franklin E. Zimring e Gordon Hawkins, “Imprisonment as a Social Process: Rusche, Kirchheimer, and Blumstein,” em *The Scale of Imprisonment* (Chicago, 1991), pp. 3–37.
59. A abordagem mais moderna para o tratamento de criminosos data da formação do Comitê Gladstone, em 1894, nomeado em homenagem a Henry Gladstone, na ocasião subsecretário do Home Office. Para informação sobre seu trabalho veja Rawlings, *Crime and Power*, pp. 107–109, 120.
60. Hansard, *Parliamentary Debates*, 5a ser., 449: 1236, 1237. A Lei da Justiça Criminal introduzida em 1939 estabeleceu que a idade mínima para a jurisdição pelas cortes fosse de dezesseis anos, a qual os membros esperavam estender para dezessete nos casos de comparecimento perante cortes de jurisdição sumária e reduzir para quinze nos casos de comparecimento perante cortes mais altas.
61. *Ibid.*, cols. 1238–39.
62. Veja *Criminal Justice Act*, 1948, 11 & 12 George VI c. 58 sec. 17(2).
63. F. H. McClintock, assistido por N. Howard Avison, N. C. Savill, e V. L. Worthington, *Crimes of Violence: An Enquiry by the Cambridge Institute of Criminology into Crimes of Violence against the Person in Londres* (Londres, 1963), pp. 69–70.
64. Veja *ibid.*, p. 134. A prática Inglesa ainda deixou uma população prisional maior do que a de qualquer país Europeu. De vinte países Europeus considerados em um estudo de 1977, a Inglaterra e o País de Gales tinham o décimo-sexto maior número de prisioneiros por grupo de 100.000 habitantes. No entanto, com base na Pesquisa Internacional de Vitimização do Crime de 1988 (*International Crime Victimization Survey*), a Inglaterra e o País de Gales também tinham a taxa mais alta de criminalidade para os quatro delitos considerados. Veja Zimring e Hawkins, *Scale of Imprisonment*, tabela 6.6, p. 150; Mayhew e van Dijk, *Criminal Victimization*, fig. 7, p. 35.
65. “Crime, Justice and Protecting the Public,” Home Office White Paper, 1990, em *Parliamentary Papers*, Cmd. 965, pp. i, 7, 1, 3. Uma outra política seguindo a mesma linha foi a do uso crescente de advertências registradas e de avisos não registrados para infratores. Veja Home Office, “The Cautioning of Offenders,” Circular Nos. 14/1985, 59/1990.
66. McClintock et al., *Crimes of Violence*, pp. 139–140. A Lei da Justiça Criminal de 1991 impediu os juízes de impor sentenças mais longas àqueles condenados que tinham condenações prévias, ou de punir com mais severidade um prisioneiro condenado que havia ferido mais de uma pessoa do que o condenado que havia ferido apenas uma. Estas provisões foram revogadas pela Lei da Justiça Criminal de 1993.

67. Veja Langan e Farrington, *Crime and Justice*, p. 43.
68. “Crime, Justice and Protecting the Public,” p. 8.
69. McClintock et al., *Crimes of Violence*, p. 150.
70. “Protecting the Public: The Government’s Strategy on Crime in England and Wales,” 1996 White Paper, em *Parliamentary Papers*, Cmd. 3910, pp. 1, 43.
71. Alan Travis, “London ‘Is Safer than Most EU Capitals’” (Special Report: Policing Crime), *The Guardian*, 4 de Maio de 2001. A taxa de encarceramento nos Estados Unidos é de 682 por 100.000.
72. *Ibid.*, p. 46.
73. Veja Philip Johnston, “English Crime Rates Set to ‘Overtake America,’” *The Spectator*, 12 de Outubro de 1998, edição online.
74. Para estes números sobre o risco de ser pego veja Langan and Farrington, *Crime and Justice*, p. 19, e os gráficos na p. 18.
75. James Q. Wilson, “Crime and Punishment in England,” *Public Interest*, no. 43 (Primavera de 1976): 12; Farrington e Langan, “Crime and Justice,” p. 19, e gráficos da p. 18. A tendência continuou. Em 2001 o *Sunday Times* relatou que no ano de 2000 a polícia da Inglaterra e do País de Gales solucionou apenas 25 por cento dos crimes registrados, o menor número dos últimos dez anos. Veja James Clark, “We Can’t Stop Crime, Say Police,” *Sunday Times*, 13 de Maio de 2001.
76. “Royal Commission on the Police: Interim Report,” Novembro de 1960, em *Parliamentary Papers*, Cmd. 1222, p. 17. Os comissários de polícia escreveram: “A manutenção da lei e da ordem, juntamente com a defesa nacional, é o dever primário do governo. Nós não acreditamos que qualquer um que esteja a par dos fatos possa estar satisfeito com o estado da lei e da ordem na Grã-Bretanha em 1960”; p. 4.
77. Veja Wilson, “Crime and Punishment in England,” p. 13. Em 1999 a polícia de Londres perdeu quase 800 oficiais; *ibid.*, p. 11.
78. Jack Grimston e James Clark, “Alarm as Police Staffing Plummet,” *Sunday Times*, 2 de Abril de 2000, p. 28.
79. Setenta das maiores autoridades rurais da Inglaterra acusaram o governo de “falhar em distribuir fundos para a polícia e outros serviços públicos nas áreas menos populosas.” Veja “Ministers ‘Too Mean’ with Case for Police,” *Daily Telegraph*, 27 de Abril de 2000.
80. Michael Prescott e James Clark, “Territorial Police Force to Tackle Rural Crime Wave,” *Sunday Times*, 2 de Abril de 2000, p. 7.
81. Charles Clover, “Fears That Undermine Blair’s Rosy Image,” *Daily Telegraph*, 27 de Abril de 2000.
82. Clark, “We Can’t Stop Crime, Say Police.”
83. Parece que este programa ainda existe. Veja Prescott and Clark, “Territorial Police Force to Tackle Rural Crime Wave,” p. 7.
84. “Protecting the Public,” pp. 2, 6. Em 15 de Agosto de 1999, o *The Times* relatou as propostas do Home Office para controlar uma “onda de crimes gigantesca” com medidas

que incluíam o uso maior de circuitos fechados de televisão, a modernização das cortes e audiências mais céleres dos casos.

85. Mark Steyn, "In the Absence of Guns," *American Spectator*, Junho de 2000, p. 47.
86. "Control of Firearms in Great Britain."
87. McClintock et al., *Crimes of Violence*, p. 49 e n. 1.
88. *Ibid.*, p. 268 e tabela.
89. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, tabela 1, p. 323.
90. Lorde Stoddart of Swindon, discurso no Parlamento, 28 de Outubro de 1997. Ele alegou imprecisamente que era 0,04 por cento.
91. Entre 1968 e 1983 mais de um quarto dos certificados de rifles e armas curtas foram eliminados através da recusa da renovação; Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 168.
92. *Ibid.*, p. 169. Um aumento adicional nas taxas em 1979 foi recusado pelos Comuns. Veja Richard Harding, "Firearms Use in Crime," *Criminal Law Review*, 1979, p. 765 n. 6.
93. Duas ordens, em 1969 e 1970, mudaram as taxas do que foram originalmente estipuladas pelo Comitê Blackwell para ajustá-las à inflação. Depois de 1973 as taxas foram aumentadas novamente. Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 169.
94. *Ibid.*, p. 164. Durante o debate na Casa dos Comuns, em Outubro de 1987, após o massacre de Hungerford (discutido à frente neste capítulo), um membro fez referência a 6 milhões de espingardas legalizadas em circulação naquela época. Veja Sir John Farr, em Hansard, *Parliamentary Debates*, 489: 51. O subsecretário de estado para o Home Office, Douglas Hogg, fez referência a 930.000 certificados de espingardas no país, muitos dos quais cobriam diversas armas, e afirmou que o governo estimava que havia mais de 3 milhões de espingardas na Inglaterra; *ibid.*, col. 66.
95. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 164.
96. *Ibid.*, p. 165.
97. Jenkins, citado em *Daily Telegraph*, 13 de Setembro de 1966. Embora fosse alegado que os delitos com espingardas haviam triplicado desde 1961, os números eram coletados com bases diferentes a cada ano desde aquela data, e, por incluírem todos os "delitos indiciáveis envolvendo espingardas," contavam todos os tipos de crime, desde roubo armado e caça ilegal até o furto de armas de coleção. Veja Colin Greenwood, *Firearms Control: A Study of Armed Crime and Firearms Control in England and Wales* (Londres, 1972), capítulo 8.
98. Munday and Stevenson, *Guns and Violence*, p. 166.
99. Veja Greenwood, *Firearms Control*, pp. 86–88, sobre o debate sobre a Parte V. Entre outras facetas a lei aboliu a antiga distinção entre crimes e pequenos delitos, a exigência de que os vereditos por júri em casos criminais fossem unânimes, a exigência de uma audiência completa de evidências em audiências de ordem de prisão, e a exigência de cobertura irrestrita da imprensa nessas audiências.
100. Veja uma breve discussão de seu debate em Greenwood, *Firearms Control*, pp. 86–87.

101. O Lorde Mansfield apelidou a primeira parte da medida de “Criminal Justice (Encouragement of Evil-doers) Bill” [Lei da Justiça Criminal e Encorajamento de Malfeitores] e a Parte V de “Criminal Injustice (Harassment of Citizens) Bill” [Lei da Injustiça Criminal e da Perseguição dos Cidadãos]; *ibid.*, p. 86.
102. Em 1988 os dispositivos elétricos de atordoamento seriam adicionados pelas cortes, no caso de *Flack v. Baldry*, 1 A11 ER 673, à proibição de longa data contra sprays químicos defensivos, que eram ilegais desde 1920.
103. Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 166–167.
104. Veja Greenwood, *Firearms Control*, p. 89.
105. “Control of Firearms in Great Britain.” Harding descreve a base estatística para as afirmações do relatório como “defeituosas . . . e bastante inúteis cientificamente falando; os dados são apresentados em uma maneira que impede a avaliação objetiva por parte de qualquer um”; “Firearms Use in Crime,” p. 772.
106. “Control of Firearms in Great Britain”; Harding, “Firearms Use in Crime,” p. 765 e n. 6.
107. Veja Stewart Tendler, Andrew Morgan, David Sapsted, e Michael McCarthy, “Besieged Killer Shoots Himself,” *The Times*, 20 de Agosto de 1987, p. 2.
108. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 170.
109. Hansard, *Parliamentary Debates*, 26 de Outubro de 1987, 121: 671.
110. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 128.
111. Douglas Hurd, secretário de estado para o Home Office, em Hansard, *Parliamentary Debates*, 26 de Outubro de 1987, 121: 65–66; 27 de Outubro de 1987, col. 36.
112. Hansard, *Parliamentary Debates*, 26 de Outubro de 1987, 121: 59, 50, 55, 46.
113. Hayward e McNail, *ibid.*, cols. 42, 46.
114. Veja Hon. Lord Cullen, “The Public Inquiry into the Shootings at Dunblane Primary School on March 13, 1996,” <http://www.officialdocuments.co.uk/document/scottish/dunblane/dun01.htm>.
115. Veja R. A. I. Munday, “Does the Level of Firearms Ownership Affect Levels of Violence? An Appraisal of the Evidence,” em Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 37–70.
116. Veja P. H. Jackson, J. A. G. Hawkins, A. R. Horrocks, e R. A. I. Munday, “Was the Dunblane Inquiry Misled?” 9 de Novembro de 1996, <ftp://ftp.islandnet.com/ForgeConsulting/res/crimstat.zip>.
117. Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 33, 322–323, e tabela 1.
118. Lorde Stoddart of Swindon, Casa dos Lordes, em Hansard, *Parliamentary Debates*, 27 de Outubro de 1997, 582: 944.
119. Veja o Relatório Cullen, “Inquiry into the Shootings at Dunblane Primary School,” capítulo 12, <http://www.officialdocuments.co.uk/document/scottish/dunblane/dunblane.htm>.

120. O Partido Trabalhista havia inicialmente proposto à Comissão Cullen que espingardas de tiro único e calibre .22 que necessitassem ser recarregadas após cada tiro permanecessem legais. Aparentemente, pesquisas de opinião pública os encorajaram a ir além. Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 31–35.
121. Lei da Armas de Fogo (emenda), 1997, c. 5.
122. Notícia da imprensa do Home Office, 3 de Novembro de 1997; Lorde Stoddard, em Hansard, *Parliamentary Debates*, 27 de Outubro de 1997, 582: 945.
123. Greenwood, *Firearms Control*, p. 238.
124. Veja ensaio de Stevenson em Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 126.
125. *Firearms Certificates Statistics: England and Wales*, 1991, citado em *ibid.*, p. 125.
126. Hansard, *Parliamentary Debates*, 26 de Outubro de 1987, 121: 671.
127. Veja Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 127.
128. Notícia da imprensa do Home Office, 3 de Novembro de 1997. A estimativa original da polícia era somente aquilo, uma estimativa, e talvez superestimada, já que o sistema de certificados não os permitia produzir uma contagem precisa do número de armas.
129. Veja Greenwood, *Firearms Control*, tabela 58, p. 235. Para a informação sobre as armas entregues entre 1946 e 1968 veja Greenwood, pp. 235–239.
130. *Ibid.*, tabela 59, p. 236. Os números para as anistias de 1946, 1961, e 1965 foram ajustados para produzir totais arredondados.
131. *Ibid.*, tabela 60, p. 237.
132. *Ibid.*, pp. 236–238.
133. *Ibid.* Das 4.687 armas curtas entregues em 1969, por exemplo, 80 por cento nunca haviam sido sujeitas a um certificado de arma de fogo.
134. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 131, 132.
135. James Clark, “Gun Law Takes Over in Gangland Drug Wars,” *Sunday Times*, 13 de Maio de 2001, edição online.
136. Douglas Hurd, secretário de estado para o Home Office durante o debate sobre a Lei das Armas de Fogo de 1988, em Hansard, *Parliamentary Debates*, 26 de Outubro de 1987, 582: 37.
137. Shooting Sports Trust, *Firearms in Crime*, p. 5.
138. John Briggs, Christopher Harrison, Angus McInnes, e David Vincent, eds., *Crime and Punishment in England: An Introductory History* (Nova Iorque, 1996), p. 246.
139. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 133, 136.
140. Wilson, “Crime and Punishment in England,” pp. 7–8. A verdade continuada desta afirmação é refletida nos números anuais da criminalidade publicados em Julho de 2000.
141. Para esta abordagem veja Sean Gabb, “Gun Control in Britain,” *Political Notes No. 33*, Libertarian Alliance, Londres, 1988.
142. Greenwood, *Firearms Control*, tabela 62, p. 244.
143. Veja números oficiais do governo e Gabb, “Gun Control in Britain.”

144. Mayhew e van Dijk, *Criminal Victimization*, p. 6. As descobertas deste estudo são encontradas nas pp. 1–6.
145. David Povey, Judith Cotton, e Suzannah Sisson, “Recorded Crime Statistics, England and Wales, April 1999 to March 2000,” Home Office, 18 de Julho de 2000. Veja também Philip Johnston, “Muggings Add to First Rise in Crime for Seven Years,” *The Telegraph*, 18 de Julho de 2000; “Straw Tries to Stop Pub Maimings,” *The Mirror*, 26 de Junho de 2000, edição online.
146. Clark, “Gun Law Takes Over.”
147. Steyn, “In the Absence of Guns,” p. 46.
148. Veja Adam Luck, “Police Carry Pistols on Routine Street Patrols,” *Sunday Times*, 22 de Outubro de 2000, edição online.
149. Clark, “Gun Law Takes Over.”
150. Mark Steyn, “Give Thanks It’s Not the Old Country,” *The Spectator*, 28 de Novembro de 1998, p. 23.
151. Steyn, “In the Absence of Guns,” pp. 46–47.
152. David Sapsted, “Farmer Who Killed Burglar Jailed for Life,” *Daily Telegraph*, 20 de Abril de 2000, edição online. As citações seguintes são deste artigo.
153. Michael Higgins, “Start Fighting Back and Get the Criminals Running Scared: Bashing Burglars Is No Bad Thing,” *Birmingham Post*, 24 de Abril de 2000, p. 13.
154. Terence Shaw, “Hague’s Pledge on Self-Defence Means Reviving Old Reforms,” *Daily Telegraph*, 27 de Abril de 2000, edição online; Andrew Sparrow, “Conservative Leader Accused of Adopting ‘Lynch Mob Mentality,’” *ibid.*
155. Sparrow, “Conservative Leader Accused.”
156. “Manslaughter Verdict for Martin,” *BBC News Online*, 30 de Outubro de 2001; “It Was Never Murder,” *The Spectator*, 3 de Novembro de 2001, p. 7.
157. J. H. Stephens, um especialista das leis altamente respeitado, escreveu em 1863, “Se uma pessoa tenta roubar ou assassinar uma outra, ou tenta invadir uma casa durante a noite, e for morta durante tais tentativas, [seja pela parte atacada, ou pelo dono da casa, ou pelo empregado que ali estava, ou por qualquer outra pessoa presente e que aja para prevenir o crime], aquele que mata deve ser absolvido e liberado”; *New Commentaries*, 5a ed., vol. 4 (Londres, 1863), p. 134. O *Daily Telegraph* investigou como se lidaria com o caso Martin em outros países. Naqueles mencionados e também na África do Sul e na Bélgica, Martin não seria acusado de assassinato. Um caso comparativo que passa atualmente pelas cortes da Bélgica envolveu um joalheiro que disparou cinco tiros de um revólver e dez de um rifle de caça, de uma janela no andar de cima, em uma gangue de assaltantes que tentavam invadir sua loja. Sua prisão levou a uma petição por sua soltura, e ele está solto sob fiança no momento. Veja Toby Harnden, Christopher Munnion, Harry deQuetteville, e Toby Helm, “Wide Range of Laws on Defending Your Home with Force,” *Daily Telegraph*, 27 de Abril de 2000, edição online.
158. A. V. Dicey, *Introduction to the Study of the Law of the Constitution*, 8a ed. (Indianápolis, 1982), p. 341.

7. Mais Armas Mais Crime ou Mais Armas Menos Crime? O caso americano

Epígrafes: Gary Kleck, "Guns and Violence: An Interpretive Review of the Field," *Social Pathology* 1 (Janeiro de 1995): 20; Lance Stell, "The Legitimation of Female Violence: Bias and the Law of Self-Defense," em *Justice, Law, and Violence*, ed. James B. Brady e Newton Garver (Filadélfia, 1991), p. 246.

1. *The Mirror*, 26 de Junho de 2000, edição online.
2. "Have a Nice Daydream," *The Mirror*, 29 de Junho de 2000, edição online. Veja também Chris Gray, "Britain Is Capital of Crime, Says US TV Channel," *The Independent*, 29 de Junho de 2000. Jenny Booth, "Reporter Is Victim of London Thieves," *The Times*, escrito no mesmo dia em que o jornalista Americano responsável pela reportagem teve seu apartamento roubado duas vezes, e pode ter tido um conflito de interesses por conta de seu infortúnio; 29 de Junho de 2000, edição online.
3. Mark Steyn, *American Spectator*, Junho de 2000, p. 46.
4. *The Telegraph*, 18 de Julho de 2000.
5. James Clark, "Gun Law Takes Over in Gangland Drug Wars" *Sunday Times*, 13 de Maio de 2001, edição online.
6. Kleck, "Guns and Violence," p. 14.
7. Embora os delitos envolvendo armas de fogo tenham diminuído após o banimento das armas curtas, de 5.209 em 1996 para 3.143 em 1999, o número de armas "usadas para violência contra pessoas" aumentou de 1.206 em 1995 para 1.746 em 1999. Um relatório da Casa dos Comuns do início de 2000 notou "uma tendência de aumento generalizado no mau uso das armas de fogo." Veja "Smoking Barrels: Is a Gun Culture Taking Root in Britain?" *The Economist*, 12 de Agosto de 2000.
8. Não há uma contagem precisa das armas de fogo nos Estados Unidos. Consequentemente as estimativas variam, embora o número de 200 milhões é o mais frequentemente usado. Em seu estudo sobre as armas de fogo nos Estados Unidos, John Lott estima que haja entre 200 e 240 milhões de armas de fogo, um terço das quais são armas curtas; Lott, *More Guns, Less Crime: Understanding Crime and Gun Control Laws*, 2a ed. (Chicago, 2000), p. 1.
9. A taxa de assassinatos, por exemplo, por grupo de 100.000 habitantes, caiu de 9,3 para 6,8 entre 1992 e 1997. Somente para o período de 1996 a 1997 o FBI relatou que a taxa de assassinatos caiu 8 por cento. De 1973 a 1998 a taxa geral de crimes violentos por grupo de 1.000 pessoas acima de 12 anos de idade caiu de 48 para 39; o assalto com agravo caiu de 13 para 9, o roubo de 7 para 4, e o estupro de 3 para 1. Veja Anne Gearan, "U.S. Crime Rate Dips to 25-Year Low," *Boston Globe*, 28 de Dezembro de 1998, p. A3.
10. Thomas Farragher, "Experts Eye Rosy Trends in U.S. Crime," *Boston Globe*, 10 de Janeiro de 1999, p. A1.

11. Zimring, citado em *ibid.*
12. Veja o comentário do criminologista Alfred Blumstein e os números em Lorraine Adams e David A. Vise, “FBI’s Report of Falling Crime Greeted by Applause, Debate,” *Boston Globe*, 18 de Outubro de 1999, p. A8.
13. O declínio da taxa de crimes violentos nos Estados Unidos começou em 1991. As leis de porte oculto em trinta e dois estados são não-discrecionárias, ou seja, a autoridade que emite a licença ou a polícia devem conceder a permissão para o porte oculto a todos os requerentes qualificados. Apenas oito estados tinham tais leis antes de 1985. Vermont não possui estatutos sobre armas; cidadãos obedientes à lei podem portar armas sem nenhuma licença.
14. Isto não implica que todos aqueles que votam em uma determinada lei, tal com a do banimento das chamadas armas de assalto, acreditam que armas de fogo menos poderosas devem ser tiradas das mãos dos indivíduos. Mas esses estatutos são largamente promovidos por grupos a favor do controle de armas, muitos dos quais acreditam que todas as armas privadas devem ser banidas.
15. Infratores condenados, no entanto, não podem portar armas.
16. Veja Joyce Lee Malcolm, *To Keep and Bear Arms: The Origins of an Anglo-American Right* (Cambridge, Mass., 1994).
17. Em 31 de Março de 1999, o Juiz Distrital Sam Cummings recusou as acusações contra um homem com base na interpretação de que o estatuto federal violava seus direitos sob a Segunda Emenda. O governo levou o caso à Corte de Apelações do Quinto Circuito. Em uma opinião histórica a corte entendeu que a Segunda Emenda protegia de fato o direito individual de se armar. Veja *United States v. Emerson*, 207 F. 3d 203 (5a Cir. 2001).
18. Veja Robert J. Cottrol, ed., *Gun Control and the Constitution: Sources and Explorations on the Second Amendment* (Nova Iorque, 1994), pp. xxiv–xxv.
19. A Associação Nacional do Rifle tinha pouca influência política nesta época. Sobre o motivo para que a administração Roosevelt optasse pelo registro das armas curtas veja *ibid.*, pp. xxvi–xxvii.
20. *Ibid.*, p. xxx.
21. Nos últimos vinte anos têm sido apresentadas evidências esmagadoras de que a Constituição protege o direito individual de se armar. Mesmo os principais especialistas liberais que anteriormente diziam que a Segunda Emenda protegia apenas o direito coletivo à milícia moderna, a Guarda Nacional, têm reconhecido que a Segunda Emenda garante o direito individual de se armar. Como todos os direitos, no entanto, é sujeito a uma regulamentação razoável. Veja, por exemplo, Lawrence Tribe, *American Constitutional Law*, 3a ed., vol. 1 (Nova Iorque, 2000), pp. 894–903; Leonard W. Levy, *Origins of the Bill of Rights* (Nova Haven, 1999), pp. 133–149.
22. Patrick A. Langan e David P. Farrington, *Crime and Justice in the United States and in England and Wales, 1981–96* (Washington, D.C., 1998), p. 46. Estes números são baseados nos números do FBI e do Home Office, de 1996. Por razões que serão

explicadas na sequência, tais números da polícia são menos confiáveis que os números obtidos com pesquisas entre as vítimas. De acordo com os números de 1996, a taxa Inglesa de assassinatos com armas de fogo era de 0,09 por 100.000, enquanto nos Estados Unidos era de 5,5.

23. Esses números comparam a pesquisa com vítimas Inglesas de 1995 com a pesquisa com vítimas Americanas de 1996; Langan and Farrington, *Crime and Justice*, p. 46. Os Ingleses fazem a pesquisa com vítimas a cada dois anos, enquanto os Americanos a fazem anualmente. Essas duas pesquisas são as mais recentes que Langan and Farrington tinham à sua disposição.
24. Mesmo quando o crime violento estava crescendo rapidamente na Inglaterra e no País de Gales, a taxa de assassinatos em Londres, 2,36 por 100.000, permaneceu entre as mais baixas das capitais Europeias. Veja Alan Travis, “Londres ‘Is Safer than Most EU Capitals,’” *Special Report: Policing Crime*, *The Guardian*, 4 de Maio de 2001, edição online.
25. Os números do estupro, o único outro crime violento em que a taxa Americana é mais alta, são mais problemáticos, já que os relatos são irregulares e até 1994 as definições de estupro na Inglaterra e nos Estados Unidos eram bem diferentes.
26. Travis, “Londres ‘Is Safer.’”
27. Eric H. Monkkonen, *Murder in New York City* (Berkeley, 2001), pp. 178–179.
28. Richard Maxwell Brown descobre que o Juiz da Suprema Corte Olivier Wendell e outros Americanos acreditavam que o direito de tomar posição e matar em defesa própria “era uma grande liberdade civil como, por exemplo, a liberdade de expressão”; Brown, *No Duty to Retreat: Violence and Values in American History and Society* (Oxford, 1991), pp. 4–5, 36–7.
29. Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 5.
30. Para esta análise estou em débito com R. I. Munday e J. A. Stevenson, *Guns and Violence: The Debate before Lord Cullen* (Brightlingsea, Essex, 1996), pp. 89–91. O FBI instrui a polícia: “Não conte uma morte como justificável ou desculpável somente com base na defesa própria ou na ação do legista, do promotor, do júri ou da corte. A morte intencional (não negligente) de um indivíduo por outro é o que está sendo relatado, não a responsabilidade criminal da pessoa ou pessoas envolvidas”; Munday e Stevenson, p. 90.
31. *Ibid.*, pp. 90–91, 85.
32. Howard Taylor, “Rationing Crime: The Political Economy of Criminal Statistics since the 1850s,” *Economic History Review* 51 (1998): 585, 586–587.
33. *Ibid.*, p. iii.
34. Langan e Farrington, *Crime and Justice*, pp. 9, 11.
35. Para números Ingleses veja Catriona Mirrless-Black, Tracey Budd, Sarah Partridge, e Pat Mayhew, *The 1998 British Crime Survey: England and Wales*, *Statistical Bulletin* no. 2/98, Home Office, fig. 4.3, p. 21, e pp. 11, ii.
36. Eu agradeço Patrick Langan por calcular esta estatística para mim.

37. Monkkonen, *Murder in New York City*, pp. 178–179 e fig. 7.6, p. 178.
38. Monkkonen possui uma análise interessante das razões pelas quais os Estados Unidos têm sido mais violentos do que os países da Europa Ocidental, particularmente a Inglaterra; *ibid.*, capítulo 7, pp. 151–179.
39. Veja U.S. Bureau of the Census, *Statistical Abstract of the United States, 1982–3* (Washington D.C., 1982), tabela 298; Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 9 e n. 36; Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 99–100.
40. Langan e Farrington, *Crime and Justice*, p. 44.
41. Em 1995 Alfred Blumstein notou que a taxa anual de homicídios de brancos, de 1976 a 1987, era de 8,13 casos por 100.000 pessoas, e de 1987 a 1991 quase dobrou, de 7,6 para 13,6. A taxa anual de negros mais que dobrou de 1987 a 1991, de 50,4 por 100.000 para 111,8. De 1984 a 1991 ela triplicou, de 32,0 para 111,8. Veja Blumstein, “Youth Violence, Guns, and the Illicit Drug Industry,” *Journal of Criminal Law and Criminology* 86 (Outono de 1995): 21–22.
42. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 99. Os negros têm 4,6 vezes mais chances de serem assassinados, e 5,1 vezes mais chances de serem criminosos, do que os brancos. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 39.
43. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, pp. 99–100.
44. J. Q. Wilson, “Crime and Punishment in England,” *Public Interest*, no. 43 (Primavera de 1976): 8.
45. Stewart Tendler, “Londres Gunmen Mostly Blacks,” *The Times*, 25 de Julho de 2000, edição online.
46. Citado em Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 101 e n. 43.
47. Dave Kopel, “Fatherlessness: The Root Cause,” *National Review*, 11 de Maio de 2000, edição online.
48. Don B. Kates Jr., “Gun Control and Crime Rates,” em *The Great American Gun Debate*, ed. Kates e Gary Kleck (São Francisco, 1997), pp. 9–10; Kleck, “Guns and Violence,” p. 14.
49. Um estudo com pessoas que resgataram vítimas de crimes ou prenderam criminosos violentos descobriu que a proporção entre proprietários de armas e não proprietários é de 2,5 para um; Kates, “Gun Control and Crime Rates,” p. 10.
50. Lott, *More Guns, Less Crime*, pp. 36–40. De quatorze estados com participantes suficientes para fazer comparações em nível estadual, as pesquisas mostraram que treze deles tinham mais pessoas proprietárias de armas, e seis tinha mais de um milhão a mais. Apenas Massachusetts viu um declínio na posse de armas.
51. Veja Adams e Vise, “FBI’s Report Greeted by Applause,” p. A8. Lott nota que, em 1993, as cidades com mais de 500.000 pessoas tinham taxas de assassinato 60 por cento mais altas que cidades com população entre 50.000 e 500.000. Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 39.
52. Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 100.

53. Veja Kates, "Gun Control and Crime Rates," p. 10.
54. David Huizinga, Rolf Loeber, e Terence P. Thornberry, *Urban Delinquency and Substance Abuse: Initial Findings* (Washington, D.C.: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, U.S. Department of Justice, 1995), p. 18.
55. D. A. Kairys, "A Carnage in the Name of Freedom," *Philadelphia Inquirer*, 12 de Setembro de 1988, citado em Kates, "Gun Control and Crime Rates," p. 11.
56. H. C. Brearley, *Homicide in the United States* (Chapel Hill, 1932), citado em Gary Kleck, "The Frequency of Defensive Gun Use," em Kates e Kleck, *The Great American Gun Debate*, p. 152.
57. De acordo com os historiadores Lee Kennett e James LaVerne Anderson, três quartos dos jornais impressos da nação e a maioria dos impressos periódicos apóiam o controle das armas. Eles destacam que na década de 1960 os diários urbanos de grande circulação, incluindo o *New York Times*, o *Washington Post*, o *Los Angeles Times*, e o *Christian Science Monitor* emitiram pedidos repetidos por leis novas e mais severas, e as revistas populares concordaram, com poucas exceções. Eles notaram que num certo momento o *Washington Post* publicou editoriais a favor do controle de armas por dezessete dias consecutivos, e em 1988, quando estava sendo considerado um referendo sobre armas curtas em Maryland, publicou editoriais a favor do referendo por nove dias consecutivos antes da votação. Veja Kennett e Anderson, *The Gun in America* (Westport, Conn., 1975), pp. 237, 239, 312.
58. Craig A. Anderson, Arlin J. Benjamin Jr., e Bruce D. Bartholow, "Does the Gun Pull the Trigger? Automatic Priming Effects of Weapon Pictures and Weapon Names," *American Psychological Science* 9 (Julho de 1998): 308–314.
59. Lott, *More Guns, Less Crime*, pp. 7–8.
60. Kates, "Gun Control and Crime Rates," pp. 11, 32; Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 8.
61. Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 8 and n. 32.
62. Veja Arthur Kellerman et al., "Gun Ownership as a Risk Factor for Homicide in the Home," *New England Journal of Medicine*, no. 329 (7 de Outubro de 1993): 1084–91.
63. Para uma rápida análise do estudo de Kellerman veja Lott, *More Guns, Less Crime*, pp. 23–25.
64. Veja Norman B. Rushforth et al., "Violent Death in a Metropolitan County: Changing Patterns in Homicide (1958–1974)," *New England Journal of Medicine*, no. 297 (1975): 504–505.M
65. Kates, "Gun Control and Crime Rates," p. 32.
66. M. A. Straus, "Domestic Violence and Homicide Antecedents," *Bulletin of the New York Academy of Medicine* 62 (1986): 454 e 457; e veja Kates, "Gun Control and Crime Rates," pp. 32–33.
67. John Lott cita o testemunho perante o Senado do Capitão James Mulvihill, relatando que a área da Grande Los Angeles tinha mais de 1.250 gangues de rua conhecidas, com um número aproximado de 150.000 membros. Essas gangues foram responsáveis por

aproximadamente 7.000 assassinatos e milhares de danos causados nos últimos dez anos. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 8 e n. 26.

68. *Ibid.*, p. 54.
69. Em 1991 230 crianças com idade abaixo de 15 anos foram mortas em acidentes relacionados a armas de fogo. Apesar da preocupação crescente, tais incidentes diminuíram 55 por cento desde 1930, embora haja muito mais armas de fogo no país. O tamanho do arsenal privado cresceu desde a década de 1960 até a de 1990, especialmente as armas curtas. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 36; “Guns: Triggering Safety in the Home,” livreto da AMICA Insurance Company, Janeiro de 1999, p. 3; Kleck, “Guns and Violence,” p. 13.
70. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 9; Kleck, “Guns and Violence,” pp. 29–30.
71. Kates, “Gun Control and Crime Rates,” p. 6.
72. O Padre Drinan cunhou a expressão “auto-ilusão perigosa” em seu ensaio “Gun Control: The Good Outweighs the Evil,” *Civil Liberties Review* 4 (1976): 3. Veja Kates, “Gun Control and Crime Rates,” p. 6 e n. 12.
73. Kates, “Gun Control and Crime Rates,” p. 6.
74. Veja Kleck, “Guns and Violence,” pp. 17–18. Kleck cita uma série de estudos sobre esse efeito.
75. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 3.
76. Kleck, “Guns and Violence,” p. 18.
77. Veja Kevin O’Neal, *Indianapolis Star*, 19 de Maio de 2000; e Monica Scandlen, *Indianapolis Star*, 20 de Maio de 2000.
78. *New York Times*, 7 de Setembro de 1995, p. A16, citado em Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 5, n. 17.
79. Mesmo se os usos defensivos das armas são relatados à polícia, ela não mantém registros nem estatísticas dos mesmos. Veja Kleck, “Frequency of Defensive Gun Use,” p. 185.
80. *Ibid.*, pp. 159–160. Sobre a dificuldade dos números em várias pesquisas veja pp. 160–167. Para os problemas com a PNVC veja pp. 167–175. E veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 11 e n. 47.
81. Em duas pesquisas em Illinois, mesmo entre os participantes desejosos de relatar que possuíam armas, 28 por cento não tinham a licença estadual necessária; Kleck, “Frequency of Defensive Gun Use,” p. 170. A pesquisa própria e especialmente desenhada de Kleck, a National Self-Defense Survey (Pesquisa Nacional de Defesa Própria), conduzida em 1993 e envolvendo 4.977 participantes selecionados aleatoriamente, descobriu uma estimativa de 2,1 a 2,5 milhões de usos defensivos de armas por ano; *ibid.*, pp. 183–185.
82. Veja James D. Wright e Peter H. Rossi, *Armed and Considered Dangerous: A Survey of Felons and Their Firearms* (Nova Iorque, 1986), p. 155.
83. Gary Kleck e Marc Gertz, “Armed Resistance to Crime: The Prevalence and Nature of Self-Defense with a Gun,” *Journal of Crime and Criminology* 86 (Outono de 1995):

180–181.

84. Veja Don B. Kates et al., “Guns and Public Health: Epidemic of Violence or Pandemic of Propaganda?” *Tennessee Law Review* 62 (Primavera de 1995): 572–573. O número de armas em 1973 é uma estimativa, mas o número adicionado vem de fabricantes nacionais e importadores.
85. *Ibid.*, pp. 572–573; Munday e Stevenson, *Guns and Violence*, p. 104.
86. Lott, *More Guns, Less Crime*, pp. 12, 11.
87. *Richmond Times Dispatch*, 16 de Janeiro de 1997, citado por Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 12.
88. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 12.
89. *Charleston Gazette*, 28 de Julho de 1997, citado em Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 12.
90. Veja Wright e Rossi, *Armed and Considered Dangerous*, p. 146.
91. Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 8; Wright e Rossi, *Armed and Considered Dangerous*.
92. David McDowall, Colin Loftin, e Brian Wiersema, “Easing Concealed Firearms Laws: Effects on Homicide in Three States,” *Journal of Criminal Law and Criminology* 86 (Outono de 1995): 193–206. Eles examinaram três condados na Flórida, um no Mississippi e um em Óregon.
93. “The False Allure of Concealed Guns,” *New York Times*, 6 de Outubro de 1995.
94. Veja, por exemplo, Roger Tarling, *Analyzing Offenders: Data, Models and Interpretation* (Londres, 1993), p. 18. Tarling descobriu que a idade mais comum para todos os delitos na Inglaterra estava entre quatorze e vinte anos.
95. Gary Kleck e E. Britt Patterson, “The Impact of Gun Control and Gun-Ownership Levels on Violence Rates,” *Journal of Quantitative Criminology* 9 (1993): 249–287.
96. Lott, *More Guns, Less Crime*, pp. 51, 63, 181. Condados com uma população negra de 37 por cento, por exemplo, experimentavam declínios de 11 por cento nos assassinatos e nos assaltos com agravo.
97. *Ibid.*, tabela 3.2, p. 46 e pp. 53–54. Lott também examinou o impacto das leis de porte oculto nas tendências gerais da criminalidade e descobriu que seu impacto ainda era importante, e que havia crescido com o passar do tempo.
98. Em 1994 Alaska, Arizona, Tennessee e Wyoming aprovaram novas leis de direito de porte, e Arkansas, Nevada, Carolina do Norte, Oklahoma, Texas e Utah seguiram em 1995.
99. Em 1994 havia 279.401 revendedores de armas federalmente licenciados; no início de 1997 havia 124.286. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 163.
100. *Ibid.*, p. 83.
101. O ATF, Departamento de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo, estima que um por cento dos revendedores vendem armas ilegalmente e que essa porcentagem tem se mantido constante apesar do declínio no número de revendedores licenciados; *ibid.*, p. 163.

102. Veja, por exemplo, Wright e Rossi, *Armed and Considered Dangerous*, capítulo 9 e tabela 9.3, p. 186. Em 1996 Sarah Brady, cujo marido inspirou o nome da Lei Brady, alegou que a lei havia impedido que mais de 100.000 criminosos e outros compradores proibidos adquirissem armas curtas. Mas o Escritório de Contabilidade Geral relatou que em 1996 as rejeições iniciais foram apenas 60.000, das quais mais da metade eram devidas a erros de preenchimento e outros detalhes técnicos. Apenas 3.000 foram devidas a condenações anteriores. Em Junho de 1997 apenas quatro pessoas haviam sido presas por violação à essa lei. Lott, *More Guns, Less Crime*, p. 162.
103. Veja Lott, *More Guns, Less Crime*, pp. 122–166. Desde que a segunda edição de seu livro foi publicada outras críticas surgiram. M. V. Hood III e Grant W. Neeley, “Packin’ in the Hood?: Examining Assumptions of Concealed-Handgun Research,” *Social Science Quarterly* 81 (Junho de 2000): 523–537, critica o uso feito por Lott, de condados como unidade muito grande, e mostra o estudo do impacto da lei de porte oculto em Dallas, Texas, usando como base a lista de CEPs. A partir do perfil daqueles que obtêm o certificado para portar armas curtas, eles argumentam que as pessoas em áreas com menor criminalidade têm mais chance de possuir um certificado. Em um artigo de 2001 no *Journal of Political Economy*, revisado com antecedência pelo *The Economist*, Mark Duggan usa o que o revisor caracteriza como uma “procuração de grande poder” para estatísticas sobre armas, o número de assinantes de uma determinada revista sobre armas curtas, para determinar se estados com mais vendas dessas revistas e um número maior de exposições de armas apresentavam taxas maiores ou menores de mortes relacionadas com armas. Duggan argumenta que as armas contribuem com, em vez de deter as mortes. Veja “New Research Shoots Holes in the Idea That Guns in the Hands of Private Citizens Will Help to Deter Criminals,” *The Economist*, 11 de Janeiro de 2001, edição online.
104. Veja John R. Lott e David B. Mustard, “Crime, Deterrence, and Right-to-Carry Concealed Weapons,” *Journal of Legal Studies* 26 (Janeiro de 1997). Para a discussão de Lott sobre o que ele chama de “processo político” e sua resposta aos críticos veja *More Guns, Less Crime*, pp. 122–158. Ele nota que, embora tenha abordado 22 pessoas a favor do controle de armas, pedindo por suas opiniões sobre o ensaio acima, sobre o qual seu livro foi baseado, apenas um jovem assistente de um professor aceitou. Aparentemente, as pessoas a favor do controle de armas se recusaram a comentar porque não queriam “ajudar a dar publicidade ao artigo.” Uma vez que ele ganhou publicidade de qualquer maneira, elas pediram apressadamente por cópias, para poder criticá-lo. Veja pp. 122–123.
105. Para comparar taxas de apreensão, condenação e sentenciamento, veja Farrington e Langan, *Crime and Justice*, p. iv. Por propósitos estatísticos, os autores assume, m que aqueles apreendidos e condenados são culpados.

8. A equação correta

1. John R. Lott, *More Guns, Less Crime: Understanding Crime and Gun Control Laws* (Chicago, 2000), p. 161.
2. T. C. Hansard, ed., *The Parliamentary Debates from the Year 1803 to the Present Time*, 26 de Março de 1953, 513: 849.
3. Veja a análise em Lance Stell, “The Legitimation of Female Violence: Bias and the Law of Self-Defense,” em *Justice, Law, and Violence*, ed. James B. Brady e Newton Garver (Filadélfia, 1991), p. 246.
4. William Blackstone, *Commentaries on the Laws of England*, 4 vols. (1765–1769; reimpressão, Chicago, 1979), 1: 120, 125, 123.
5. Browne-Wilkinson L.J., em *Wheeler v. Leicester City Council*, 1985.

Apêndice

1. Tanto o professor Gary Mauser como a autora terão prazer em compartilhar as tabelas criadas por Neuburger, que fornecem uma descrição detalhada das variáveis incluídas em seu modelo.

SOBRE A OBRA

Por trás do polêmico debate sobre o controle de armas de fogo, emergem suposições sobre a relação entre armas e violência. Existe, de fato, a crença que uma sociedade mais armada significa necessariamente uma sociedade mais violenta. Tal pressuposto justifica as rígidas legislações de controle de armas de fogo. Mas isto corresponde à realidade?

Ao investigar um assunto tão complexo e controverso, Joyce Lee Malcolm apresenta um provocante estudo histórico sobre a sociedade inglesa, desde a Idade Média até o século XX, que analisa mudanças de atitudes frente à criminalidade e suas punições, o impacto da guerra, variações econômicas e também as modificações nos códigos penais.

Malcolm destaca o nível de crimes à mão armada na Inglaterra antes das modernas leis restritivas ao porte de armas de fogo, as limitações por elas impostas, e se essas medidas foram ou não bem-sucedidas na redução dos índices criminais.

SOBRE A AUTORA



JOYCE LEE MALCOLM

é Ph.D. em História Comparada, especialista no estudo de leis constitucionais do período britânico e colonial americano.

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: xlivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.